

CORREIO BRAZILIENSE

BRASÍLIA, DISTRITO FEDERAL, TERÇA-FEIRA, 5 DE MARÇO DE 2024

NÚMERO 22.268 • 30 PÁGINAS • R\$ 4,00

Governo pede urgência para regularizar motorista de app

Ricardo Stuckert/PR



Com mais de 770 mil pessoas atuando como motorista de aplicativo no Brasil, o setor ganhou relevância no mercado de trabalho e caminha para ser regulamentado pelo Congresso Nacional. O presidente Luiz Inácio Lula da Silva assinou, ontem, projeto de lei criando regras para os trabalhadores de plataformas como Uber e 99. O texto foi enviado ao Legislativo com pedido de regime de urgência — a apreciação deve durar 90 dias nas duas Casas, Câmara e Senado. Segundo o Ministério do Trabalho, a proposta foi elaborada em consenso com entidades que representam empresas e motoristas. No entanto, diversas entidades ligadas aos motoristas criticaram o projeto. Além da contribuição previdenciária, o PL prevê benefícios trabalhistas, autorização para sindicatos e remuneração mínima. “Há algum tempo, ninguém neste país acreditava que seria possível estabelecer uma mesa de negociação entre trabalhadores e empresários e a negociação dessa mesa iria concluir em uma organização diferente do trabalho. “Eu não sei se vocês perceberam, mas vocês criaram uma nova organização de trabalho”, discursou Lula. Especialistas ouvidos pelo **Correio** avaliam que a regulamentação desses aplicativos vai provocar aumento de custos e, conseqüentemente, das tarifas.

PÁGINA 2

O medo invadiu a sala de aula

Minervino Júnior/CB/D.A Press



O ataque a faca de um adolescente contra cinco pessoas no Centro Educacional São José, em São Sebastião, ontem, acendeu o alerta contra a violência entre estudantes, pais, professores e autoridades da educação, segurança e saúde. Matriculado na escola, o rapaz de 15 anos entrou armado com duas facas e, após colocar boné, máscara e luvas, desferiu golpes em três estudantes — uma grávida —, uma monitora e um professor. Nenhum deles se feriu gravemente. Dominado por docentes e funcionários, ele foi apreendido pela PM e levado à delegacia, onde confessou ter planejado o ato e disse sofrer bullying havia mais de um ano. As aulas no CE São José foram suspensas ontem e hoje.

Comunidade quer segurança e apoio psicológico

Jovem escreve carta em que pede perdão

PÁGINA 17

Leandro Grass **inelegível**

TRE-DF condena o presidente do Iphan a ficar inelegível por oito anos por propagação de fake news contra Ibaneis Rocha. Cabe recurso ao TSE. PÁGINA 22

Entre tiros e **esmeraldas**

Policial militar de Goiás foi preso em Águas Claras após atirar no carro de outro PM. No apartamento dele, foram achados armas e 2kg da pedra preciosa. PÁGINA 18

Inseticida **em cores**

Cientistas testaram uma tinta de parede capaz de eliminar o mosquito transmissor da dengue. A eficiência do repelente durou até um ano. PÁGINAS 6, 16 E 19

Kayo Magalhães/CB/D.A Press



Pela paridade na Justiça

Ao **CB.Poder**, a juíza do TJDF, Ana Cláudia Loiola, destacou a importância de garantir maior participação de mulheres na segunda instância do judiciário. PÁGINA 21

Direção feminina — Cresce o número de trabalhos audiovisuais em que elas se destacam na condução. PÁGINA 26

Alon Skuy/AFP



Trump liberado para disputa

Em decisão unânime, a Suprema Corte permitiu que o ex-presidente concorra às primárias no Colorado, um dos 15 estados que votam, hoje, na Superterça.

PÁGINA 13





MERCADO DE TRABALHO

Governo enviará ao Congresso um projeto de lei que regulamenta a atividade desses profissionais, com uma série de direitos. O texto estabelece, também, contribuição previdenciária e criação de sindicatos. A proposta será encaminhada em regime de urgência

Piso salarial e benefícios para motoristas de app

» VICTOR CORREIA

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva assinou, ontem, o Projeto de Lei Complementar (PLC) que regulamenta o trabalho de motoristas por aplicativo, como os que atuam nas plataformas Uber e 99. A proposta do governo estabelece remuneração mínima para os trabalhadores, contribuição previdenciária e benefícios trabalhistas, além da criação de sindicatos para representar a categoria.

O texto será enviado ao Congresso em regime de urgência, ou seja, cada Casa terá 45 dias para votar. A proposta foi escrita pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), após discussão com entidades que representam os trabalhadores e com as empresas envolvidas.

A assinatura ocorreu em cerimônia no Palácio do Planalto. Estavam presentes representantes sindicais das 27 unidades da Federação, ministros e líderes do governo no Congresso.

“É um dia especial, porque algum tempo atrás ninguém neste país acreditava que seria possível estabelecer uma mesa de negociação entre trabalhadores e empresários e a negociação dessa mesa iria concluir em uma organização diferente do trabalho”, discursou Lula. “Eu não sei se vocês perceberam, mas vocês criaram uma nova organização de trabalho.”

Já o ministro do Trabalho, Luiz Marinho, enfatizou: “O que nasce aqui é uma categoria diferenciada. Autônomo com direitos, que é exatamente o que os trabalhadores queriam. Os trabalhadores estavam sendo escravizados com altas jornadas e baixos salários”.

A proposta vale apenas para veículos de quatro rodas, usados majoritariamente no transporte de passageiros. Enquanto houve pontos de consenso entre motoristas, o mesmo não ocorreu com os que usam motos ou bicicletas como instrumento de trabalho — as normas para esse segmento devem ser discutidas em uma outra ocasião.

Segundo o texto do governo, será criada a categoria “trabalhador autônomo por plataforma” — que não terá vínculo pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) —, com sindicatos próprios e patronais. A jornada

máxima de trabalho será de oito horas por dia, podendo chegar a 12 caso haja acordo por convenção coletiva. Não haverá exclusividade, e cada trabalhador poderá atuar para mais de uma plataforma, mas o limite de trabalho vale para o total do dia. Para receber o salário mínimo, a jornada deve ser de oito horas.

O pagamento mínimo será definido como R\$ 32,09 por hora. O valor deverá ser reajustado anualmente, de forma igual ou superior ao aumento do salário mínimo. Já a contribuição previdenciária ficará definida como 7,5% sobre a remuneração (ou seja, R\$ 8,02/hora), sendo que as empresas pagarão outros 20%.

Segundo Marinho, a nova regra leva em conta que a maior parte da remuneração dos motoristas atualmente é usada para cobrir seus custos, como gasolina, uso do celular e manutenção do carro.

Os trabalhadores terão também acesso a todos os direitos previdenciários, o que inclui auxílio em caso de acidente. Em coletiva de imprensa, o ministro frisou que o impacto na Previdência com a mudança nas regras será positivo, estimado em R\$ 279 milhões por mês.

De acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), divulgados em outubro, 1,5 milhão de trabalhadores atuam para plataformas de aplicativos, sendo 778 mil no transporte de passageiros. O nível de informalidade nesse setor chega a mais de 70%. Regular o trabalho por aplicativos é uma das promessas de campanha de Lula.

Entregadores

No evento, Luiz Marinho também destacou que o governo busca a mesma regulamentação para os entregadores que usam bicicletas e motocicletas. “Ainda não chegamos lá, e talvez seja uma categoria ainda mais sofrida do que os colegas que aqui estão. Mas chegaremos lá”, ressaltou.

Ele também fez um alerta às empresas do setor: “Não adianta o iFood mandar recado, e olha que manda recado, viu, presidente Lula? Nós queremos conversar”. Citou nominalmente também o Mercado Livre.

O que prevê o projeto de lei



■ Os trabalhadores são considerados autônomos, sem vínculo pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT)

■ Jornada de trabalho máxima de oito horas por dia. Pode chegar a 12 caso haja acordo coletivo, mas não pode exceder em cada plataforma

■ O motorista pode escolher quando trabalhar

■ O salário mínimo por hora trabalhada será de R\$ 32,09, sendo R\$ 8,02 como remuneração e R\$ 24,07 pelos custos para o motorista operar — o que inclui gastos com gasolina, por exemplo

■ O motorista pode trabalhar para mais de uma empresa

■ Será criada a categoria de “trabalhador autônomo por plataforma”, com criação também de sindicatos para os trabalhadores e patronais

■ O salário deverá ser reajustado anualmente acompanhando, pelo menos, o reajuste do salário mínimo

■ O trabalhador pagará à Previdência 7,5% de contribuição sobre a remuneração (R\$ 8,02/hora), e as empresas, 20%

■ Motoristas terão direito a vale-refeição após a sexta hora trabalhada, além do acesso a serviços médicos e odontológicos, e auxílio-maternidade

Ricardo Stuckert / PR



O evento no Planalto: se aprovado, PL entrará em vigor 90 dias após sanção

Segundo o ministro, as empresas mandam recados por meio de autoridades e defendem que

o modelo regulatório que o governo quer não cabe em seu formato de negócio.

Lula, por sua vez, também citou o iFood em seu discurso e disse ter ouvido de seus aliados que a empresa não quer negociar. “Nós vamos encher tanto o saco que o iFood vai ter que negociar”, assegurou.

Em nota, a empresa contestou a declaração de Marinho. Disse ter participado ativamente do grupo de trabalho e que negociou o desenho regulatório para os entregadores até o seu encerramento.

“A última proposta feita pelo próprio ministro Marinho, com ganhos de R\$ 17 por hora trabalhada, foi integralmente aceita pelo iFood”, frisou. “Depois disso, o governo priorizou a discussão com os motoristas, que encontravam menos divergência na bancada dos trabalhadores.”

Entidades criticam

Apesar de o projeto de lei ter sido formulado pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) após discussão com entidades dos trabalhadores, houve críticas ao teor da proposta.

Em um comunicado conjunto, a Federação Brasileira de Motoristas de Aplicativos (Fembrapp) e a Associação dos Motoristas de Aplicativos de São Paulo (Amasp) avaliaram que a medida é prejudicial aos motoristas, especialmente ao definir o salário por hora trabalhada.

Para a Fembrapp, a remuneração deveria incluir o quilômetro rodado e condições de tráfego, entre outros fatores, e a definição por hora pode levar a jornadas excessivas e permitir a manipulação dos aplicativos pelas empresas para limitar o ganho dos motoristas.

A entidade também reprovou o recolhimento do INSS com alíquota de 27,50% (7,5% pagos pelo motorista e 20%, pela empresa) e disse que “a contribuição deve ser de modo simplificado, como microempreendedores individuais (MEI) ou como contribuintes individuais, “o que diminuiria a burocracia e simplificaria a cobrança”.

Ainda segundo a Fembrapp, “os motoristas não reconhecem a legitimidade de sindicatos e representantes do grupo de trabalho, pedindo a destituição imediata dos mesmos e retirando do projeto qualquer representação sindical”.

Por sua vez, a Uber elogiou a proposta e afirmou que o projeto é um “importante marco” para a uma regulamentação equilibrada do trabalho intermediado por plataformas. “O projeto amplia as proteções desta nova forma de trabalho sem prejuízo da flexibilidade e da autonomia inerentes à utilização de aplicativos para geração de renda”, destacou.

A empresa reiterou o consenso chegado a partir do diálogo e da negociação entre representantes dos trabalhadores, do setor privado e do governo.

» Pedido ao Supremo

A Uber pediu ao Supremo Tribunal Federal (STF) a suspensão de processos nas instâncias inferiores da Justiça sobre eventual vínculo de emprego entre motoristas e entregadores e as plataformas de aplicativo. No pedido feito ao STF, a empresa argumenta que existe a possibilidade de uma grave insegurança jurídica caso os milhares de processos em curso continuem e o risco de decisões conflitantes por parte do Poder Judiciário. O pedido foi apresentado ao ministro Edson Fachin, relator do caso, e caberá a ele decidir se é o caso de interromper a tramitação.

Especialistas veem pontos positivos e negativos

» RAFAELA GONÇALVES

A regulamentação do trabalho de motoristas por aplicativo, como define o projeto de lei do governo, pode gerar aumento nas tarifas para os consumidores, pois haverá uma elevação dos custos para as plataformas com a obrigação de pagamento do INSS. A avaliação é de Silvia Monteiro, sócia e especialista em direito do trabalho do Urbano Vitalino Advogados.

“Ao meu ver, o projeto é positivo nos aspectos de proteção previdenciária e de um valor mínimo de recebimento. Além disso, auxilia para que as empresas que pretendem investir nessa atividade tenham clareza e segurança, até mesmo para precificar a prestação de serviços, quanto

aos custos envolvidos na cadeia produtiva”, comentou.

Entretanto, para a advogada, o projeto deixa a desejar em alguns aspectos. “Deveria ser considerada a hora trabalhada como designada para o pagamento do valor por hora e não a milha rodada, por exemplo. Deveria ser uma fórmula que leve em consideração a corrida, a distância e a duração”, explicou.

Enquanto o governo tenta regulamentar o trabalho por app, o tema também é pauta nos tribunais. O Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu, na semana passada, que o julgamento da Corte sobre a existência de vínculo empregatício de profissionais de aplicativos, como motoristas de Uber, valerá para qualquer caso em qualquer instância,

isto é, será de repercussão geral.

O eventual reconhecimento da repercussão geral no Supremo é o primeiro passo para que a Corte produza uma tese vinculante para todo o Judiciário, ou seja, uma decisão que deverá ser seguida por todos os magistrados do país, trabalhistas ou não. Podem ser afetados aplicativos como Rappi, Loggi, Uber, 99, Zé Delivery e iFood, entre outros.

Há ao menos 778 mil pessoas trabalhando no Brasil como motoristas de aplicativo — 52,2% do total de prestadores de serviço em plataformas digitais, isto é, 1,5 milhão de trabalhadores no país, conforme dados divulgados pelo IBGE em outubro.

“Um ponto importante é que essa proposta trata apenas do transporte de passageiros,

deixando de lado os trabalhadores de motocicleta, por exemplo, de plataformas de comida como o Rappi e o iFood”, destacou o advogado Ricardo Christophe da Rocha Freire, sócio da área de direito do trabalho do escritório Gasparini, Nogueira de Lima e Barbosa Advogados.

O texto garante que não haverá vínculo à Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) nem qualquer relação de exclusividade entre trabalhador e empresa. Freire lembrou que o Supremo já negou o vínculo empregatício em decisões isoladas e disse que a posição vai ao encontro do projeto apresentado pelo governo.

“O PL vai nesse mesmo sentido, de que o motorista de aplicativo não é um empregado e não tem os mesmos direitos de um contrato

CLT, pelas características da prestação de serviço e da dinâmica dessas plataformas”, afirmou.

Segundo Paulo Renato Fernandes, professor da Fundação Getúlio Vargas (FGV) Direito Rio, apesar de “genérica”, a proposta de regulamentação deve dar mais segurança jurídica e previsibilidade ao segmento. Ele destacou, ainda, que uma eventual decisão do Supremo sobre o tema, com repercussão geral, perderá o objeto.

“Nesse sentido, acho que não teria por que seguir com essa pauta. O Supremo estava atuando justamente porque não havia lei. Então, em tese, acabou a discussão. A não ser que alguém ingresse com uma ação declaratória de inconstitucionalidade”, ressaltou.

PODER

Campos Neto defende PEC que prevê independência financeira e administrativa do banco. Fala ocorre após críticas da presidente do PT. Sindicato também reprova proposta

Autonomia ampla do BC vira cabo de guerra

» RAFAELA GONÇALVES

Raphael Ribeiro/BCB

O presidente do Banco Central (BC), Roberto Campos Neto, voltou a defender a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que tramita no Congresso sobre a autonomia financeira e administrativa da autarquia. O tema é o mais novo capítulo do embate com o governo, que já demonstrou incômodo com a independência da autoridade monetária.

O texto determina que o BC deixe de ser uma autarquia federal com orçamento vinculado à União e passe a ser uma empresa pública com total autonomia financeira e orçamentária. Campos Neto reafirmou, ontem, que o tema deveria ser tratado de forma técnica, sem gerar rumores na imprensa, e que a medida em discussão é um “passo natural”.

“O tema da autonomia financeira é um tema técnico e precisa ser discutido num ambiente mais técnico, sem gerar ruído na mídia. Mais de 90% dos bancos centrais que têm autonomia operacional têm autonomia financeira. É um passo natural”, comentou, em palestra na Associação Comercial de São Paulo (ACSP).

O BC ganhou autonomia operacional há cerca de três anos. Agora, a PEC que tramita no Congresso quer garantir um novo passo na independência do órgão. Segundo Campos Neto, a autarquia precisa ter quadros com capacidade administrativa comparável ao mundo privado. “A autonomia é tirar o orçamento da AGU (Advocacia-Geral da União) e fazer melhorias para aperfeiçoar os quadros, para fazer melhores entregas para a sociedade”, explicou. “O trabalho do BC é melhorar o Brasil, ajudar o governo e fazer com que as coisas funcionem.”

As declarações recentes de Campos Neto jogaram lenha em uma briga antiga com o PT. A



O tema da autonomia financeira é um tema técnico e precisa ser discutido num ambiente mais técnico, sem gerar ruído na mídia. Mais de 90% dos bancos centrais que têm autonomia operacional têm autonomia financeira. É um passo natural”

Roberto Campos Neto, presidente do BC

presidente nacional do partido, Gleisi Hoffmann, voltou a criticar o chefe da autoridade monetária. Em postagem na rede social X, ela rechaçou a política adotada por ele para os juros e disse que a ampliação da autonomia da instituição resultaria em uma “ditadura monetária”.

“O governo Lula fez o PIB de 2023 crescer três vezes acima das previsões, mas os dados do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) demonstram que os juros exorbitantes do BC derrubaram os investimentos e

estagnaram o crescimento no segundo semestre. É uma política monetária que segue ameaçando o país, mas a gente não vê uma linha de crítica na mídia sobre isso”, escreveu. “Segue defendendo taxa de juros acima da realidade, contenção do crédito e ainda aponta os salários melhores como ‘risco’. Querem submeter o Brasil a uma ditadura monetária”, acrescentou.

A discussão sobre o assunto também não agrada os servidores da autarquia. Em nota, o Sindicato Nacional dos

Funcionários do Banco Central (Sinal) afirmou que o projeto foi redigido às pressas e traz riscos ao quadro de funcionários.

“A transformação do BC em empresa pública flexibiliza demais os processos de contratações, alienações, etc., e retira a supervisão do Conselho Monetário Nacional, facilitando o esvaziamento e a terceirização de muitas das atividades da Casa”, afirmou o Sinal. “Essa é uma das implicações mais nocivas desse modelo proposto pela mão invisível de Roberto Campos Neto.”

Banco asiático quer investir mais no país

» VICTOR CORREIA

Ricardo Stuckert / PR



Lula recebeu Jin Liqun, com Dilma Rousseff e Fernando Haddad, no Palácio do Planalto

O presidente do Banco Asiático de Investimento em Infraestrutura (AIIB, na sigla em inglês), Jin Liqun, reuniu-se, ontem, com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, no Palácio do Planalto. O órgão é o segundo maior banco multilateral do mundo.

No encontro, Liqun declarou a Lula que o banco está disposto a financiar projetos maiores no país. Atualmente, três obras recebem aportes da instituição, no valor de US\$ 350 milhões. O foco são obras de conectividade, ferrovias e transição energética.

“Estamos muito felizes de ter a oportunidade de trabalhar com o governo brasileiro, com o povo brasileiro e com o setor privado, para avançar no amplo desenvolvimento econômico e social deste grande país”, declarou Liqun a jornalistas, após o encontro. Também participaram o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, e a presidente do New Development Bank (NDB), Dilma Rousseff.

“A Ásia será uma parceira econômica muito importante para o Brasil e para outros países latino-americanos. Estamos comprometidos a trabalhar com o governo para melhorar a conectividade, a adaptação e a mitigação das mudanças climáticas, e o desenvolvimento do setor privado”, avaliou o presidente do banco.

Questionado sobre quais projetos estão em discussão, Liqun negou que tenha conversado com Lula sobre obras específicas. Porém, referiu-se ao projeto do governo para conectar o Brasil a 11 países da América do Sul, incluindo ligação com o Oceano Pacífico para facilitar o



O Brasil é um dos parceiros mais importantes da Ásia, e estamos prontos para fornecer grande quantidade de recursos para o seu país. Não temos restrição de capital. Desde que tenhamos bons projetos, nós providenciaremos financiamento”

Jin Liqun, presidente do AIIB

comércio com a China e outros países da Ásia.

Liqun também desviou ao ser questionado a respeito de

valores previstos para investimento no país. “Nós já dissemos que o Brasil é um dos parceiros mais importantes da Ásia, e estamos prontos para fornecer grande quantidade de recursos para o seu país. Até agora, estamos devidamente capitalizados. Não temos restrição de capital. Desde que tenhamos bons projetos, nós providenciaremos financiamento”, pontuou.

Mais cedo, Lula esteve com a diretora-geral do Fundo Monetário Internacional (FMI), Kristalina Georgieva. Haddad e Dilma Rousseff participaram do encontro, também no Planalto.

Georgieva chegou ao Brasil na semana passada para participar da reunião de ministros das Finanças e presidentes de Bancos Centrais do G20 — grupo dos 20 países mais ricos do mundo.

Lula vem defendendo a reforma dos organismos financeiros internacionais, como o próprio FMI e o Banco Mundial, além do refinanciamento das dívidas de países mais pobres. O encontro ocorreu após divulgação do

resultado do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro, que cresceu 2,9% em 2023 e recolocou o Brasil entre as 10 maiores economias do mundo.

Em sua conta no X, o presidente disse que foi uma “boa conversa”, que tratou sobre o combate à pobreza e sobre o desenvolvimento com inclusão social. “Também falamos da necessária reforma do FMI, para termos um Fundo Monetário Internacional mais representativo do mundo atual e capaz de ajudar os países que precisam recorrer ao FMI em melhores condições”, escreveu o chefe do Executivo.

Em sua fala na reunião do G20, a diretora do FMI afirmou que a economia brasileira “continua a se sair bem” e elogiou a iniciativa do ministro Haddad de priorizar a transição para uma economia verde. Para Georgieva, o enfrentamento às mudanças climáticas ainda está lento no mundo e, apesar de uma perspectiva de melhora na economia global, ainda é preciso ficar vigilante.

NAS ENTRELINHAS

Por Luiz Carlos Azedo



Luizazedo.df@dabr.com.br



A agenda é nacional, mas o sistema de segurança é uma bagunça

O ministro da Justiça, Ricardo Lewandowski, mal assumiu o cargo e depara-se com as limitações da pasta em relação à tarefa de cuidar da segurança pública. No momento, está às voltas com as buscas para recapturar dois integrantes do Comando Vermelho, que se evadiram da Penitenciária Federal de Segurança Máxima de Mossoró, no Rio Grande do Norte, uma das cinco unidades federais sob sua responsabilidade, utilizadas para prender bandidos de alta periculosidade. Até então, ninguém havia fugido do sistema penitenciário federal. Deibson Nascimento e Rogério Mendonça, que escaparam em 14 de fevereiro, estão dando uma canseira na Polícia Federal, na Polícia Rodoviária Federal e na Força Nacional. Desgaste para Lewandowski.

No sábado, Fernandinho Beira-Mar, o chefe do Comando Vermelho, que estava preso em Mossoró, foi transferido para o presídio de Catanduvas, no Paraná. Ao menos outros dois detentos também foram levados de Mossoró para Catanduvas: Railan Silva dos Santos e Selmir da Silva Almeida, que chegaram do Acre junto com os dois foragidos. Beira-Mar havia sido transferido de Campo Grande, no Mato Grosso do Sul, para Mossoró em 13 de janeiro, um mês antes da fuga; na mesma ocasião, Martinho PV foi levado de Mossoró para Campo Grande. São dois chefes do tráfico de drogas do Rio de Janeiro.

Luiz Fernando da Costa foi criado na Favela Beira-Mar, em Duque de Caxias, no Rio de Janeiro. Preso por roubo de armas do Exército, cumpriu pena de dois anos e, aos 22 anos, ao voltar para a favela, tornou-se chefe do tráfico. Perseguido pela polícia, refugiou-se no Paraguai e se tornou o maior fornecedor de maconha do Rio de Janeiro. Depois, fugiu para o Uruguai e a Colômbia, onde uniu-se às Farc, mas acabou preso pelo exército colombiano, em 2001. No ano seguinte, na Penitenciária de Bangu, executou o chefe da facção Amigo dos Amigos (ADA), Ernaldo Pinto de Azevedo, o Uê, que resistia à unificação do tráfico carioca. É transferido constantemente de presídios, mas em todos impõe a sua liderança. Está condenado a 120 anos.

Márcio dos Santos Nepomuceno, mais conhecido como Marcinho VP, era o chefe do tráfico no Complexo do Alemão. Estava preso numa penitenciária do Rio de Janeiro quando foi transferido para Catanduvas. Foi capturado em 1996, em Porto Alegre (RS), pela Polícia Civil do Estado do Rio de Janeiro. Segundo a polícia, é o responsável pela morte de seu homônimo Márcio Amaro de Oliveira, o Marcinho VP, chefe do tráfico no Bairro Dona Marta, em Botafogo, no Rio de Janeiro, personagem do livro *Abusado, o dono do Morro Dona Marta* (Companhia das Letras), de Caco Barcelos. Junto com Elias Maluco, comandou a onda de ataques a ônibus nos subúrbios cariocas, em 2010.

Home office do crime

O ex-ministro da Segurança Pública Raul Jungmann, que também foi ministro da Defesa no governo Temer, costuma dizer que os presídios são uma espécie de home office do tráfico de drogas no Brasil, porque os principais traficantes, entre os quais Marcos Willian Herbas Camacho, o Marcola, líder do Primeiro Comando da Capital (PCC), lideram suas facções da cadeia. Marcola está preso na Papuda, penitenciária de segurança máxima de Brasília. O Brasil tem 644.794 presos em celas físicas e 190.080 em prisão domiciliar, dos quais 121.911 com tornozeleira eletrônica. No ranking mundial, só fica atrás dos Estados Unidos (1,7 milhão) e da China (1,69 milhão), está à frente da Índia (554 mil presos) e Rússia (433 mil), de acordo com o banco de dados *The World Prison Brief*, da Birkbeck, Universidade de Londres.

Os presídios funcionam como quartel-general do tráfico de drogas, escolas do crime, call center de estelionatos e central de ataques. Os 110 mil agentes penitenciários sofrem constantes ameaças e tentativas de suborno, alguns aceitam ou se sujeitam a prestar serviços para os chefes do tráfico. Coincidentemente, com o rodízio dos chefes nos presídios de segurança máxima, o tráfico de drogas cresceu exponencialmente no Norte do país. Está associado ao garimpo ilegal e já controla muitos rios de Amazônia, por onde se escoia a droga produzida nas selvas da Guiana Francesa, do Suriname, da Guiana, da Venezuela, da Colômbia, do Peru e da Bolívia.

Jungmann destaca que o gargalo principal é o fato de que o crime organizado no Brasil se internacionalizou e se tornou uma das principais agendas da sociedade, ao lado da saúde e da educação, mas o governo federal nunca teve competência constitucional para comandar a segurança pública, tarefa que cabe aos governos estaduais. Mesmo com a criação do Sistema Único de Segurança Pública, o Ministério da Justiça não comanda nem define a política de segurança implementada pelos estados no âmbito das polícias civil e militar.

Mesmo com os meios digitais disponíveis, não existe cooperação e coordenação na escala necessária. A questão da segurança pública é tratada de forma populista por muitos governadores, e o resultado é o crescimento do tráfico, das milícias, da corrupção e da “territorialização” do crime organizado, que se “mexicaniza” no Brasil. Do ponto de vista político, a esquerda tem dificuldade de tratar do tema, porque contrapõe a defesa dos direitos humanos à segurança pública. Com isso, a bandeira da ordem acaba monopolizada pela extrema direita. A agenda da segurança pública passa por uma revisão da legislação antidrogas e a reforma do sistema prisional, além da reestruturação do sistema de segurança propriamente dito.



BB Corretora de Seguros e Administradora de Bens S.A.

Setor de Autarquias Norte, Quadra 5, Bloco B, 3º Andar - Edifício Banco do Brasil, Asa Norte - Brasília-DF - CNPJ 27.833.136/0001-39

Exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS RESUMIDAS

AVISOS

As demonstrações contábeis apresentadas a seguir são demonstrações contábeis resumidas e não devem ser consideradas isoladamente para a tomada de decisão. O entendimento da situação financeira e patrimonial da Companhia demanda a leitura das demonstrações contábeis completas auditadas, elaboradas na forma da legislação societária e da regulamentação contábil aplicável.

As demonstrações contábeis completas auditadas, incluindo o respectivo relatório do auditor independente e o relatório da administração estão disponíveis nos seguintes endereços eletrônicos:

a) www.correioabraziliense.com.br/publicidade-legal/;b) www.bb.com.br/pbb/pagina-inicial/bb-seguros/conheca-a-bb-seguros/bb-corretora-de-seguros-e-administracao-de-bens-sa/#/.

A Demonstração do Resultado, Demonstração do Resultado Abrangente, Balanço Patrimonial, Demonstração dos Fluxos de Caixa, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido e Demonstração do Valor Adicionado, com exceção das referências às respectivas Notas Explicativas, estão apresentadas de forma completa.

Considerando que apenas os trechos relevantes das Notas Explicativas estão apresentados nestas demonstrações contábeis resumidas, em comparação com as demonstrações contábeis completas algumas notas foram apresentadas de forma resumida, algumas foram apresentadas de forma completa e outras não foram apresentadas, conforme comparação a seguir:

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS COMPLETAS		DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS RESUMIDAS
1 – CONTEXTO OPERACIONAL	Completa	1 – CONTEXTO OPERACIONAL
2 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	Completa	2 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
3 – RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS	Resumida	3 – RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS
4 – GERENCIAMENTO DE RISCOS	Não apresentada	--
5 – INVESTIMENTOS EM PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS	Não apresentada	--
6 – RECEITAS DE COMISSÕES	Não apresentada	--
7 – CUSTOS DOS SERVIÇOS PRESTADOS	Não apresentada	--
8 – DESPESAS COM PESSOAL	Não apresentada	--
9 – DESPESAS ADMINISTRATIVAS E COM VENDAS	Não apresentada	--
10 – TRIBUTOS	Não apresentada	--
11 – OUTRAS RECEITAS E DESPESAS	Não apresentada	--
12 – RESULTADO FINANCEIRO	Não apresentada	--
13 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	Não apresentada	--
14 – INSTRUMENTOS FINANCEIROS	Não apresentada	--
15 – COMISSÕES A RECEBER	Não apresentada	--
16 – OUTROS ATIVOS	Não apresentada	--
17 – DIVIDENDOS A PAGAR	Não apresentada	--
18 – PROVISÕES E PASSIVOS CONTINGENTES	Não apresentada	--
19 – COMISSÕES A APROPRIAR	Não apresentada	--
20 – OUTROS PASSIVOS	Não apresentada	--
21 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Não apresentada	--
22 – PARTES RELACIONADAS	Não apresentada	--

O Relatório do Auditor Independente e o Parecer do Conselho Fiscal estão apresentados na forma de extrato.

Os Membros da Administração não estão apresentados nestas demonstrações contábeis resumidas.

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

O Relatório da Administração da BB Corretora de Seguros e Administradora de Bens S.A. relativo ao exercício/2023, encontra-se disponível no endereço eletrônico <https://www.bb.com.br/pbb/pagina-inicial/bb-seguros/conheca-a-bb-seguros/bb-corretora-de-seguros-e-administracao-de-bens-sa/#/>.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

	R\$ mil (exceto lucro por ação)	
	Exercício 2023	Exercício 2022
Receitas Operacionais	4.424.402	4.141.994
Receitas de comissões, líquidas	4.424.402	4.141.994
Custos dos Serviços Prestados	(188.792)	(205.870)
Resultado Bruto	4.235.610	3.936.124
Outras Receitas e Despesas	(182.614)	(174.494)
Resultado de investimentos em participações societárias	3.319	(673)
Despesas com pessoal	(63.751)	(50.337)
Despesas administrativas e com vendas	(82.631)	(43.647)
Despesas tributárias	(22.517)	(17.975)
Outras	(17.034)	(61.862)
Resultado Antes das Receitas e Despesas Financeiras	4.052.996	3.761.630
Resultado Financeiro	443.858	365.294
Receitas financeiras	477.365	382.584
Despesas financeiras	(33.507)	(17.290)
Resultado Antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	4.496.854	4.126.924
Imposto de Renda e Contribuição Social	(1.508.455)	(1.397.446)
Lucro Líquido do Período	2.988.399	2.729.478
Número de ações	1.000.000	1.000.000
Lucro por ação (R\$)	2.988,40	2.729,48

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis intermediárias.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

	R\$ mil	
	Exercício 2023	Exercício 2022
Lucro Líquido do Exercício	2.988.399	2.729.478
Participação no Resultado Abrangente de Investimentos em participações societárias	(466)	329
Outros resultados abrangentes	(707)	500
Efeito fiscal	241	(171)
Resultado Abrangente do Exercício	2.987.933	2.729.807

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

BALANÇO PATRIMONIAL

	R\$ mil		R\$ mil	
	31.12.2023	31.12.2022	Exercício 2023	Exercício 2022
Ativo Circulante	4.456.686	4.764.890	4.589.865	4.254.929
Caixa e equivalentes de caixa	3.321.812	3.650.518	1.573.893	1.522.364
Comissões a receber	1.128.077	1.114.256	14.933	4.088
Outros ativos	6.797	116	949.072	893.651
Ativo Não Circulante	2.887.911	1.292.715	2.748.860	1.796.338
Ativos Financeiros ao Valor Justo por Meio do Resultado	1.586.371	350.217	13.501	8.791
Ativos por impostos correntes	5.800	5.800	2.735.359	1.787.547
Ativos por impostos diferidos	9.659	4.378		
Comissões a receber	1.046.897	708.990		
Investimentos em participações societárias	4.359	1.506		
Outros ativos	234.825	221.824		
Total do Ativo	7.344.597	6.057.605	7.344.597	6.057.605
Passivo Circulante				
Dividendos a pagar			1.573.893	1.522.364
Provisões trabalhistas, fiscais e cíveis			14.933	4.088
Passivos por impostos correntes			949.072	893.651
Comissões a apropriar			1.952.798	1.760.473
Outros passivos			99.169	74.353
Passivo Não Circulante			2.748.860	1.796.338
Provisões trabalhistas, fiscais e cíveis			13.501	8.791
Comissões a apropriar			2.735.359	1.787.547
Total do Passivo			7.338.725	6.051.267
Patrimônio Líquido			5.872	6.338
Capital social			1.000	1.000
Reservas de capital			4.975	4.975
Reservas de lucros			200	200
Outros resultados abrangentes acumulados			(303)	163
Total do Patrimônio Líquido			5.872	6.338
Total do Passivo e Patrimônio Líquido			7.344.597	6.057.605

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

	R\$ mil	
	Exercício 2023	Exercício 2022
Fluxos de Caixa Provenientes das Atividades Operacionais		
Lucro Líquido do Exercício	2.988.399	2.729.478
Ajustes ao Lucro:		
Resultado de investimentos em participações societárias	(3.319)	673
Atualização monetária de dividendos	32.024	15.915
Atualização dos ativos financeiros a valor justo por meio do resultado	(150.063)	(3.197)
Provisões trabalhistas, fiscais e cíveis	15.555	(1.627)
Lucro Ajustado	2.882.596	2.741.242
Variações Patrimoniais:		
Ativos por impostos correntes e diferidos	(5.281)	37.871
Comissões a receber	(351.728)	(98.653)
Outros ativos	(19.683)	(7.626)
Comissões a apropriar	1.140.137	580.993
Passivos por impostos correntes e diferidos	55.421	146.541
Outros passivos	24.817	(117.869)
Caixa Gerado Pelas/(Consumido Nas) Atividades Operacionais	3.726.279	3.282.499
Fluxos De Caixa Provenientes das Atividades de Investimento		
Aplicações em ativos financeiros a valor justo por meio do resultado	(1.086.091)	(347.020)
Caixa Gerado Pelas/(Consumido Nas) Atividades de Investimento	(1.086.091)	(347.020)
Fluxos de Caixa Provenientes das Atividades de Financiamento		
Dividendos pagos	(2.968.894)	(2.355.068)
Caixa Gerado Pelas/(Consumido Nas) Atividades de Financiamento	(2.968.894)	(2.355.068)
Varição Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa	(328.706)	580.411
Início do exercício	3.650.518	3.070.107
Fim do exercício	3.321.812	3.650.518
Aumento/(Redução) de Caixa e Equivalentes de Caixa	(328.706)	580.411
Informações Complementares das Operações		
Imposto de Renda pago no exercício	(910.375)	(786.061)
Contribuição Social paga no exercício	(383.447)	(341.020)
Total dos Tributos Pagos	(1.293.822)	(1.127.081)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO

	R\$ mil	
	Exercício 2023	Exercício 2022
Receitas	5.009.468	4.786.536
Receitas de comissões	5.001.687	4.671.222
Outras Receitas	7.781	115.314
Insumos Adquiridos de Terceiros	(293.187)	(423.765)
Despesas administrativas e com vendas	(80.574)	(41.708)
Custos dos serviços prestados	(188.792)	(205.870)
Outras	(23.821)	(176.187)
Valor Adicionado Bruto	4.716.281	4.362.771
Depreciação e Amortização	(994)	(969)
Valor Adicionado Líquido Produzido pela Entidade	4.715.287	4.361.782
Valor Adicionado Recebido em Transferência	480.684	381.911
Resultado de investimentos em participações societárias	3.319	(673)
Receitas financeiras	477.365	382.584
Valor Adicionado Total a Distribuir	5.195.971	4.743.693
Distribuição do Valor Adicionado	5.195.971	4.743.693
Pessoal	55.099	43.850
Remuneração direta – Proventos e honorários	39.247	30.544
Benefícios e capacitação	9.896	8.428
FGTS	2.469	1.950
Outros encargos	3.487	2.928
Impostos, taxas e contribuições	2.116.909	1.951.137
Federais	2.001.333	1.841.016
Municipais	115.576	110.121
Remuneração de capitais de terceiros	35.564	19.228
Juros	33.507	17.290
Aluguéis	2.057	1.938
Remuneração de capitais próprios	2.988.399	2.729.478
Dividendos	2.988.399	2.729.478
Lucros retidos do exercício	--	--

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	R\$ mil					
Evento	Capital Social	Reservas de Capital	Reservas de Lucros	Outros Resultados Abrangentes	Lucros ou Prejuízos	Total
			Reserva Legal	Acumulados	Acumulados	
Saldos em 31.12.2021	1.000	4.975	200	(166)	--	6.009
Capitalização da Reserva Legal	--	--	--	--	--	329
Lucro Líquido do Exercício	--	--	--	--	2.729.478	2.729.478
Destinações: - Dividendos intermediários pagos	--	--	--	--	(1.207.114)	(1.207.114)
- Dividendos propostos a pagar	--	--	--	--	(1.522.364)	(1.522.364)
Saldos em 31.12.2022	1.000	4.975	200	163	--	6.338
Mutações do exercício	--	--	--	329	--	329
Saldos em 31.12.2022	1.000	4.975	200	163	--	6.338
Outros resultados abrangentes	--	--	--	(466)	--	(466)
Lucro Líquido do Exercício	--	--	--	--	2.988.399	2.988.399
Destinações: - Dividendos intermediários pagos	--	--	--	--	(1.414.506)	(1.414.506)
- Dividendos propostos a pagar	--	--	--	--	(1.573.893)	(1.573.893)
Saldos em 31.12.2023	1.000	4.975	200	(303)	--	5.872
Mutações do exercício	--	--	--	(466)	--	(466)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.



BB Corretora de Seguros e Administradora de Bens S.A.

Setor de Autarquias Norte, Quadra 5, Bloco B, 3º Andar - Edifício Banco do Brasil, Asa Norte - Brasília-DF - CNPJ 27.833.136/0001-39

Exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023

EXTRATO DAS NOTAS EXPLICATIVAS COMPLETAS (NOTAS EXPLICATIVAS RESUMIDAS)

1 – CONTEXTO OPERACIONAL

A BB Corretora de Seguros e Administradora de Bens S.A. ("BB Corretora" ou "Companhia") é uma empresa controlada pela BB Seguridade Participações S.A. e indiretamente pelo Banco do Brasil S.A., constituída em 30 de junho de 1987.

Está inscrita sob o CNPJ nº 27.833.136/0001-39 e sediada no Setor de Autarquias Norte, Quadra 05, Lote B, Torre Sul, 3º Andar, Edifício Banco do Brasil, Asa Norte, Brasília, Distrito Federal, Brasil.

Tem por objeto social a corretagem, administração, realização, promoção e viabilização de negócios envolvendo seguros dos ramos elementares, vida, capitalização, planos previdenciários e seguro saúde, sendo permitido à Companhia participar direta ou indiretamente de outras sociedades.

Atualmente, além da atuação direta nos negócios de distribuição, que comercializa seguros, previdência aberta, títulos de capitalização e planos privados de assistência odontológica, a BB Corretora detém participação societária na investida Ciclic Corretora de Seguros S.A., que atua na distribuição de produtos de seguridade por meio de canais digitais.

2 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

a) Declaração de Conformidade

As demonstrações contábeis individuais foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem as diretrizes emanadas da Lei das Sociedades por Ações e pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis individuais estão evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

Estas demonstrações contábeis individuais foram aprovadas, e autorizadas para divulgação, pela Diretoria da BB Corretora em 02.02.2024.

b) Continuidade

A preparação das demonstrações contábeis individuais da BB Corretora continuar operando normalmente e está convencida de que ela possui recursos para dar continuidade aos seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações contábeis individuais foram preparadas com base no pressuposto de continuidade operacional.

c) Bases de Mensuração dos Ativos e dos Passivos

Estas demonstrações contábeis individuais foram preparadas utilizando o custo histórico como base de mensuração, exceto quando de outra forma indicado.

d) Moeda Funcional e de Apresentação

As demonstrações contábeis individuais da BB Corretora, para fins de moeda funcional e de apresentação, são apresentadas em Reais (R\$).

e) Sazonalidade das Operações

A BB Corretora e sua investida consideram a natureza de suas transações como não cíclicas e não sazonais, levando em consideração suas atividades apresentadas. Conseqüentemente, não foram fornecidas divulgações específicas nestas notas explicativas.

f) Principais Julgamentos e Estimativas Contábeis

A preparação das demonstrações contábeis individuais em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração faça julgamentos e estimativas que afetam os valores reconhecidos de ativos, passivos, receitas e despesas. As estimativas e premissas adotadas são analisadas em uma base contínua, sendo as revisões realizadas reconhecidas no exercício em que a estimativa é reavaliada, com efeitos prospectivos. Ressalta-se que os resultados realizados poderão ser significativamente diferentes das estimativas correntes.

Considerando que, em muitas situações, existem alternativas ao tratamento contábil, os resultados divulgados poderiam ser distintos, caso um tratamento diferente fosse escolhido. A Administração considera que as escolhas são apropriadas e que as demonstrações contábeis individuais apresentam, de forma adequada, a posição financeira da BB Corretora, o resultado das suas operações e os seus fluxos de caixa, em todos os aspectos materialmente relevantes.

Os ativos e os passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas abrangem itens como valor justo de instrumentos financeiros, redução ao valor recuperável de ativos financeiros – imparidade, redução ao valor recuperável de ativos não financeiros – imparidade, reconhecimento e avaliação de impostos diferidos e provisões e passivos contingentes.

3 – RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As práticas contábeis são os princípios, as bases, as convenções e as regras específicas aplicados pela BB Corretora na elaboração e na apresentação de demonstrações contábeis. A BB Corretora aplicou as práticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os períodos apresentados nestas demonstrações contábeis.

a) Reconhecimento de Receitas e Despesas

As receitas e despesas são reconhecidas pelo regime de competência e são reportadas nas demonstrações contábeis dos exercícios a que se referem. As receitas são aumentos nos benefícios econômicos durante o período contábil, originado no curso das atividades usuais da entidade, na forma de fluxos de entrada ou aumentos nos ativos ou redução nos passivos que resultam em aumento no patrimônio líquido, e que não sejam provenientes de aportes dos participantes do patrimônio.

Esse conceito geral é aplicado para as principais receitas geradas pelas atividades da BB Corretora a saber:

a.1) Receita de investimentos em participações societárias – As receitas oriundas da aplicação do método da equivalência patrimonial para avaliação dos investimentos em participações societárias são reconhecidas na proporção da participação acionária detida pela BB Corretora nos resultados gerados pelas investidas, de acordo com o CPC 18 (R2) [IAS 28] - Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto.

a.2) Receita de comissões – As receitas de comissões são reconhecidas quando o seu valor, os seus custos associados e o estágio de conclusão da transação puderem ser mensurados de forma confiável e quando for provável que os benefícios econômicos associados à transação serão realizados, de acordo com o CPC 47 [IFRS 15] - Receita de Contrato com Cliente.

Para o reconhecimento da receita, a BB Corretora utiliza do conceito de um modelo de cinco etapas para determinar quando reconhecer a receita: (i) identificação do contrato; (ii) identificação das obrigações de desempenho; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço da transação e (v) reconhecimento da receita.

As receitas de comissões são reconhecidas quando (ou à medida que) a entidade satisfizer à obrigação de desempenho ao transferir o bem ou serviço (ou seja, um ativo) prometido ao cliente. As receitas de comissões são provenientes dos segmentos de seguros de pessoas, ramos elementares, planos de previdência, capitalização e de saúde. Essas receitas são reconhecidas ao longo do tempo (produtos com vigência definida), em que a obrigação de desempenho é diluída de forma linear ao longo da vigência do produto/seguro, ou em momento específico (produtos mensais), em que a obrigação de desempenho ocorre mensalmente, conforme as características dos produtos.

Em casos de devolução de prêmios aos segurados, a corretora restitui à seguradora a comissão (seguros anuais) recebida na proporção do valor devolvido em função do período remanescente da apólice.

Para os seguros cujo fim da vigência não é objetivamente definido (seguros mensais), o pagamento mensal das contraprestações é determinante para a continuidade da vigência das apólices, não cabendo, em geral, devolução de comissões.

Para o acompanhamento e controle das comissões de corretagem, a BB Corretora utiliza o sistema ERP (*Enterprise Resource Planning*), que possui módulo específico para as corretagens, denominado "Motor de Cálculo". Tal módulo tem como objetivo receber de forma padronizada todas as informações necessárias das empresas seguradoras, operadoras de saúde e do Banco do Brasil, permitindo automatizar as análises quantitativas e qualitativas dos processos de operações de vendas e operações de contas a receber dos produtos de seguridade, possibilitando maior controle e conciliação dos valores de corretagem, além de permitir a contabilização de forma automática.

b) Investimentos em Participações Societárias

De acordo com o método da equivalência patrimonial, o investimento é mensurado inicialmente ao custo e posteriormente ajustado pelo reconhecimento da parte do investidor nas alterações dos ativos líquidos da investida. Além disso, deve constar no resultado do exercício do investidor a parcela que lhe couber nos resultados gerados pela investida, conforme CPC 18 (R2) [IAS 28] - Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto.

O investimento em participação societária na companhia Ciclic Corretora de Seguros S.A. é classificado como investimento em controlada em conjunto e avaliado pelo método de equivalência patrimonial.

Nas situações em que a investida utiliza práticas contábeis diferentes em eventos e transações de mesma natureza em circunstâncias semelhantes, efetuam-se os ajustes necessários para adequar as demonstrações contábeis da investida às práticas contábeis adotadas pela investidora.

EXTRATO DAS INFORMAÇÕES RELEVANTES CONTEMPLADAS NO RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

As demonstrações contábeis completas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e o relatório do auditor independente sobre essas demonstrações contábeis completas estão disponíveis eletronicamente no endereço <https://www.bb.com.br/pbb/pagina-inicial/bb-seguros/conheca-a-bb-seguros/bb-corretora-de-seguros-e-administracao-de-bens-sa/demonstracoes-contabeis/#/>. O referido relatório do auditor independente sobre essas demonstrações contábeis foi emitido em 02 de fevereiro de 2024, sem modificações.

EXTRATO DAS INFORMAÇÕES RELEVANTES CONTEMPLADAS NO PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Parecer do Conselho Fiscal, datado de 02 de fevereiro de 2024, emitido em conjunto com as demonstrações contábeis completas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, encontra-se disponível no endereço eletrônico <https://www.bb.com.br/pbb/pagina-inicial/bb-seguros/conheca-a-bb-seguros/bb-corretora-de-seguros-e-administracao-de-bens-sa/demonstracoes-contabeis/#/>. O Conselho Fiscal, por unanimidade de seus membros, concluiu que as Demonstrações Financeiras, acompanhadas do Relatório Anual da Administração, e a proposta de destinação do resultado estão adequadamente apresentadas e opina favoravelmente ao seu encaminhamento para deliberação da Assembléia Geral dos Acionistas.

JUDICIÁRIO

Um país “à beira do impensável”

Em aula magna na PUC-SP, Barroso dá indícios daquilo que o STF já sabe sobre a tentativa de golpe arquitetada por Bolsonaro

» VINICIUS DORIA

Carlos Moura/SCO/STF



As frases espirituosas e bem-humoradas do presidente do Supremo Tribunal Federal, Luís Roberto Barroso, provocaram risos na plateia da aula magna do curso de direito da PUC de São Paulo, ontem, apesar da aridez e da complexidade do tema da palestra. Ao falar sobre democracia e ameaças de golpe de Estado no século 21, o magistrado sintetizou, com um jogo de palavras, as investigações comandadas pelo STF que apuram a tentativa de subversão da ordem constitucional para impedir que Luiz Inácio Lula da Silva assumisse a Presidência da República. Segundo Barroso, o inquérito está “revelando que estamos mais próximos do que pensávamos do impensável”.

“Achávamos que já havíamos percorrido todos os ciclos do atraso institucional para termos que nos preocupar com ameaça de golpe de Estado no século 21”, disse o ministro, ao se referir à Operação Tempus Veritatis, da Polícia Federal, que incluiu de forma definitiva o ex-presidente Jair Bolsonaro na trama golpista.

Barroso lembrou aos alunos do curso de direito que o Brasil viveu, em seu período

pós-redemocratização, 35 anos de estabilidade institucional, apesar de dois impeachments de presidentes (Fernando Collor de Mello e Dilma Rousseff) e de “casos imensos de corrupção”. Mas, em momento algum, como ressaltou, foi cogitada uma alternativa “que não fosse

o respeito à legalidade constitucional e às regras do jogo democrático”.

“Esse problema só entrou no radar, infelizmente, nos últimos anos, de maneira muito preocupante”, reconheceu o presidente do STF. Barroso criticou a politização das Forças Armadas ao afirmar que os militares

“foram manipulados e arremessados na política por lideranças”.

“Talvez tenha sido uma das coisas mais dramáticas para a democracia”, disse Barroso, antes de taxar de “papalão” a presença de oficiais das Forças Armadas na comissão montada pelo Tribunal Superior



(Os militares) fizeram um papelão no TSE. Convidados para ajudar na segurança e na transparência (do processo eleitoral), foram induzidos por uma má liderança a ficarem dando suspeitas falsas, quando a lealdade é um valor que se ensina nas Forças Armadas”

Ministro Luís Roberto Barroso, presidente do STF

Eleitoral (TSE) para aferir a segurança das urnas eletrônicas.

“Fizeram um papelão no TSE. Convidados para ajudar na segurança e na transparência (do processo eleitoral), foram induzidos por uma má liderança a ficarem dando suspeitas falsas,

quando a lealdade é um valor que se ensina nas Forças Armadas”, criticou Barroso.

O inquérito dos atos golpistas entrou, em fevereiro, na fase mais aguda, com a convocação, pela Justiça, de oficiais de alta patente para explicar a participação de militares e o papel do então presidente Jair Bolsonaro na conspiração. Entre as provas colhidas pela PF está uma minuta de decreto cujo objetivo era melar as eleições e provocar uma intervenção na Justiça Eleitoral.

“Além de coisas que ficamos sabendo, como o uso da inteligência governamental para perseguir adversários, o incentivo aos acampamentos de golpistas, o desfile de tanques na Praça dos Três Poderes, ataques à imprensa, culminando no 8 de janeiro, que não foi um processo espontâneo, mas uma articulação”, avaliou o ministro.

Sem citar, em momento algum, o nome de Jair Bolsonaro, Barroso analisou a influência da religião (“um fenômeno global”) e o poder das notícias falsas para interferir no processo eleitoral. “Não se pode aparelhar a religião para servir a causas. Usar a religião e dizer ‘O meu adversário é o demônio’, é uma forma pavorosa de manipular a crença e a ingenuidade das pessoas”, lamentou.

Gustavo Moreno/SCO/STF



Julgamento será retomado com voto do ministro André Mendonça

Maconha: regra não sujeita ao preconceito

O Supremo Tribunal Federal retoma, amanhã, o julgamento sobre a descriminalização do porte de maconha para consumo próprio, perto de formar maioria para fixar uma quantidade da droga para diferenciar o usuário de um eventual investigado por tráfico. O placar do julgamento está em 5 x 1, e a discussão será retomada com o voto do ministro André Mendonça.

O presidente do STF, Luís Roberto Barroso, ressaltou, ontem, que o objetivo da Corte é fazer com que se crie uma regra “que valha para todo mundo e não seja definida pelo policial no ato da prisão”. “Não tem a ver com

descriminalização, mas impedir uma injustiça e a discriminação”, ressaltou, após ministrar aula magna para os estudantes de Direito da PUC de São Paulo.

“Quem despenalizou o porte pessoal de droga foi o Congresso, ao deixar de prever pena de prisão para o usuário. O que foi uma decisão feliz porque não adianta nada prender as pessoas que, conforme o caso, podem precisar de tratamento”, disse.

Segundo Barroso, “o que o STF vai decidir é qual a quantidade que deve ser considerada para tratar como porte ou tráfico. Sem o STF ter essa definição, como não está na lei, quem a faz é

a polícia. E o que se verifica é um critério extremamente discriminatório. Dependendo se um bairro é de classe média alta ou de periferia, a mesma quantidade recebe tratamento diferente. Nos bairros mais favorecidos, é porte; nos menos, é tráfico”.

A ação que tramita no STF trata da constitucionalidade de trecho da lei de drogas que estabelece punições para o porte de drogas de uso pessoal. O julgamento foi iniciado em 2015, mas sofreu interrupções — a mais recente, resultante do pedido de vista (mais tempo para análise) do ministro André Mendonça, em agosto passado.

O foco da corrente, por enquanto vencedora, é estabelecer parâmetros para diferenciar o porte pessoal do tráfico. Até aqui, o posicionamento com maior força no STF é o do ministro Alexandre de Moraes, no sentido de presumir como usuárias as pessoas flagradas com 25g até 60g de maconha, ou que tenham a posse de seis plantas fêmeas.

Na última sessão, o ministro Cristiano Zanin inaugurou divergência no julgamento, votando contra a descriminalização. Mas ele sugeriu fixar a quantidade máxima de 25 gramas para diferenciar usuário de traficante.

Brasília-DF



DENISE ROTHENBURG
deniserothenburg.df@dabr.com.br

Barroso x PT

O presidente da STF, Luís Roberto Barroso, e o PT se uniram contra Bolsonaro, mas estão separados quando o assunto é o julgamento da juíza Gabriela Hardt, que substituiu Sérgio Moro na 13ª Vara Federal, em Curitiba. O ministro torce por um arquivamento, enquanto o partido, autor da reclamação, pressiona por uma condenação.

Depois da desoneração...

...mantida, os parlamentares correm para tentar preservar o programa de socorro ao setor de eventos, o Perse. Até aqui, o governo não tem os votos para fazer valer sua vontade.

Pauta boa passa fácil

Se tem um projeto que o governo tem tudo para aprovar, é o que regulamenta o trabalho dos motoristas por aplicativos — apresentado, ontem, no Palácio do Planalto. A avaliação geral é de que, salvo uma vírgula ali e outra acolá no texto, nenhum partido ficará contra.

Por falar em votos...

Parlamentares e prefeitos ainda aguardam a liberação de recursos prometidos para antes das eleições. O medo dos congressistas é o de que não dê tempo de repassar os R\$ 20 bilhões prometidos para este semestre.

Aliás...

As emendas têm feito parte das audiências dos ministros no Palácio do Planalto. Hoje, por exemplo, André Fufuca (Esportes) tem reunião com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Há quem diga que este será um dos temas a ser tratado.

Até aqui, mantém-se o script

O depoimento do general Marco Antonio Freire Gomes, ex-comandante do Exército — aquele que aparece em mensagens dos bolsonaristas como “cagão”, conforme o classificou o ex-candidato a vice-presidente Walter Braga Netto —, não foi suficiente para mudar o

roteiro dos ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) a respeito do processo de apuração sobre o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL). A ideia é não queimar etapas do devido trâmite processual. Nesse sentido, qualquer pedido de prisão, só depois de transitado em julgado.



CURTIDAS

Mudou, mas.../ Aos poucos, as mulheres vão ganhando espaço na Arábia Saudita, mas alguns aspectos ainda precisam ser revistos. Na sede da Federação das Câmaras de Comércio, por exemplo, o banheiro feminino era comparado aos dos postos de combustíveis das estradas brasileiras — sem espelho e com espaço ínfimo. A cúpula do LIDE bateu o pé e exigiu um banheiro condizente com as necessidades femininas e o respeito às mulheres.

Corre, senão alguém passa/ Presidente do LIDE Arábia Saudita e anfitrião da delegação brasileira da LIDE Brazil Saudi Arabia Conference, em Riad, Abdulmalik Al Qhatani mencionou em sua fala que, “em breve”, seu país será reconhecido como produtor de energia sustentável. “Planejamos construir a maior planta de hidrogênio verde”, adiantou. O Brasil tem planos semelhantes.

Instagram pessoal



Nem vem/ De dentro do PSDB, vem a notícia de que é mais fácil a governadora de Pernambuco, Raquel Lyra (foto), deixar o partido do que o partido deixar de ser oposição ao governo Lula.

LANÇAMENTO DO LIVRO

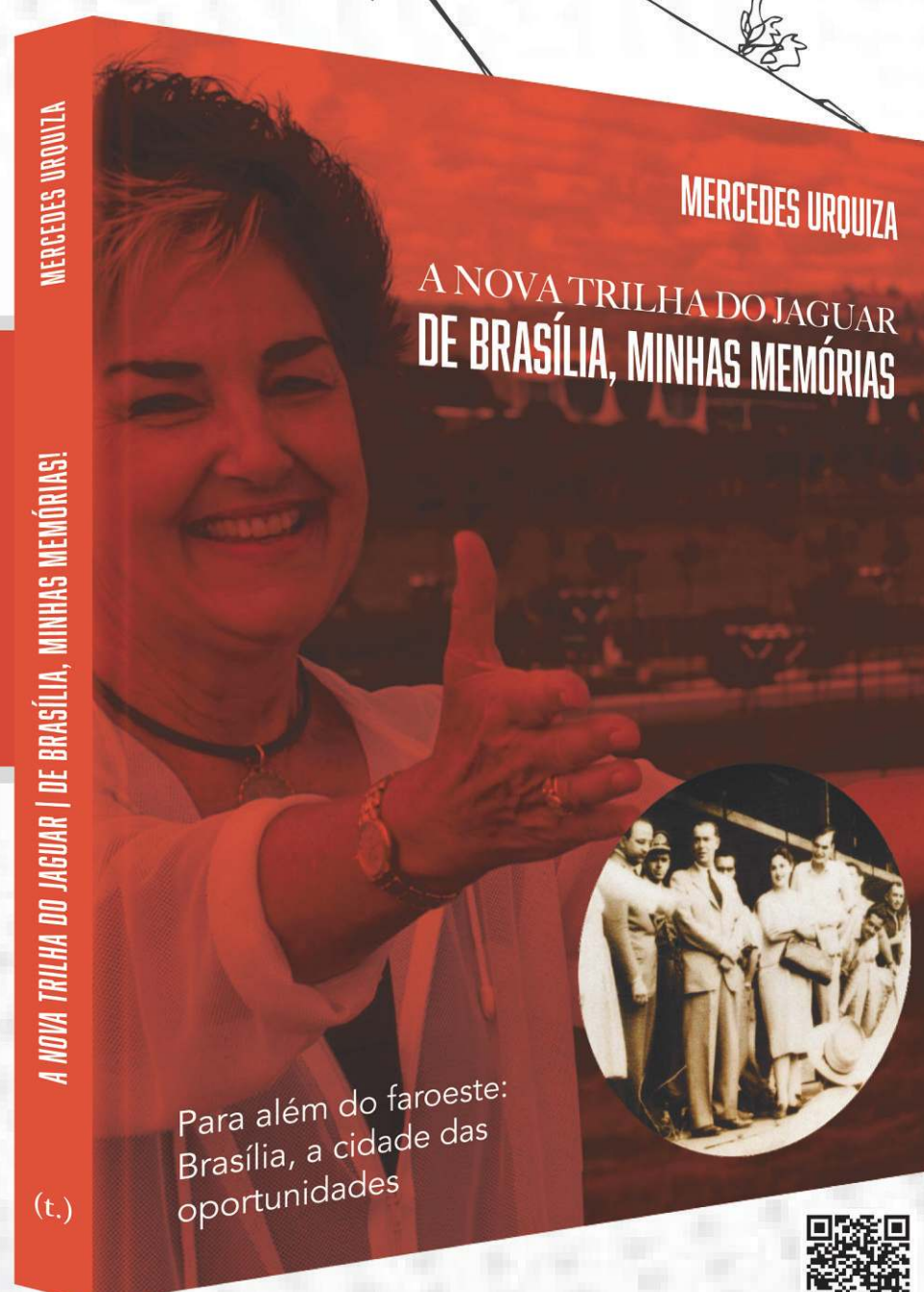
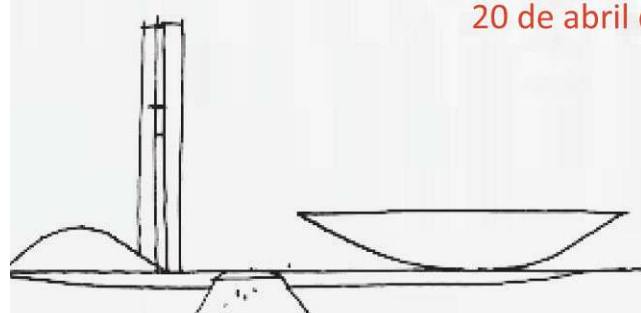
“A NOVA TRILHA DO JAGUAR DE BRASÍLIA, MINHAS MEMÓRIAS”

DATA: 18 DE ABRIL DE 2024

“A autora, Mercedes Urquiza, é uma empreendedora brasiliense que, desde 1957, cresceu com a capital no ritmo da era JK. Neste segundo livro de sua autoria, ela divide com os leitores histórias reais e inéditas. Imperdível.”

“Um dia virá alguém que fixará no papel a nossa vida de candango.”

Juscelino Kubistschek de Oliveira
20 de abril de 1960.



Informações: 61 98440-1100

Disponível também na amazon.com.br



APOIO

PUBLICAÇÃO





SAÚDE PÚBLICA

Dengue: apenas 14% das doses aplicadas

Ministério disponibilizou mais de 1,2 milhão de vacinas, porém pouco mais de 182 mil foram aplicadas. Mapeamento listou 521 municípios, que foram selecionados por serem considerados regiões endêmicas

Fábio Rodrigues Pozzebom/Agência Brasil



Aplicação da Qdenga está disponível desde 9 de fevereiro. O esquema vacinal contra a dengue requer duas doses, com baixo efeito colateral

O Brasil atingiu, na semana passada, mais de 1 milhão de casos de dengue, mas um dos fatores que podem estar contribuindo para o avanço da infecção é o baixo índice de vacinação contra a doença. Segundo levantamento realizado pelo Ministério da Saúde, de 1.235.119 imunizantes entregues a municípios com alta incidência do vírus, somente 182.204 foram aplicadas nas crianças e nos adolescentes com o perfil necessário para receber a dose.

Isso representa que apenas 14,75% do total de vacinas distribuídas foram aplicadas. Esses dados referem-se ao período entre 9 de fevereiro, quando começou a campanha de imunização, até 2 de março — o Dia D contra a dengue.

Segundo o ministério, 521 municípios foram selecionados para receber as vacinas, que estão sendo oferecidas pelo Sistema Único de Saúde (SUS). São 37 regiões consideradas endêmicas para dengue, de acordo com mapeamento feito pela pasta.

No Distrito Federal, por exemplo, apenas 32% das crianças de 10 e 11 anos haviam sido imunizadas, quase 20 dias depois de as vacinas passarem a ser oferecidas. Foram repassadas pelo ministério 71.708 doses, e aproximadamente 48 mil continuavam disponíveis para aplicação em todos os 67 pontos de imunização.

O DF é uma das unidades da Federação mais afetadas pela dengue e, segundo o Painel de Monitoramento de Arboviroses, do Ministério da Saúde, foram registrados 117.588 casos prováveis e 78 mortes pela doença — 73 óbitos estão sendo investigados. O coeficiente de incidência é de 3.647 casos para cada grupo de 100 mil pessoas.

Se não forem aplicadas, as vacinas contra a dengue entregues ao DF correm o risco de perder a validade — cujo prazo é até 30 de

1,2 MILHÃO
de casos foram registrados, até ontem, no Painel de Arboviroses do ministério; 278 mortes foram contabilizadas e 744 óbitos estavam sob investigação

abril. Uma nota do GDF salienta que "tratativas estão sendo feitas para uma possível ampliação no público-alvo, a fim de garantir

que todas as doses sejam efetivamente aplicadas".

Outra unidade da Federação que apresenta baixa cobertura vacinal contra a dengue é a cidade do Rio de Janeiro. Até 1º de março, apenas 18% das crianças de 10 e 11 anos da capital fluminense haviam sido imunizadas contra o vírus transmitido pelo *Aedes aegypti*. Balanço da Secretaria Municipal de Saúde aponta que, na primeira semana em que as doses estavam disponíveis, apenas 25.317 foram aplicadas.

Ainda de acordo com o Painel de Arboviroses, em todo o estado do Rio de Janeiro foram

registrados 91.445 casos prováveis de dengue e 13 mortes pela doença — 73 óbitos estão sob investigação. O coeficiente de incidência é de 575 casos para cada grupo de 100 mil habitantes.

Segundo o painel, foram registrados até ontem 1.212.263 casos de dengue em todo o país, com 278 mortes e 744 óbitos em investigação. A taxa de incidência é de 597 casos para cada grupo de 100 mil cidadãos.

A Região Sudeste é a que apresenta os piores índices. De acordo com os números coletados pelo Ministério da Saúde, são 761.798 registros e 91

mortes, sendo que 474 estão sendo analisadas. Em segundo, está o Centro-Oeste: 201.604 casos confirmados, 115 vidas perdidas para a doença e outras 144 sendo analisadas. Na sequência, vem o Sul, com 174.845 confirmações — 57 mortes e outras 73 são avaliadas.

O esquema vacinal completo com a Qdenga requer a aplicação de duas doses, que garantem cerca de 80% de eficácia. Os efeitos colaterais, inclusive em crianças, são considerados inexpressivos — como manchas pelo corpo ou alguma dor. Na rede privada de imunização, a aplicação custa, em média, R\$ 500.

CULTURA

Lula abre evento com apoio à Palestina e anti-Bolsonaro

» LUANA PATRIOLINO

A abertura da 4ª edição da Conferência Nacional de Cultura, ontem, em Brasília, tornou-se um evento político no qual o presidente Luiz Inácio Lula da Silva reafirmou dois compromissos: com o clamor pelo fim da morte de civis na Faixa de Gaza e com a punição aos golpistas que tramaram contra a normalidade democrática. Ele não apenas posou com uma bandeira da Palestina, como afirmou, em discurso, que seu antecessor, Jair Bolsonaro, "está tentando escapar" da possibilidade de ser preso.

O abraço de Lula à bandeira palestina vem dias depois de ter acusado o atual governo israelense de praticar um genocídio na Faixa de Gaza, por conta da guerra contra os terroristas do Hamas. Na sexta-feira passada, por conta da morte de 100 civis famintos que cercaram um comboio humanitário — organismos internacionais investigam se a matança foi praticada por soldados israelenses —, o

presidente pediu uma moção de repúdio aos ataques, ao participar da Cúpula da Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos (Celac), em São Vicente e Granadinas.

Na sequência do pedido de Lula, o Ministério das Relações Exteriores emitiu uma dura nota, na qual acusou o governo do primeiro-ministro de Israel, Benjamin Netanyahu, de não ter "qualquer limite ético ou legal".

Em relação a Bolsonaro, o presidente aproveitou o discurso para afirmar que a manifestação de 25 de fevereiro, na Avenida Paulista, em São Paulo, foi organizada por um "cidadão que sabe que fez caca, que fez burrice, que tentou dar um golpe, que sabe que vai para a Justiça, que sabe que vai ser julgado e que, se for julgado, ele pode ser preso e está tentando escapar".

Lula disse que existe uma indústria de mentiras e desinformações, que mente 24 horas por dia "contra tudo e contra todos". Sem citar Bolsonaro, acrescentou

Ricardo Stuckert/PR



No discurso na 4ª Conferência de Cultura, presidente lembrou os ataques aos artistas que o apoiaram

que "ninguém pode viver a vida inteira contando mentira, levantando falsa acusação contra as pessoas, utilizando no nome de Deus em vão, quando nem parece que ele acredita em Deus."

O presidente lembrou, ainda, o polêmico vídeo do ex-secretário nacional da Cultura, Roberto Alvim, em 2020, que fez um discurso sobre arte com uma

postura corporal semelhante à histórica foto do ministro da Propaganda de Adolf Hitler, Joseph Goebbels. Lula ainda destacou os ataques sofridos pelos artistas que declararam apoio a ele na campanha eleitoral.

"Para que não se esqueça: vivemos quatro anos sob um governo que acabou com o Ministério da Cultura. Com um presidente

que coordenava ataques nas redes contra artistas como Anitta, Taís Araújo, Zélia Duncan e Daniela Mercury. Com um secretário de Cultura fazendo vídeo inspirado em nazistas. Um outro secretário de Cultura que chamava artistas de 'criaturas imundas'", disse, referindo-se ao ex-secretário nacional de Cultura, o hoje deputado federal Mario Frias (PL-SP).

SEGURANÇA

Beira-Mar sai de Mossoró e vai para Catanduvas

» RENATO SOUZA
» PABLO GIOVANNI

O traficante Luiz Fernando da Costa, o Fernandinho Beira-Mar, foi transferido da Penitenciária Federal de Mossoró para a Penitenciária Federal de Catanduvas, no Paraná, em uma operação sigilosa, no sábado passado. A informação foi confirmada ao **Correio** por fontes que cuidaram do forte esquema de segurança, coordenado pela Secretaria de Políticas Penais do Ministério da Justiça e Segurança Pública.

Além do ex-chefe do Comando Vermelho, mais de 22 detentos deixaram Mossoró com destino a outras unidades prisionais. Entre eles, estão Railan Silva dos Santos e Selmir da Silva Almeida, que foram detidos no Acre e chegaram a Mossoró junto com Deibson Nascimento e Rogério Mendonça, que estão foragidos desde o dia 14 de fevereiro.

Em nota, a Corregedoria da penitenciária afirmou que as transferências fazem parte de procedimentos de rotina. Deibson e Rogério são da mesma facção criminosa de Beira-Mar, o que levantou o alerta das autoridades. A escapada dos dois foi a primeira de um presídio federal de segurança máxima desde que o sistema foi implementado, em 2006. A forma como ocorreu a fuga, com os detentos se aproveitando de uma falha na arquitetura da unidade — saíram por um espaço na parede usado para fixar a luminária da cela —, levou ao temor de que outros presos se aproveitem do mesmo problema para deixar o cárcere.

Nas buscas aos dois foragidos, investigadores encontraram balas de fuzil dentro de um buraco cavado pelos criminosos. Testemunhas informaram às autoridades que avistaram a dupla na quinta-feira passada. A cova onde estava a munição, de acordo com autoridades envolvidas nas investigações, também foi usada por Deibson e Rogério para se esconderem dos drones que detectam calor humano.

Cerca de 500 policiais estão envolvidos nas buscas pelos foragidos, que duram 20 dias. Os agentes são da Polícia Federal (PF), Polícia Rodoviária Federal (PRF), Força Nacional e polícias estaduais, e vêm atuando 24 horas. Em Mossoró, o ministro Ricardo Lewandowski afirmou, há poucos dias, que nenhuma hipótese está afastada, mas que só a conclusão da investigação indicará se houve convivência de agentes penitenciários.

Campo Grande

Em Campo Grande, dois presos conseguiram fugir de outro presídio federal de segurança máxima pulando o muro, na madrugada de ontem. Outros dois detentos também teriam tentado, mas foram interceptados por agentes que impediram a fuga, segundo a Agência Estadual do Sistema Penitenciário (Agepen). Todos os presos estavam no Estabelecimento Penal Jair Ferreira de Carvalho.

Os fugitivos são Naudiney de Arruda Martins, de 33 anos, que cumpria pena por roubo à mão armada, e Douglas Luan Souza Anastácio, de 34 anos, que cumpria pena por tráfico de drogas. Eles teriam fugido às 3h40 a partir de uma corda sobre um dos muros da unidade, onde não há presença de câmeras de monitoramento.



8 • Correio Braziliense — Brasília, terça-feira, 5 de março de 2024

Bolsas	Pontuação B3	Dólar	Salário mínimo	Euro	CDI	CDB	Inflação
Na segunda-feira	Ibovespa nos últimos dias	Na segunda-feira	Últimos	Comercial, venda na segunda-feira	Ao ano	Prefixado 30 dias (ao ano)	IPCA do IBGE (em %)
0,65% São Paulo	129.180	R\$ 4,947 (- 0,16%)	R\$ 1.412	R\$ 5,371	11,15%	10,97%	Setembro/2023 0,26 Outubro/2023 0,24 Novembro/2023 0,28 Dezembro/2023 0,56 Janeiro/2024 0,42
0,25% Nova York	27/2 28/2 29/2 1/3	27/fevereiro 4,933 28/fevereiro 4,970 29/fevereiro 4,972 1/março 4,955					

COMÉRCIO EXTERIOR

Em missão promovida pelo Grupo de Líderes Empresariais (Lide), empresários brasileiros falaram do potencial de negócios entre os dois países. O evento também trata de oportunidades bilaterais em outras áreas, como aviação e saúde

Sauditas de olho no agro brasileiro

» DENISE ROTHENBURG
» ENVIADA ESPECIAL

FELIPE FERUGON



Empresários brasileiros e sauditas debatem, em Riad, oportunidades de negócios bilaterais. Agricultura é um dos temas de interesse comum

Riad, Arábia Saudita — Responsável pela política agrícola no primeiro governo Lula, em 2003, o ex-ministro Roberto Rodrigues recusou voltar ao Poder Executivo 20 anos depois, mas continua alinhado ao presidente Lula na visão dos desafios que o mundo precisa enfrentar e cuja solução está em solo brasileiro. Em palestra na Brazil Saudi Arabia Conference, promovida pelo LI-DE na capital saudita, Rodrigues listou o que considera “os quatro cavaleiros do Apocalipse”: segurança alimentar, mudanças climáticas, transição energética e desigualdade social.

De todos, avalia o ex-ministro, a segurança alimentar é crucial para ajudar a resolver os demais: “Sem comida, cai governo”, alertou, citando o caso do Sri Lanka, onde a falta de alimentos foi um dos fatores que desencadeou a queda do presidente Gotabaya Rajapaksa.

O ex-ministro foi incisivo ao dizer que a segurança alimentar é uma “questão de estabilidade social e política” e a solução está na agricultura praticada no faixa tropical do planeta, onde o Brasil está inserido. “Para a produção de alimentos no mundo crescer 20%, a do Brasil precisa crescer 40%. Podemos crescer tudo isso? Sim. Vamos crescer? Depende da estratégia que adotarmos”, diz ele, defendendo as cooperativas e o crédito agrícola e ação que facilitem a vida do produtor.

Rodrigues evitou críticas ao governo em sua palestra, ainda mais em se tratando de um evento destinado a promover negócios entre empresários dos dois países. Mas, em Brasília, parlamentares do setor do agro reiteram que o governo Lula e o agronegócio têm tido problemas, como a demarcação das terras indígenas e a falta de recursos para o seguro agrícola.

Além de Roberto Rodrigues, outro ex-ministro da Agricultura,

Antonio Cabrera, tratou de vender o Brasil como a meca da produção alimentícia. “Brasil é a terra da oportunidade. Durante seis meses, nosso principal concorrente fica sob a neve. Temos segunda safra. Colhe o produto e está plantando outra cultura. É a céu aberto”, disse o ex-ministro do governo Fernando Collor de Mello e ex-secretário de Agricultura de Mário Covas, em São Paulo, na década de 90.

Além de alimentos, os empresários brasileiros começam a olhar com mais atenção para produtos nutritivos e ingredientes. “A Arábia Saudita importou 50 mil toneladas de carne, a US\$ 500 milhões de dólares,

mas importou US\$ 1 bilhão em ingredientes”, afirmou Sampaio, da Minerva Food’s, que há anos negocia com os árabes. A avaliação é a de que, se os árabes estão ampliando a sua economia, cabe aos empresários também ficarem de olho nas novas brechas do mercado.

Os sauditas estão dispostos a diversificar a sua economia, dentro do projeto “Visão 2030”, e vai muito além do agro. (Leia mais nesta página). Presidente da Câmara de Comércio Árabe Brasileira, Osmar Chohfi, está otimista: “A Arábia Saudita está sempre entre os primeiros parceiros comerciais do Brasil no mundo árabe. No ano passado, foi o

primeiro. A tendência é essa parceria se estreitar. Mesmo no agro, nós temos a produção agrícola, e eles produzem fertilizantes. É um ganha-ganha”, avalia Chohfi.

Outros temas foram fármacos, unidades hospitalares, construção civil, mineração e energia, campos que os sauditas que também buscam parcerias. A missão empresarial levada pelo LI-DE continua seu périplo pela Arábia Saudita, com uma visita ao PIF, o fundo de investimentos mais ativo do mundo no ano passado e ao Ministério de Investimentos da Arábia Saudita.

*A repórter viajou a convite do grupo Lide



Para a produção de alimentos no mundo crescer 20%, a do Brasil precisa crescer 40%. Podemos crescer tudo isso? Sim. Vamos crescer? Depende da estratégia que adotarmos”

Roberto Rodrigues, ex-ministro da Agricultura

Exportação de aviões

A Arábia Saudita pode se transformar em um “hub” de montagem e distribuição da principal aeronave militar da Embraer, o KC-390, e, a partir dali, a empresa não descarta no futuro ampliar seu mercado para Ásia e África. “Queremos transformar a Arábia Saudita num hub da Embraer”, afirmou o vice-presidente da Embraer Defesa e Segurança para Oriente Médio, Asia-Pacífico, Caetano Spuldaro Neto, durante palestra na Conferência Arábia Saudita Brasil, promovida pelo grupo Líderes empresariais (Lide). Nesse sentido, pode estar ali, em meio aos petrodólares, a primeira linha de montagem da empresa fora do Brasil.

“O KC-390 é o produto brasileiro mais inovador do seu segmento de negócio, transporte militar tático, com capacidade de 26 toneladas de carga. Pode gerar uma economia de US\$ 2 bilhões aos sauditas em 30 anos”, comentou Spuldaro Neto em sua fala.

A Embraer está na fase de conversas exploratórias no país, em sintonia com a “visão 2030”, de modernização da economia saudita. Além da linha de produção, a Embraer vislumbra um aumento da sua cooperação com os sauditas com escritórios de engenharia, compra de componentes locais e serviços para seus produtos.

Nos últimos anos, os negócios entre Brasil e Arábia Saudita subiram de US\$ 5 bilhões para US\$ 7 bilhões, conforme lembrou o embaixador da Arábia Saudita no Brasil, Faisal Ghulam, na mensagem exibida na abertura do evento. E a tendência é de que esses valores cresçam. “A realização deste evento é sinal de que a relação entre os dois países está em ascensão”, comentou. (DR)

American encomenda 133 aviões da Embraer

» ROSANA HESSEL

A Embraer confirmou o recebimento, ontem, de uma encomenda importante da maior companhia aérea dos Estados Unidos, a American Airlines, totalizando 133 jatos. É o maior pedido já feito pela empresa norte-americana para a fabricante brasileira de aviões da história, segundo informações da indústria aeronáutica sediada em São José dos Campos (SP). O valor do negócio pode superar US\$ 7 bilhões (cerca de R\$ 35 bilhões).

As aeronaves, no modelo E175, serão utilizadas pela subsidiária regional da corporação, a American Eagle, nos voos domésticos. A empresa realizou 90 pedidos firmes dos aviões da Embraer, com direitos de compra de outras 43 unidades do mesmo modelo.

Os jatos serão entregues com 76 assentos, na configuração padrão de duas classes

da American Airlines. Caso todos os direitos de compra sejam exercidos pela companhia aérea, o acordo superará o valor de US\$ 7 bilhões, conforme dados da Embraer. As entregas terão início em 2025.

Apenas essa nova encomenda, realizada no primeiro trimestre de 2023, representa quase 37,4% da carteira de pedidos da Embraer no fim do ano passado, que somava US\$ 18,7 bilhões — dado US\$ 1,2 bilhão acima do registrado em 2022. Em 2023, a empresa paulista registrou crescimento de 13% nas entregas de aeronaves.

O E175 é um dos modelos mais populares da Embraer nos Estados Unidos, com 837 aeronaves vendidas (incluindo as 90 encomendadas da American Airlines) e 88% de participação de mercado no segmento desde 2013. “Na última década, investimos fortemente na modernização e simplificação de nossa

Marcio Jumpei Nakatsui-Brasil



Jato comercial E 175, da Embraer, vendido à American Airlines

frota, que é a maior e a mais jovem entre todas as companhias aéreas dos Estados Unidos”, disse o CEO da American Airlines, Robert Isom, em comunicado da Embraer.

De acordo com informações da Embraer, a American Airlines está focada em operar aeronaves regionais de cabines maiores e configuradas em duas classes para continuar ampliando a conectividade entre mercados menores e a sua malha aérea global. A companhia pretende aposentar todas as suas aeronaves com capacidade para até 50 assentos, em classe única, até o fim da década e passar a servir os mercados de menor e médio porte com aeronaves regionais maiores.

A expectativa é de que os jatos regionais com duas classes de cabine dominem a frota regional da American Airlines assim que as entregas dos novos E175 da Embraer forem

concluídas. “O E175 é a verdadeira espinha dorsal da aviação regional dos Estados Unidos, conectando todos os cantos do país. O E175 é uma das aeronaves de maior sucesso do mundo e foi aperfeiçoado com uma série de modificações que melhoraram o consumo de combustível em 6,5%. Este é o maior pedido de E175 já realizado pela American Airlines e agradecemos a contínua confiança em nossos produtos e pessoas”, afirmou Arjan Meijer, presidente e CEO da Embraer Aviação Comercial, também em nota da companhia.

Desde a fundação, em 1969, a Embraer entregou mais de 8 mil aeronaves. Em média, a cada 10 segundos uma aeronave fabricada pela Embraer decola de algum lugar do mundo, transportando anualmente mais de 145 milhões de passageiros, conforme dados da fabricante brasileira.

DIREITOS DAS MULHERES

Diferença é grande, diz Bird

De acordo com novo levantamento do Banco Mundial, as mulheres têm menos de dois terços dos direitos masculinos

» ROSANA HESSEL

As lacunas globais de gênero no ambiente de trabalho são maiores do que se pensava anteriormente, conforme dados de um relatório divulgado, ontem, pelo Banco Mundial (Bird, na sigla em inglês). As mulheres gozam de menos de dois terços dos direitos dos homens e nenhum país pesquisado oferece oportunidades iguais às mulheres — nem mesmo as economias mais ricas —, de acordo com o levantamento feito junto a 190 países.

O Banco Mundial introduziu novas formas de medir o progresso da igualdade legal de gênero na décima edição do relatório “Mulheres, Empresas e o Direito”, recém-divulgado. No levantamento, há dois conjuntos de dados: Mulheres, Empresas e o Direito 1.0; e uma versão expandida, Mulheres, Empresas e o Direito 2.0. E, pela primeira vez, a avaliação vai além das leis em vigor e passa a examinar os marcos que apoiam a implementação dessas leis e avaliar as opiniões de especialistas sobre seus resultados para as mulheres, de fato.

O estudo do Bird abrange 10 indicadores: segurança, mobilidade, ambiente de trabalho, remuneração, casamento, maternidade/paternidade, cuidados infantis, empreendedorismo, ativos e pensões. De acordo com o estudo, globalmente, a disparidade de gênero é enorme.

“Embora as economias tenham feito progressos notáveis ao longo das últimas décadas no sentido de promulgar leis de

Divulgação/Banco Mundial



Relatório do Banco Mundial Mulher, negócios e direito, aponta as dificuldades das leis saírem do papel para a prática

igualdade de oportunidades sensíveis ao gênero, as mulheres de hoje desfrutam de menos de dois terços dos direitos legais oferecidos aos homens — e não de três quartos, como se estimava anteriormente”, destacou o documento.

O relatório expande o escopo da análise, acrescentando dois indicadores que podem ter um papel crucial na ampliação ou restrição das opções das mulheres: segurança contra violência

e acesso a serviços de cuidados infantis. Quando são introduzidas essas medidas, as mulheres desfrutam, em média, de apenas 64% das proteções legais oferecidas aos homens — muito menos do que a estimativa anterior de 77%.

As deficiências nessas áreas desencorajam as mulheres a ingressarem na força de trabalho. Em apenas 37 economias pesquisadas, as mulheres têm acesso a menos da metade dos direitos

legais dos homens, o que afeta meio bilhão de mulheres.

A análise do Bird revelou também uma grande lacuna no que se refere à implementação. Embora, segundo as leis em vigor, as mulheres pareçam gozar de cerca de 64% dos direitos concedidos aos homens, as economias executaram, em média, menos de 40% dos sistemas necessários para sua plena implementação. Por exemplo, 98 economias promulgarão leis que determinam

a igualdade de remuneração para as mulheres por trabalho de igual valor. No entanto, apenas 35 economias — menos de uma em cada cinco — adotaram medidas de transparência salarial.

Dificuldades

As mulheres também enfrentam obstáculos significativos em várias áreas. No empreendedorismo, por exemplo, apenas uma em cada cinco economias adota

critérios sensíveis ao gênero em seus processos de aquisições e contratações públicas, o que significa que as mulheres são, em grande parte, excluídas de uma oportunidade econômica equivalente a US\$ 10 trilhões ao ano.

No quesito remuneração, as mulheres ganham apenas US\$ 0,77 para cada US\$ 1 pago aos homens. Essas disparidades persistem até a aposentadoria. Em 62 economias, as idades em que homens e mulheres adquirem o direito de se aposentar não são as mesmas. As mulheres tendem a viver mais do que os homens, mas, como recebem salários mais baixos enquanto trabalham, afastam-se do trabalho quando têm filhos e se aposentam mais cedo, acabam por receber pensões mais baixas e sofrer maior insegurança financeira na velhice.

“É urgente — mais do que nunca — que aceleremos nossos esforços para reformar as leis e promulgar políticas públicas capazes de empoderar as mulheres e permitir que trabalhem mais e abram e expandem suas próprias empresas”, disse Tea Trumbic, principal autora do relatório, em nota divulgada pelo Banco Mundial. Segundo ela, apenas metade das mulheres faz parte da força de trabalho global, em comparação com quase três em cada quatro homens. Isso não apenas é injusto, mas também constitui um desperdício. “Aumentar a participação econômica das mulheres é a chave para amplificar suas vozes e moldar as decisões que as afetam diretamente”, concluiu.

Igualdade avança a passos lentos

A Confederação Nacional da Indústria (CNI) lança, hoje, o estudo inédito Mulheres no Mercado de Trabalho.

O levantamento do Observatório Nacional da Indústria da CNI, feito a partir dos microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADc) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), aponta que, nos últimos 10 anos, no Brasil, as mulheres, progressivamente, alcançaram salários mais próximos aos dos homens.

Nesse período, houve um aumento da paridade salarial em 6,7 pontos — saindo de 72 em 2013, para 78,7, em 2023. O estudo mensurou a paridade de gênero em uma escala padronizada de 0 a 100, de modo que quanto mais próximo de 100, maior a

equidade entre mulheres e homens.

Quando se analisa o indicador liderança, é possível notar que as mulheres ganharam espaço em funções de tomadas de decisões. A participação delas em cargos de liderança passou de 35,7%, em 2013, para 39,1%, em 2023.

“As diferenças entre gêneros têm reduzido ao longo da última década, mesmo que a passos lentos. Nos últimos anos, houve uma aceleração do crescimento da paridade salarial entre mulheres e homens. Mas precisamos continuar avançando e rápido. É urgente ampliar o debate e implementar medidas concretas para chegarmos a um cenário de equidade plena no mercado de trabalho brasileiro”, afirma o presidente da CNI, Ricardo Alban.

A pesquisa da CNI mostra que seis em cada 10 empresas do setor contam com programas ou políticas de promoção de igualdade de gênero. Segundo o levantamento, a principal razão para desenvolver tais políticas é a percepção de que há desigualdade e que é necessário alcançar maior igualdade entre gêneros, citada por 33% dos executivos e executivas ouvidos, seguida da importância de dar oportunidades iguais para todos, mencionada por 28%.

Outro ponto abordado nos dados é que entre os instrumentos mais usados pelas empresas para diminuir a desigualdade entre homens e mulheres na indústria, os mais mencionados são política de paridade salarial (77%), política que proíbe

discriminação em função de gênero (70%), programas de qualificação de mulheres (56%) e de liderança para estimular a ocupação de cargos de chefia por mulheres (42%), e licença maternidade ampliada por iniciativa da empresa para seis meses (38%).

A advogada trabalhista do escritório Lopes Muniz, Fábiana Berlanha afirma que uma forma de diminuir as fragilidades seria definir, de forma mais objetiva, os critérios para o Relatório de Transparência, criado, no ano passado, pela lei da igualdade salarial entre homens e mulheres. “Inclusive contemplando as possibilidades de diferenças salariais que não são discriminatórias, como aquelas decorrentes de meritocracia e produtividade”, explicou.

Divulgação



Ricardo Alban, presidente da CNI: diminui a diferença entre gêneros

RAUL VELLOSO

(cartas: SIG, Quadra 2, Lote 340 / CEP 70.610-901)

“DIANTE DAS RESTRIÇÕES POLÍTICAS EXISTENTES, NA ESSÊNCIA O QUE SE TEM FEITO É CONTRAIR AO MÁXIMO OS INVESTIMENTOS PÚBLICOS EM INFRAESTRUTURA, UM DOS ITENS MAIS FLEXÍVEIS NOS ORÇAMENTOS, PARA ABRIR ESPAÇO FINANCEIRO E PODER ACOMODAR A DISPARADA DOS GASTOS PREVIDENCIÁRIOS”

Só falta arregaçar as mangas...

Na sessão desta última sexta do fórum que presido há alguns anos (<https://www.youtube.com/watch?v=oZpxu4AdS6A>), o ponto central foi que a restrição macroeconômica fundamental do momento tem a ver com a disparada dos gastos das previdências públicas, por motivos vários que não cabem neste espaço, e que os governos de todos os entes públicos não têm querido (ou podido) enfrentar do jeito certo. Diante das restrições políticas existentes, na essência o que se tem feito é contrair ao máximo os investimentos públicos em infraestrutura, um dos itens mais flexíveis nos orçamentos, para abrir espaço financeiro e poder acomodar a disparada dos gastos previdenciários. Dessa forma, tal item teria caído de 3,9 para 0,6% do PIB entre 1980 e 2022.

Nessas condições, o peso da parcela pública no investimento total em infraestrutura desabara de 78% do total investido em 1980

para apenas 33% em 2022, na presença de uma parcela privada que ficou basicamente constante em torno de 1% do PIB em 1980-2022. Ou seja, em última instância, a escolha que se fez foi a de minimizar o desgaste político, ainda que à custa das perdas resultantes na oferta de empregos em decorrência da queda sistemática no crescimento do PIB que se seguiu à contenção dos investimentos em um dos segmentos mais importantes para esse fim em que o setor público costuma se envolver.

Com efeito, há muito os governos não conseguem aumentar seu endividamento para gastar, e o item infraestrutura é, possivelmente — entre os que têm ainda algum peso relevante no total —, o mais flexível dos orçamentos públicos. Daí, então, só restarem duas rotas principais: uma, a que está sendo seguida, ou seja, contrair mais e mais tais investimentos. E a outra, bem mais complicada, porém a mais correta,

fazer o equacionamento previdenciário (ou zeragem dos passivos atuariais), algo que, curiosamente, tem previsão legal para ser obrigada a acontecer, pela EC-103/19, mas que, na prática, ainda não teve lugar. (Nesse sentido, deve-se destacar o esforço gigantesco que vem sendo feito pela Confederação Nacional dos Municípios, juntamente com o SEBRAE, para arrumar a casa do jeito certo no bloco dos entes públicos onde a disparada dos gastos previdenciários tem sido a mais incisiva).

O grande drama da primeira rota, como não deveria nos surpreender, é que a derrocada dos investimentos públicos em infraestrutura nos últimos tempos acima relatada vem causando o grande estrago que ora ocorre em nossa economia, por serem determinantes básicos do crescimento do PIB de qualquer país.

Se compararmos os dados atuais (digamos, os de 2022) com os de 1980, veremos algo que

poucos até hoje devem ter percebido com clareza, ou seja, como o comportamento da razão investimento público/PIB passou a ser replicado de perto pelo da taxa de crescimento do PIB: uma queda de 6,5 vezes na primeira, a determinar a desabada de 8,9 vezes na segunda... (Se pudessem aparecer aqui, tais gráficos estariam literalmente colados um no outro).

O destacado peso do investimento público em infraestrutura na discussão da evolução recente das variáveis-chave acima indicadas ganha força ainda maior se considerarmos, primeiro, que o investimento privado total observado nessa mesma área, medido também em % do PIB, tem oscilado muito pouco em relação a muito baixa média observada no período 1980-2022, algo ao redor de 1% do PIB. Ou seja, não se vê aparecer o resultado de um possível e relevante engajamento em uma evolução compensatória pelo lado privado,

pois este, por definição, só se move por sua motivação típica e natural, ou seja, a maximização dos lucros. Dessa forma, os valores investidos pelo conjunto dos principais componentes do segmento de infraestrutura: telecomunicações, energia, saneamento e transportes, não se tem diferenciado de forma relevante do padrão observado para os gastos públicos totais em favor desse segmento. Se não, vejamos.

Com exceção de telecomunicações (onde a queda dos investimentos foi a menor de todos os principais segmentos, por força, provavelmente, de maior retorno privado) e de energia (onde se deu a maior queda), nos demais segmentos (especialmente em saneamento e transportes) a queda real foi praticamente a mesma do gasto total em infraestrutura.

Como sair dessa encrenca de uma vez por todas? Pelo ataque direto ao problema previdenciário, conforme passo-a-passo cada vez

mais conhecido pelos especialistas na matéria, que uma hora terá de ser feito. Em face de resultados de ajuste já obtidos, e considerando o caso isolado do Estado do Piauí, onde um grupo que coordenei cuidou do que chamo de fase 1 de tal difícil empreitada, com a ajuda do maior especialista do país no assunto, o Consultor da Câmara Leonardo Rolim, entre outros, o Estado, em vez de zerar suas inversões, logrou investir algo ao redor de R\$ 1 bilhão a mais em 2022. Isso é o que precisa ser feito: transformar tendências de queda caminhando para investimentos públicos zerrados, em sua retomada.

Na última sexta-feira, ouvi entrevista do próprio Ministro da Fazenda na TV em que, sem ser muito específico, pedia a retomada dos investimentos em nosso país. O próprio presidente Lula, às vezes, solta um desabafo do mesmo tipo. Beleza. Só falta arregaçar as mangas e cumprir a lei...



BB Seguridade Participações S.A.

Setor de Autarquias Norte - Quadra 05, Bloco B, 3º Andar - Edifício Banco do Brasil, Asa Norte - Brasília-DF - CNPJ 17.344.597/0001-94



Exercício encerrado em 31.12.2023

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS RESUMIDAS

AVISOS

As demonstrações contábeis apresentadas a seguir são demonstrações contábeis resumidas e não devem ser consideradas isoladamente para a tomada de decisão. O entendimento da situação financeira e patrimonial da Companhia demandará a leitura das demonstrações contábeis completas auditadas, elaboradas na forma da legislação societária e da regulamentação contábil aplicável.

As demonstrações contábeis completas auditadas, incluindo o respectivo relatório do auditor independente e o relatório da administração estão disponíveis nos seguintes endereços eletrônicos:

- a) www.correio braziliense.com.br/publicidade-legal/;
b) www.bbseguridaderi.com.br/;
c) www.gov.br/cvm/;
d) www.b3.com.br/.

A Demonstração do Resultado, Demonstração do Resultado Abrangente, Balanço Patrimonial, Demonstração dos Fluxos de Caixa, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido e Demonstração do Valor Adicionado, com exceção das referências às respectivas Notas Explicativas, estão apresentadas de forma completa.

Considerando que apenas os trechos relevantes das Notas Explicativas estão apresentados nestas demonstrações contábeis resumidas, em comparação com as demonstrações contábeis completas algumas notas foram apresentadas de forma resumida, algumas foram apresentadas de forma completa e outras não foram apresentadas, conforme comparação a seguir:

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS COMPLETAS	DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS RESUMIDAS
1 – CONTEXTO OPERACIONAL	Resumida
2 – AQUISIÇÕES, VENDAS E REESTRUTURAÇÕES SOCIETÁRIAS	Não apresentada
3 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	Resumida
4 – RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS	Resumida
5 – GERENCIAMENTO DE RISCOS	Não apresentada
6 – INFORMAÇÕES POR SEGMENTO	Não apresentada
7 – INVESTIMENTOS EM PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS	Não apresentada
8 – RECEITAS DE COMISSÕES	Não apresentada
9 – CUSTOS DOS SERVIÇOS PRESTADOS	Não apresentada

10 – DESPESAS COM PESSOAL	Não apresentada
11 – DESPESAS ADMINISTRATIVAS E COM VENDAS	Não apresentada
12 – TRIBUTOS	Não apresentada
13 – OUTRAS RECEITAS E DESPESAS	Não apresentada
14 – RESULTADO FINANCEIRO	Não apresentada
15 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	Não apresentada
16 – INSTRUMENTOS FINANCEIROS	Não apresentada
17 – DIVIDENDOS / JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO A RECEBER	Não apresentada
18 – COMISSÕES A RECEBER	Não apresentada
19 – ATIVO INTANGÍVEL	Não apresentada
20 – OUTROS ATIVOS	Não apresentada
21 – OBRIGAÇÕES SOCIETÁRIAS E ESTATUTÁRIAS	Não apresentada
22 – PROVISÕES E PASSIVOS CONTINGENTES	Não apresentada
23 – COMISSÕES A APROPRIAR	Não apresentada
24 – OUTROS PASSIVOS	Não apresentada
25 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Não apresentada
26 – PARTES RELACIONADAS	Não apresentada
27 – OUTRAS INFORMAÇÕES	Não apresentada

O Relatório do Auditor Independente e o Parecer do Conselho Fiscal estão apresentados em forma de extrato.

As declarações dos membros da Diretoria Executiva sobre as Demonstrações Financeiras e sobre o Relatório dos Auditores Independentes e os Membros da Administração não estão apresentados nestas demonstrações contábeis resumidas.

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

O Relatório da Administração da BB Seguridade Participações S.A. relativo ao exercício/2023, aprovado pelo Conselho de Administração, em 02 de fevereiro de 2024, encontra-se disponível no endereço eletrônico www.bbseguridaderi.com.br, assim como as demonstrações financeiras completas e auditadas. O referido relatório é composto pela Carta da Administração e apresentados os seguintes capítulos: (1) Desempenho Econômico-Financeiro; (2) Desempenho das Ações e Relacionamento com o Mercado; (3) Estratégia; (4) Aspectos Ambientais, Sociais e de Governança (5) Principais Reconhecimento; e (6) Informações Legais.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

	Controlador		Consolidado	
	Exercício 2023	Exercício 2022 (reapresentado)	Exercício 2023	Exercício 2022 (reapresentado)
	R\$ mil (exceto lucro por ação)			
Receitas Operacionais	7.925.902	6.194.632	9.314.860	7.657.603
Resultado de investimentos em participações societárias	7.925.902	6.194.632	4.890.458	3.515.609
Receitas de comissões, líquidas	--	--	4.424.402	4.141.994
Custos dos Serviços Prestados	--	--	(188.792)	(205.870)
Resultado Bruto	7.925.902	6.194.632	9.126.068	7.451.733
Outras Receitas e Despesas	(18.117)	(13.537)	(220.301)	(254.220)
Despesas com pessoal	(13.129)	(14.955)	(86.122)	(74.512)
Despesas administrativas e com vendas	(3.589)	(3.867)	(88.554)	(49.988)
Despesas tributárias	(6.798)	(2.914)	(35.684)	(50.340)
Outras	5.399	8.199	(9.941)	(79.380)
Resultado Antes das Receitas e Despesas Financeiras	7.907.785	6.181.095	8.905.767	7.197.513
Resultado Financeiro	51.039	16.370	587.545	502.562
Receitas financeiras	132.900	44.465	670.933	532.063
Despesas financeiras	(81.861)	(28.095)	(83.388)	(29.501)
Resultado Antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	7.958.824	6.197.465	9.493.312	7.700.075
Imposto de Renda e Contribuição Social	(11.621)	(1.050)	(1.546.109)	(1.503.660)
Lucro Líquido do Exercício	7.947.203	6.196.415	7.947.203	6.196.415
Número de ações	2.000.000.000	2.000.000.000	2.000.000.000	2.000.000.000
Número médio ponderado de ações (básico e diluído)	1.993.418.627	1.996.713.502	1.993.418.627	1.996.713.502
Lucro por ação (básico e diluído) (R\$)	3,99	3,10	3,99	3,10

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis. As reapresentações (aplicações retrospectivas) referem-se à adoção do CPC 50 [IFRS 17] – Contratos de Seguro e CPC 48 [IFRS 9] – Instrumentos Financeiros, cujos efeitos estão detalhados na nota explicativa 02 - Apresentação das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

	Controlador		Consolidado	
	Exercício 2023	Exercício 2022 (reapresentado)	Exercício 2023	Exercício 2022 (reapresentado)
	R\$ mil			
Lucro Líquido do Exercício	7.947.203	6.196.415	7.947.203	6.196.415
Participação no Resultado Abrangente de Investimentos em Participações Societárias	144.171	113.217	144.171	113.217
Ganhos/(perdas) sobre ativos financeiros	154.606	57.095	154.606	57.095
Outros resultados abrangentes	--	--	--	--
Efeitos CPC 50	47.840	169.667	47.840	169.667
Ajuste de práticas contábeis CPC 06 (R2)	38.616	(38.116)	38.616	(38.116)
Demais	(707)	--	(707)	--
Efeito fiscal	(96.184)	(75.429)	(96.184)	(75.429)
Resultado Abrangente do Exercício	8.091.374	6.309.632	8.091.374	6.309.632

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis. As reapresentações (aplicações retrospectivas) referem-se à adoção do CPC 50 [IFRS 17] – Contratos de Seguro e CPC 48 [IFRS 9] – Instrumentos Financeiros, cujos efeitos estão detalhados na nota explicativa 02 - Apresentação das Demonstrações Contábeis.

BALANÇO PATRIMONIAL

	Controlador			Consolidado		
	31.12.2023	31.12.2022 (reapresentado)	01.01.2022 (balanço de abertura)	31.12.2023	31.12.2022 (reapresentado)	01.01.2022 (balanço de abertura)
	R\$ mil					
Ativo Circulante	3.039.549	3.768.306	1.956.417	5.933.758	7.221.098	5.125.631
Caixa e equivalentes de caixa	645.070	59.003	369.342	4.752.742	6.076.618	4.090.561
Dividendos/JCP a receber	2.362.126	3.683.356	1.572.428	444	13.519	1.648
Ativos por Impostos Correntes	18.827	16.131	1.928	42.584	16.131	1.928
Comissões a receber	--	--	--	1.128.077	1.114.256	1.026.158
Outros ativos	13.526	9.816	12.719	9.911	574	5.336
Ativo Não Circulante	9.247.072	7.954.747	7.354.986	12.338.864	9.349.363	8.375.575
Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado	21.020	18.064	14.011	1.607.391	368.281	14.011
Ativos por impostos correntes	93.591	75.177	68.332	100.967	80.977	84.337
Ativos por impostos diferidos	222	28	10	13.244	7.773	35.420
Comissões a receber	--	--	--	1.046.897	708.990	698.435
Investimentos em participações societárias	9.128.605	7.857.399	7.267.634	9.331.907	7.957.439	7.324.226
Intangível	3.585	4.021	4.959	3.585	4.021	4.959
Outros ativos	49	58	40	234.873	221.882	214.187
Total do Ativo	12.286.621	11.723.053	9.311.403	18.272.622	16.570.461	13.501.206
Passivo Circulante	2.469.986	3.686.295	1.842.974	2.455.309	3.674.027	1.831.691
Obrigações Societárias e Estatutárias	500	53	--	500	53	--
Provisões trabalhistas, fiscais e civis	689	31	444	689	31	444
Passivos por impostos correntes	--	--	--	--	--	--
Comissões a apropriar	13.488	12.184	10.839	105.367	103.447	105.367
Outros passivos	153	28	28	153	28	28
Passivo Não Circulante	153	28	28	153	28	28
Provisões trabalhistas, fiscais e civis	--	--	--	--	--	--
Passivos por impostos diferidos	--	--	--	--	--	--
Comissões a apropriar	--	--	--	--	--	--
Total do Passivo	2.470.139	3.686.323	1.843.002	2.470.139	3.686.323	1.843.002
Patrimônio Líquido	9.816.482	8.036.730	7.468.401	9.816.482	8.036.730	7.468.401
Capital social	6.269.692	6.269.692	3.396.767	6.269.692	6.269.692	3.396.767
Reservas de capital	1.805	1.571	1.508	1.805	1.571	1.508
Reservas de lucros	4.446.836	1.552.229	4.122.925	4.446.836	1.552.229	4.122.925
Ações em tesouraria	(704.030)	(80.344)	(81.320)	(704.030)	(80.344)	(81.320)
Outros resultados abrangentes acumulados	(197.821)	(341.992)	(455.209)	(197.821)	(341.992)	(455.209)
Lucros Acumulados (1)	--	635.574	483.730	--	635.574	483.730
Total do Patrimônio Líquido	9.816.482	8.036.730	7.468.401	9.816.482	8.036.730	7.468.401
Total do Passivo e Patrimônio Líquido	12.286.621	11.723.053	9.311.403	18.272.622	16.570.461	13.501.206

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis. As reapresentações (aplicações retrospectivas) referem-se à adoção do CPC 50 [IFRS 17] – Contratos de Seguro e CPC 48 [IFRS 9] – Instrumentos Financeiros, cujos efeitos estão detalhados na nota explicativa 02 - Apresentação das Demonstrações Contábeis.

(1) Os saldos de Lucros acumulados foram reapresentados para efeitos de comparabilidade, tendo em vista a adoção inicial do CPC 48 e 50, não sendo objeto de destinação em 2021 e 2022

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

	Controlador		Consolidado	
	Exercício 2023	Exercício 2022 (reapresentado)	Exercício 2023	Exercício 2022 (reapresentado)
	R\$ mil			
Fluxos de Caixa Provenientes das Atividades Operacionais	7.947.203	6.196.415	7.947.203	6.196.415
Lucro Líquido do Exercício	7.947.203	6.196.415	7.947.203	6.196.415
Ajustes ao Lucro:				
Resultado de investimentos em participações societárias	(7.925.902)	(6.194.632)	(4.890.458)	(3.515.609)
Atualização monetária de dividendos e juros sobre capital próprio, líquida	(203)	3.639	77.280	25.745
Atualização dos ativos financeiros a valor justo por meio do resultado	--	--	(150.063)	(3.197)
Outros ajustes	2.250	1.954	17.796	370
Lucro Ajustado	23.348	7.376	3.001.758	2.703.724
Variações Patrimoniais:				
Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado	(2.956)	(4.053)	(2.956)	(4.053)
Ativos por impostos correntes e diferidos	(21.304)	(21.066)	(51.914)	16.804
Comissões a receber	--	--	(351.728)	(98.653)
Outros ativos	(3.699)	2.885	(22.329)	(2.933)
Comissões a apropriar	--	--	1.140.137	580.993
Passivos por impostos correntes e diferidos	658	(413)	(13.211)	201.355
Outros passivos	1.304	1.346	(1.916)	(122.226)
Caixa Gerado Pelas/(Consumido Nas) Atividades Operacionais	(2.649)	(13.925)	3.697.841	3.275.011
Fluxos De Caixa Provenientes das Atividades de Investimento	--	--	(1.086.091)	(347.020)
Aplicações em ativos financeiros a valor justo por meio do resultado	--	--	(1.086.091)	(347.020)
Dividendos recebidos	8.174.409	3.629.262	3.650.067	2.729.266
Juros sobre capital próprio recebidos	--	--	--	255.108
Aquisição de participação – Brasilcap Capitalização S.A.	--	--	--	(632)
Outras	(414)	75	(414)	75
Caixa Gerado Pelas/(Consumido Nas) Atividades de Investimento	8.173.995	3.629.337	2.563.562	2.636.797
Fluxos De Caixa Provenientes das Atividades de Financiamento	(6.960.998)	(3.925.751)	(6.960.998)	(3.925.751)
Dividendos pagos	(6.960.998)	(3.925.751)	(6.960.998)	(3.925.751)
Recompra de ações	(624.281)	--	(624.281)	--
Caixa Gerado Pelas/(Consumido Nas) Atividades de Financiamento	(7.585.279)	(3.925.751)	(7.585.279)	(3.925.751)
Varição Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa	586.067	(310.339)	(1.323.876)	1.986.057
Início do exercício	59.003	369.342	6.076.618	4.090.561
Fim do exercício	645.070	59.003	4.752.742	6.076.618
Aumento/(Redução) de Caixa e Equivalentes de Caixa	586.067	(310.339)	(1.323.876)	1.986.057
Informações Complementares das Operações				
Imposto de Renda pago no exercício	--	(322)	(934.781)	(793.454)
Contribuição Social paga no exercício	(2.346)	(502)	(414.718)	(362.009)
Total dos Tributos Pagos	(2.346)	(824)	(1.349.499)	(1.155.463)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis. As reapresentações (aplicações retrospectivas) referem-se à adoção do CPC 50 [IFRS 17] – Contratos de Seguro e CPC 48 [IFRS 9] – Instrumentos Financeiros, cujos efeitos estão detalhados na nota explicativa 02 - Apresentação das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO

	Controlador		Consolidado	
	Exercício 2023	Exercício 2022 (reapresentado)	Exercício 2023	Exercício 2022 (



BB Seguridade Participações S.A.

Setor de Autarquias Norte - Quadra 05, Bloco B, 3º Andar - Edifício Banco do Brasil, Asa Norte - Brasília-DF - CNPJ 17.344.597/0001-94

Exercício encerrado em 31.12.2023

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Evento	Capital Social	Reservas de Capital	Reservas de Lucros		Ações em Tesouraria	Outros Resultados Abrangentes Acumulados	Lucros Acumulados (2)	Total
			Reserva Legal	Reservas Estatutárias				
Saldos em 31.12.2021	3.396.767	1.508	679.354	3.443.571	(81.320)	(158.464)	--	7.281.416
Transição CPC 48 e 50 (1)	--	--	--	--	--	(296.745)	483.730	186.985
Saldos em 01.01.2022 (Balanço de Abertura)	3.396.767	1.508	679.354	3.443.571	(81.320)	(455.209)	483.730	7.468.401
Capitalização da Reserva de Lucros	2.872.925	--	(679.354)	(2.193.571)	--	--	--	--
Transações com pagamento baseado em ações	--	63	--	--	976	--	--	1.039
Outros resultados abrangentes - Atualização instrumentos financeiros	--	--	--	--	--	34.257	--	34.257
Outros resultados abrangentes - efeitos CPC 50	--	--	--	--	--	101.800	--	101.800
Outros resultados abrangentes	--	--	--	--	--	(22.840)	--	(22.840)
Dividendos prescritos	--	--	--	--	--	--	79	79
Lucro Líquido do Exercício - efeitos CPC 48 e 50	--	--	--	--	--	--	151.844	151.844
Lucro Líquido do Exercício	--	--	--	--	--	--	6.044.571	6.044.571
Destinações - Reservas de Lucros	--	--	--	--	--	--	(302.229)	--
- Dividendos intercalares pagos	--	--	--	--	--	--	--	(2.068.697)
- Dividendos propostos a pagar	--	--	--	--	--	--	--	(3.673.724)
Saldos em 31.12.2022 (Reapresentado)	6.269.692	1.571	302.229	1.250.000	(80.344)	(341.992)	635.574	8.036.730
Mutações do Exercício (Reapresentado)	2.872.925	63	(377.125)	(2.193.571)	976	113.217	151.844	568.329
Saldos em 31.12.2022 (Reapresentado)	6.269.692	1.571	302.229	1.250.000	(80.344)	(341.992)	635.574	8.036.730
Recompra de ações	--	--	--	--	(624.282)	--	--	(624.282)
Transações com pagamento baseado em ações	--	234	--	--	596	--	--	830
Outros resultados abrangentes - Atualização instrumentos financeiros	--	--	--	--	--	92.764	--	92.764
Outros resultados abrangentes - efeitos CPC 50	--	--	--	--	--	28.704	--	28.704
Outros resultados abrangentes - ajuste de práticas contábeis CPC 06 (R2)	--	--	--	(23.169)	--	23.169	--	--
Outros resultados abrangentes	--	--	--	--	--	(466)	--	(466)
Dividendos prescritos	--	--	--	--	--	--	72	72
Lucro Líquido do Exercício	--	--	--	--	--	--	7.947.203	7.947.203
Destinações - Reservas de Lucros	--	--	397.360	2.520.416	--	--	(2.917.776)	--
- Dividendos intercalares pagos	--	--	--	--	--	--	--	(3.210.050)
- Dividendos propostos a pagar	--	--	--	--	--	--	--	(2.455.023)
Saldos em 31.12.2023	6.269.692	1.805	699.589	3.747.247	(704.030)	(197.821)	--	9.816.482
Mutações do Exercício	--	234	397.360	2.497.247	(623.686)	144.171	(635.574)	1.779.752

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis. As reapresentações (aplicações retrospectivas) referem-se à adoção do CPC 50 [IFRS 17] - Contratos de Seguro e CPC 48 [IFRS 9] - Instrumentos Financeiros, cujos efeitos estão detalhados na nota explicativa 02 - Apresentação das Demonstrações Contábeis.

Outros resultados abrangentes estão apresentados líquidos de efeitos fiscais.

(1) Em relação aos valores apresentados no 1º trimestre de 2023, houve abertura do valor de transição do CPC 48 e 50, com a reclassificação de R\$ 368.589 mil negativo de Lucros ou Prejuízos Acumulados para Outros Resultados Abrangentes Acumulados, além de ajuste de R\$ 71.844 mil em Outros Resultados Abrangentes Acumulados, referente à Brasilprev.

(2) O saldo de Lucros acumulados foi reapresentado para efeitos de comparabilidade, tendo em vista a adoção inicial do CPC 48 e 50, não sendo objeto de destinação em 2022.

EXTRATO DAS NOTAS EXPLICATIVAS COMPLETAS (NOTAS EXPLICATIVAS RESUMIDAS)

1 - CONTEXTO OPERACIONAL

A BB Seguridade Participações S.A. ("BB Seguridade" ou "Companhia") é uma empresa de participações (holding) controlada pelo Banco do Brasil S.A., constituída em 20 de dezembro de 2012, e que atua em negócios de seguridade. É uma sociedade anônima de capital aberto e tem suas ações negociadas no segmento Novo Mercado da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão, sob o código "BBSE3", e seus ADRs (American Depositary Receipts) no mercado de balcão dos Estados Unidos da América (Over-the-Counter) sob o código "BBSEY".

Está inscrita no CNPJ sob o nº 17.344.597/0001-94 e sediada no Setor de Autarquias Norte, Quadra 05, Lote B, Torre Sul, 3º Andar, Edifício Banco do Brasil, Asa Norte, Brasília, Distrito Federal, Brasil.

Tem por objeto social participar em sociedades seguradoras, de capitalização, entidades abertas de previdência complementar e planos privados de assistência à saúde, bem como em outras sociedades cujo objeto social seja a corretagem e a viabilização de negócios envolvendo empresas de seguros dos ramos elementares, de vida, saúde, capitalização, previdência e administração de bens.

A BB Seguridade possui, dentre suas participações societárias, duas subsidiárias integrais, BB Seguros Participações S.A. ("BB Seguros") e BB Corretora de Seguros e Administradora de Bens S.A. ("BB Corretora"), estrutura societária que forma o Grupo BB Seguridade ("Grupo").

Tais participações estão, atualmente, organizadas em dois segmentos: negócios de risco e de acumulação, que operam produtos de seguros, de previdência aberta, de capitalização e de planos de assistência odontológica por meio da BB Seguros com parceiros privados; e negócios de distribuição, que comercializam seguros, previdência aberta, títulos de capitalização e planos privados de assistência odontológica, por meio da BB Corretora, além de investida que atua na distribuição de produtos de seguridade por meio de canais digitais.

Nos negócios de risco e de acumulação, o Grupo atua por meio de participações nas empresas BB MAPFRE, Brasilprev, Brasilcap e Brasilident, investidas diretas da BB Seguros, e indiretamente nas empresas Brasilseg e Aliança do Brasil Seguros, controladas da BB MAPFRE. Já nos negócios de distribuição, atua por intermédio da BB Corretora que detém participação na investida Ciclic.

A BB MAPFRE possui participação direta nas empresas Brasilseg Companhia de Seguros e Aliança do Brasil Seguros S.A. e indireta na empresa Broto S.A. (investida da Brasilseg).

Conforme Fato Relevante divulgado no dia 26 de dezembro de 2023, a BB Seguridade comunicou que o Sr. Ullisses Christian Silva Assis apresentou, naquela data, carta de renúncia aos cargos de Diretor-Presidente e de Membro do Conselho de Administração da Companhia, para buscar novos desafios profissionais.

Em complemento ao referido Fato Relevante, conforme Comunicado ao Mercado divulgado em 26 de janeiro de 2024, o Conselho de Administração elegeu o Sr. André Gustavo Borba Assumpção Hauri como Diretor-Presidente, com posse em 20 de fevereiro de 2024, bem como sua nomeação para compor o Conselho de Administração da Companhia.

Até a investidura do novo Diretor-Presidente, o Conselho de Administração indicou o Sr. Rafael Augusto Sperndio, Diretor de Finanças, RI e Gestão das Participações, para exercer os cargos de forma interina.

2 - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

a) Declaração de Conformidade

As demonstrações contábeis consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

As demonstrações contábeis individuais foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as diretrizes emanadas da Lei das Sociedades por Ações e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis individuais e consolidadas estão evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração da Companhia.

Estas demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram aprovadas, e autorizadas para divulgação, pelo Conselho de Administração da BB Seguridade em 02.02.2024.

b) Continuidade

A Administração avaliou a capacidade da BB Seguridade continuar operando normalmente e está convencida de que ela possui recursos para dar continuidade aos seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram preparadas com base no pressuposto de continuidade operacional.

c) Bases de Mensuração dos Ativos e dos Passivos

Estas demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram preparadas utilizando o custo histórico como base de mensuração, exceto quando de outra forma indicado.

d) Moeda Funcional e de Apresentação

As demonstrações contábeis da BB Seguridade, para fins de moeda funcional e de apresentação, são apresentadas em Reais (R\$).

e) Base de Consolidação

As demonstrações contábeis da BB Seguridade incluem a consolidação dos ativos e passivos da BB Seguridade e das suas controladas, conforme descrito no quadro a seguir:

Empresa	Atividade	País de Constituição	% Participação Total	
			31.12.2023	31.12.2022
BB Seguros	Holding	Brasil	100%	100%
BB Corretora	Corretora	Brasil	100%	100%

Os saldos e transações intragrupo, assim como eventuais resultados não realizados nas transações entre as companhias do consolidado, são eliminados na preparação das demonstrações contábeis consolidadas.

f) Sazonalidade das Operações

A BB Seguridade e suas empresas controladas consideram a natureza de suas transações como não cíclicas e não sazonais, levando em consideração suas atividades exercidas. Conseqüentemente, não foram fornecidas divulgações específicas nestas notas explicativas.

g) Principais Julgamentos e Estimativas Contábeis

A preparação das demonstrações contábeis em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as IFRS requer que a Administração faça julgamentos e estimativas que afetam os valores reconhecidos de ativos, passivos, receitas e despesas. As estimativas e premissas adotadas são analisadas em uma base contínua, sendo as revisões realizadas reconhecidas no exercício em que a estimativa é reavaliada, com efeitos prospectivos. Ressalta-se que os resultados realizados poderão ser significativamente diferentes das estimativas correntes. Considerando que, em muitas situações, existem alternativas ao tratamento contábil, os resultados divulgados poderiam ser distintos, caso um tratamento diferente fosse escolhido. A Administração considera que as escolhas são apropriadas e que as demonstrações contábeis apresentam, de forma adequada, a posição financeira da BB Seguridade, o resultado das suas operações e os seus fluxos de caixa, individual e consolidado, em todos os aspectos materialmente relevantes.

Os ativos e os passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas abrangem itens como valor justo de instrumentos financeiros, redução do valor recuperável (imparidade) de ativos financeiros e não financeiros, reconhecimento e avaliação de impostos diferidos e provisões e passivos contingentes.

h) Adoção inicial do CPC 50 [IFRS 17] e CPC 48 [IFRS 9]

As empresas investidas impactadas por estas normas, em função da adoção inicial a partir de janeiro de 2023, realizaram, para fins dos requerimentos de transição das normas, a aplicação pela abordagem retrospectiva ou de valor justo (*fair value*). Tais impactos foram refletidos nas demonstrações contábeis da BB Seguridade.

3 - RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As práticas contábeis são os princípios, as bases, as convenções e as regras específicas aplicados pela BB Seguridade na elaboração e na apresentação de demonstrações contábeis. A BB Seguridade aplicou as práticas contábeis descritas nesta nota explicativa de maneira consistente a todos os períodos apresentados nestas demonstrações contábeis.

a) Reconhecimento de Receitas e Despesas

As receitas e despesas são reconhecidas pelo regime de competência e são reportadas nas demonstrações contábeis dos períodos a que se referem. Receitas são aumentos nos ativos, ou reduções nos passivos, que resultam em aumentos no patrimônio líquido, exceto aqueles referentes a contribuições de detentores de direitos sobre o patrimônio.

Esse conceito geral é aplicado para as principais receitas geradas pelas atividades da BB Seguridade e suas investidas, a saber:

a.1) Receita de investimentos em participações societárias - As receitas oriundas da aplicação do método da equivalência patrimonial para avaliação dos investimentos em participações societárias são reconhecidas na proporção da participação acionária detida pela BB Seguridade nos resultados gerados pelas investidas, de acordo com o CPC 18 (R2) [IAS 28] - Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto.

a.2) Receita de comissões - As receitas de comissões são reconhecidas *pro rata* dia quando o seu valor, os seus custos associados e o estágio de conclusão da transação puderem ser mensurados de forma confiável e quando for provável que os benefícios econômicos associados à transação serão realizados, de acordo com o CPC 47 [IFRS15] - Receita de Contrato com Cliente.

Para o reconhecimento da receita, a BB Corretora utiliza o conceito de um modelo de cinco etapas para determinar quando reconhecer a receita: (i) identificação do contrato; (ii) identificação das obrigações de desempenho; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço da transação; e (v) reconhecimento da receita.

As receitas de comissões são reconhecidas quando (ou à medida que) a entidade satisfizer a obrigação de desempenho ao transferir o bem ou serviço (ou seja, um ativo) prometido ao cliente. As receitas de comissões são provenientes dos segmentos de seguros de pessoas, ramos elementares, planos de previdência, capitalização e de saúde. Essas receitas são reconhecidas ao longo do tempo (produtos com vigência definida), em que a obrigação de desempenho é diluída de forma linear ao longo da vigência do produto/seguro, ou em momento específico (produtos mensais), em que a obrigação de desempenho ocorre mensalmente, conforme as características dos produtos.

Em casos de devolução de prêmios aos segurados, a corretora restitui à seguradora a comissão recebida na proporção do valor devolvido em função do período remanescente da apólice.

Para os seguros cujo fim da vigência não é objetivamente definido (seguros mensais), o pagamento mensal das contraprestações é determinante para a continuidade da vigência das apólices, não cabendo, em geral, devolução de comissões.

Para o acompanhamento e controle das comissões de corretagem, a BB Corretora utiliza o sistema ERP (*Enterprise Resource Planning*), que possui módulo específico para as corretagens, denominado "Motor de Cálculo". Tal módulo tem como objetivo receber de forma padronizada todas as informações necessárias das empresas investidas e do Banco do Brasil, permitindo automatizar as análises quantitativas e qualitativas dos processos de operações de vendas e operações de contas a receber dos produtos de seguridade, possibilitando maior controle e conciliação dos valores de corretagem, além de permitir a contabilização de forma automática.

b) Investimentos em Participações Societárias

De acordo com o método da equivalência patrimonial, o investimento é mensurado inicialmente ao custo e, posteriormente, ajustado pelo reconhecimento da parte do investidor nas alterações dos ativos líquidos da investida. Além disso, deve constar no resultado do exercício do investidor a parcela que lhe couber nos resultados gerados pela investida, conforme CPC 18 (R2) [IAS 28] - Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto.

Os investimentos em participações societárias nas companhias BB Seguros Participações S.A. e BB Corretora de Seguros e Administradora de Bens S.A. são classificados como investimentos em controladas, avaliados pelo método de equivalência patrimonial, e são consolidados.

Os investimentos em participações societárias nas companhias BB MAPFRE Participações S.A., Brasilprev Seguros e Previdência S.A., Brasilcap Capitalização S.A., Brasilident Operadora de Planos Odontológicos S.A. e Ciclic Corretora de Seguros S.A. são avaliados pelo método de equivalência patrimonial, sejam aqueles classificados como investimentos em coligadas ou controladas em conjunto.

De acordo com o CPC 18 [IAS 28], o valor do patrimônio líquido das investidas, para fins de aplicação do método de equivalência patrimonial, será reconhecido com base no balanço patrimonial ou balancete de verificação levantado, na mesma data, ou até dois meses de defasagem. Em função de questões operacionais, a partir de janeiro de 2023, o reconhecimento contábil do investimento na Brasilident, por meio de equivalência patrimonial, está sendo efetuado com defasagem de um mês. Para as demais empresas, as datas são coincidentes com a data de fechamento contábil do Grupo BB Seguridade.

Nas situações em que as investidas utilizam práticas contábeis diferentes em eventos e transações de mesma natureza em circunstâncias semelhantes, efetuam-se os ajustes necessários para adequar as demonstrações contábeis das investidas às práticas contábeis adotadas pela investidora.

c) Contratos de Seguro

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos contratos de seguro são efetuados de acordo com os critérios definidos no CPC 50 [IFRS 17] - Contratos de Seguro. O contrato de seguro é definido pelo CPC 50 [IFRS 17] como um acordo entre a seguradora e o segurado, no qual a seguradora aceita o risco de uma possível perda financeira ou outro evento adverso que possa afetar o segurado. Em troca, o segurado paga um prêmio à seguradora.

As investidas operacionais que comercializam contratos de seguro aplicam os níveis de agrupamento dos contratos de seguro, por saframento, portfólio e grupos. De acordo com as características dos contratos de seguros, a aplicação dos modelos contábeis é dividida em:

- **BBA - Building Block Approach** (Modelo Geral de Mensuração): modelo padrão para todos os contratos de seguros baseado em estimativas de fluxo de caixa futuro segregados em três componentes principais: i) Margem de Serviço Contratual (*Contractual Service Margin* - CSM), que representa o lucro que a seguradora espera gerar com os contratos de seguros ao longo do tempo, a ser realizado ao longo de vigência do contrato; ii) Valor presente dos fluxos de caixa futuros, que representa a estimativa dos fluxos de caixa que a seguradora espera receber e pagar no futuro, ajustados pelo valor do dinheiro no tempo e; iii) Ajustes dos riscos não financeiros que são as estimativas dos riscos associados aos contratos de seguros que não podem ser medidos por meio do valor do dinheiro no tempo, incluindo riscos relacionados a eventos como mortalidade, morbidade, sinistros e despesas.

- **PAA - Premium Allocation Approach** (Abordagem de Alocação de Prêmio): modelo simplificado opcional, indicado para contratos de seguros de curta duração (cobertura até um ano) ou quando a cobertura remanescente não seja materialmente diferente do valor calculado no modelo BBA.

- **VFA - Variable Fee Approach** (Abordagem de Taxa Variável): modelo para tratar contratos de seguros com componentes de retornos subjacentes. Ao reconhecer o modelo BBA, é necessário considerar as estimativas de fluxo de caixa futuro, bem como ajustes ao valor presente e aos riscos não financeiros, a fim de avaliar se os contratos de seguros são superavaliados ou deficitários. Se o fluxo de caixa futuro for positivo, a margem de serviço contratual é reconhecida no passivo e é convertida em receita ao longo da vigência dos contratos de seguros. No entanto, se o fluxo de caixa for negativo, os contratos de seguros são considerados onerosos, pois possuem margem de serviço contratual deficitária, e os valores devem ser contabilizados imediatamente no resultado.

No modelo PAA, baseado em passivo de cobertura remanescente, semelhante à metodologia de prêmios não ganhos, os valores do passivo são reconhecidos em resultado de acordo com o período de vigência dos contratos de seguros.

As estimativas fazem parte do processo de reconhecimento e mensuração contábil, uma vez que a incerteza é uma característica inerente aos contratos de seguros. Segundo o CPC 23 [IAS 8] - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro as estimativas contábeis podem necessitar de revisão à medida que se alteram os fatos e/ou as circunstâncias em que foram realizadas, aumento o nível de experiência e informações adicionais ficam disponíveis. O efeito da mudança das estimativas deve ser reconhecido de forma prospectiva.

As estimativas são revisadas periodicamente pelas investidas operacionais com o objetivo de verificar a sua aderência às operações a partir da maior experiência verificada ou o comportamento dos contratos de seguros.

As empresas individuais BB Seguridade, BB Seguros e BB Corretora não possuem operações que estão dentro do escopo da norma de contratos de seguros. Entretanto, as empresas investidas operacionais que comercializam contratos de seguros - Brasilseg e Aliança do Brasil Seguros, controladas pela holding BB MAPFRE, a Brasilprev e a Brasilident - são afetadas pelas referidas normas contábeis.

Os produtos da Brasilcap não estão dentro do escopo do CPC 50 [IFRS 17] e os impactos referentes ao CPC 48 [IFRS 9] já vêm sendo reconhecidos na BB Seguridade desde 2018, por meio de harmonização de práticas contábeis.

d) Adoção inicial do CPC 50 [IFRS 17] e CPC 48 [IFRS 9]

Apesar da norma CPC 50 [IFRS 17] ainda não ter sido recepcionada pela SUSEP e ANS e o CPC 48 [IFRS 9] ter sido recepcionado somente pela SUSEP, para início de vigência em 2024, as respectivas investidas operacionais da BB Seguridade que comercializam contratos de seguros e possuem instrumentos financeiros dentro do escopo das referidas normas devem confeccionar suas demonstrações contábeis no novo padrão, para fins de atendimento das normas contábeis aplicáveis à BB Seguridade.

Neste sentido, no momento inicial da adoção, foram refletidos nas demonstrações contábeis da BB Seguridade os impactos no patrimônio líquido e nos investimentos em participações societárias e, posteriormente, os impactos subsequentes por meio de equivalência patrimonial.

Para fins de comparabilidade e apresentação das demonstrações contábeis, a BB Seguridade apresenta nas demonstrações contábeis, o balanço de abertura correspondente a 1º de janeiro de 2022 e informações comparativas, com o intuito de possibilitar o entendimento dos ajustes e/ou reclassificações relevantes dos impactos da adoção das referidas normas, conforme previsto no CPC 23 [IAS 8] - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro.

Apesar da adoção inicial das normas contábeis por parte das investidas operacionais que comercializam contratos de seguros, em que os efeitos contábeis se dão por meio de harmonização de práticas contábeis, as empresas seguradoras e operadoras de planos de saúde não estão adotando ainda as referidas normas e, portanto, não haverá impactos por efeito de exigências regulatórias, determinadas pelas SUSEP e ANS.

Do mesmo modo, tendo em vista que as regras regulatórias e societárias para as empresas seguradoras e operadoras de planos de saúde não serão afetadas pelas referidas normas contábeis, não são esperados impactos na distribuição de dividendos ou na gestão de capital de tais companhias decorrentes da harmonização das suas práticas contábeis àquelas da BB Seguridade e BB Seguros.

EXTRATO DAS INFORMAÇÕES RELEVANTES CONTEMPLADAS NO RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

As demonstrações contábeis completas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e o relatório do auditor independente sobre essas demonstrações contábeis completas estão disponíveis eletronicamente no endereço www.bbseguridaderi.com.br. O referido relatório do auditor independente sobre essas demonstrações contábeis foi emitido em 02 de fevereiro de 2024, sem modificações.

RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA - EXERCÍCIO 2023

O Resumo do Relatório do Comitê de Auditoria relativo ao exercício de 2023, emitido em 02 de fevereiro de 2024, encontra-se disponível no endereço eletrônico www.bbseguridaderi.com.br. O referido relatório é composto por: Introdução, Principais Atividades e Conclusões. Apresenta-se a seguir a "opinião" constante das conclusões do resumo do relatório:

"Com base nos trabalhos e entrevistas realizadas ao longo do exercício e tendo presente as atribuições e limitações inerentes ao escopo de sua atuação, e considerando o sistema de controles internos, os trabalhos realizados pelos auditores internos e auditores externos, assim como seu relatório emitido sem ressalvas em 02 de fevereiro de 2024, o Comitê de Auditoria não encontrou nenhum indicio ou evidência de que as demonstrações financeiras individuais e consolidada não representem, adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da BB Seguridade Participações S.A. e de suas Controladas em 31 de dezembro de 2023 e os resultados para o período findo naquela data. Nesse sentido, o Comitê opina que as mesmas estão em condições de serem apreciadas pelo Conselho de Administração".

EXTRATO DAS INFORMAÇÕES RELEVANTES CONTEMPLADAS NO PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Parecer do Conselho Fiscal, datado de 02 de fevereiro de 2024, emitido em conjunto com as demonstrações contábeis completas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, encontra-se disponível no endereço eletrônico www.bbseguridaderi.com.br. O Conselho Fiscal, por unanimidade de seus membros, concluiu que as Demonstrações Financeiras, acompanhadas do Relatório Anual da Administração, e a proposta de destinação do resultado estão adequadamente apresentadas e opina favoravelmente ao seu encaminhamento para deliberação da Assembléia Geral dos Acionistas.

Mercado S/A



AMAURI SEGALLA
amaurisegalla@diariosassociados.com.br

“O governo diz que a iniciativa beneficia os profissionais do ramo, mas o curioso é que eles próprios não gostaram da medida”

Reprodução



Entidades ligadas a motoristas de app reclamam de medida do governo

O governo brasileiro parece ter declarado guerra contra a Uber, o maior aplicativo de transporte do mundo. Ontem, o presidente Lula assinou um projeto de lei que regulamenta o trabalho de motoristas de apps. Formulado pelo Ministério do Trabalho, o documento prevê a criação de regras e direitos trabalhistas para os condutores, como contribuição previdenciária, jornada diária máxima e garantia de remuneração mínima. O governo diz que a iniciativa beneficia os profissionais do ramo — mas o curioso é que eles próprios não gostaram da medida. Em nota conjunta, a Federação Brasileira de Motoristas de Aplicativos e a Associação dos Motoristas de Aplicativos de São Paulo afirmaram que o pagamento por hora, em vez do modelo por corrida, reduzirá a remuneração dos motoristas. “Os ganhos precisam levar em conta o quilômetro rodado e tempo, trânsito, distância e tempo de espera, que são fatores que influenciam diretamente na renda dos trabalhadores”, diz o texto.

69%

dos fãs de esportes preferem ver as competições do sofá de casa em vez de ir aos campos ou quadras. O levantamento global feito pela consultoria Capgemini consultou 12 mil torcedores, inclusive do Brasil

Em dois anos, Marisa trocou de presidente cinco vezes

Uma boa medida da saúde financeira das empresas é a durabilidade dos executivos que as comandam. Nesse aspecto, o entra e sai de presidentes da rede de moda feminina Marisa é o retrato fiel dos problemas da empresa. Desde 2022, cinco CEOs passaram pela companhia — o novo ocupante do cargo será Edson Salles Garcia, anunciado ontem. De fato, o cenário é desafiador: de janeiro a outubro do ano passado, a Marisa teve prejuízo de R\$ 409 milhões, um aumento de 80% na comparação anual.

Divulgação



Deveria ser crime ter carro elétrico no Brasil”

Maurílio Biagi Filho, dono do grupo Maubisa e um dos idealizadores do ProÁlcool, programa governamental lançado na década de 70 para fomentar o uso do combustível no país

Armend Nimani/AFP



Cotação de bitcoin dispara, mas risco de queda permanece

Nos últimos dias, muitos investidores animaram-se com a disparada da cotação do bitcoin, o principal ativo do mercado de criptomoedas, que teve valorização de quase 200% em 12 meses. Ainda assim, analistas do setor recomendam prudência. Muitos deles acreditam que o segmento de moedas virtuais passará em breve por uma correção de rumo — ou seja, os preços poderão cair. Altos e baixos são normais, mas nesse ramo eles são mais intensos e podem machucar os bolsos dos investidores inexperientes.

Em mais um golpe, Apple recebe multa bilionária

A Apple vive tempos estranhos. Depois de falhar no desenvolvimento de carros elétricos e de ficar para trás na área de inteligência artificial, a empresa enfrenta agora a mão pesada da Justiça. Ela foi multada em US\$ 2 bilhões pela Comissão Europeia por práticas anticompetitivas contra streamings de música. “A conduta ilegal da Apple durou mais de 10 anos e pode ter levado vários usuários do sistema operacional iOS a pagar preços mais altos por assinaturas”, disse a Comissão Europeia.

RAPIDINHAS

» A americana Nvidia, maior fabricante de chips para inteligência artificial do mundo e principal estrela da bolsa dos Estados Unidos em 2024, tem alcançado bons resultados no Brasil. O mercado brasileiro já responde por 5% de suas receitas. Entre os principais clientes da Nvidia no país estão empresas de energia e de telecomunicações.

» A FDA, agência regulatória dos Estados Unidos, encontrou “inconsistências” nos testes feitos com animais pela Neuralink, empresa de neurotecnologia de Elon Musk. Segundo o órgão, há dúvidas se os experimentos foram feitos de maneira ética. Recentemente, a Neuralink realizou testes de seu chip cerebral em humanos.

» A rede paulista de cafeterias We Coffee foi fundada em 2020 e rapidamente tornou-se um fenômeno. Um de seus segredos — a arquitetura inspirada nos cafés japoneses — tem atraído uma legião de fãs. A empresa fechou 2023 com faturamento de R\$ 100 milhões, mas a meta é dobrar o número com a abertura de lojas em outros estados.

» A empresa brasileira de cosméticos Natura aposta na diversificação do portfólio. A empresa ingressou no mercado de produtos para casa, como sprays de ambientes e velas aromáticas, que serão vendidos sob a marca Bothânica. Essa é uma tendência do mercado. Seu rival, o grupo O Boticário, atua no ramo com a linha Casa 214.

CORREIO BRAZILIENSE
www.correio braziliense.com.br

PUBLICIDADE LEGAL

Publicar atos societários em um jornal de referência permite que as empresas credibilizem as informações voltadas a legalidade das suas operações.

Considerado o mais tradicional veículo do Distrito Federal, sendo também uma referência nacional, o Correio Braziliense leva, há quase 64 anos, informação editorial com transparência e qualidade.

Veicule as publicidades legais da sua empresa com o Correio e garanta visibilidade em todo o país.



Leia o Qr Code e acesse o site do Correio Braziliense/publicidade-legal

CONSULTE A NOSSA EQUIPE COMERCIAL

Tel.: 61 3214-1339

E-mail: comercial.df@dabr.com.br



ELEIÇÕES NOS EUA

Suprema Corte libera Trump no Colorado

Em decisão unânime, plenário permite que o magnata dispute as primárias hoje no estado, um dos 15 em que haverá votação na Superterça. Segundo os juízes, tribunal local não tem competência para barrar o republicano

Favorito nas pesquisas de intenção de votos e líder incontestado das primárias republicanas, o magnata Donald Trump obteve, ontem, uma substancial vitória na Suprema Corte dos Estados Unidos. Em decisão unânime, os magistrados derrubaram decisão da Justiça do Colorado que declarou o ex-presidente inelegível por envolvimento em crime de insurreição, considerado seu suposto envolvimento no ataque ao Capitólio, em 6 de janeiro de 2021. Ficou, assim, removido um possível obstáculo no caminho do republicano até a Casa Branca. “GRANDE VITÓRIA PARA OS ESTADOS UNIDOS!!!”, comemorou Trump em sua rede social, Truth Social.

A decisão foi tomada na véspera da Superterça, quando 15 estados — incluindo o Colorado — celebram primárias para as presidenciais de novembro, nas quais provavelmente se repetirá o duelo entre Trump e o democrata Joe Biden. O republicano, de 77 anos, espera, hoje, nocautear sua única adversária, Nikki Haley, 52, que venceu apenas uma primária, em Washington DC, no último domingo.

No julgamento, os nove juízes da Suprema Corte tiveram que responder a uma pergunta: o nome de Trump pode aparecer nas cédulas das primárias presidenciais republicanas no estado do Colorado devido ao seu suposto papel no ataque de seus apoiadores ao Capitólio em 6 de janeiro de 2021?

De maioria conservadora, o plenário respondeu, em uníssono, que “a decisão da Suprema Corte

Getty Images via AFP



Em sua mansão de Mar-a-Lago, na Flórida, o magnata disse que vem sofrendo perseguição em ações com o apoio da Casa Branca

do Colorado (...) não se sustenta”, o que significa que Trump pode aparecer nas cédulas de votação do estado. A decisão põe em questão outros casos similares, como o do Maine, que certamente receberão o mesmo tratamento.

14ª Emenda

A decisão da Justiça do Colorado, em dezembro do ano passado,

baseou-se na interpretação da seção 3 da 14ª Emenda à Constituição, que proíbe qualquer pessoa de ocupar cargos públicos se tiver participado de uma “insurreição ou rebelião” após se comprometer a defender a Carta Magna. Por esse entendimento, concluíram que Trump deveria ser excluído da votação.

No julgamento de ontem, a Suprema Corte externou que “a

responsabilidade de fazer cumprir a seção 3 para funcionários e candidatos federais cabe ao Congresso e não aos estados”. E o princípio se aplica “especialmente à Presidência”.

Ratificada em 1868, após a Guerra Civil, a 14ª Emenda tinha como objetivo impedir que os apoiadores da Confederação escravagista fossem eleitos para o Congresso ou ocupassem cargos federais.

A secretária de Estado do Colorado, Jena Griswold, disse estar “decepcionada” com o resultado do julgamento. Na rede social X (antigo Twitter), ela considerou que o estado deveria poder proibir a entrada àqueles que “descumprem juramentos”.

Em declarações a jornalistas em sua mansão de Mar-a-Lago, na Flórida, Donald Trump afirmou que medidas foram

GRANDE VITÓRIA PARA OS ESTADOS UNIDOS!!!

Donald Trump,
ex-presidente dos EUA,
no Truth Social

tomadas contra ele “em total coordenação com a Casa Branca” e que sente “um grande respeito pela Suprema Corte”. O tribunal, que tem três dos nove juízes indicados pelo ex-presidente, está relutante em envolver-se em questões políticas, mas este ano é forçado a decidir.

Além do caso do Colorado, a mais alta Corte de Justiça norte-americana também aceitou para trâmite um recurso de Trump contra uma deliberação de um tribunal inferior que afirma que, como ex-presidente, ele não goza de imunidade processual penal e pode ser julgado sob a acusação de conspiração para alterar o resultado das eleições de 2020.

A Câmara de Representantes, quando tinha maioria democrata, acusou Trump de ter incitado uma insurreição, mas ele foi absolvido pelo Senado. O magnata será julgado em Nova York no dia 25 de março, acusado de encobrir pagamentos para silenciar uma atriz pornô antes das eleições de 2016. Em um outro caso, ele enfrenta acusações federais na Flórida por se recusar a entregar documentos ultrassecratos depois de deixar a Casa Branca.

DECISÃO HISTÓRICA

Na França, aborto é garantia constitucional

Quarenta e nove anos depois de legalizar o aborto, a França se tornou, ontem, o primeiro país a inscrever a “liberdade garantida” ao procedimento em sua Constituição. Foi o resultado de dois anos de debates, em meio a amplo apoio social, que resultou numa blindagem por ampla maioria de votos: 780 a 72. Quando o resultado foi divulgado, associações e deputados, sobretudo de esquerda, entoaram o *L'Hymne des Femmes* (O Hino das Mulheres), na ilustre Sala do Congresso, criada no século 19 no Palácio de Versalhes, que sediou a reunião de deputados e senadores.

“Orgulho francês, mensagem universal”, comemorou na rede social X (antigo Twitter) o presidente Emmanuel Macron. A promulgação ocorrerá em 8 de março, por ocasião do Dia Internacional da Mulher. “Celebremos juntos a entrada de uma nova liberdade garantida na Constituição pela primeira cerimônia de selamento da nossa história aberta ao público”, acrescentou.

“Digo a todas as mulheres, dentro de nossas fronteiras e além, que começa a era de um mundo de esperança”, afirmou o premiê Gabriel Attal, após destacar que o aborto “segue em perigo” no mundo, “à mercê daqueles que decidem”. Em Paris e em outras cidades francesas, houve

manifestações a favor, na maioria, e contrárias à inscrição do direito na Constituição.

O aborto foi legalizado na França em 1975, com a aprovação de um projeto apresentado pela então ministra da Saúde, Simone Veil, um ícone dos direitos das mulheres que recebeu a rara honra de ser enterrada no Panteão após sua morte, em 2018. A movimentação para tornar o procedimento uma garantia constitucional teve início em 2022, depois que a Suprema Corte dos Estados Unidos deixou de reconhecê-lo como um direito em nível federal. Meses depois, a oposição de esquerda e a situação na França iniciaram o longo processo legislativo.

Comemoração

A decisão foi recebida com euforia na esplanada do Trocadero, em Paris, onde, atendendo à convocação de associações feministas, centenas de pessoas contemplaram a Torre Eiffel projetando mensagens como “Meu corpo, minhas regras”. Desde 2022, o prazo para o procedimento aumentou para até 14 semanas na França, onde o número de interrupções voluntárias da gravidez se mantém estável há duas décadas em cerca de 230 mil no ano.

Na Sala do Congresso, os



No Trocadéro, em Paris, centenas acompanharam a votação por um telão: 780 votos a favor e 72 contra

discursos dos legisladores homenagearam as francesas que lutaram pelos direitos das mulheres: da filósofa Simone de Beauvoir, autora de *O segundo sexo*, à advogada Gisèle Halimi, que, em outubro de 1972,

conseguiu absolver uma jovem de 16 anos que realizou um aborto após um estupro.

Sob o luxo de Versalhes, os legisladores ficaram de pé para aplaudir a falecida ativista Simone Veil, sobrevivente do

Holocausto. O filho dela, Jean, esteve presente na votação.

Antes da histórica decisão da França, o Chile tentou introduzir o direito às mulheres a “uma interrupção voluntária da gravidez” em seu projeto de nova

Constituição em 2022, que foi rejeitada em um referendo. “As chilenas nos ajudaram a que o conseguíssemos aqui”, afirmou a deputada de esquerda Raquel Garrido, nascida no Chile, para quem a decisão “terá repercussões em todo o mundo”.

Repercussão

O diretor-geral da Organização Mundial da Saúde (OMS) exaltou a iniciativa. “Comemoramos a decisão da França de garantir os direitos das mulheres e salvar suas vidas”, assinalou o diretor da OMS, Tedros Adhanom Ghebreyesus, em postagem na rede X.

Enquanto isso, o Vaticano reiterou, antes mesmo da votação, sua posição contrária ao aborto. “Na era dos direitos humanos universais, não pode existir um ‘direito’ a suprimir uma vida humana”, declarou, em um comunicado, a Pontifícia Academia para a Vida, órgão do Vaticano que se encarrega das questões de bioética, apoiando a postura dos bispos franceses.

Num caminho oposto ao da França, alguns países proibem implicitamente o aborto em sua Constituição, estabelecendo o direito à vida desde a concepção. É o caso da República Dominicana, Filipinas, Madagascar, Honduras e El Salvador.

VISÃO DO CORREIO

Menos machismo e mais educação

A Constituição de 1988, resultado de um amplo pacto social, estabeleceu que todos são iguais perante a lei, não cabendo nenhum tipo de discriminação por raça, cor, etnia e gênero. Portanto, as oportunidades deveriam ser equânimes em todos os setores públicos ou privados. Mas a determinação da Carta Magna nem sempre foi obedecida em relação à raça, à cor e ao gênero, até mesmo pelo Judiciário. Nesse espaço, 40% dos juízes brasileiros são mulheres, mas só 25% são desembargadoras, e 18%, ministras. Homens brancos detêm a maioria dos cargos.

Na Alta Corte, a realidade é notória. Ao longo dos seus 133 anos, só três mulheres chegaram ao cargo de ministra — Ellen Gracie, Cármen Lúcia e Rosa Weber. A pressão para que outra mulher substituisse a ministra Rosa Weber, aposentada no ano passado, não surtiu efeito. O presidente Luiz Inácio Lula da Silva escolheu o então ministro da Justiça Flávio Dino para o cargo. Antes de Dino, Lula indicou o seu advogado Cristiano Zanin para a então cadeira do ministro Ricardo Lewandowski. A atual composição do STF tem 10 homens e uma mulher, a ministra Cármen Lúcia.

As discussões sobre paridade nas instâncias do Judiciário seguem acasas. Ante a proximidade do 8 de Março — Dia Internacional da Mulher —, cresce a expectativa do Movimento pela Paridade no Poder Judiciário de que o Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios (TJDFT) indique mulheres para as vagas abertas. Nenhuma mulher chegou a presidir a Corte. Entre os 47 desembargadores, 12 são mulheres. Em Minas Gerais, a paridade de gênero também está distante. As mulheres somam 33% no Tribunal de Justiça, 9% na Justiça Militar; 33% na Justiça Eleitoral e só 23% nos tribunais superiores. Realidades semelhantes estão reproduzidas na maioria dos estados.

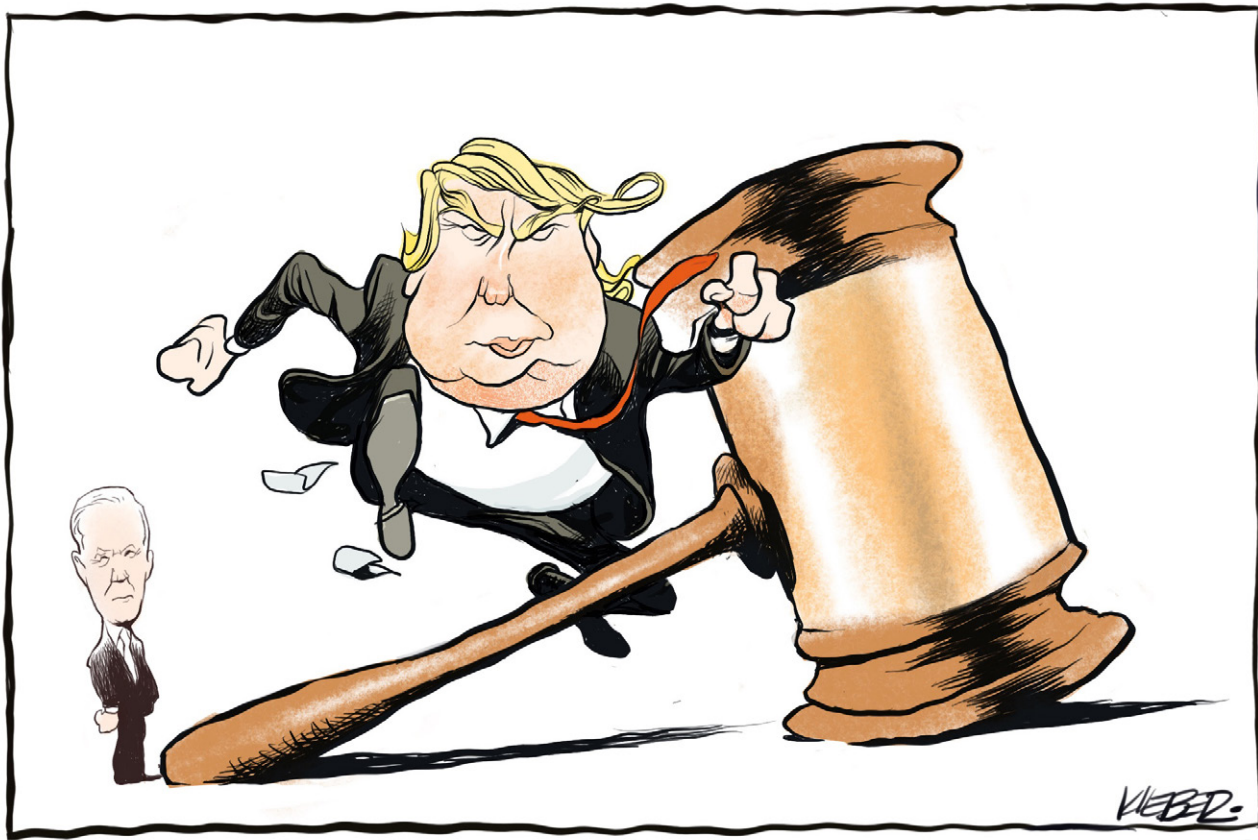
Quando presidiu o STF e esteve à frente do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), a ministra Cármen Lúcia criticou

o desequilíbrio de gênero e de raça na composição do Judiciário. Ela reconheceu a ausência de juízes e juízas negras nos tribunais brasileiros. A então ministra Rosa Weber marcou sua despedida do CNJ e do STF defendendo maior presença feminina nas camadas superiores da Justiça. Não foram poucas as mulheres advogadas ou integrantes do Judiciário que foram reconhecidas pelos colegas como merecedoras de ocupar elevados cargos na Justiça. Mas, por motivos inexplicáveis, foram preteridas no processo de escolha às vagas em aberto.

Até agora, o Judiciário, nas suas mais diversas instâncias, não conseguiu avançar o suficiente para se tornar exemplo às demais instâncias de Poder, sobretudo ao Legislativo. A legislação eleitoral impõe cotas raciais, étnicas e de gênero. Ao fim das eleições, fica patente que a maioria das legendas partidárias não cumpriu as normas estabelecidas pela Justiça Eleitoral. As mulheres são minorias nas bancadas da Câmara e do Senado. O mesmo ocorre nas capitais, nas grandes e pequenas cidades. Em resumo, ainda há uma longo caminho para que a equidade e paridade estabelecidas pela Constituição sejam respeitadas. Que o Estado, por meio dos poderes centrais, seja exemplo para o restante do país.

Esse filtro por gênero e raça, identificado no Judiciário, é o mesmo adotado por outros setores do país. Cotas raciais, sociais e tantos mecanismos para a construção de uma sociedade com mais igualdade e menos discriminação permanecem como desafio a ser vencido no Brasil. As mulheres, mesmo conscientes de seus direitos, enfrentam obstáculos. O corporativismo masculino, em vários momentos, é barreira quase intransponível.

Ainda que não prevaleça velho adágio: "Atrás de um grande homem, há sempre uma grande mulher". Hoje, ao lado, ou à frente, de um grande homem há uma grande mulher. Para que isso seja real é preciso mais educação, menos machismo e regras afinadas com a Lei Maior.



» Sr. Redator

» Cartas ao Sr. Redator devem ter, no máximo, 10 linhas e incluir nome e endereço completo, fotocópia de identidade e telefone para contato.
» E-mail: sredat.df@dabr.com.br

País justo

Há exemplos de sobre no mundo de que é possível se construir um país mais justo. Mas isso requer vontade política e, principalmente, uma sociedade que tenha a consciência de seus direitos e deveres. Os brasileiros não podem se contentar com o mínimo e normalizar as péssimas condições de vida, a falta de oportunidades, a violência que atinge, em especial, pretos e pobres. É um momento de reflexão sobre tudo o que vem ocorrendo, principalmente, na esfera do Congresso Nacional e do Judiciário, bem como, o que está por vir. Os erros devem servir de lição e não se repetirem. Os acertos são a base da estrutura que prevalecerá de um país em que todos tenham vozes e sejam ouvidos. Basta seguir o bom senso, com o fortalecimento da democracia, respeito aos direitos do cidadão, a liberdade de expressão, a preservação ambiental, melhor gestão dos recursos públicos, política econômica consistente e, claro, valorização de um povo esperançoso, criativo e trabalhador.

» Renato Mendes Prestes
Águas Claras

Anistia, não!

Anistiar Jair Bolsonaro e todos os terroristas do 8 de janeiro de 2023 seria o mesmo que escancarar a porteira para o crime organizado, assim como queria o então ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, eleito deputado federal, em defesa dos invasores das terras indígenas. O ex-presidente cometeu uma série de crimes contra o país, contra o erário e contra a sociedade brasileira. Não podemos esquecer o quanto ele postergou a compra de vacinas e suas campanhas contra a imunização no combate à pandemia de covid-19. Não podemos esquecer suas decisões contra os povos indígenas; o racismo explícito contra os quilombolas; os seus aplausos às chacinas nas favelas, nas quais jovens negros foram executados pela PM com tiros nas costas. Impossível esquecer o episódio das joias. São muitos e variados os crimes que ele cometeu. Perdoar todos atos cometidos pelo ex-presidente e sua horda de vândalos é fraudar a Constituição e todo o arcabouço penal. A punição desses pulhas não é revanchismo nem vingança, mas uma questão de justiça. Anistia, não!

» João Ariel Lima
Sobradinho

Quadrinho

A página *Diversão&Arte* (4/3/24) traz extensíssima matéria da jornalista Nahima Maciel sobre *Os anos de chumbo*

Desabafos

» Pode até não mudar a situação, mas altera sua disposição

Não sei se é para rir ou chorar de vergonha. Escolas públicas do DF não têm cadeiras nas salas de aula. Quanta incompetência, senhor governador!

Sebastião Machado Aragão — Asa Sul

PEC da blindagem e PL que anistia condenados pelo 8/1. A blindagem pode levar à impunidade; e a anistia, ao incentivo de novos atos antidemocráticos.

Abraão F. do Nascimento — Águas Claras

Sábado último, um carro derrubou um poste no Park Way e cinco conjuntos de quadras diferentes ficam mais de 10 horas sem energia elétrica. Não há como negar eficiência nota zero da Neenergia.

Guilherme Dias — Park Way

Se a PF concluir os inquéritos envolvendo Bolsonaro nos próximos quatro meses, no segundo semestre, o ex-presidente desfrutará do seu inferno astral.

Joaquim Honório — Asa Sul

as chuvas de março "fechando o verão" ocorriam, mas não eram tão intensas quanto agora. O período de seca, mais para o meio do ano, não era tão rigoroso como aconteceu no ano passado. Vez por outra, a chuva chegava para amenizar a seca. Ela era sempre aguardada entre agosto e setembro, quando os frutos do Cerrado precisavam de água, com o caju, a gabirola, a mangaba, o araticum, para chegar próximo ao ponto de ser colhidos... A cidade tinha mais árvores, e buscar a sombra de uma delas era um refúgio. Até ficávamos encabulados, pois o calor passava mesmo com o sol a pino. Vivíamos em uma outra Brasília, bem mais agradável, sem tantos atropelos como a de hoje. Os avanços tecnológicos trouxeram muitas coisas boas para todos, mas o Cerrado sempre trazia-nos novidades saborosas. Tínhamos o mato como o quintal mais interessante não só para brincar, mas para colher frutos que eram tão diversos quanto a diversidade de vida que havia no cerrado. Tudo isso está, cada vez mais no passado muito distante, atropelado por ocupações irregulares, rodovias e muitos empreendimentos que secam o bioma e eliminam os sabores. A cidade cresceu e não conseguiu preservar as delícias da natureza. Que pena!

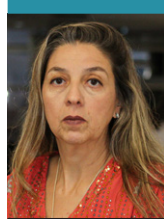
» Elza Lopes
Águas Claras

em *quadrinhos*, livro do quadrinista francês Matthias Lehmann. Lá está dito: "Quando o Bolsonaro chegou, foi um dos raros momentos em que as mídias francesas falaram da política brasileira, porque o Bolsonaro fazia aquelas besteiras. Então, tinha uma curiosidade dos franceses para saber como ele chegou onde chegou". A ser verdade o que disse do quadrinista, podemos dizer, parafraseando o humorista norte-americano, que "os franceses também sabem ser obtusos, ou estúpidos, quando sentem vontade". Mas eu não acredito que as mídias francesas não tenham noticiado para os franceses o maior escândalo de corrupção da história universal que foi praticada durante os governos petistas. É impossível que a imprensa francesa não tenha noticiado a roubalheira que aqui ocorreu. Trata-se do maior saque aos cofres públicos da história. Nem o Império Romano, quando invadiu a Gália, saqueou tanto. Pela amostra, conclui-se que o quadrinista mentiu. E é pena que o nosso *Correio Braziliense* tenha dado uma página inteira, uma valiosa página inteira, a ele.

» Joares Antonio Caovilla
Asa Norte

Perdas

Para quem está em Brasília há muitos anos, as mudanças climáticas vêm ocorrendo há um bom tempo. Lembro que em Brasília há muitos anos, as mudanças climáticas vêm ocorrendo há um bom tempo. Lembro que em Brasília há muitos anos, as mudanças climáticas vêm ocorrendo há um bom tempo. Lembro que em Brasília há muitos anos, as mudanças climáticas vêm ocorrendo há um bom tempo.



RENATA GIRALDI
renatagiralaldi.df@cbnet.com.br

Pelo fim do "ismo" e "fobia"

Aos 54, eu me sinto muito bem, embora saiba que não tenho mais 30, quando estava no auge e descobri que meus amigos da mesma faixa etária têm a mesma sensação. Porém, parece que o mundo dos jovens vê tudo de outra forma. Há uma insistência em nos rotular com o infeliz sufixo do "ismo": idadismo, etarismo, ageísmo e, de quebra, a velhofobia. Uma patrulha sem fim. Não escapam nem as nossas maiores referências.

A própria Organização Mundial da Saúde (OMS) destaca a necessidade de combater o preconceito por idade, que afeta imensamente a qualidade de vida de quem segue produzindo, planejando e sonhando, como eu e tantos outros. Como fazer isso? A estratégia pode ser mais simples do que parece: basta olhar para o lado e ver como são muitos os exemplos de famosos e anônimos brilhantes.

Minha mãe tem 81, em plena pandemia da covid-19, disse que queria ter 30 para estar na linha de frente e cuidar dos pacientes. Aos 91, tia Maria Raimunda, que recém se despediu da vida, estava sempre com uma viagem engatilhada e uma festa em vista. Ou seja: vivendo intensamente.

Ney Matogrosso, aos 81, comentou que sabe que o corpo dele está mais

velho — embora ninguém note —, mas a mente segue jovem. Chico Buarque, Caetano Veloso e Gilberto Gil — que, por sinal, está em mais uma turnê pela Austrália —, todos octogenários, idem. Sem mencionar Fernanda Montenegro, aos 94, lúcida, sempre brilhante.

Por que o mundo dos jovens se recusa a aceitar essa nova realidade? Resolvi aos 50 fazer a terceira graduação da minha vida, sou mais velha do que a maior parte dos meus professores, qual o problema? Estou pronta para aprender com eles. O que faz a minha presença e a dos meus colegas, também cinquentões, incomodar tanto os recém-saídos do ensino médio?

Sinceramente, não sei responder. Minha querida Cora Coralina, a poetisa da simplicidade, publicou o primeiro livro aos 75 anos, e só foi reconhecida depois dos 90, quando o grande Carlos Drummond de Andrade leu os poemas dela e a revelou para o mundo. A Universidade de Brasília (UnB), mais uma vez na vanguarda, lançou um vestibular para os mais vividos — acima dos 60. Incrível. Que maravilha! Um viva aos inovadores e aos que ouvam. Quero, daqui 50 anos, seguir com sonhos e planos.

CORREIO BRAZILIENSE

"Na quarta parte nova os campos ara
E se mais mundo houvera, lá chegara"
Camões, e, VII e 14

GUILHERME AUGUSTO MACHADO
Presidente

Leonardo Guilherme Lourenço Moisés
Vice-Presidente executivo

Ana Dubeux
Diretora de Redação

Valda César
Superintendente de Negócios e Marketing

VENDA AVULSA

Localidade	SEG/SÁB	DOM
DF/GO	R\$ 4,00	R\$ 6,00

Assine

(61) 3342.1000 - Opção 01 ou (61)99966.6772 WhatsApp

* Preços válidos para o Distrito Federal e entorno.
Consulte a Central de Relacionamento (3342-1000) ou (61)99158.8045 WhatsApp, para mais informações sobre preços e entregas em outras localidades, assim como outras modalidades e formas de pagamento. Assinaturas com forma de pagamento em empenho terão valores diferenciados. Aquisição de assinaturas para atendimento de demanda de licitação é sob consulta. Preços válidos para até 10 (dez) assinaturas por CPF ou CNPJ.

Anúncio

Publicidade: (61) 3214.1339
Publicidade legal: (61) 3214.1245 ou (61) 98169.9999 WhatsApp
Classificados: (61) 3342.1000 ou (61) 98169.9999 WhatsApp

ASSINATURAS*

SEG a DOM

R\$ 899,88

360 EDIÇÕES

(promocional)

S.A. CORREIO BRAZILIENSE - Administração, Redação e Oficinas Edifício Edilson Varela, Setor de Indústrias Gráficas - Quadra 2, nº 340 - CEP 70610-901. Rede Interna: 3214.1078 - Redação: (61) 3214.1100; Comercial: (61) 3214.1339.



Endereço na Internet: <http://www.correioweb.com.br>
Os serviços noticiosos e fotográficos são fornecidos pela AFP, Agência Estado e DA Press. Tel: (61) 3214-1131

DIÁRIOS ASSOCIADOS DA

D.A Press Multimídia
Atendimento pessoal para pesquisa em jornais e cópias:
SIG Quadra 2, nº 340, bloco I, Subsolo - CEP: 70610-901 - Brasília - DF; de segunda a sexta, das 9h às 18h.

Atendimento para venda de conteúdo:
Por e-mail, telefone ou pessoalmente: de segunda a sexta, das 9h às 22h/
sábados, das 14h às 21h/ domingos e feriados, das 15h às 22h.
Telefones: (61) 3214.1575 / 1582 / 1568.
E-mail: dapress@dabr.com.br Site: www.dapress.com.br

Lógica Hamas-Netanyahu

» CRISTOVAM BUARQUE

Professor emérito da Universidade de Brasília (UnB)

Minha geração foi formada pelas ideias humanistas dos grandes pensadores judeus e tomou conhecimento do mundo vendo as fotos de campos de concentração e assistindo à luta dos sobreviventes para criar um novo país que servisse de porto-seguro para os judeus do mundo, perseguidos ao longo de séculos. Acompanhamos o heroísmo de um grupo de líderes, quase todos socialistas, lutando para transformar um minúsculo território em uma nação democrática, progressista e igualitária. Apesar do incômodo moral diante da expulsão de palestinos nativos, e do incômodo político diante da arrogante superioridade dos israelenses sobre os palestinos, a implantação de Israel parecia uma vitória da humanidade, bastando descobrir a fórmula para a convivência entre israelenses e palestinos em dois estados diferentes.

O horror ao terrorismo ficava restrito a grupos isolados, como o Lehi judeu e o Hamas palestino. A repulsa aos crimes deles, na violenta estratégia que escolheram para defender seu respectivo país, não contaminavam o respeito pelos povos judeu e palestino, nem eliminava a possibilidade de dois estados com dois povos convivendo em paz, apesar de gestos terroristas esporádicos perpetrados por seus extremistas. A “lógica Hamas-Netanyahu” está mostrando a impossibilidade dessa convivência.

O ato terrorista de 7 de outubro, assassinando e sequestrando israelenses, e a guerra consequente com o massacre e a inanição do povo palestino, a destruição de Gaza e a perseguição aos palestinos na Cisjordânia, onde cada habitante é visto como inimigo, e cada israelense obrigado a viver cercado e protegido por muros e armas, explica a lógica de Netanyahu de que a segurança de Israel depende da expulsão do povo palestino ou sua absoluta subordinação aos israelenses, e também a lógica do Hamas de que a criação de um estado palestino passaria pela destruição de Israel.

Nessas condições, o sionismo fica incompatível com o humanismo que vem do pensamento de judeus. A partir de outubro de 2023, os judeus, antes identificados com os nomes de Jesus, Espinoza, Marx, Freud, Einstein, Arendt, Sabin, Sachs, Morin e outros que fundaram nossa maneira de entender o mundo e querer fazê-lo melhor e mais belo, passaram a ser identificados pelo nome Netanyahu e de seus ministros.

Há quatro meses, o **Correio Braziliense** publicou artigo com o título *O Hamas vence*, alertando que a violência das forças armadas israelenses ao ato terrorista do Hamas levaria a uma derrota moral e política imediata de Israel e ao crescimento futuro do terrorismo. O evento da semana passada confirmou. A falsa defesa negando que foram mortos por balas de soldados israelenses, mas “apenas” pisoteados em consequência do desespero pela fome provocada por estes soldados, confirma o alerta.

Para alguns, a “lógica Hamas-Netanyahu” justifica os crimes das forças armadas sionistas, outros fecham os olhos aos crimes de



terroristas palestinos, mas alguns continuam defensores do humanismo que aprenderam com judeus antigos: nenhum país justifica sua existência se depende permanentemente de armas, apartheid, massacre, inanição forçada de inimigos, nem a criação de um país deve depender de constantes atos terroristas. Ao identificar seu governo com a nação de Israel, Israel com os judeus no mundo e este povo como destruidor do povo palestino, Netanyahu se transformou em promotor de antissionismo e incentivador de antissemitismo, aliando-se à lógica do Hamas.

As cenas diárias do que acontece em Gaza é publicidade contra o sionismo e se transforma em publicidade antissemita para os

desavisados ou mal-intencionados, fazendo muitos confundirem um governo fundamentalista com o conjunto de Israel e com o povo judeu. O humanismo não pode deixar que a oposição à barbárie de um governo se transforme na indecência do antissemitismo. Deve recusar a “lógica Hamas-Netanyahu”, denunciar os crimes do Hamas em Israel e os de Israel no gueto de Gaza como duas faces, em dimensões desiguais, do barbarismo anti-humanista; separar o sionismo de Netanyahu do pensamento judaico e o terrorismo do Hamas da postura do povo palestino, e acreditar que não vai demorar para a palavra judeu voltar a ser identificada com os grandes pensadores humanistas e não mais com os atuais políticos de Israel.

Desigualdade de gênero e a saúde mental das mulheres

» HELENA MOURA

Professora da Faculdade de Medicina da UnB e membro do grupo de Geopsiquiatria da Associação Mundial de Psiquiatria

Existem diferenças importantes entre os gêneros quando falamos em saúde mental. A depressão, classificada como a principal causa de incapacidade global, é duas vezes mais prevalente em mulheres e nelas sua trajetória costuma ser mais crônica e incapacitante em comparação à vivenciada pelos homens. Os transtornos ansiosos e os alimentares também são mais comuns em mulheres. Além disso, algumas condições são estritamente femininas, como a disforia pré-menstrual, a depressão pós-parto, a psicose puerperal e a depressão na perimenopausa.

Com isso, observa-se a relevância das oscilações hormonais para essas diferenças entre os gêneros. No entanto, a maior vulnerabilidade para problemas de saúde mental não é apenas resultado de fatores biológicos, mas também é moldada por questões sociais e políticas que estão interligadas. Como isso ocorre? As mulheres são mais expostas a diversos fatores de risco sociais para transtornos mentais, como renda menor, desigualdades de gênero, menor controle sobre o meio ou a própria vida e maior exposição a diversos tipos de violência. A violência física, psicológica ou sexual, tema com relevância cada vez maior no cenário mundial, está associada ao estresse agudo e pós-traumático, além de depressão, ansiedade e risco aumentado para suicídio e abuso de álcool. Entretanto, destaca-se a influência de determinantes políticos sobre os fatores sociais. Precisamente, políticas públicas que promovam a igualdade de gênero e combatam a violência contra a mulher têm se mostrado protetoras para a saúde mental feminina.

Nesse sentido, um estudo de 2018 da *International Journal of Public Health* comparou 28 países europeus e identificou que o risco de violência doméstica é menor naqueles com leis de igualdade de gênero há mais tempo. Porém, inesperadamente, esse risco aumenta em países com políticas de dois provedores (homens e mulheres). Isso sugere que homens podem recorrer à violência quando não possuem alternativas para manter a sua dominação, ou a hegemonia masculina pode ajustar-se facilmente a certas leis caso não alterem a cultura ou outros aspectos que perpetuam as dinâmicas de poder entre os gêneros.

Outro estudo, publicado ano passado pela *Psychological and Cognitive Sciences* e realizado em parceria com pesquisadores de várias partes do mundo, incluindo o Brasil, identificou diferenças entre os cérebros de homens e mulheres apenas em países onde há maior desigualdade de gênero. Onde há mais igualdade, os cérebros são semelhantes, mas infelizmente o Brasil ficou entre os três países mais desiguais, perdendo apenas para Índia e Turquia.

Mais especificamente, o estudo identificou atrofia em regiões do córtex cerebral relacionadas à regulação emocional, incluindo resiliência à adversidade, e a transtornos mentais em que o estresse é considerado um mecanismo central, como a depressão ou o transtorno de estresse pós-traumático. Tais alterações podem decorrer da reação crônica ao estresse devido a adversidades ambientais contínuas, menor acesso à educação ou a distúrbios muito precoces no desenvolvimento. Esse estudo exemplifica a complexa relação entre o cérebro e o ambiente

e os desafios para superar os efeitos da histórica desigualdade de gênero.

Entre as dificuldades para a assistência à saúde mental da mulher, temos o estigma e a necessidade de adaptar os serviços para as demandas específicas dessa população. Mulheres são conhecidamente mais cuidadosas com a própria saúde e tendem a procurar atendimento mais que os homens, porém as peculiaridades de um tratamento psiquiátrico podem afastar boa parte delas. Primeiramente, o acompanhamento é de longo prazo e isso pode pesar na sobrecarregada rotina de muitas mulheres.

Em segundo lugar, o medo da perda da guarda dos filhos, especialmente diante de diagnósticos ainda muito estigmatizados, como psicose puerperal ou alcoolismo.

Neste último caso, e considerando a dependência por outras substâncias também, os ambientes de tratamento são essencialmente masculinos. Porém, o uso de substâncias tem efeitos opostos entre os gêneros: enquanto nos homens tende a induzir comportamento violento, nas mulheres aumenta a vulnerabilidade a sofrer agressões. Juntar esses dois grupos em um mesmo ambiente terapêutico pode retraumatizá-las. Portanto, é essencial que o tratamento não interfira significativamente na rotina, no cuidado com os filhos e ofereça segurança à mulher.

Políticas públicas que promovam a igualdade de gênero desempenham um papel significativo em preservar a saúde mental feminina. Dado o inestimável valor que as mulheres agregam à sociedade, seja como provedoras de trabalho, fonte de inspiração ou cuidado, os benefícios se estendem a toda a coletividade.

Momento chave para o Ideb

» ERNESTO MARTINS FARIA

Diretor-fundador do centro de pesquisas Interdisciplinaridade e Evidências no Debate Educacional (Iede)

» LECTICIA MAGGI

Gerente de comunicação no Iede

Há pouco mais de um ano, quando José Henrique Paim coordenava a equipe de Transição de Educação do presidente Lula, escrevemos neste jornal sobre as prioridades esquecidas da educação brasileira. Destacamos a necessidade do governo federal de olhar para a revisão das avaliações e dos indicadores nacionais e de combater as desigualdades de aprendizagem dos estudantes, em especial aquelas relacionadas ao nível socioeconômico e à cor/raça deles.

Ainda hoje, no nosso entender, tais temas não recebem a atenção devida e estão longe de ocupar o cerne das discussões em educação, como a sua relevância pede. Mas em relação à revisão de indicadores, tivemos, recentemente, uma boa notícia: o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) estabeleceu, no final de janeiro, um Grupo de Trabalho (GT) para elaborar um estudo técnico que subsidie o Ministério da Educação (MEC) na atualização do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb).

Para quem não está tão familiarizado com o tema, o Ideb é o principal indicador de qualidade da educação brasileira. Criado em 2007, é calculado a partir da taxa de aprovação dos estudantes e da média deles em Língua Portuguesa e Matemática no Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb). Ele foi revolucionário ao reunir em um único indicador (de 0 a 10), esses dois conceitos importantes: fluxo escolar e aprendizagem.

Com tantas pautas urgentes na educação — alfabetização, destino do Novo Ensino Médio, combate ao abandono escolar, em especial, dos jovens, formação de professores, conectividade... — parece insistência do pesquisador falar de Ideb. E é, mas não sem razão: o Ideb é uma das políticas públicas que “pegaram” e, desde a sua criação, é amplamente utilizado pelas redes de ensino do país, que têm seus índices calculados para os anos iniciais e finais do Ensino Fundamental e para o Ensino Médio. Sem entrar na discussão sobre foco excessivo no indicador (isso também existe e requer atenção!), os gestores educacionais e de secretarias de Educação, em geral, conhecem suas pontuações e trabalham para melhorá-las.

O Ideb serve como um norte de qualidade e é um importante indutor da gestão na direção da educação desejada. Por isso, se o combate às desigualdades educacionais é importante e é preciso, no indicador ou na sua divulgação, refletir isso. Se como sociedade julgamos que ter crianças e adolescentes fora da escola é inaceitável, é preciso que o indicador contemple os estudantes que estão fora do sistema educacional, o que não acontece hoje. O mesmo vale para a reprovação: uma vez que diversos estudos indicam que esse não é um mecanismo eficaz para a aprendizagem, então por que considerar as taxas de aprovação apenas no ano de aplicação do Saeb e não em todos os anos, estimulando, assim, a redução da cultura de reprovação? Esses são só alguns exemplos. Há muitos outros.

Discutir e definir um novo Ideb, após 17 anos de política e nenhuma revisão, é algo fundamental, e que deve ser feito à luz do que esperamos para a educação brasileira nos próximos anos. Nesse sentido, no Iede, publicamos, em 2022, o documento “Propostas e Reflexões para o novo Ideb”, fruto também de um GT de discussões sobre o indicador (o debate, como se vê, já é antigo e avança lentamente...). Nele, elencamos cinco princípios que deveriam norte a revisão do Ideb, e que foram consensuados por mais de 20 especialistas na área, incluindo ex-presidentes do Inep, como José Francisco Soares, Reynaldo Fernandes e Maria Helena Guimarães de Castro. São eles: 1) garantir o monitoramento das aprendizagens essenciais expressas na Base Nacional Comum Curricular (BNCC); 2) prezar pelo direito à educação de todas e de cada uma das crianças e jovens; 3) evidenciar as desigualdades educacionais que precisam ser combatidas, ajudando na promoção de equidade; 4) ser bem compreendido por formuladores de políticas públicas, gestores educacionais e professores, sendo um orientador para tomadas de decisão; 5) ser guiado por um olhar técnico, incorporando aprendizados obtidos pelo Brasil na área desde 2007.

O GT do Inep, instituído no final de janeiro, tem como prazo de seis meses (até final de julho, portanto) para entregar ao MEC o relatório final de trabalho, com as sugestões de mudanças e aperfeiçoamentos no indicador. Esse é um momento importante e que deve ser bem aproveitado, pois o novo Ideb precisa olhar para todos e cada um dos alunos, algo que o atual indicador ainda não consegue fazer.

Pintando proteção contra o *Aedes aegypti*

Em Cabo Verde, na África, cientistas testam em casas de dois bairros, de uma das principais cidades do país, uma tinta inseticida capaz de eliminar o mosquito que causa a dengue. O sistema se mostrou tão eficiente que durou até um ano

» ISABELLA ALMEIDA

No Brasil de 2024, a dengue já matou mais de 240 pessoas e o número de casos ultrapassou 1 milhão, sendo a maior concentração no Centro-Oeste e o Distrito Federal no epicentro. Essa e outras patologias, transmitidas por vetores, são responsáveis por cerca de 17% de todas as condições infecciosas no mundo. Na tentativa de atenuar os impactos da contaminação, pesquisadores de Cabo Verde, na África, e da Espanha testaram a eficácia de tintas inseticidas, capazes de matar o *Aedes aegypti*, em cerca de 30 minutos.

Os resultados do trabalho, liderado pela Universidade de Cabo Verde, foram detalhados, hoje, na revista *Frontiers in Tropical Diseases*. Os cientistas comemoraram o fato de o inseticida ser eficiente por até 12 meses e ter sido bem aceito pelos moradores, que testaram a tinta.

“Demonstramos que a tinta inseticida Vesta é eficaz na erradicação do *Aedes aegypti*, o mosquito transmissor da febre amarela (...), por pelo menos um ano”, frisou Lara Ferrero Gómez, líder do trabalho e coordenadora de um grupo de pesquisa sobre doenças tropicais na Universidade Jean Piaget de Cabo Verde. “Também constatamos que ela é bem aceita pela população, com 98% relatando a redução do mosquito em suas residências após a aplicação da tinta.”

Em segurança

Para o trabalho em campo, voluntários treinados pintaram 228 casas em dois bairros da cidade Praia — capital de Cabo Verde com cerca de 160 mil habitantes. Nos bairros, estão os moradores apontados como mais vulneráveis a doenças transmitidas por mosquitos devido à drenagem inadequada, sofrendo com inundações na estação chuvosa, e a gestão deficiente de águas residuais.

Agregados aos “fatores naturais”, em Cabo Verde, em muitas residências é comum o armazenamento de água em decorrência da falta e de interrupções do abastecimento. Há queixas constantes sobre a insegurança no sistema de armazenamento, daí a cultura local de acumular água.

Por intermédio de quatro testagens — um, três, seis e 12 meses —, bioensaios da Organização Mundial da Saúde (OMS) foram realizados em duas casas selecionadas aleatoriamente em cada bairro. Os resultados mostraram a eficiência da inseticida em forma

Gabinete de Comunicação e Informação da Universidade Jean Piaget de Cabo Verde



Lara Ferrero Gómez, líder da pesquisa, posa ao lado das latas de tinta, que poderão ser utilizadas também no combate à malária



O mosquito que se tornou o vilão global e alvo da ação coletiva

de tinta. “Os bioensaios registram a mortalidade dos mosquitos *Aedes aegypti* após uma exposição de meia hora à tinta inseticida. Isso nos permite avaliar diretamente a eficácia”, explicou Gómez.

Resultados

As fórmulas de tintas inseticidas resultaram em mortalidade completa dos mosquitos *Aedes aegypti* um mês após a pintura das casas. Três meses após a pintura, todas as formulações ainda ultrapassavam o limite de eficácia da OMS, que é de 80%. No sexto mês, duas formulações ficaram abaixo desse parâmetro. No entanto, a tintura

nomeada Vesta também atendeu aos requisitos da OMS aos meses seis e 12. “A tinta funciona liberando quantidades muito pequenas de inseticida ao longo de um período, tornando-a mais sustentável e ecologicamente correta”, destacou a pesquisadora principal.

Werciley Vieira Júnior, infectologista do Hospital Santa Lúcia, frisou que o mosquito da dengue pode propagar uma série de doenças, como zika, chikungunya, febre do oropouche e a febre amarela. “Em relação à tinta, tem uma vantagem que é ela ter já sido usada contra a febre amarela e contra a malária, com uma boa resposta.”

Gabinete de Comunicação e Informação da Universidade Jean Piaget de Cabo Verde



Voluntários que pintaram residências da capital cabo-verdiana

Para o especialista, a invenção é um bom fator para diminuir a proliferação. “Não vai ser a única solução, mas é importante a gente investir em diversas facetas, atuando diminuindo o criatório, usando inseto modificado, ou inseto com bactérias que diminuem a evolução da ADM, diminuição de uso de mais inseticida, são medidas que vão complementar e trazer um benefício maior.

André Bon, infectologista do Hospital Brasília Águas Claras, da rede Dasa no DF, reforça que a principal forma de prevenção continua sendo o combate ao mosquito. “Eliminar focos de água parada é bastante

importante, mas outras formas de prevenção, como a utilização de repelentes, são importantes”, disse ele.

Segundo o médico, é importante adotar alguns hábitos no cotidiano também. “Usar tela nas janelas, para evitar os mosquitos dentro de casa, também é interessante. Colocar o aparelho de ar-condicionado em temperaturas baixas, reduzindo a atividade do mosquito dentro de casa, é uma estratégia a ser considerada”, sugeriu o infectologista.

Para o especialista, é fundamental manter o alerta em relação aos riscos da doença. “É esperado que 2024 seja um dos piores

Palavra de especialista

Urbano e domiciliar

Renato Filho



“O desenvolvimento de uma tinta com propriedade inseticida é de grande interesse para o controle da população do mosquito, diminuindo também os casos da dengue. Sabemos que o mosquito é urbano e intradomiciliar e tem o hábito de pousar e repousar nas paredes após alimentar-se. Não há uma droga que combata o vírus da dengue. O tratamento é feito com o uso de medicamentos sintomáticos e a hidratação vigorosa, tanto pela via oral como pela via venosa. O suporte clínico é muito importante, principalmente nos grupos de risco e na prevenção de complicações graves.”

Hemerson Luz, chefe da clínica de infectologia do Hospital Naval Marcílio Dias, no Rio de Janeiro

anos, se não o pior, em termos de número de casos de dengue na história do Brasil. São diversos fatores, tanto mudanças climáticas, mudanças de regime de chuva quanto imunidade populacional, todos eles contribuem para esse aumento.”

Conforme o artigo, os cientistas não registraram efeitos graves da tinta na saúde dos moradores. Os efeitos adversos relatados por alguns residentes incluíram irritação leve nos olhos ou no nariz (10%) e dor de cabeça (4%).

Futuro

No início do ano, Cabo Verde foi o terceiro país africano a ser declarado livre da malária pela OMS. Todavia, manter esse selo é um desafio. Os autores do estudo afirmam que a tinta inseticida também é uma estratégia promissora para reforçar a prevenção e o controle de casos de malária ao nível doméstico.

Para os cientistas, apesar de algumas limitações, como a necessidade de aplicar meticulosamente a tinta em duas camadas para garantir a eficácia, a esperança é que o projeto Tintaedes seja expandido para mais áreas da Praia, a capital cabo-verdiana, que é um ponto crítico para doenças transmitidas por vetores, no país da África.

RUMO AO ESPAÇO

Nasa e SpaceX lançam tripulantes

Na madrugada de ontem, três astronautas americanos e um cosmonauta russo partiram da Flórida, no sudeste dos Estados Unidos, rumo à Estação Espacial Internacional (ISS), onde viverão pelos próximos seis meses. O lançamento foi realizado às 22h53 de domingo, hora local, e 00h53 de segunda-feira, em Brasília. O foguete Falcon 9 da SpaceX iluminou o céu com um impressionante clarão laranja ao decolar rumo ao espaço. Minutos após o lançamento, atingiu uma velocidade de aproximadamente 9.700km/h sobrevoando o oceano Atlântico, de acordo com os

comentaristas da Nasa.

Essa é a oitava missão espacial promovida pela empresa fundada por Elon Musk, em parceria com a Nasa. A nave “Endeavour”, que leva três homens e uma mulher, é a quinta da SpaceX a utilizar esse tipo de cápsula, mostrando a confiabilidade da tecnologia. A cápsula alcançou a órbita em apenas nove minutos e está programada para se acoplar à ISS, onde outros quatro tripulantes aguardam transferência. A missão, nomeada Crew 8, havia sido, inicialmente, agendada para sábado, mas foi adiada devido aos ventos fortes.



A missão é liderada por Matthew Dominick, acompanhado por Jeanette Epps e Alexander Grebenkin, novatos em voos espaciais, enquanto o médico Michael Barratt completa a equipe, sendo o único membro que já teve experiência na ISS. A ISS, operada conjuntamente pela Nasa e pela Roscosmos, mantém uma colaboração contínua entre Washington e Moscou, mesmo após eventos geopolíticos recentes, como a invasão da Ucrânia. Atualmente, sete pessoas estão a bordo da estação, algumas retornarão à Terra após a chegada da nova equipe. A missão Crew 8 planeja realizar

mais de 200 experimentos científicos durante a estadia de seis meses no laboratório espacial, contribuindo para a constante busca por conhecimento no espaço. Um vídeo publicado pela Nasa no X mostra o momento do lançamento do foguete, que tem 25 andares de altura e nove motores.

O vídeo pode ser visto neste endereço <https://twitter.com/NASA/status/1764500342878666982>. Apesar de ter mais de duas décadas de funcionamento, a ISS ainda enfrenta desafios, como um vazamento detectado recentemente no segmento russo, monitorado de perto pela equipe da Nasa.

VIOLÊNCIA / O ataque aconteceu em uma escola pública de São Sebastião. Foram atingidos três colegas, uma monitora e um professor, que tiveram lesões leves. Estudante foi apreendido, e família pediu perdão às vítimas. Governador lamentou o ocorrido

Adolescente fere cinco a facadas dentro de escola

» DARCIANNE DIOGO
» CAROLINA BRAGA

O ataque em uma escola pública de São Sebastião colocou em alerta as autoridades e preocupou pais e equipe pedagógica. Minutos depois de o sinal tocar para a entrada dos alunos, um adolescente de 15 anos, armado com duas facas estilo "peixeira", feriu três colegas, uma monitora e um professor. Ele foi apreendido em flagrante pela Polícia Militar (PMDF). Na delegacia, confessou o crime e disse sofrer bullying há mais de um ano.

O governador Ibaneis Rocha lamentou o episódio. "É com profunda preocupação que recebo a notícia do ocorrido no Centro Educacional São José, em São Sebastião. A segurança e o bem-estar dos estudantes são prioridades absolutas do nosso governo", escreveu o governador, em suas redes sociais. "Trabalharemos junto com as autoridades competentes para garantir a prevenção de futuros incidentes", completou.

Em nota, a Secretaria de Educação (SEEDF) afirmou que atua em diversas frentes para solucionar o problema da violência escolar. No portão da unidade de ensino, foram colocados comunicados suspendendo as aulas ontem (manhã e noite) e hoje (manhã e tarde).

Como em mais um dia comum, o sinal tocou por volta das 7h. Como regra institucional, os alunos não podem entrar de bonê, mas o adolescente guardou o objeto na mochila, com as facas, foi ao banheiro e colocou novamente o acessório, uma máscara facial preta e luvas pretas de lã.

Antes de começar a aula, enquanto os alunos estavam sentados, o menor invadiu a sala com as duas facas em mãos e partiu para cima de três colegas. Uma das estudantes atingidas, sentada na primeira fileira, estava grávida. Ela só não teve ferimentos graves porque estava com um casaco de tecido reforçado. Um outro menino, de 15 anos, sofreu um corte no pescoço. O terceiro foi ferido na região da orelha direita. Os três foram socorridos ao hospital com lesões leves.

O **Correio** viu as imagens das câmeras de segurança que mostram a ação violenta. Em questão de segundos, ele esfaqueia os três adolescentes, enquanto o restante da turma foge correndo. Para contê-lo, um professor pega uma cadeira para encurralá-lo contra a parede. O docente se fere, mas, mesmo assim, não desiste. O estudante só se rende depois que a coordenadora reage com cabo de vassoura, sem atingi-lo.

Os funcionários trancaram o adolescente na sala e chamaram a polícia. "A PM chegou a tempo, e as equipes fizeram a negociação para a rendição. Nós temos um protocolo de segurança em todas as escolas do DF São viaturas e PMs que fazem ronda ostensiva nos arredores dos colégios. Além disso, todos os diretores têm o contato direto dos policiais do batalhão. Temos avançado no trabalho de prevenção junto a professores, diretores e funcionários", afirmou o major Michello Bueno, porta-voz da PM.

Na mochila do estudante, os policiais encontraram uma carta pedindo desculpas pelo ataque. O manuscrito foi apreendido e será analisado pela perícia.

Durante o interrogatório prestado na Delegacia da Criança e

Minervino Júnior/CB/D.A.Press



Enquanto o adolescente esfaqueava colegas, o resto da turma fugiu. Ele se rendeu após a reação de um professor e de uma coordenadora

Memória

Relembre episódios envolvendo violência no ambiente escolar ou nas proximidades

18/3/2022

Um adolescente de 16 anos foi apreendido após participar de uma briga em uma escola de Ceilândia Sul, que resultou no esfaqueamento de um jovem de 17 anos. A vítima ficou em estado grave. O agressor tinha passagem por porte ilegal de arma de fogo e estava em liberdade assistida.

23/3/2022

Uma menina de 14 anos foi esfaqueada por um colega de 15 em uma escola de São Sebastião. Alunos que testemunharam a agressão disseram que a estudante foi atacada pelas costas, na quadra de esportes, enquanto bebia água.

20/3/2023

A PM apreendeu um adolescente de 14 anos suspeito de planejar assassinatos em uma escola de Santa Maria. Ele divulgou os planos em uma rede social e pretendia usar uma arma, que também foi apreendida. À época, a DCA afirmou que ele não pretendia cometer o crime e fez a publicação nas redes para se exibir.

13/11/2023

Um garoto de 15 anos que apresenta quadro clínico no espectro autista foi agredido enquanto ia para a escola, no Guarã. O adolescente sofreu lesões no rosto, um ferimento na mão e perdeu dois dentes. Ele foi abordado perto da instituição de ensino.

Minervino Júnior/CB/D.A.Press



Advogado da família do agressor disse que ele nunca foi violento

do Adolescente (DCA), o menor confessou o crime. Ele disse que era constantemente xingado e humilhado por colegas da própria turma e mais velhos do que ele na escola por causa da aparência. "Foi um fato totalmente atípico. Ele era um garoto introspectivo, não tinha diagnóstico nenhum de traços violentos, nem ocorrências criminais. Um menino de família estruturada, mas ele nunca comentou nada aos parentes", afirmou Marcos Akaoni, advogado que representa a família do menor.

"Ele deu alguns detalhes sobre os episódios. Era chamado de apelidos pejorativos por ser muito magro e ter a boca grande. Disse, então, que estava se enchendo de raiva", contou o advogado. Ainda segundo o defensor, o jovem não tem histórico criminal e nem de briga na escola.

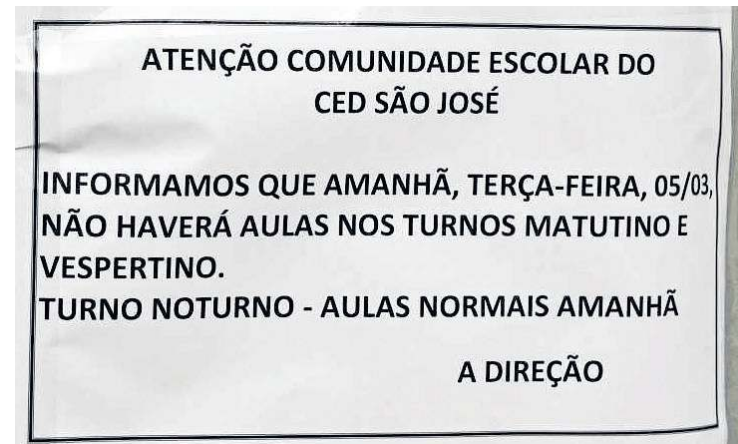
A família do adolescente

pediu perdão aos parentes das vítimas atingidas. Ontem, o menor ficou apreendido na DCA e passará por uma audiência hoje.

Medo

Ao **Correio**, um dos três jovens feridos afirmou que não conhece o agressor. Com ferimentos nas mãos, no pescoço e nas costas, o adolescente, também de 15 anos, foi atendido pelo Corpo de Bombeiros (CB-MDF), que chegou ao local às 7h20, logo após a Polícia Militar. "Meu filho me ligou e fui correndo para a escola buscá-lo", explicou o pai do aluno. "Antigamente, tinha polícia no colégio. Deveria voltar a ter policiais na escola para cuidar dos nossos adolescentes e das crianças ou, pelo menos, algum verificador de metal", opinou. A mãe da

Minervino Júnior/CB/D.A.Press



Comunicados suspendendo as aulas foram colocados no portão

vítima disse que estava despedaçada. "Nós entregamos nossos filhos na escola para aprender e há esse descaço com a segurança deles", desabafou. Os pais e o filho prestaram esclarecimentos na DCA ainda pela manhã.

Uma parente do jovem infrator reforçou que, mais do que policiais, as escolas necessitam de psicólogos para os estudantes e a comunidade escolar. "As crianças, os adolescentes e os pais precisam de apoio psicológico. As escolas estão cheias, lotadas, e não há apoio suficiente", declarou.

Em frente ao centro educacional, estudantes iam e vinham buscando informações sobre as aulas. A jovem Karen Ferreira Gonçalves, 22 anos, acompanhou sua irmã de 12 anos em busca de notícias. "Ela me ligou. Fui correndo buscá-la e os

primos na escola. Ninguém da coordenação me avisou nada", relatou. A jovem do 7º ano disse ao **Correio** que todos os alunos foram encaminhados para a quadra, mas sem saber o que estava acontecendo. "Estou com medo de vir para aula amanhã", confidenciou.

"Mesmo que tivesse aula, eu não viria. Fiquei com medo", adiantou outro estudante, da mesma idade e cursando o sétimo ano.

Cultura de paz

A Secretaria de Educação se manifestou por meio de nota. "Repudiamos qualquer forma de violência, dentro ou fora da escola, e reforçamos o compromisso e o empenho na busca por elementos que permitam o esclarecimento dos fatos, bem como

o suporte aos envolvidos, para garantir a segurança e integridade da comunidade escolar", destacou.

A secretaria frisou que, para combater ataques como esses, promove ações educativas diretas voltadas para a saúde mental e prevenção ao bullying nas escolas direcionadas à comunidade estudantil e ao preparo dos profissionais de educação. O "Guia de Valorização da Vida", por exemplo, é um documento que visa orientar os educadores acerca das melhores práticas condizentes ao cuidado da saúde mental. Além disso, a secretaria conta com o "Caderno Orientador — Convivência Escolar e Cultura de Paz", um manual que aborda as temáticas em questão, sendo suporte aos professores, gestores e demais profissionais da educação.

Outras formas são a realização de encaminhamentos de estudantes com demandas de saúde mental ou com dificuldades no desenvolvimento e aprendizagem; a orientação educacional, em parceria com pedagogos e psicólogos escolares do Serviço Especializado de Apoio à Aprendizagem (SEAA), atua na prevenção, acolhimento, intervenção educacional e acompanhamento das situações relacionadas à violência escolar.

"A SEEDF ainda instituiu a Comissão Permanente Pela Paz nas Escolas (CPPE), empenhada na execução e implementação das políticas públicas de cultura da paz no ambiente escolar, e, em continuidade aos trabalhos realizados em 2022, implementados pelo Plano de Urgência pela Paz nas Unidades Escolares, instituiu, em abril de 2023, a Comissão Permanente pela Paz nas Escolas (CPPE)", enfatizou o órgão.

A Secretaria de Segurança Pública (SSP-DF) afirmou que, no DF, uma série de medidas preventivas foi implementada para aumentar a presença do Estado nas imediações de unidades de ensino e prover uma resposta rápida em casos de emergência, com o objetivo de garantir a tranquilidade e o pleno funcionamento das escolas.

O Batalhão de Policiamento Escolar (BPEsc) assinalou que os diretores das escolas públicas do DF recebem, desde o ano passado, orientações relativas à prevenção e ao enfrentamento de situações de violência no espaço escolar. Destacou, ainda, que sua missão é fazer o policiamento ostensivo nas unidades de ensino, atuando de forma preventiva, comunitária e repressiva no perímetro escolar e no interior das escolas, quando necessário. "Para garantir a segurança no ambiente escolar, são observados protocolos estabelecidos a partir de critérios técnicos e de análise de incidência de crimes, contravenções e atos infracionais no perímetro escolar e nas instituições de ensino", ressaltou.

As atividades operacionais são realizadas por meio de roteiros de patrulhamento ostensivo, operações de varredura, blitz, bloqueio escolar e visitas técnicas nas escolas públicas e privadas de todo o Distrito Federal, entre outras ações. Além disso, de acordo com o batalhão, é feito o redirecionamento de pontos de observação e blitzes, que fazem parte da rotina de trabalho do Detran-DF e do Corpo de Bombeiros, para as proximidades das instituições de ensino.



Crônica da Cidade

SEVERINO FRANCISCO | severinofrancisco.df@dabr.com.br

Rui Barbosa mediúnico

Neste momento grave da história brasileira, esta coluna conseguiu uma entrevista mediúnica exclusiva com Rui Barbosa. Ele discorre sobre um dos esportes mais praticados pelos governantes, a mentira. Fala, mestre!

Como o senhor classifica a mentira, esporte tão praticado, atualmente, no Brasil?

Os antigos enxergavam no mentiroso o mais vil dos tarados morais. Depois

de enumerar todas as misérias de um perdido, concluíam, quando cabia: “E, até, mente.”

Mas, pelo menos, na política os danos da mentira são menores?

Não, senhores. Aí, pelo contrário, é que as suas devastações não têm limites, e que a sua indignidade excede todas as craveiras do nojo.

E por quê?

No terreno as coisas públicas, entre nós, a mentira constitui instrumento, por excelência, da usurpação da soberania nacional pela oligarquia da União, pelas oligarquias dos Estados, pelas oligarquias das municipalidades.

De que maneira isso ocorre?

Cada uma delas mente, assumindo o nome do regime Constituição, que absorveu, e matou. Cada uma delas mente, sonogando ao público as dissipações, as malversações, as corrupções, à custa das quais se mantém. Cada uma delas mente, organizando com o nome de serviços públicos a miseranda afilhadagem, cuja interessada dependência as assessora, sustenta e desfruta.

Mas isso não é feito em nome do patriotismo?

Cada uma delas mente, simulando o civismo, e não praticando senão um personalismo deslavado. Cada uma delas mente, assoalhando a legalidade, e não

perdendo ensejo de sofismar, evadir, ou inverter abertamente as leis.

O que lhe incomoda mais hoje no Brasil?

O reinado ignóbil da mentira. Mentira na terra, no ar, até no céu, onde segundo o padre Antonio Vieira, o próprio sol mentira no Maranhão, e diréis que, hoje, mente ao Brasil inteiro.

O mal está vencendo o bem?

O mal nunca venceu o bem, senão usurpando a este o necessário para o iludir, o arredar, o adormecer, o fraudar, o substituir, o vencer. Se a injustiça, a mentira, o egoísmo, a cobiça, a rapacidade, a grosseria d'alma, a baixa moral, a inveja, o rancor, a vingança,

a traição aparecessem nus e desnudos aos olhos do indivíduo, aos olhos do povo, aos olhos da sociedade, aos olhos do mundo, ninguém preferiria o mal ao bem, e o bem não se veria jamais derrotado pelo mal.

Qual é o remédio para os males da política?

Circulai o voto do mais rigoroso cordão sanitário contra a trampolinice dos conluís e manipulações oficiais. Não transijais com as situações vencedoras pelo contubérnio do poder com o crime, da fraude com a autoridade.

Que conclusão o senhor tira de tudo isso?

Em vez de evoluir, retrogradamos.

INVESTIGAÇÃO / O cabo da PM de Goiás Wilson Viana da Silva foi detido depois de atirar contra um carro em Águas Claras dirigido por um militar da reserva. A PMDF encontrou no apartamento do policial pedras preciosas, armas e farta munição

Preso com 2kg de esmeraldas

» PABLO GIOVANNI
» GIULIA LUCHETTA

O cabo da Polícia Militar de Goiás (PMGO) Wilson Viana da Silva, preso com 2kg de esmeraldas brutas avaliadas em R\$ 200 mil, armas e munição, vai continuar na cadeia. Ele preso ontem pela Polícia Militar do Distrito Federal (PMDF).

Segundo a PMDF, um militar da reserva recorreu ao 17º Batalhão da corporação, que patrulhava a região, depois que teve o veículo, uma Toyota/Hilux, alvejado enquanto trafegava na cidade. O disparo foi efetuado de dentro de um Volkswagen Polo, branco.

No endereço indicado pelo militar da reserva, na Avenida Jacarandá, os policiais confirmaram que o motorista do Polo havia acabado de entrar no condomínio e subido até o apartamento, descobrindo ainda que o suspeito também era um policial militar. A equipe tentou negociar com Wilson, que se negou a descer para conversar.

Por volta das 3h, foi acionada a PMGO e equipes do Batalhão de Operações Especiais (Bope) do DF, para negociação com o suspeito, que acabou descendo e foi preso. Segundo o Corpo de Bombeiros (CBMDF), ele estava em surto psicótico.

Fotos: Divulgação/PCDF



Cabo da PMGO Wilson Viana da Silva foi preso com esmeraldas brutas, avaliadas em R\$ 200 mil



Armas e muita munição foram encontradas na residência do policial

“Vamos verificar se há alguma conexão entre os fatos (disparos contra um veículo e posse das pedras)”, afirmou o delegado Josué Pinheiro, titular da 21ª DP. O **Correio** não conseguiu contato com a defesa de Wilson.

Antecedentes

O cabo respondeu a um processo criminal por ter ameaçado um agente e uma delegada nas dependências da 21ª DP, em 13 de dezembro de 2019. A reportagem apurou que o episódio ocorreu após ele ter sido

preso por policiais militares, acusado de atirar em via pública, em Águas Claras.

Na delegacia, o cabo teria começado a ofender o agente e a delegada da 21ª DP, dizendo: “sou policial também, e vamos nos encontrar lá fora”. Wilson prosseguiu tentando intimidar os investigadores, afirmando: “no Goiás, as coisas são diferentes”. Na ocasião, ele também mandou a delegada “calar a boca”.

O cabo foi condenado a quatro anos e cinco meses de prisão por desacato e disparo de arma de fogo.

HOMICÍDIO

Redes sociais/Divulgação



Enterro contou com centenas de colegas de farda e parentes

Soldado morto por PM é enterrado

» DARCIANNE DIOGO

Uma cerimônia comovente marcou o funeral do soldado do Comando de Operações das Divisões (COD) da Polícia Militar de Goiás (PMGO) Diego Purcina, morto após levar um tiro durante discussão em um bar, no Novo Gama (GO). O autor do crime é o PM da reserva Jefferson José da Silva, que teve a prisão flagrante convertida em preventiva pela Justiça.

Centenas de pessoas, entre colegas de farda, amigos e familiares, compareceram ao enterro

do PM, que ocorreu ontem no Cemitério Parque Memorial, no Novo Gama (GO). O chefe do COD, Edson Raiado, batalhão no qual Purcina era lotado, prestou uma homenagem: “Despedimos e prestamos as últimas homenagens a mais um irmão de farda. Sua coragem, dedicação e serviço à comunidade jamais serão esquecidos. Que sua luz continue a guiar nossos passos e inspirar-nos a seguir em frente, honrando seu legado”, declarou.

O acusado do disparo segue preso após passar por audiência de custódia no domingo. O

magistrado Neto Azevedo afirmou que a prisão preventiva foi justificada pelo fato de que Jefferson José teria ameaçado testemunhas. “A liberdade provisória do autuado coloca em risco não apenas a instrução processual, como testemunhas do fato, inclusive, segundo consta, agredida pelo suposto autor do fato, o que justifica a decretação da sua prisão preventiva”, reforçou.

Morte

Segundo as investigações, na noite desse sábado, Purcina

estava em um bar acompanhado de amigos e familiares, quando tentou intervir nas agressões de um homem contra uma mulher no estabelecimento, no Novo Gama, no Entorno de Goiás.

O PM Jefferson, que é amigo do agressor, não gostou da atitude e partiu para cima do soldado, chegando a efetuar um disparo de arma de fogo contra o militar de Goiás. O PM do DF foi preso em flagrante por homicídio qualificado por motivo fútil. O caso é investigado pela Polícia Civil do Estado de Goiás. Purcina deixa a mulher e um filho.

Obituário

Envie uma foto e um texto de no máximo três linhas sobre o seu ente querido para: SIG, Quadra 2, Lote 340, Setor Gráfico. Ou pelo e-mail: cidades.df@dabr.com.br

Sepultamentos realizados em 4 de março de 2024

» Campo da Esperança

Antônio José da Silva, 91 anos
Danilo de Lima Carvalho, menos de 1 ano
Elias Batista de Araújo, 58 anos
Felix Honório Ramos, 84 anos
Francisca Carneiro Pereira, 89 anos
Jandira Valentina Vidal, 85 anos
José da Silva Oliveira, 76 anos
Lilian Fernandes da Silva, 46 anos

Maria Aparecida de Souza, 59 anos
Maria Raquel Ferreira da Silva, 61 anos
Nelson Guilherme de Araújo, 96 anos
Olimar Alves de Oliveira Júnior, 39 anos
Rosemar Fernandes Ferrugem, 97 anos
Sarah Franca de Oliveira, 13 anos
Versiane Joaquim de Almeida, 89 anos

» Taguatinga

Antônio Carlos da Silva, 72 anos
Bruno Alves Rodrigues de Souza, 30 anos
Edinaldo Rodrigues de Araújo, 57 anos
Fabio Nascimento Estefano, 57 anos
Francisca Alves Beserra da Silva, 64 anos
João Batista Machado, 59 anos

Manoel Ribeiro da Silva, 55 anos
Márcia Araújo Sousa, 50 anos
Maria Suzete Aragão Melo, 83 anos
Rosenilda da Conceição de Oliveira, 58 anos
Sidinei dos Santos Menezes, 63 anos
Sizina Pereira Fernandes, 79 anos
Terezinha Gertrudes Bezerra, 84 anos

» Gama

Antônia Alves Pereira, 74 anos
Antônio Lópis da Silva, 83 anos
João Ferreira Lima, 85 anos
Luiza Francisca Mendes, 90 anos

» Planaltina

Maria Apolinária Gomes Nascimento, 90 anos
Maria Emília Francisca de Freitas, 95 anos

» Sobradinho

Divino de Mesquita Vieira, 68 anos
Maria da Pais de Souza, 79 anos

» Jardim Metropolitano

Darlan Lustosa Alencar, 82 anos
Waldenice Alves de Oliveira, 69 anos
Evangelina Ferreira Soares, 81 anos
Margaret Antonietta de Vicente Borges, 85 anos

SAÚDE PÚBLICA

Os perigos da coinfecção

Após a morte de um bebê com dengue e covid-19, especialistas alertam para os riscos da infecção conjunta e os sinais de alarme das duas doenças. No Distrito Federal, ambas as enfermidades estão com alta taxa de incidência este ano

» MILA FERREIRA

Febre, dor de cabeça, dor nas articulações, manchas vermelhas pela pele, tosse, coriza e cansaço extremo. Estes foram alguns dos sintomas que afetaram a saúde de Evelin Mendes, 28 anos. A mulher contraiu dengue ao mesmo tempo em que testou positivo para covid-19. Evelin se recuperou, mas ficou com sequelas, como inflamação nas articulações causada pela dengue, além de funções pulmonares reduzidas e problemas respiratórios devido à covid-19. Especialistas ouvidos pelo **Correio** alertam que é preciso atenção, pois a coinfecção por ambos os vírus é possível, mas pode passar despercebida pelo fato de alguns sintomas serem os mesmos.

“Uma das dificuldades em identificar que também apresentava sintomas de covid foi o fato de estar tomando medicação contínua para dengue, o que mascarou a febre. Somente no sexto dia, quando diminuí o remédio para dor e febre, é que os sintomas de covid se intensificaram”, relatou Evelin. “Só descobri que também estava com covid cinco dias depois de saber que estava com dengue. No quinto dia, retornei ao hospital, porque estava muito debilitada e, durante a triagem, a enfermagem identificou que minha oxigenação estava anormal, e decidiram solicitar um exame de covid”, completou.

Médico de controle de infecção do Hospital de Base do Distrito Federal (HBDF), Julival Ribeiro salienta que é preciso ficar atento aos sintomas e também às formas de infecção de ambas as doenças. “A maneira de transmissão é diferente. Uma é pela picada do mosquito, o *Aedes aegypti*, e a outra por secreções respiratórias. É preciso ficar atento aos criadouros e também ao contato com pessoas possivelmente infectadas pela covid”, alertou o especialista. “Há riscos de sequelas em ambos os casos. A covid, por exemplo, pode gerar alterações hepáticas, cardíacas, neurológicas e pulmonares”, observou.

O infectologista do Hospital Brasília Águas Claras, da rede Dasa no DF, André Bon, alerta sobre a importância do uso de máscaras, mesmo que os sintomas sejam somente de dengue. “Se alguém vai para um serviço de saúde onde pode haver contato com pacientes com sintomas respiratórios, é imprescindível que faça uso de máscara”, aconselhou. O especialista chamou atenção também às possíveis complicações causadas em pacientes com formas graves de dengue e covid-19. “No caso de covid, pode causar insuficiência respiratória e necessidade de ventilação mecânica. As infecções por dengue podem causar colapso circulatório”, ressaltou.

No Distrito Federal, a Secretaria de Saúde (SES) orienta as pessoas com sintomas respiratórios procurem as Unidades Básicas de Saúde (UBS). Nas tendas de acolhimento, são atendidos somente pacientes com sintomas de dengue.

Morte

Na última quarta-feira, Helena Alves, um bebê de apenas oito meses, faleceu, em Planaltina, infectada por dengue e covid-19. A professora Gabriella Alves, 32 anos, mãe de Helena, relata que a criança morreu dois dias após detectar que tinha sido infectada pela dengue. “Ela estava com febre e vomitando. Cheguei a achar que os sintomas eram por causa do nascimento dos dentes, mas não eram”, contou a mãe. “Só descobri que minha filha estava com covid quando saiu o resultado da autópsia. Com bebê, é mais complicado, porque eles não conseguem falar, aí a gente não entende direito o que está acontecendo”, disse.

Marcelo Ferreira/CB/D.A. Press



Tendas de acolhimento atendem somente a pacientes com sintomas de dengue. Sintomas de covid-19 devem ser encaminhados para as Unidades Básicas de Saúde (UBS's)

Marcelo Ferreira/CB/D.A. Press



Ellen Cristina teve dengue duas vezes em apenas um mês

Arquivo pessoal



Helena Alves faleceu por complicações da dengue e da covid-19

Saiba quais sintomas estão relacionados a cada doença:

	DENGUE	COVID-19	GRIPE
Dor de cabeça	X	X	X
Dor no corpo	X	X	X
Dor de garganta		X	X
Manchas vermelhas na pele	X		
Tosse		X	X
Perda de olfato e/ou paladar		X	X
Coriza		X	X
Vômito	X		
Cansaço	X	X	X

Diarreia não é um sintoma tradicional de nenhuma das infecções, mas pode acontecer em qualquer uma delas

Fonte: André Bon, infectologista do Hospital Brasília Águas Claras, da rede Dasa no DF

Incidência

Segundo o Painel de Monitoramento de Arboviroses, atualizado diariamente pelo Ministério da Saúde, somente em 2024, o Distrito Federal teve 117.588 casos prováveis de dengue e 78 mortes pela doença. A quantidade de óbitos no DF representa 28% do total de mortes no Brasil, que registrou 278 falecimentos. Além das mortes confirmadas no DF, outros 73 óbitos estão em investigação e podem ter sido causados por dengue. O Distrito Federal segue sendo a unidade federativa

com maior incidência de casos prováveis de dengue por 100 mil habitantes no Brasil, com um coeficiente de 4.174,1.

Com relação à covid-19, segundo o último boletim epidemiológico divulgado pela Secretaria de Saúde do DF, a taxa de transmissão da doença no Distrito Federal está em 1,2. A taxa de transmissão estima o número médio de casos secundários de uma doença causada por uma pessoa infectada durante seu período infeccioso. A reprodução da epidemia pode ser estimada a partir do valor encontrado da taxa. Se



“A maneira de transmissão é diferente. Uma é pela picada do mosquito, o *Aedes aegypti*, e a outra por secreções respiratórias. É preciso ficar atento aos criadouros e também ao contato com pessoas possivelmente infectadas pela covid”

Julival Ribeiro, médico de controle de infecção do Hospital de Base



Se alguém vai para um serviço de saúde onde pode haver contato com pacientes com sintomas respiratórios, é imprescindível que faça uso de máscara”

André Bon, infectologista do Hospital Brasília

for menor do que 1, a epidemia tende a acabar; para R(t) maior do que 1, a epidemia avança.

Reinfecção

A doméstica Verônica Maria, 47, foi até a tenda de Ceilândia, ontem, para acompanhar a filha, Ellen Cristina, 20, que estava com sintomas de dengue. O teste realizado deu positivo, foi a segunda infecção de Ellen em apenas um mês. “Os sintomas foram os mesmos: febre, dor de cabeça e dor no corpo. Não deu outra, dengue novamente”, lamentou.

O coordenador da Infectologia da Rede D'Or do DF, Gilberto Nogueira, explica que uma pessoa que teve quadro de dengue por um sorotipo pode adquirir a doença novamente por outro. “Nos primeiros meses após a dengue, temos altos títulos de anticorpos circulantes que acabam nos protegendo de forma cruzada entre os diferentes sorotipos. A chance de reinfetar e desenvolver a doença poucas semanas após um quadro de dengue é bem pequena, mas ela existe”, esclareceu. “A dengue é uma doença viral que possui quatro sorotipos, e atualmente no DF

Fique atento

Além dos sintomas típicos de dengue, a Secretaria de Saúde (SES) orienta que é preciso procurar atendimento médico caso apareça um ou mais dos seguintes sinais de alarme:

- » Dor abdominal forte e contínua;
- » Vômitos persistentes;
- » Sangramentos;
- » Tontura ou desmaio;
- » Agitação ou sonolência;
- » Choro persistente em crianças;
- » Pele fria e pálida;
- » Diminuição da quantidade de urina;
- » Dificuldade de respirar

o sorotipo mais prevalente é o 2, mas temos cerca de 25% dos casos pelas informações epidemiológicas, de dengue pelo sorotipo 1”, complementa.

Kelma Damasceno, coordenadora da tenda de atendimento da Secretaria de Saúde em Ceilândia, relatou que, ultimamente, dos testes de dengue realizados na unidade, a maioria tem dado positivo. “Estamos com uma média de 200 pacientes atendidos por dia. Destes, em média 170 saem daqui com diagnóstico positivo para dengue”, afirmou. A profissional declarou ainda que, por dia, em torno de oito pessoas são transportadas ao hospital com sinais de alarme. “Pacientes com tontura ao se mexer, saturação baixa ou dores abdominais, por exemplo, devem ser encaminhados ao hospital”, pontuou.

Os pacientes com diagnóstico de dengue devem fazer um acompanhamento a cada 48 horas nas Unidades Básicas de Saúde (UBS's) para verificar a quantidade de plaquetas e acompanhar a evolução da doença. Uma das recomendações é tomar soro caseiro. Para preparar o líquido, basta misturar um litro de água mineral, filtrada ou fervida (mas já fria) com uma colher de sopa de açúcar (20g) e uma colher de café de sal (3,5g). O volume de líquidos deve ser 60 a 80 ml/kg/dia, sendo 1/3 de soro de reidratação oral e os dois terços restantes devem ser ingeridos líquidos caseiros como água, sucos de frutas, soro caseiro, chás, água de coco, etc.



BB Seguros Participações S.A.

Setor de Autarquias Norte, Quadra 5, Bloco B, 3º Andar - Edifício Banco do Brasil, Asa Norte - Brasília-DF - CNPJ 11.159.426/0001-09

Exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS RESUMIDAS

AVISOS

As demonstrações contábeis apresentadas a seguir são demonstrações contábeis resumidas e não devem ser consideradas isoladamente para a tomada de decisão. O entendimento da situação financeira e patrimonial da Companhia demanda a leitura das demonstrações contábeis completas auditadas, elaboradas na forma da legislação societária e da regulamentação contábil aplicável.

As demonstrações contábeis completas auditadas, incluindo o respectivo relatório do auditor independente e o relatório da administração estão disponíveis nos seguintes endereços eletrônicos:

a) www.correio braziliense.com.br/publicidade-legal/;

b) www.bb.com.br/pbb/pagina-inicial/bb-seguros/conheca-a-bb-seguros/bb-seguros-participacoes-sa/.

A Demonstração do Resultado, Demonstração do Resultado Abrangente, Balanço Patrimonial, Demonstração dos Fluxos de Caixa, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido e Demonstração do Valor Adicionado, com exceção das referências às respectivas Notas Explicativas, estão apresentadas de forma completa.

Considerando que apenas os trechos relevantes das Notas Explicativas estão apresentados nestas demonstrações contábeis resumidas, em comparação com as demonstrações contábeis completas algumas notas foram apresentadas de forma resumida, algumas foram apresentadas de forma completa e outras não foram apresentadas, conforme comparação a seguir:

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS COMPLETAS	DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS RESUMIDAS	DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS COMPLETAS	DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS RESUMIDAS
1 – CONTEXTO OPERACIONAL	Completa	1 – CONTEXTO OPERACIONAL	Completa
2 – AQUISIÇÕES, VENDAS E REESTRUTURAÇÕES SOCIETÁRIAS	Não apresentada	2 – AQUISIÇÕES, VENDAS E REESTRUTURAÇÕES SOCIETÁRIAS	Não apresentada
3 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	Resumida	2 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	Resumida
4 – RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS	Resumida	3 – RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS	Resumida
5 – GERENCIAMENTO DE RISCOS	Não apresentada	5 – GERENCIAMENTO DE RISCOS	Não apresentada

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS COMPLETAS	DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS RESUMIDAS
6 – INVESTIMENTOS EM PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS	Não apresentada
7 – DESPESAS COM PESSOAL	Não apresentada
8 – DESPESAS ADMINISTRATIVAS DIVERSAS	Não apresentada
9 – TRIBUTOS	Não apresentada
10 – OUTRAS RECEITAS E DESPESAS	Não apresentada
11 – RESULTADO FINANCEIRO	Não apresentada
12 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	Não apresentada
13 – DIVIDENDOS / JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO A RECEBER	Não apresentada
14 – OUTROS ATIVOS	Não apresentada
15 – DIVIDENDOS A PAGAR	Não apresentada
16 – PROVISÕES E PASSIVOS CONTINGENTES	Não apresentada
17 – OUTROS PASSIVOS	Não apresentada
18 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Não apresentada
19 – PARTES RELACIONADAS	Não apresentada
20 – OUTRAS INFORMAÇÕES	Não apresentada

O Relatório do Auditor Independente e o Parecer do Conselho Fiscal estão apresentados na forma de extrato.

Os Membros da Administração não estão apresentados nestas demonstrações contábeis resumidas.

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

O Relatório da Administração da BB Seguros Participações S.A. relativo ao exercício/2023, encontra-se disponível no endereço eletrônico www.bb.com.br/pbb/pagina-inicial/bb-seguros/conheca-a-bb-seguros/bb-seguros-participacoes-sa/.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

	R\$ mil (exceto lucro por ação)	
	Exercício 2023	Exercício 2022 (reapresentado)
Receitas Operacionais	4.887.139	3.516.282
Resultado de Investimentos em participações societárias	4.887.139	3.516.282
Resultado Bruto	4.887.139	3.516.282
Outras Receitas e Despesas	(16.250)	(66.862)
Despesas com pessoal	(9.242)	(9.220)
Despesas administrativas diversas	(2.334)	(2.474)
Despesas tributárias	(6.369)	(29.451)
Outras	1.695	(25.717)
Resultado Antes das Receitas e Despesas Financeiras	4.870.889	3.449.420
Resultado Financeiro	92.648	120.898
Receitas financeiras	138.151	127.120
Despesas financeiras	(45.503)	(6.222)
Resultado Antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	4.963.537	3.570.318
Imposto de Renda e Contribuição Social	(26.034)	(105.164)
Lucro Líquido do Exercício	4.937.503	3.465.154
Número de ações	278.862.835	278.862.835
Lucro por ação (R\$)	17,71	12,43

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis. As reapresentações (aplicações retrospectivas) referem-se à adoção do CPC 50 [IFRS 17] – Contratos de Seguro e CPC 48 [IFRS 9] – Instrumentos Financeiros, cujos efeitos estão detalhados na nota explicativa 02 - Apresentação das Demonstrações Contábeis

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

	R\$ mil	
	Exercício 2023	Exercício 2022 (reapresentado)
Lucro Líquido do Exercício	4.937.503	3.465.154
Participação no Resultado Abrangente de Investimentos em Participações Societárias	121.468	136.057
Ganhos/(perdas) sobre ativos financeiros	154.606	18.185
Outros resultados abrangentes	--	--
Efeitos CPC 50	47.840	169.667
Efeitos CPC 06	--	38.616
Demais	--	294
Efeito fiscal	(80.978)	(90.705)
Resultado Abrangente do Exercício	5.058.971	3.601.211

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis. As reapresentações (aplicações retrospectivas) referem-se à adoção do CPC 50 [IFRS 17] – Contratos de Seguro e CPC 48 [IFRS 9] – Instrumentos Financeiros, cujos efeitos estão detalhados na nota explicativa 02 - Apresentação das Demonstrações Contábeis

BALANÇO PATRIMONIAL

	R\$ mil		
	31.12.2023	31.12.2022 (reapresentado)	01.01.2022 (balanço de abertura)
Ativo Circulante	810.065	2.380.621	652.765
Caixa e equivalentes de caixa	785.860	2.367.097	651.112
Dividendos/JCP a Receber	444	13.519	1.648
Ativos por Impostos Correntes	23.757	--	--
Outros ativos	4	5	5
Ativo Não Circulante	9.332.487	7.959.300	7.325.756
Ativos por impostos correntes	1.576	--	14
Ativos por impostos diferidos	3.363	3.367	3.352
Investimentos em participações societárias	9.327.548	7.955.933	7.322.376
Outros ativos	--	--	14
Total do Ativo	10.142.552	10.339.921	7.978.521
Passivo Circulante	790.798	2.259.663	487.742
Obrigações Societárias e Estatutárias	788.233	2.160.992	440.389
Provisões trabalhistas, fiscais e cíveis	456	290	291
Passivos por impostos correntes	902	70.192	14.965
Outros passivos	1.207	28.189	32.097

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Evento	Capital Social	Reservas de Lucros		Outros Resultados Abrangentes Acumulados (2)	Lucros Acumulados	Total
		Reserva Legal	Reservas Estatutárias			
Saldo em 31.12.2021	4.210.872	842.175	2.179.891	(158.298)	--	7.074.640
Transição CPC 48 e 50 (1)	--	--	--	(296.745)	483.730	186.985
Saldo em 01.01.2022 (Balanço de Abertura)	4.210.872	842.175	2.179.891	(455.043)	483.730	7.261.625
Outros resultados abrangentes - Atualização instrumentos financeiros	--	--	--	10.912	--	10.912
Outros resultados abrangentes - efeitos CPC 50	--	--	--	101.800	--	101.800
Outros resultados abrangentes - ajustes de práticas contábeis CPC 06	--	--	(23.169)	23.169	--	--
Outros resultados abrangentes	--	--	--	176	--	176
Lucro Líquido do Exercício - Efeitos CPC 48 e 50	--	--	--	--	151.844	151.844
Lucro Líquido do Exercício	--	--	--	--	3.313.310	3.313.310
Destinações - Reservas de Lucros	--	--	324.704	--	(324.704)	--
- Dividendos intercalares pagos	--	--	--	--	(827.614)	(827.614)
- Dividendos propostos a pagar	--	--	--	--	(2.160.992)	(2.160.992)
Saldo em 31.12.2022 (Reapresentado)	4.210.872	842.175	2.481.426	(318.986)	635.574	7.851.061
Mutações do Exercício (Reapresentado)	--	--	301.535	136.057	151.844	589.436
Saldo em 31.12.2022 (Reapresentado)	4.210.872	842.175	2.481.426	(318.986)	635.574	7.851.061
Dividendos intermediários pagos	--	--	(2.184.891)	--	--	(2.184.891)
Dividendos intermediários a pagar	--	--	(193.234)	--	--	(193.234)
Outros resultados abrangentes - Atualização instrumentos financeiros	--	--	--	92.764	--	92.764
Outros resultados abrangentes - efeitos CPC 50	--	--	--	28.704	--	28.704
Lucro Líquido do Exercício	--	--	--	--	4.937.503	4.937.503
Destinações - Reservas de Lucros	--	--	4.163.903	--	(4.163.903)	--
- Dividendos intercalares pagos	--	--	--	--	(814.174)	(814.174)
- Dividendos propostos a pagar	--	--	--	--	(595.000)	(595.000)
Saldo em 31.12.2023	4.210.872	842.175	4.267.204	(197.518)	--	9.122.733
Mutações do Exercício	--	--	1.785.778	121.468	(635.574)	1.271.672

Outros resultados abrangentes estão apresentados líquidos de efeitos fiscais.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis. As reapresentações (aplicações retrospectivas) referem-se à adoção do CPC 50 [IFRS 17] – Contratos de Seguro e CPC 48 [IFRS 9] – Instrumentos Financeiros, cujos efeitos estão detalhados na nota explicativa 02 - Apresentação das Demonstrações Contábeis.

(1) Em relação aos valores apresentados no 1º trimestre de 2023, houve abertura do valor de transição do CPC 48 e 50, com a reclassificação de R\$ 368.589 mil negativo de Lucros ou Prejuízos Acumulados para Outros Resultados Abrangentes Acumulados, além de ajuste de R\$ 71.844 mil em Outros Resultados Abrangentes Acumulados, referente à Brasilprev.

(2) O saldo de Lucros acumulados foi reapresentado para efeitos de comparabilidade, tendo em vista a adoção inicial do CPC 48 e 50, não sendo objeto de destinação em 2022.

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO

	R\$ mil	
	Exercício 2023	Exercício 2022 (reapresentado)
Receitas	2.209	97
Outras Receitas	2.209	97
Insumos Adquiridos de Terceiros	(2.177)	(27.557)
Despesas administrativas diversas	(1.806)	(1.884)
Outras	(371)	(25.673)
Valor Adicionado Bruto	32	(27.460)
Depreciação e Amortização	(142)	(141)
Valor Adicionado Líquido Produzido pela Entidade	(110)	(27.601)
Valor Adicionado Recebido em Transferência	5.025.289	3.643.402
Resultado de investimentos em participações societárias	4.887.138	3.516.282
Receitas financeiras	138.151	127.120
Valor Adicionado Total a Distribuir	5.025.179	3.615.801
Distribuição do Valor Adicionado	5.025.179	3.615.801
Pessoal	7.967	8.000
Remuneração direta – Proventos e honorários	5.753	5.690
Benefícios e Capacitação	1.340	1.413
FGTS	362	365
Outros encargos	512	532
Impostos, taxas e contribuições	33.678	135.835
Federais	33.678	135.835
Remuneração de capitais de terceiros	46.031	6.812
Juros	45.503	6.222
Aluguéis	528	590
Remuneração de capitais próprios	4.937.503	3.465.154
Dividendos	1.602.408	2.988.606
Lucros retidos do exercício	3.335.095	476.548

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis. As reapresentações (aplicações retrospectivas) referem-se, principalmente, à adoção do CPC 50 [IFRS 17] – Contratos de Seguro e CPC 48 [IFRS 9] – Instrumentos Financeiros, cujos efeitos estão detalhados na nota explicativa 02 - Apresentação das Demonstrações Contábeis.

EXTRATO DAS NOTAS EXPLICATIVAS COMPLETAS (NOTAS EXPLICATIVAS RESUMIDAS)

1 – CONTEXTO OPERACIONAL

A BB Seguros Participações S.A. ("BB Seguros" ou "Companhia") é uma empresa de participações (holding) controlada pela BB Seguridade Participações S.A. e indiretamente pelo Banco do Brasil S.A., constituída em 30 de setembro de 2009, a partir da cisão parcial do patrimônio do BB-Banco de Investimento S.A.

Está inscrita sob o CNPJ nº 11.159.426/0001-09 e sediada no Setor de Autarquias Norte, Quadra 05, Lote B, Torre Sul, 3º Andar, Edifício Banco do Brasil, Asa Norte, Brasília, Distrito Federal, Brasil.

Tem por objeto social participar em sociedades seguradoras, de capitalização, entidades abertas de previdência complementar e planos privados de assistência à saúde.



BB Seguros Participações S.A.

Setor de Autarquias Norte, Quadra 5, Bloco B, 3º Andar - Edifício Banco do Brasil, Asa Norte - Brasília-DF - CNPJ 11.159.426/0001-09 Exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023



Tais participações estão, atualmente, organizadas no segmento de negócios de risco e de acumulação, que operam produtos de seguros, de previdência aberta, de capitalização e de planos de assistência odontológica, com parceiros privados, por meio de participações nas empresas BB MAPFRE, Brasilprev, Brasilcap e Brasidental, investidas diretas da BB Seguros, e indiretamente nas empresas Brasilseg e Aliança do Brasil Seguros, controladas da BB MAPFRE.

2 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

a) Declaração de Conformidade

As demonstrações contábeis individuais foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem as diretrizes contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações e pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis individuais estão evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

Estas demonstrações contábeis individuais foram aprovadas, e autorizadas para divulgação, pela Diretoria da BB Seguros em 02.02.2024.

b) Continuidade

A Administração avaliou a capacidade da BB Seguros continuar operando normalmente e está convencida de que ela possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações contábeis individuais foram preparadas com base no pressuposto de continuidade operacional.

c) Bases de mensuração dos ativos e dos passivos

Estas demonstrações contábeis individuais foram preparadas utilizando o custo histórico como base de mensuração, exceto quando de outra forma indicado.

d) Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações contábeis individuais da BB Seguros, para fins de moeda funcional e de apresentação, são apresentadas em Reais (R\$).

e) Sazonalidade das Operações

A BB Seguros e suas investidas consideram a natureza de suas transações como não cíclicas e não sazonais, levando em consideração suas atividades exercidas. Consequentemente, não foram fornecidas divulgações específicas nestas notas explicativas referentes ao exercício.

f) Principais Julgamentos e Estimativas Contábeis

A preparação das demonstrações contábeis individuais em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração faça julgamentos e estimativas que afetam os valores reconhecidos de ativos, passivos, receitas e despesas. As estimativas e premissas adotadas são analisadas em uma base contínua, sendo as revisões realizadas reconhecidas no exercício em que a estimativa é reavaliada, com efeitos prospectivos. Ressalta-se que os resultados realizados poderão ser significativamente diferentes das estimativas correntes.

Considerando que, em muitas situações, existem alternativas ao tratamento contábil, os resultados divulgados poderiam ser distintos, caso um tratamento diferente fosse escolhido. A Administração considera que as escolhas são apropriadas e que as demonstrações contábeis individuais apresentam, de forma adequada, a posição financeira da BB Seguros, o resultado das suas operações e os seus fluxos de caixa, em todos os aspectos materialmente relevantes.

Os ativos e os passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas abrangem itens como valor justo de instrumentos financeiros, redução do valor recuperável de ativos financeiros – imparidade, redução ao valor recuperável de ativos não financeiros – imparidade, reconhecimento e avaliação de impostos diferidos e provisões e passivos contingentes.

g) Adoção inicial do CPC 50 [IFRS 17] e CPC 48 [IFRS 9]

As empresas investidas impactadas por estas normas, em função da adoção inicial a partir de janeiro de 2023, realizaram, para fins dos requerimentos de transição das normas, a aplicação pela abordagem retrospectiva ou de valor justo (*fair value*). Tais impactos foram refletidos nas demonstrações contábeis da BB Seguros.

3 – RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As práticas contábeis são os princípios, as bases, as convenções e as regras específicas aplicados pela BB Seguros na elaboração e na apresentação de demonstrações contábeis. A BB Seguros aplicou as práticas contábeis descritas nesta nota explicativa de maneira consistente a todos os períodos apresentados nestas demonstrações contábeis.

a) Reconhecimento de Receitas e Despesas

As receitas e despesas são reconhecidas pelo regime de competência e são reportadas nas demonstrações contábeis dos períodos a que se referem. Receitas são aumentos nos ativos, ou reduções nos passivos, que resultam em aumentos no patrimônio líquido, exceto aqueles referentes a contribuições de detentores de direitos sobre o patrimônio.

Esse conceito geral é aplicado para as principais receitas geradas pelas atividades da BB Seguros, a saber:

a.1) Receita de investimentos em participações societárias – As receitas oriundas da aplicação do método da equivalência patrimonial para avaliação dos investimentos em participações societárias são reconhecidas na proporção da participação acionária detida pela BB Seguros nos resultados gerados pelas investidas, de acordo com o CPC 18 (R2) [IAS 28] - Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto.

a.2) Receitas e despesas financeiras – As receitas e despesas financeiras de instrumentos financeiros decorrentes dos ativos e passivos que rendem e pagam atualização monetária e/ou juros, assim como os valores referentes à atualização a valor justo, são reconhecidas no resultado do período de acordo com o regime de competência, utilizando-se o método da taxa efetiva de juros, de acordo com o CPC 48 [IFRS 9] – Instrumentos Financeiros.

b) Investimentos em Participações Societárias

De acordo com o método da equivalência patrimonial, o investimento é mensurado inicialmente ao custo e, posteriormente, ajustado pelo reconhecimento da parte do investidor nas alterações dos ativos líquidos da investida. Além disso, deve constar no resultado do exercício do investidor a parcela que lhe couber nos resultados gerados pela investida, conforme CPC 18 (R2) [IAS 28] - Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto.

Os investimentos em participações societárias nas companhias BB MAPFRE Participações S.A., Brasilprev Seguros e Previdência S.A., Brasilcap Capitalização S.A., Brasidental Operadora de Planos Odontológicos S.A. e Ciclic Corretora de Seguros S.A. são avaliados pelo método de equivalência patrimonial, sejam aqueles classificados como investimentos em coligadas ou controladas em conjunto.

De acordo com o CPC 18 [IAS 28], valor do patrimônio líquido das investidas, para fins de aplicação do método de equivalência patrimonial, será

reconhecido com base no balanço patrimonial ou balancete de verificação levantado, na mesma data, ou até dois meses de defasagem. Em função de questões operacionais, a partir de janeiro de 2023, o reconhecimento contábil do investimento na Brasidental, por meio de equivalência patrimonial, está sendo efetuado com defasagem de um mês. Para as demais empresas, as datas são coincidentes com a data de fechamento contábil da BB Seguros.

Nas situações em que as investidas utilizam práticas contábeis diferentes em eventos e transações de mesma natureza em circunstâncias semelhantes, efetuam-se os ajustes necessários para adequar as demonstrações contábeis das investidas às práticas contábeis adotadas pela investidora.

c) CPC 50 [IFRS 17] – Contratos de Seguro

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos contratos de seguros são efetuados de acordo com os critérios definidos no CPC 50 [IFRS 17] – Contratos de Seguro. O contrato de seguros é definido pelo CPC 50 [IFRS 17] como um acordo entre a seguradora e o segurado, no qual a seguradora aceita o risco de uma possível perda financeira ou outro evento adverso que possa afetar o segurado. Em troca, o segurado paga um prêmio à seguradora.

As investidas operacionais aplicam os níveis de agrupamento dos contratos de seguro, por nível de saframento, portfólio e grupos. De acordo com as características dos contratos de seguros, a aplicação dos modelos contábeis é dividida em:

- **BBA - Building Block Approach (Modelo Geral de Mensuração):** modelo padrão para todos os contratos de seguros baseado em estimativas de fluxo de caixa futuro segregados em três componentes principais: i) Margem de Serviço Contratual (CSM), que representa o lucro que a seguradora espera gerar com o contrato de seguros ao longo do tempo, a ser realizado ao longo de vigência do contrato; ii) Valor presente dos fluxos de caixa futuros, que representa a estimativa dos fluxos de caixa que a seguradora espera receber e pagar no futuro, ajustados pelo valor do dinheiro no tempo e; iii) Ajustes dos riscos não financeiros que são as estimativas dos riscos associados aos contratos de seguros que não podem ser medidos por meio do valor do dinheiro no tempo, incluindo riscos relacionados a eventos como mortalidade, morbidade, sinistros e despesas.
- **PAA - Premium Allocation Approach (Abordagem de Alocação de Prêmio):** modelo simplificado opcional, indicado para contratos de curta duração (cobertura até um ano) ou quando a cobertura remanescente não seja materialmente diferente do valor calculado no modelo BBA.
- **VFA - Variable Fee Approach (Abordagem de Taxa Variável):** modelo para tratar contratos com componentes de retornos subjacentes.

Ao reconhecer o modelo BBA, é necessário considerar as estimativas de fluxo de caixa futuro, bem como ajustes ao valor presente e aos riscos não financeiros, a fim de avaliar se o contrato é superavitário ou deficitário. Se o fluxo de caixa futuro for positivo, a margem de serviço contratual (CSM) é reconhecida no passivo e é convertida em receita ao longo da vigência do contrato. No entanto, se o fluxo de caixa for negativo, os contratos são considerados onerosos, pois possuem margem de serviço contratual deficitária, e os valores devem ser contabilizados imediatamente no resultado.

No modelo PAA, baseado em passivo de cobertura remanescente, semelhante à metodologia de prêmios não ganhos, os valores do passivo são reconhecidos em resultado de acordo com o período de vigência dos contratos.

As estimativas fazem parte do processo de reconhecimento e mensuração contábil, uma vez que a incerteza é uma característica inerente aos contratos de seguros. Segundo o CPC 23 [IAS 8] - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro as estimativas contábeis podem necessitar de revisão à medida que se alteram os fatos e/ou as circunstâncias em que foram realizadas, aumente o nível de experiência e informações adicionais ficam disponíveis. O efeito da mudança das estimativas deve ser reconhecido de forma prospectiva.

As estimativas são revisadas periodicamente pelas investidas operacionais com o objetivo de verificar a sua aderência às operações a partir da maior experiência verificada com o comportamento dos contratos de seguros.

A BB Seguros não possui operações que estão dentro do escopo da norma de contratos de seguros. Entretanto, as empresas investidas que transacionam contratos de seguros – Brasilseg e a Aliança do Brasil Seguros, controladas pela holding BB MAPFRE, a Brasilprev e a Brasidental - são afetadas pelas referidas normas contábeis.

Os produtos da Brasilcap não estão dentro do escopo do CPC 50 [IFRS 17] e os impactos referentes ao CPC 48 [IFRS 9] já vêm sendo reconhecidos na BB Seguros desde 2018, por meio de harmonização de práticas contábeis.

d) Adoção Inicial do CPC 50 [IFRS 17] e CPC 48 [IFRS 9]

Apesar da norma CPC 50 [IFRS 17] ainda não ter sido recepcionada pela SUSEP e ANS e o CPC 48 [IFRS 9] ter sido recepcionado somente pela SUSEP para início em 2024, as respectivas investidas da BB Seguros que transacionam contratos de seguros e instrumentos financeiros dentro do escopo das referidas normas deverão confeccionar suas demonstrações contábeis no novo padrão, para fins de atendimento das normas contábeis aplicáveis à BB Seguros.

Neste sentido, no momento inicial da adoção, foram refletidos nas demonstrações contábeis da BB Seguros os impactos no patrimônio líquido e nos investimentos em participações societárias e, posteriormente, os impactos subsequentes por meio de equivalência patrimonial.

Para fins de comparabilidade e apresentação das demonstrações contábeis, a BB Seguros apresenta nas demonstrações contábeis o balanço de abertura correspondente a 1º de janeiro de 2022 e informações comparativas, com o intuito de possibilitar o entendimento dos ajustes e/ou reclassificações relevantes dos impactos da adoção das referidas normas, conforme previsto no CPC 23 [IAS 8] - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro.

Apesar da adoção inicial das normas contábeis por parte das investidoras, em que os efeitos contábeis se darão por meio de harmonização de práticas contábeis, as empresas seguradoras e operadoras de planos de saúde não estão adotando ainda as referidas normas e, portanto, não haverá impactos para efeito de exigências regulatórias, determinadas pelas SUSEP e ANS.

Do mesmo modo, tendo em vista que as regras regulatórias e societárias para as empresas seguradoras e operadoras de planos de saúde não serão afetadas pelas referidas normas contábeis, não são esperados impactos na distribuição de dividendos ou na gestão de capital de tais companhias decorrentes da harmonização das suas práticas contábeis àquelas a BB Seguros.

EXTRATO DAS INFORMAÇÕES RELEVANTES CONTEMPLADAS NO RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

As demonstrações contábeis completas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e o relatório do auditor independente sobre essas demonstrações contábeis completas estão disponíveis eletronicamente no endereço www.bb.com.br/pbb/pagina-inicial/bb-seguros/conheca-a-bb-seguros/bb-seguros-participacoes-sa/#/. O referido relatório do auditor independente sobre essas demonstrações contábeis foi emitido em 02 de fevereiro de 2024, sem modificações.

EXTRATO DAS INFORMAÇÕES RELEVANTES CONTEMPLADAS NO PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Parecer do CONSELHO FISCAL DA BB SEGUROS PARTICIPAÇÕES S.A., datado de 02 de fevereiro de 2024, emitido em conjunto com as demonstrações contábeis completas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, encontra-se disponível no endereço eletrônico www.bb.com.br/pbb/pagina-inicial/bb-seguros/conheca-a-bb-seguros/bb-seguros-participacoes-sa/#/. O Conselho Fiscal, por unanimidade de seus membros, concluiu que as Demonstrações Financeiras, acompanhadas do Relatório Anual da Administração, e a proposta de destinação do resultado estão adequadamente apresentadas e opina favoravelmente ao seu encaminhamento para deliberação da Assembleia Geral dos Acionistas.

» Entrevista | ANA CLÁUDIA LOIOLA | JUÍZA DO TJDF

Ao *CB.Poder*, a magistrada disse que alguns órgãos estão implementando mudanças para garantir mais participação feminina na segunda instância do Judiciário, por meio de promoção por merecimento e que é preciso mudar o olhar de quem julga

Por mais mulheres nos tribunais

Kayo Magalhães/CB/DA Press

» ALESSANDRO DE OLIVEIRA

Em entrevista ao *CB.Poder* — parceria entre o *Correio Braziliense* e a *TV Brasília* — a juíza de direito e titular da Primeira Vara Criminal do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios (TJDFT), Ana Cláudia Loiola, acredita em uma maior participação das mulheres nos tribunais. Ela conversou com as jornalistas Adriana Bernardes e Ana Maria Campos sobre o projeto da paridade de gênero, as resoluções do Conselho Nacional de Justiça em prol dessa equidade e como um ambiente masculino pode afetar o julgamento de um crime contra a mulher.

Qual o objetivo do movimento pela paridade de gênero?

Faço parte do movimento pela paridade de gênero, que congrega juízes e juízas de todo o Brasil das diversas esferas do judiciário. Com o objetivo de trazer uma maior igualdade substancial dentro da estrutura do Poder Judiciário, principalmente acesso à segunda instância e aos cargos de direção junto às estruturas dos órgãos de administração dos tribunais.

O CNJ aprovou resoluções sobre a paridade da mulher na segunda instância, qual avanço você enxerga nessas resoluções?

Nesse primeiro momento, o avanço foi permitir um aceleração do ingresso das mulheres no Poder Judiciário fazendo com que chegassem mais mulheres na segunda instância relativamente às promoções por merecimento.

Existem tribunais que já estão implementando essas modificações. Temos acompanhado como serão feitas essas promoções para que tenha mais mulheres.

De que forma o CNJ propõe essa mudança de cultura dentro do Poder Judiciário para que a mulher tenha mais voz, oportunidades?

Essas resoluções dizem respeito ao ingresso na segunda instância, promoção do juiz para o cargo de desembargador, com relação à promoção por merecimento. Então, as resoluções trazem critérios diferenciados para as mulheres e listas próprias. É um avanço não como o movimento esperava, mas já está caminhando para um aumento no percentual de mulheres na segunda instância. A resolução não trouxe nenhuma previsão para os tribunais superiores, onde a disparidade de gênero é ainda maior. Nossa última preocupação foi com a nomeação de uma ministra no Superior Tribunal Federal (STF), no lugar da ministra Rosa Weber, e não foi o que aconteceu. Hoje, nós temos 11 ministros, dos quais apenas 1 mulher. Nos demais tribunais superiores, vemos essa diferença, mas sem um normativo que ao menos recomende uma mudança nesse cenário.

As mulheres ocupando posições mais de destaque causam incompreensão desses homens com olhar mais machista?

Acredito que sim. Isso acaba refletindo na forma como lidamos com o trabalho diário. É necessário adotar determinadas posturas



para mostrar que nós não somos sentimentais, emotivas. Isso faz com que tenhamos posturas mais duras, mais agressivas para firmar nesse mundo muito masculino. As mulheres estão fora do radar para serem chamadas para as comissões. Então, é necessário uma intervenção dos órgãos, para que possam regular a fim de proporcionar vagas para as mulheres, pelo menos nesse momento, até a firmação com o número suficiente para a nossa efetiva participação.

O fato de o judiciário ser um ambiente bastante masculino, esses casos de abuso sexual, violência doméstica, esse olhar machista interfere negativamente para a mulher?

Sim, de forma a prejudicar mesmo a análise do fato e impedir que o julgador se coloque no lugar da vítima. Refletir sobre a verossimilhança daquilo que está sendo trazido, porque esses crimes sexuais costumam acontecer sem nenhuma testemunha.

Nós trabalhamos com a palavra da vítima e outros elementos. Dentro da análise dessa palavra da vítima, deve ser considerada também sobre a perspectiva de gênero. Questões como a mulher se veste, se é solteira ainda são avaliadas para dar credibilidade à palavra de uma vítima. Inclusive o CNJ criou uma cartilha, Perspectiva de Gênero, para ser aplicada nos casos de mulheres vítimas de violência para uma melhor interpretação do caso.



Assista pelo QR Code a entrevista completa ao *CB.Poder*

A Cartilha está transformando o olhar do poder judiciário ou ainda é cedo para avaliar?

Eu parto sempre do pressuposto da forma como eu analiso. Antes da elaboração dessa cartilha, já era uma preocupação minha sobre os elementos que são trazidos para gente. Não me interessa o comportamento da vítima, o que ela faz ou o que já fez. Temos que tratar cada caso como único. Se melhorou com a cartilha, não sei porque não tenho esses dados, mas acredito que tenha melhorado. Ela veio para aperfeiçoar o olhar que o juiz deve ter.

Se a questão de gênero fosse debatida na faculdade, na formação desses advogados que venham a ser juízes, desembargadores, isso mudaria o cenário?

Sem dúvida, temos uma cadeia relacionada a essa questão de gênero nos bancos das faculdades de direito, eu sou professora de graduação e sei como é um assunto importante. O aluno já forma essa consciência quando sai da faculdade para exercer o serviço profissional.

*Estagiário sob a supervisão de Márcia Machado



ANA MARIA CAMPOS
anacampos.df@dabr.com.br

Decisão do TRE-DF tira elegibilidade de Leandro Grass

Marcelo Ferreira/CB/D.A.Press

O Tribunal Regional Eleitoral (TRE-DF) condenou o presidente do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) a ficar inelegível por oito anos, a contar a partir de 2022. O motivo: propagação de fake news nas eleições contra Ibaneis Rocha, então candidato à reeleição. Grass foi o vice colocado na disputa ao Palácio do Buriti e por pouco não chegou ao segundo turno — Ibaneis venceu ainda na primeira rodada. Concorrendo pela federação PV-PT-PCdoB, Grass foi o candidato mais crítico em relação ao governo do emedebista.



Tiro contra a oposição

Contra decisão do TRE-DF cabe recurso no Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Se for mantida, a condenação tira da disputa eleitoral de 2026 o candidato, até o momento, mais forte para a disputa pelo Palácio do Buriti. Na presidência do Iphan, Leandro Grass tem atuado no movimento para construção de uma união de partidos de oposição a Ibaneis.

Surpresa

Leandro Grass foi pego de surpresa, ontem, pela decisão do TRE-DF enquanto participava, ao lado do presidente Lula e da ministra Margareth Menezes, da Conferência Nacional de Cultura. Com o tema "Democracia e Direito à Cultura", o evento reuniu mais de três mil participantes de todo o Brasil no Centro de Convenções Ulysses Guimarães. Havia cinco votos favoráveis, quando houve uma reviravolta.

Mais presença

O chefe da Casa Civil do governo do DF, Gustavo Rocha, vai participar mais ativamente das articulações para aprovação de projetos estratégicos na Câmara Legislativa. Ele esteve, ontem, na Casa, ao lado da vice-governadora Celina Leão, para entregar o Projeto de Lei Complementar que trata da preservação do Conjunto Urbanístico de Brasília (PPCub). Rocha afirmou que pretende ir à Câmara sempre que o tema despertar debates. "É uma nova rotina que queremos estabelecer com a CLDF. Sobre esses projetos que percebemos que vão gerar uma discussão maior, estou me colocando à disposição para vir e explicar aos deputados e deputadas, sempre acompanhado de alguém que detém a expertise do tema", afirmou Gustavo Rocha.

Ed Alves/CB/D.A.Press



Homenagem às mulheres

No Dia Internacional da Mulher, a Câmara Legislativa vai homenagear um grupo de empresárias que estão à frente de grandes organizações como: o Clube Soroptimista Internacional de Brasília, a Aliança das Mulheres que Amam Brasília (AMA-DF) — presidida por Cosete Ramos, à frente do evento — e outras convidadas. A homenagem, marcada para a próxima sexta-feira, 17h, será iniciada com a fala da deputada Paula Belmonte (Cidadania), no auditório da CLDF. Na lista de conferencistas também estão Cristiane Holanda e Luciana Asper, além de pioneiras da política do DF, como a ex-governadora Maria de Lourdes Abadia e Ivelise Longhi, que foi vice-governadora. "Será uma linda homenagem às mulheres daqui, do Brasil e do mundo, com entrega de flores e o devido reconhecimento pela contribuição de cada uma delas, nas suas respectivas áreas, à sociedade", resume a distrital, que também encerrará o evento.

"O dia de hoje para alguns pode parecer normal. Mas, a história vai provar que esse é um dia especial. É um dia especial porque, há um tempo atrás, ninguém acreditava que seria possível estabelecer uma mesa de negociação entre trabalhadores e empresários e fosse sair um projeto como este, que garante direitos aos trabalhadores por aplicativo de transporte de passageiros"

Presidente Lula

"Sobre a regulamentação de aplicativos, que será apresentada hoje: o governo não está nem aí para os trabalhadores. Só quer aumentar a sua arrecadação e a dos Sindicatos. Vamos trabalhar para impedir retrocessos"

Deputada Rosângela Moro (União-SP)



SÓ PAPOS



Ricardo Stuckert/PR



Reprodução/Instagram/@rosangelawmoro

Reprodução redes sociais



Homenagem para Michelle

Os deputados distritais Roosevelt Vilela (PL) e Daniel de Castro (PP) querem homenagear a ex-primeira-dama Michelle Bolsonaro. Os dois bolsonaristas apresentaram projeto de resolução para conceder o título de cidadã benemerita de Brasília para a mulher do ex-presidente Jair Bolsonaro. Nascida em Ceilândia, Michelle deve ser candidata no DF em 2026.

Acompanhe a cobertura da política local com @anacampos_cb

URBANISMO

Ibaneis encaminha PPCub à CLDF

GDF considera que plano permitirá o desenvolvimento econômico da capital federal sem comprometer seu tombamento. Governador também deu posse, ontem, a 40 servidores no Iprev-DF. Eles fizeram o primeiro concurso específico do órgão

» JÚLIA ELEUTÉRIO

O governador Ibaneis Rocha encaminhou, ontem, à Câmara Legislativa do Distrito Federal (CLDF), o Plano de Preservação do Conjunto Urbanístico de Brasília (PPCub). Segundo o GDF, o projeto, que será analisado e votado pelo legislativo local, foi discutido por 15 anos.

De acordo com a Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Habitacional (Seduh), a proposta permitirá a utilização do território da capital federal — patrimônio da humanidade desde 1987 — com maior eficácia, além de resguardar áreas tombadas em nível distrital e federal. O projeto, segundo a pasta, possibilitará maior clareza e transparência a gestores públicos e privados, como também à sociedade em geral, em relação ao que deve ser preservado em Brasília. O PPCub abrange o Plano Piloto, Cruzeiro, Candangolândia, Sudoeste/Octogonal, Setor de Indústrias Gráficas (SIG), além do Parque Nacional de Brasília e do espelho d'água do lago Paranoá.

"A nossa base na CLDF também está empenhada para que a gente tenha, o mais rápido possível, a aprovação desse texto", disse Ibaneis. Ele ressaltou que o GDF trabalhará junto à CLDF na tramitação do plano, que teve o envio oficializado em uma cerimônia no Palácio do Buriti.

O governador destacou que a proposta trará segurança jurídica aos empresários e moradores. "Nós temos trabalhado muito com a questão da agilização da liberação dos projetos na nossa cidade. Isso tudo tem ajudado muito o setor produtivo e o setor da construção civil, em especial, e Brasília a se desenvolver", comentou o chefe do Executivo local.

O secretário de Desenvolvimento Urbano e Habitacional do DF, Marcelo Vaz, explicou que o PPCub aborda três aspectos. "O primeiro é a preservação: o que tem de ser feito para preservar e manter Brasília como o maior sítio histórico tombado do mundo. Em seguida, a norma de uso e ocupação do solo. O PPCub traz

Ed Alves/CB/D.A.Press



Ibaneis: "A nossa base na CLDF está empenhada pela aprovação, o mais rápido, desse texto (do PPCub)"

os usos permitidos, as atividades e os parâmetros aplicáveis. Por fim, o plano de desenvolvimento local, que traz os projetos já identificados e

necessários para serem estudados, de modo que a gente consiga desenvolver a cidade adequando-a à realidade em que estamos", detalhou.

Servidores

O governador também deu posse, ontem, a 40 funcionários do Instituto de Previdência dos

Servidores do Distrito Federal (Iprev-DF). Eles integram o primeiro grupo que prestou concurso público específico para o órgão. Todos atuarão como analistas: 35 na parte previdenciária, três em investimentos e dois em atuária (avaliação de riscos). Segundo a presidente da instituição, Raquel Galvão, mais 25 servidores serão nomeados no próximo semestre.

Ibaneis declarou que, com esses novos especialistas, deu-se o passo inicial para o aprimoramento da atuação do órgão. "O Iprev-DF tem uma função muito importante no Distrito Federal, que é a gestão dos recursos previdenciários de mais de 140 mil servidores. É uma responsabilidade muito grande manter essas contas equilibradas para que a gente possa garantir as aposentadorias e as pensões do DF", disse.

Sobre esses concursados, a presidente do Iprev-DF ressaltou que eles contribuirão para agilizar um trabalho que deverá ser ampliado a fim de contemplar os servidores de todo o GDF. "Vai dobrar o quantitativo de vidas com que a gente se relaciona, atualmente, no Instituto", avaliou.



Coragem é a resistência e o domínio do medo, não a ausência dele

Mark Twain

CNC entrega propostas de políticas públicas para Alckmin e Congresso

A Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), as Fecomércios dos 26 estados e do Distrito Federal e as sete Federações Nacionais do setor vão, amanhã, apresentar oficialmente a Agenda Institucional do Sistema Comércio 2024. O evento será realizado no Centro Internacional de Convenções do Brasil — CICB, com a presença do vice-presidente da República e ministro do Desenvolvimento da Indústria, Comércio e Serviços, Geraldo Alckmin; dos ministros do Desenvolvimento Regional, Waldez Góes, e do Empreendedorismo, da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, Márcio França. O documento é dividido em quatro macrotemas: reforma tributária, reforma trabalhista, legislação empresarial e regulação.



Daniel Queiroz / CNC

Posicionamento para eleições municipais

No evento, também haverá o lançamento da Agenda Municipal, um instrumento de posicionamento do setor terciário diante dos candidatos a prefeito e a vereador nas eleições deste ano. Também foram convidados os presidentes do Senado Federal e da Câmara dos Deputados, Rodrigo Pacheco e Arthur Lira, respectivamente, além de todos os congressistas e governadores.

Formulação de políticas públicas

A agenda institucional pretende ser referência na formulação de políticas públicas para o setor terciário. É atualizada de acordo com o cenário econômico e político do País. Esta será a 2ª edição do evento. Para a produção dos documentos, a CNC reuniu quase 2 mil pessoas, entre empresários e representantes do sistema como os mais de 1 mil Sindicatos Empresariais associados.

Movimento nacional

“Oferecemos propostas concretas para o desenvolvimento socioeconômico do país. Mais do que isso, estamos criando um grande movimento nacional em torno da construção de uma agenda permanente para o setor terciário, que é responsável por mais de 70% do Produto Interno Bruto brasileiro e emprega dois terços da população ativa”, afirma o presidente da CNC, José Roberto Tadros.



Apex promove evento para impulsionar exportações da indústria

Um grande encontro de industriais brasileiros para alavancar as exportações, em meio a guerras e instabilidade nos preços das commodities, será realizado hoje com a participação de Geraldo Alckmin. É uma iniciativa da ApexBrasil que pretende elevar os debates sobre o futuro do setor no mercado internacional. Estarão presentes representantes do BNDES e da CNI. O presidente da ApexBrasil, Jorge Viana, vê espaço para o Brasil atingir a marca de US\$ 1 trilhão por ano em intercâmbio comercial. “Quando articulamos estratégias que envolvem setor empresarial e governo, conseguimos exportar com mais eficiência”, ressaltou. O encontro será na Fiesp.

Reprodução/AEROIN



Mais voos internacionais e nacionais diretos de Brasília

A partir de junho, o Distrito Federal terá voos diretos para Santiago no Chile, e duas companhias aéreas farão a rota. A chilena de baixo custo (low cost) Sky Airline e a Latam farão o trajeto entre as capitais. Ambas realizarão três voos semanais diretos. O aeroporto de Brasília tem mais duas novidades para os passageiros. A Gol e a Azul incluiram na malha aérea da capital federal novos voos ligando o DF a Juazeiro do Norte, no Ceará, e Belém, no Pará. Com a Azul, os passageiros agora ganham mais uma opção diária, saindo às 22h50. A outra rota inaugurada é da Gol para Juazeiro do Norte, agora com quatro frequências semanais, atendendo à expressiva demanda por viagens governamentais, sem deixar de contemplar turistas que buscam um dos maiores centros de religiosidade popular da América Latina e que atrai milhões deromeiros todos os anos.

Sector de bares e restaurantes tem janeiro ruim, mas carnaval trouxe alívio

A baixa no movimento de bares e restaurantes principalmente nas cidades com menor fluxo de turistas fez com que número de empresas com prejuízo aumentasse no primeiro mês de 2024. Segundo dados da Abrasel, janeiro foi um mês difícil para bares e restaurantes. No primeiro mês do ano, 29% das empresas do setor relataram prejuízos, contra 18% que fecharam dezembro no vermelho, um aumento de cerca de 60% neste índice.

Ed Alves/CB/DA.Press



Faturamento na folia

No carnaval, 76% ficaram de portas abertas durante a folia. Destas, 40% das empresas disseram ter tido um aumento no faturamento em relação ao carnaval do ano passado — esse aumento, em média, foi de 14,92%.

Reajuste de preços

Outro desafio enfrentado pelo setor é a dificuldade em reajustar os preços dos cardápios. Cerca de 40% dos estabelecimentos não conseguiram aumentar os preços nos últimos 12 meses, com receio de queda no movimento, enquanto 51% realizaram reajustes conforme ou abaixo da inflação.

Kayo Magalhães/CB/D.A Press

Para Marcelo Gonczarowska, o MAB tem a coleção mais importante da arte brasileira



Celebrando a arte

Além do imensurável valor histórico, o Museu de Arte de Brasília (MAB) está prestes a completar 39 anos, com seu acervo de técnicas variadas nas pinturas, gravuras, fotografias, esculturas, objetos e instalações

» MARIANA SARAIVA
» FERNANDA CAVALCANTE*

Um dos espaços mais importantes da capital celebra os 39 anos em 7 de março, mas a comemoração do aniversário será dois dias depois, com uma programação gratuita. O Museu de Arte de Brasília (MAB) é um complexo histórico e artístico com peças conhecidas pela diversidade de técnicas e materiais em pinturas, gravuras, desenhos, fotografias, esculturas, objetos e instalações. O edifício, construído em 1960, foi projetado por arquitetos da Novacap, seguindo os padrões da cidade modernista. O prédio abrigou inicialmente o Clube das Forças Armadas e, em seguida, um anexo do Brasília Palace Hotel e o Casarão do Samba. O gerente do espaço, Marcelo Gonczarowska Jorge, acredita que o local tenha a coleção mais importante da arte brasileira e abriga mais de 20 milhões de peças, além do imensurável valor histórico e cultural. No MAB, há atualmente 1.500 obras no acervo técnico e cerca de 140 peças expostas, que correspondem a cerca de 10% de todas

as obras. O trabalho mais recente chegou na semana passada ao museu: um registro do fotógrafo brasileiro André Dusek, clicado em Serra Pelada, em 1980. “Ele chegou e já levamos direito para a parede, foi a doação mais recente”, conta. O museu é dividido por períodos da história em ordem cronológica. No momento há duas exposições itinerantes, a *Dô budo: a caminho da verdade e Brasília photo show*.

Algumas obras são notórias e exclusivas, como a pintura do arquiteto paisagista Bule Marx, a exposição permanente da Tarsila Amaral, e a obra de Ângelo Venosa, composta por cera e dentes de boi. Ela é marcada pela estranheza que provoca, propositalmente pensada para que os dentes fossem caindo e deixando suas marcas com o decorrer do tempo.

Na parte externa, tem cerca de 20 esculturas que fazem parte do pátio de esculturas do museu. A ideia é concretizar o projeto criado junto ao MAB em 1985, distribuindo as esculturas no jardim e criar um parque de obras em torno do MAB. Esculturas, como a do artista plástico Zakeu Vitor, chamam a atenção das crianças que visitam o museu, por ser interativa e feita de sucata.

Kayo Magalhães/CB/D.A Press



Arlene Von Sohsten ajudou a organizar a programação de aniversário

Educativo

No local, é possível que as escolas levem as crianças para participar do programa educativo da instituição. As oficinas acolhem diversas idades, desde crianças até adultos. A coordenadora do Educativo, Arlene Von Sohsten, conta que a ideia é atender a qualquer tipo de grupo. “Pode ser escolas, hospitais, casas de repouso”, explica. “Aos finais de semanas expandimos as oficinas para família, basta chegar”, disse.

As atividades costumam ter vínculo com as exposições que ocorrem no museu, sejam itinerantes ou não. “É um desdobramento do que o visitante viu no espaço. Os grupos agendados podem chegar até a 40 pessoas”, conta a coordenadora. Para que as escolas consigam agendar uma visita, basta agendar um dia e horário pelo site (<https://connecta.mediato.art.br/>). Mais informações também podem ser encontradas nas redes sociais: @mediato.art.

Programação de aniversário

As ações previstas para celebrar o aniversário são todas gratuitas e não exigem inscrição prévia. Os organizadores recomendam chegar com 30 minutos de antecedência para garantir vaga.

Sábado, 9 de março

- 8h30** — Saída do MAB para fotografia em campo do Grupo de Caminhadas de Brasília (organização e condução — Edna Cavalcante, dentro do festival de fotografia Brasília Photo Show)
- 10h** — Retorno da caminhada do Grupo de Caminhadas de Brasília em comemoração ao Dia Internacional da Mulher e Aniversário do MAB de 39 anos (o Oba Hortifruti recepcionará as pessoas com um kit com frutas, sucos, etc.)
- 10h** — Oferecimento de algodão doce e pipoca gratuitos
- 10h** — Apresentação de Aikido
- 10h15** — Cerimônia de entrega das duas obras doadas pelo Brasília Photo Show para o MAB
- 10h30** — Oficina de quebra-cabeça para bebês (a partir de 18 meses a 3 anos, 10 vagas) + Jogos com o Zebra 5 (dentro do programa educativo da Mediato, do MAB)
- 11h** — Show do Mágico Steiner
- 11h30** — Mesa Redonda “Mulheres nas Trilhas”
- 14h** — Oficina artística de Hanetsuki (a partir de 7 anos, 10 vagas)
- 15h** — Visita Mediada “Descubra os caminhos da cultura Japonesa na Exposição Dô”
- 16h30** — Oficina de colagem fotográfica (a partir de 12 anos, 12 vagas)
- 17h** — Apresentação do Quarteto Bunitis, de música de câmara

Domingo — 10/03/2024

- 14h** — Oficina de brincadeiras japonesas (a partir de 4 anos, 10 vagas)
- 15h** — Visita mediada;
- 16h** — Sarau com poetas das trilhas
- 16h30** — Oficina de Antotopia (a partir de 8 anos, 10 vagas)
- 17h** — Caminhada Poesia entre Lentes

ESPORTES

correiobraziliense.com.br/esportes - Subeditor: Marcos Paulo Lima E-mail: esportes.df@dabr.com.br Telefone: (61) 3214-1176

Franck Fife/AFP

Champions League

Dois jogos abrem, hoje, os duelos de volta das oitavas de final da Liga dos Campeões da Europa. O PSG defenderá vantagem de 2 x 0 contra a Real Sociedad, às 17h, na Espanha, com transmissão nos canais SBT, TNT e Max. No mesmo horário, o Bayern de Munique receberá a Lazio, na Allianz Arena. O time italiano venceu a primeira partida por 1 x 0. Space e Max exibirão o duelo.



FUTEBOL Dois meses após ter anulada a condenação de 1989, por estupro de uma menor de idade na Suíça, Cuca está de volta à ativa para comandar o Athletico-PR no ano do centenário. Entenda as nuances do encerramento do processo

No olho do Furacão

VICTOR PARRINI

Três meses e treze dias após pedir demissão do Corinthians devido ao caso de violência sexual contra uma menor de idade, em 1987, na Suíça, Alexi Stival, o Cuca, está novamente com a carteira assinada por um clube brasileiro. O Athletico-PR confirmou o acerto com o profissional e hoje o apresenta com contrato até 31 de dezembro.

O trabalho será o primeiro de Cuca após o Tribunal Regional de Berna-Mittelland, na Suíça, anular a sentença de 1989, que o condenou a 15 meses de prisão e pagamento de multa de US\$ 8 mil. Segundo a juíza Bettina Bochler, o brasileiro havia sido julgado sem representação legal 35 anos atrás.

Em tese, o caminho estaria aberto para nova apreciação. No entanto, na avaliação do Ministério Público da Suíça, o crime estava prescrito, e Cuca teria o processo e a pena de 15 meses de prisão extinguidas. Na análise de 28 de dezembro de 2023, a Justiça determinou indenização de 9.500 francos suíços ao brasileiro (cerca de R\$ 54 mil na cotação do período).

O crime praticado por ele e pelos colegas de Grêmio, Henrique Arlindo Etges, Eduardo Hamester e Fernando Castoldi foi praticado em 1987, contra uma menina de 13 anos, em um quarto de hotel, durante excursão do time pela Europa. Embora seja campeão da Libertadores, do Brasileirão e da Copa do Brasil, Cuca não teve vida longa no Corinthians. A pressão da torcida diante da condenação o forçou a entregar a prancheta após seis dias no cargo, em 27 de abril, após vitória nos pênaltis sobre o Remo. Alegou pedido da família e disse ter sofrido "um massacre" de julgamento nas redes sociais.

O treinador saiu do clube dizendo que focaria na família e em

Pedro Souza/Atlético-MG



Último título conquistado por Alexi Stival, o Cuca, foi a Copa do Brasil de 2021. Troféu erguido por ele foi justamente contra o Athletico-PR

provar a inocência. Contratou advogados para a reabertura do processo na Suíça. Em menos de um ano, foi sondado por alguns, inclusive pelo Athletico-PR.

O paranaense de 60 anos era o plano "A" do presidente Mario Celso Petraglia para comandar o clube no ano do centenário — comemorado em 26 de março. O novo dono da prancheta se apresenta hoje. A estreia será no domingo, às 18h30, no duelo contra o Londrina, pelo jogo de volta das quartas de final do Estadual. O Furacão precisa reverter desvantagem com vitória por, pelo menos, dois gols de diferença.

Em caso de triunfo por um, a decisão será nos pênaltis.

Cuca não escapou das críticas. Ontem, a deputada federal (PT-PR) e presidente do partido, Gleisi Hoffmann, comentou a contratação. "É estarrecedor, na semana da mulher, saber que o Athletico irá contratar Cuca, o homem que estupro uma criança de 13 anos e que nunca pagou por isso. A condenação não difere em nada dos casos de Robinho e Daniel Alves, o crime é igualmente grave e chocante", publicou nas redes a torcedora do clube. O estafe de Cuca solicitou a remoção do conteúdo, sob pena de calúnia, difamação e injúria.

Entenda o caso

O Grêmio realizava excursão pela Europa em 1987, quando Cuca, Eduardo, Henrique e Fernando foram detidos em um hotel em Berna, na Suíça, sob a acusação de estupro contra Sandra Pfaffli, de 13 anos na época. Investigações das autoridades policiais apontaram que a garota era filha de um funcionário do hotel e teria ido ao quarto dos atletas com mais quatro amigos. Os gremistas a teriam puxado e abusado dela. O quarteto ficou detido por um mês antes do retorno ao Brasil. O julgamento aconteceu dois

anos depois, em 1989. Cuca, Eduardo e Henrique foram condenados a 15 meses de prisão e pagamento de US\$ 8 mil em multa cada, enquanto Fernando foi absolvido da condenação de atentado ao pudor, mas considerado culpado pelo envolvimento no abuso da criança. Eles retornaram ao Brasil e jamais cumpriram a pena, pois o país não extradita cidadãos natos. Segundo a Justiça da Suíça, Sandra Pfaffli morreu 15 anos após o caso, aos 28, em 2002. Um herdeiro da vítima foi encontrado, porém, ele não demonstrou interesse em ser parte no processo contra Cuca e os demais ex-jogadores.

FAQ

Perguntas e respostas sobre o caso

Cuca foi inocentado?

Embora a defesa assegure ter elementos suficientes para comprovar a inocência, o treinador de 60 anos teve somente processo e pena extintos. A Justiça se debruçou apenas aos trâmites do julgamento.

Qual o posicionamento de Cuca?

O técnico sempre garantiu a inocência no caso. Em uma das primeiras versões, o então jogador alegou ter "vaga lembrança" do acontecimento e que a arquitetura do quarto impossibilitava ver o que os colegas de time fizeram com a garota de 13 anos. Em 1988, disse ao jornal Zero Hora: "temos que pagar, todos os envolvidos."

Cuca foi reconhecido pela vítima?

Dias após a apresentação do técnico no Corinthians, o portal UOL publicou entrevista com o advogado da vítima, Willi Egloff, na qual revela que Sandra reconheceu o brasileiro como um dos estupradores.

Havia provas?

Em abril, o globoesporte.com trouxe à tona um trecho do processo em Berna que citava laudo que comprovava a presença de sêmen de Cuca no corpo da vítima. A versão foi sustentada por Egloff.

Qual foi a condenação?

Cuca, Henrique e Eduardo foram condenados a 15 meses de prisão e pagamento de multa de US\$ 8 mil em 1989 por "fornicação com crianças" e coerção, segundo a lei. O trio escapou da acusação de violência proposta pela promotória. Caso acatada, geraria pena de 10 anos de reclusão. Considerado cúmplice por ter vigiado a porta, Fernando teria de cumprir três meses e pagar US\$ 4 mil.

O que disse Cuca na primeira entrevista

Cuca falou, ontem, pela primeira vez como treinador do Athletico-PR. Em entrevista ao canal oficial do Furacão no YouTube, o profissional de 60 anos comentou sobre o desafio de assumir o clube da capital paranaense no ano do centenário e, claro, sobre o escândalo sexual em 1989 envolvendo três companheiros de clube e uma menor de idade. Veja, a seguir, trechos da conversa.

Como cuidou do caso em 2023

"Fomos na Suíça, contratamos duas equipes de advogados, civis e criminais, para que a gente pudesse buscar um novo julgamento, com mais duas equipes aqui no Brasil. Como tinha a prescrição, o ministério (público) de lá não tem como te dar um novo julgamento. Segundo os

meus advogados, a nossa chance de absolvição era próxima de 100%, e isso nos dava uma confiança grande. Infelizmente, pela prescrição, não pôde (ter um novo julgamento), e o que melhor ocorreu foi a anulação. De uma forma, a gente fica muito aliviado."

DNA encontrado na vítima

"Sempre falei a verdade e não menti em momento algum. Tem dizeres aí que a moça me reconheceu. Por três vezes, ela não reconheceu e está nos autos. Um DNA inconclusivo, que não é meu, um DNA que eles mesmos entenderam que é inconclusivo, sem contraprova. São coisas que não encaixam as palavras certas para poder falar. Eu não decoro texto, eu falo as coisas com o coração, com o sentimento."

Pressão no Corinthians

"Meu último clube foi o Corinthians, infelizmente uma passagem curta. Diante dos fatos (pressão da torcida) e acontecimentos, resolvemos sair. Aquilo foi uma coisa que me marcou muito, a mim e à minha família. Ali, coloquei na minha cabeça que deveria resolver aquela situação, ainda que tardia, deveria ter feito isso antes. As coisas estavam paradas. Na cabeça da gente, isso tinha acabado, mas eu, como homem, eu devia ter feito isso antes, ido atrás e ter resolvido."

Como assume o Athletico?

"Vou criar um ambiente. A gente tem que ter uma família ali (no Athletico). Os (clubes) que ganham são famílias



Aponte a câmera do celular para o QR Code e assista à entrevista completa de Cuca

Reprodução/Rede Furacão



Primeira entrevista de Cuca pelo Athletico-PR durou sete minutos

fechadíssimas, e temos que ser assim para ter um bom ano. Centenário é uma coisa ímpar, exclusiva de cada time, e chegou a vez

do Athletico. Isso marca muito, é uma responsabilidade grande. Quando é centenário, logo se pensa em conquistas, se pensa

em títulos, e a gente tem que entregar o máximo e, dentro desse máximo, ver no final do ano o que conseguiu de melhor."

COPA DO BRASIL

Em um jogo de "dois dias", o Fortaleza confirmou, ontem, o favoritismo e garantiu a vaga para a segunda fase da Copa do Brasil. Jogando no estádio Lindolfo Monteiro, em Teresina (PI), o time cearense bateu o Fluminense-PI por 3 x 0 e definiu o último dos 40 classificados à segunda fase da competição nacional.

PALMEIRAS

O Palmeiras afirmou que estuda medidas legais contra Carlos Belmonte, diretor de futebol do São Paulo, por chamar o técnico Abel Ferreira de "português de merda" após empate por 1 x 1 no Morumbi, no domingo. "Não há justificativa para as palavras baixas e preconceituosas escolhidas", afirma nota divulgada pelo Palmeiras.

VASCO

Tem reforço em São Januário. O Vasco contratou o atacante Clayton Silva, de 25 anos, que pertence ao Casa Pia, de Portugal. O jogador chega por empréstimo com opção de compra. A expectativa é de que Clayton Silva chegue ao Rio de Janeiro ainda nesta semana. O atacante é aguardado na quarta-feira para realizar exames e assinar o contrato.

PREMIER LEAGUE

O Arsenal não teve dificuldade para golear o lanterna Sheffield United por 6 x 0, ontem, pela 27ª rodada, e permanece na perseguição aos líderes do Campeonato Inglês. O time comandado pelo técnico espanhol Mikel Arteta tem 61 pontos contra 63 do líder isolado Liverpool e 62 do segundo colocado, Manchester City.

RACISMO

"La Liga" espanhola analisa o que aconteceu no jogo entre Valencia e Real Madrid, no sábado, após a divulgação nas redes sociais de um vídeo exibindo criança proferindo insultos racistas ao atacante Vinicius Junior. "Estamos em processo de estudo e análise dos fatos e do caso a nível jurídico para ver o que podemos e devemos fazer", disseram fontes da La Liga.

FÓRMULA 1

Uma Ferrari F512M roubada do ex-piloto austríaco Gerhard Berger durante o GP de San Marino, em 1995, foi encontrada quase 30 anos depois, em Londres. Em abril de 1995, os carros de luxo de Berger e do companheiro de equipe, o francês Jean Alesi, foram roubados, em Imola, no GP de San Marino. O carro é avaliado em R\$ 2,1 milhões.

HORÓSCOPO

www.quiroga.net // astrologia@oscarquiroga.net

POR OSCAR QUIROGA

Data estelar: Lua minguia em Capricórnio. Na linha de frente do destino, onde acontece eternamente a luta entre a ignorância e o pressentimento, estamos todos sós, porque ninguém ocupa o lugar de outrem no Universo, cada um de nós é o centro dramático de sua própria dimensão existencial, e enquanto a ignorância continua sendo maior do que o pressentimento, e por ela não percebemos a interconexão de tudo e todos, continuamos experimentando essa solidão insondável. Essa é a única ilusão que nos assombra, a de estarmos sós e à própria sorte no infinito da Vida, eis nossa ignorância suprema, e porque confiamos mais na ignorância da Vida do que no pressentimento, continuamos também cambaleando na ilusão dessa solidão que é autoimposta, porque na realidade, somos, como tudo o mais no Universo, um componente de um desenho maior do qual somos parte integrante.

ÁRIES
21/03 a 20/04

O sonho é sonho e sempre será ele mesmo, de uma natureza que não cabe completamente na realidade concreta. Porém, sempre será possível se aproximar de forma constante ao sonho, e em alguns momentos estar ao alcance.

TOURO
21/04 a 20/05

O que você conseguir compreender do que acontece e está em marcha será também o que você conseguir aproveitar. Amplie seu entendimento, que sua mente seja ampla o suficiente para que o mundo inteiro caiba nela.

GÊMEOS
21/05 a 20/06

Invista tempo e vitalidade naquilo que você pretende, e procure não abrir o jogo completo a ninguém, você pode falar uma parte para uma pessoa, outra parte para outra diferente, e só você conhecer o panorama completo.

CÂNCER
21/06 a 21/07

O futuro existe, é tão real quanto o passado, e de nada adianta recorrer a chavões para afirmar que só o presente existe, sua alma continuará, assim mesmo, conversando com futuro e passado, porque ambos existem.

LEÃO
22/07 a 22/08

A dimensão dos sonhos e da imaginação é infinita, e parece muito próxima da realidade concreta, e talvez o esteja, mas entre o sonho e a concretização há toda uma disciplina a ser aplicada cotidianamente para acontecer.

VIRGEM
23/08 a 22/09

Os encontros que andam acontecendo são muito ricos em potencialidades, é preciso amadurecer e os conduzir de tal maneira que não se perca o foco, pois, o que interessa é que algo concreto resulte desses.

LIBRA
23/09 a 22/10

A ordem está em andamento, ainda que pareça o contrário. É que as coisas se arrumam de um jeito completamente diferente do que imaginado, mas isso não significa que seja pior, apenas tem outros parâmetros.

ESCORPIÃO
23/10 a 21/11

Você fará o que pretende, quanto a isso não há de haver dúvidas. A questão toda gira em torno de como você se aproximará de suas pretensões e as fará acontecer? A qualidade do caminho determina o destino.

SAGITÁRIO
22/11 a 21/12

Controlar o que acontece para ter tudo sob seu domínio, não há nada de patológico nisso, apenas o jogo do destino, no qual se não é você que movimenta as peças é porque você é uma peça movimentada por outrem.

CAPRICÓRNIO
22/12 a 20/01

Você tem um papel a cumprir, um certo protagonismo na história em andamento, e por isso lhe cabe tomar as iniciativas pertinentes a cada caso, dentro do seu alcance, mas também aceitando desafios.

AQUÁRIO
21/01 a 19/02

O dinheiro é apenas um instrumento do poder, não é o poder em si mesmo. Concentre sua atenção no poder que faz o dinheiro acontecer, porque é aí que se encontra o manancial da vida eterna, a cornucópia, o todo.

PEIXES
20/02 a 20/03

Revitalize os contatos sociais, evite se fechar em seu mundo maravilhoso, que poucos ou ninguém conhece. É muito bom ter um mundo próprio, mas é melhor ainda que seja possível compartilhar mundos e os ampliar.

MÚSICA

Marcos Hermes



Diogo Nogueira é atração de hoje na 4ª Conferência Nacional de Cultura

Epicentro cultural

» PEDRO IBARRA

Desde ontem Brasília virou o cenário das principais discussões sobre a cultura do país. Representantes de diversas áreas se reúnem em mesas, palestras e coletivas durante toda a semana para dialogar na 4ª Conferência Nacional de Cultura. Realizada no Centro de Convenções Ulysses Guimarães, o evento chama atenção também por trazer grandes artistas para se apresentarem, gratuitamente, para os brasilienses.

Porém, não é só sobre a discussão que a cultura vive. Intitulada Festival da Cultura, a etapa musical da agenda assume o auditório master a partir das 19h de ontem até sexta-feira. Dessa forma, as discussões feitas nos dias recebem a luz da cultura sendo feita diante dos olhos do público. Fafá de Belém e Johnny Hooker assumiram os microfones ontem e deram início a uma lista de atrações estrelada para o restante da semana. Dj Ops foi o responsável pela apresentação de abertura

A noite de hoje será de samba, com

o cantor Diogo Nogueira comandando o show e tocando alguns dos principais sucessos da carreira, além de músicas de outros artistas que fizeram parte da trajetória, incluindo clássicos do lendário músico e pai do cantor, João Nogueira. O Dj Barata, conhecido pelo trabalho na Criolina, assume as pick-ups e esquenta o público para uma noite de samba.

A programação continua com Paulinho da Viola e Salgadinho convida Renegado, amanhã, com abertura de Pezão da Criolina; Academia da Berlinda com abertura de Criolina e La Urso, na quinta; Sambaiana convida Paula Lima e Daniela Mercury convida Majur, com abertura de Criolina, Flávia Aguiar e Magah, na sexta.

Os temas discutidos estão divididos em seis eixos distintos: Institucionalização, Marcos Legais e Sistema Nacional de Cultura; Democratização do acesso à cultura e Participação Social; Identidade, Patrimônio e Memória; Diversidade Cultural e Transversalidades de Gênero, Raça e Acessibilidade na Política Cultural; Economia Criativa, Trabalho, Renda e Sustentabilidade; e Direito às Artes e Linguagens Digitais.

TANTAS Palavras

POR JOSÉ CARLOS VIEIRA

SONETO 950

Musa dos olhos de mar e doces encantos,
Ao paraíso e desolação me levaste
E, em atos seguidos, de amado passei a traste.
— Por que fui querer o teu carinho entre tantos?

Mas tua voz era para mim acalanto
E em teu ventre acolhedor tu me acostumaste,
porém à vida sucede a morte: desgaste.
— Por que, entre dois, há um que derruba seu pranto?

Hoje já não me envolve em teu louco jogo
Quando teus sorrisos punham minh'alma em fogo.
— Será muito amor um sinônimo de dor?

E agora, que estão terminadas as batalhas,
Não sei se foram minhas ou tuas as falhas.
— Há vencedor e vencido no fim do amor?

Paulo Brinco Alves

ESTA SEÇÃO CIRCULA DE TERÇA A SÁBADO/ CARTAS: SIG, QUADRA 2, LOTE 340 / CEP 70.610-901

SUDOKU

			6					
						4		9
1		9			2			
9	2				3			8
		6	9		5	7		
					4			
7				2		8	3	
	8	5	3				1	
		4				9		

Grau de dificuldade: médio

www.cruzadas.net

CRUZADAS

Geração química de corrente elétrica	Classificação do vale-refeição (Econ.) (?) de Murphy, princípio do pessimista	Um dos principais poluidores urbanos	Comida de má qualidade (gíria)	
			Província argentina cortada pelo rio Paraná	Atração de Mariana (MG)
"Rei (?)", peça de Shakespeare		Musa grega da História (Mit.)		
	(?) elástica: é utilizada em circos		(?) Bello, atriz Nor-noroeste (abrev.)	
Ausenta-se do recinto Destruido; arruinado	Arrecadar Significa "Legal", em IML			
(?) uma pestana: cochilar (fam.)	Líder chinês John (?), escritor		Entidade dos pracinhas (sigla)	
		Tórax Trabalhadora rural (bras.)		
Unidade de medida de capacidade	(?) kwon do, arte marcial coreana		Equipe medíocre (pop.)	Processo básico à circulação da seiva
"Karatê (?)", filme com Jaden Smith				
	Os cães que tiveram o rabo cortado	Pais dos primos Tecido; fazenda		
Raio (abrev.)	(?) fiscal: o recibo			Masculino (abrev.)
Vírus mortal que assolou a África	Outra vez!			Com, em espanhol
Que denotam grande força (fig.)			Reflexão dos sinais de radar	
Cidade potiguar				
			Sucesso do U2	

BANCO. 3/con — one. 4/cilo — lear — peoa — reed. 7/mossoro. 1/0/dilapidação — galvanismo. 37

© Ediouro Publicações — Licenciado ao Correio Braziliense para esta edição

DIRETAS DE DOMINGO

H	M	E	R	E	T	O	R
E	S	B	A	R	R	A	R
A	T	A	T	O	M	B	A
O	I	T	I	S	E	B	L
R	X	F	M	E	A	T	O
D	I	A	L	E	T	O	L
C	T	R	I	N	H	A	M
P	O	E	T	A	C	A	S
E	M	S	A	I	D	T	
E	S	P	E	R	A	N	Ç
C	O	A	M	O	S	R	U
C	O	R	R	E	U	I	C
L	A	R	O	N	D	O	N
A	D	A	G	A	T	O	T
B	R	A	G	O	D	I	R
E	I	T	O				

SUDOKU DE DOMINGO

8	2	5	3	1	4	9	6	7
1	3	7	8	6	9	5	4	2
6	9	4	7	2	5	8	1	3
5	7	6	4	9	8	2	3	1
3	8	2	1	5	6	4	7	9
4	1	9	2	7	3	6	5	8
9	4	3	6	8	1	7	2	5
7	6	8	5	3	2	1	9	4
2	5	1	9	4	7	3	8	6

SEUS PASSATEMPOS PREFERIDOS SEM SAIR DE CASA

#FaçaCoquetel @diaracoquetel @coquetel

ASSINE AGORA! www.coquetel.com.br

Diversão & Arte

Foto: Flor Filmes/Divulgação



No ano que vem: série inédita protagonizada por Julia Lemmertz e Jeniffer Dias está na programação do Canal Brasil.

NUMA CRESCENTE, AS MULHERES SE DESTACAM NA CONDUÇÃO DE HISTÓRIAS QUE DIRIGEM NO AUDIOVISUAL



Giovanna Antonelli é atriz e produtora da comédia romântica *Apaixonada*

As 4 Filhas de Olfa: indicação para o Oscar

Elas no comando

» RICARDO DAEHN

Registros cada vez mais plurais têm despontado, a partir da especificidade e do controle exercido por mulheres na produção de conteúdo audiovisual. É o caso de *Apaixonada*, de Natália Warth, *As 4 filhas de Olfa*, de Kaouther Ben Hania, *Levante*, de Lillah Halla, e *No ano que vem*, de Maria Flor. “Uma equipe majoritariamente feminina traz harmonia para as filmagens. Tivemos, no nosso caso, um ambiente de trabalho muito carinhoso e cuidadoso, com muito olhar para o outro. Acredito que isso seja fruto de uma equipe mais feminina”, observa a atriz e diretora Maria Flor, à frente da série do Canal Brasil *No ano que vem*. No roteiro de Márcia Leite pesam as transformações de corpos, dados sobre gravidez e etarismo, tudo conduzido por Maria Flor, que assume, enquanto espectadora, a admiração por cineastas como Laís Bodansky, Anna Muylaert, Sofia Coppola, Greta Gerwig e Justine Triet (indicada ao Oscar por *Anatomia de uma queda*).

Na conjuntura atual, com espaço para o estabelecimento de visões preponderantes de mulheres, Maria Flor defende espaço para todos e para sentimento de comunhão. Daí a resposta, na ponta da língua, para o papel dos homens na sua dramaturgia. “A série é sobre as relações humanas, acredito que os homens façam parte dessas relações”, avalia. Até mesmo em filmes com tradicional expectativa de equidade de gêneros, caso da comédia romântica, o público pode ser surpreendido, como no caso de *Apaixonada*, que estreia nesta semana, com Giovanna Antonelli, também produtora associada da fita.

“Curto o formato comédia romântica, mas as histórias vão se remodelando, modernizando e acompanhando as

mudanças da nossa sociedade. Fizemos um filme cujo foco está na descoberta do amor próprio pela personagem. É visão muito mais atual e necessária”, observa a atriz. Fazer e falar sobre o que quiser é meta de Antonelli, ao tratar das verdades de uma mulher de 40 anos, o foco destacado no livro de Cris Souza Fontes que deu base ao roteiro do longa de Natália Warth. Lido numa só noite, na pandemia, o texto tocou a atriz, que se afirma, progressivamente, mais madura, segura, “e sem filtros” (como brinca).

“Maior amor próprio deixa a gente imbatível e forte — é muito bom amar os próprios sonhos e desejos. Eu não foco em exigências do público. Gosto, mesmo, é de contar boas e singulares histórias. Tem um pouco da Bia (a protagonista) em cada mulher que for assistir ao filme. Contar enredo de quem se apaixona por si mesma e pela vida é uma bela homenagem a todas nós, mulheres”, demarca. Ganhos e trocas na equipe, como produtora, levaram-na à composição de “um filme para todos”. Já, atrás das câmeras, uma celebração predominou. “Poder estar integrada à equipe e compô-la, exclusivamente, por mulheres foi um diferencial. Esse time de mulheres fantásticas acrescentou muito ao dia a dia do set”, analisa Giovanna Antonelli.

Sofrimento retrabalhado

Um documentário mesclado com ficção, mas que chega ao âmago das feridas de uma mãe e duas irmãs: assim é *As 4 filhas de Olfa*, que disputa o Oscar de melhor fita documental e estreia nesta semana na cidade. No filme de Kaouther Ben Hania, que competiu à Palma de Ouro no Festival de Cannes, pesam dramas violentos e os desaparecimentos de duas das quatro filhas de Olfa. Num artifício de confronto com a própria noção de maternidade, Olfa acolhe duas atrizes que vivenciam

a realidade das filhas sumidas.

“Quem definiu limites de atuação foram as personagens da vida real. Elas estipularam limites: a história é delas. Foi tranquilo, e não tivemos momentos tensos com relação a isso”, conta, em entrevista ao *Correio*, a atriz Ichraq Matar que, no filme, revive etapas da vida de Ghofrane. O peso da sororidade foi vital. “Dentro e fora de cena éramos como uma família. Passamos mais de um mês juntas. Por todos os momentos, até mesmo nos intervalos de filmagem. Voltávamos para casa nos mesmos carros. Até hoje, temos um contato muito forte. Nos vemos regularmente”, explica a atriz.

Numa lista impactante, Ichraq atenta para elementos considerados tabus, na sociedade da Tunísia em que vive. “Falar de genitália, menstruação, falar de corpos e da relação das mulheres com eles! Não podemos falar, de tudo, livremente, e em público. Atrizes, por exemplo, são corajosas quando atrevem-se a beijar homens, livremente. São temas e tratamentos que não são muito bem vistos na nossa sociedade. Mas é importante falar disso, já que todos deveriam se acostumar”, comenta a intérprete.

Na Tunísia, o filme teve público intenso de mulheres bastante jovens, mas como diz a integrante da equipe, as mais velhas, nada acostumadas, tomaram o “bom choque geracional”, com discussão de virgindade, iniciação sexual e crescimento de seios. “Temas ignorados permanecem tabus. Se quebrarmos barreiras, paulatinamente, as pessoas se acostumam. Não deveríamos ter medo — é assim que se transformam as mentes. Temos que dar espaço para as mulheres se expressarem. Devemos criticar posições de abuso”, avalia a atriz.

Entrevista // **María Elena Morán**, roteirista

O enriquecimento, por meio da ampliação de horizontes, faz parte da constante proposta da roteirista María Elena Morán, junto aos espectadores. Ela até assume como estratégicas as abordagens de elementos que dão sentido ao desejo de interrupção de uma gravidez indesejada por parte da figura central do longa *Levante*, uma esportista de 17 anos. Nisso, muitos corpos dissidentes se apresentam na telona de cinema, que, no passado, movimentou e impôs padrões. “Toda mudança social demora, sem muitas exceções. Reações contrárias são muitas e são barulhentas, mas eu acho que o enorme tamanho do incômodo dos conservadores diz muito sobre os avanços que estamos tendo nesse sentido”, avalia María Elena, que trabalhou o roteiro com a diretora do filme, Lillah Hallah.

Existe particularidade na assimilação das mulheres brasileiras frente aos temas de opressão pontuados no longa?

Estreia em Cannes foi incrível, muito bonita, emocionante, mas era evidente que estávamos num lugar absolutamente branco, europeu, rico; ou seja, o cúmulo do privilégio. Um lugar onde o aborto não é criminalizado. É de se esperar que a voltagem da resposta emocional desse público fosse um pouco menor, menos à flor da pele, em função da distância cultural. Já no Festival do Rio, a voltagem emocional foi à estratosfera. No Brasil, o público tem uma identificação plena com as personagens, nas quais se vê representada, e muita gente na plateia consegue entender o tamanho do drama da Sofia porque, em muitos casos, ou viveu ou acompanhou alguém que o viveu e sabe o que significa. Em outros países da América Latina, por exemplo (com os quais compartilhamos o tabu do aborto, as terríveis consequências da sua criminalização, o racismo e o machismo estruturais, o preconceito contra a comunidade LGBTQIA+,



Cena de *Levante*: provocando ânimos dos conservadores

etc.), a resposta será parecida.

Há percepção limitada em alguns tópicos, por parte do público masculino?

Eu tenho sentido que há uma resposta boa, talvez não tão impactante e engajada quanto a das mulheres e pessoas que engravidam e a da comunidade queer e trans, por exemplo — a quem precisamos ver mais e mais nas telas e ocupando espaços de poder em todos os setores. Entretanto, acho que o público masculino tem alguns pontos de identificação com a personagem do pai, que no começo não reage bem, mas vai entendendo qual é o seu verdadeiro lugar ali, que não é um lugar de decisão — e daí o desconforto — mas de apoio e acolhimento. A ideia era, também, retratar, ainda que de forma sutil, a realidade das quase 500 crianças que são registradas apenas pela mãe a cada dia no Brasil.

Qual a potência da equipe?

A alegria e a coletividade são duas escolhas absolutamente fundamentais. Estive-ram desde o começo da ideia e foram ocupando mais espaço à medida que fomos entendendo a importância política de ambas: é essa rede de apoio de Sofia o que faz o filme se tornar o que ele é hoje. O tema, mais do que a interrupção de uma gravidez indesejada, é a necessidade desse coletivo para atravessar um momento tão dramático quanto esse — que só é dramático pela circunstância de estar num país onde o aborto é criminalizado, o que faz com que se torne um tabu, uma tragédia, uma trajetória cruel de excessiva solidão e vulnerabilidade para quem o vive. Perante um Estado e uma sociedade que nos cerca, a solução possível é coletiva e, nessa coletivização, a alegria surge como uma força política incontestável.

Synapse/Divulgação

CLASSIFICADOS

Brasília, Distrito Federal, terça-feira, 5 de março de 2024

Para anunciar ▶ **3342-1000**

1 IMÓVEIS COMPRA & VENDA

2 IMÓVEIS ALUGUEL

3 VEÍCULOS

4 CASA & SERVIÇOS

5 NEGÓCIOS & OPORTUNIDADES

6 TRABALHO & FORMAÇÃO PROFISSIONAL

1

IMÓVEIS COMPRA E VENDA

- 1.1 Apart Hotel
- 1.2 Apartamentos
- 1.3 Casas
- 1.4 Lojas e Salas
- 1.5 Lotes, Áreas e Galpões
- 1.6 Sítios, Chácaras e Fazendas
- 1.7 Serviços e Crédito Imobiliário

1.1 APARTHOTEL

INVEST FLAT VENDE

BIARRITZ FLAT apto 1qto com 66m², 16º andar. 3033-3865/98581-0151 cj21229

1.2 APARTAMENTOS

ÁGUAS CLARAS

1 QUARTO

CLASSIFICADOS

GOSTOU DESSE ESPAÇO?

PATROCINE UMA RETRANCA!!!

DEIXE SUA EMPRESA OU SERVIÇO MAIS VISÍVEL E FÁCIL DE ENCONTRAR POR 30 DIAS

ANUNCIE AQUI!

ENTRE EM CONTATO CONOSCO
61 3342-1000 - OPÇÃO 4

SORAYA SCARINCI VENDE
QS 05 Cond Costa Verde de Apto 1qto 40m² R\$ 225 mil 3351-4991

GOSTOU DESSE ESPAÇO?

ANUNCIE AQUI!

DEIXE SUA EMPRESA OU SERVIÇO MAIS VISÍVEL E FÁCIL DE ENCONTRAR

ENTRE EM CONTATO CONOSCO
61 3342-1000 - OPÇÃO 4

CORREIO BRAZILIENSE
CLASSIFICADOS

1.2 ÁGUAS CLARAS

2 QUARTOS

MEU IMÓVEL IMOB

AV SIBIPIRUNA Smart Residence 2qts ste 1 vaga 54m² arms lazer FGTS 99562-4472 cj25698

3 QUARTOS

MEU IMÓVEL IMOB

R 12 Norte Res Marcelo Paulo 3 qtos suite 1 vaga 70m² arms FGTS lazer 99562-4472 cj25698

ASA NORTE

1 QUARTO

INVEST FLAT VENDE

ED CONFORT SUITS apto 1qto 35m² 5º andar mobil. Tr: 3033-3865/98581-0151 cj21229

VIRTUAL IMOB. VENDE

ED PRIME RESIDENCE Excelente apto 1qto 44m² totalmente mobiliado 3322-6644 cj12135

2 QUARTOS

LINDA REFORMA!!

SNQ 314 nascente 2qts sendo 1ste arms gar Ac Fin/FGTS MAPI Whats 98522-4444 cj27154

3 QUARTOS

SORAYA SCARINCI VENDE

104 ótimo Apto 3 qtos sendo 2 suítes armários 3351-4991

VIRTUAL IMOB. VENDE

713/913 Golden Place semi mobiliado nascente 5º andar 61 3322-6644

1.2 ASA SUL

ASA SUL

3 QUARTOS

SQS 107 130M² ÚTEIS

107 R\$1.170Mil 3qts sociais DCE nascente. Ac Fin/FGTS MAPI Whats 98522-4444 cj27154

4 OU MAIS QUARTOS

SQS 111 233M² ÚTEIS

111 RARIDADE 4qts ste salão amplo 2 vagas ót.preço MAPI Whats 98522-4444 cj27154

PARK SUL Vdo apto Riviera Park Sul c/170m² sendo 4 suítes, DCE sala ampla, 4 vagas de carro soltas, 1vg de moto, 7º andar R\$ 2.450.000, Tr: 99977-3911 c405

GAMA

2 QUARTOS

ACHEI IMÓVEIS DF

ST CENTRAL QD 03 2qt 54m² 98311-5595/99112-3991 c/19540

LAGO NORTE

3 QUARTOS

ACHEI IMÓVEIS DF

CA 08 apto 3qts 228m² cond fechado 98311-5595 c/19540

NOROESTE

2 QUARTOS

ACHEI IMÓVEIS DF

SNQW 303 apto 2qts 1suite pronto para morar Tr: 98311-5595

1.2 SAMAMBAIA

SAMAMBAIA

1 QUARTO

ACHEI IMÓVEIS DF

QS 116 Res Max apto 1qto 36m² 98311-5595

VALPARAÍSO

2 QUARTOS

INVEST FLAT VENDE

PARQUE ESPLANADA apto 2qts sala banh coz planejada c/elevador Tr: 3033-3865 cj21229

1.3 CASAS

JARDIM BOTÂNICO

MEU IMÓVEL IMOB

COND PRIVÉ Morada Sul casa 3 suítes closet 340m² 4vagas piscina Tr: 99562-4472 cj25698

LAGO NORTE

4 OU MAIS QUARTOS

AMPLA ÁREA VERDE

QI 03 Ponta Seca. Excelente 2 pavtos 5 stes lazer compl. Ac imóvel (-) valor MAPI Whats 98522-4444 cj27154

LAGO SUL

4 OU MAIS QUARTOS

TÉRREA 4 SUITES LINDA!!

QI 23 Excelente reforma moderna salão 4stes arms lazer completo Ac apto na SQS MAPI Whats 98522-4444 cj27154

1.3 LUZIÂNIA

LUZIÂNIA

4 OU MAIS QUARTOS

QD 61 prx comérc. 02 faculdades quit. escritura. 230Mil 98151-3115

QD 61 prx comérc. 02 faculdades quit. escritura. 230Mil 98151-3115

NÚCLEO BANDEIRANTE

3 QUARTOS

RITA LANDIM VENDE 3ª AV Casa 245m² 3qts 1suite 2 vagas 2 banhs 99673-2538

SAMAMBAIA

4 OU MAIS QUARTOS

SOTERRA VENDE

QR 208 Casa de esquina 4qts Lote 196m². CJ3504 Tr: 3351-8000/98116-4684

TAGUATINGA

1 QUARTO

SOTERRA VENDE

QND 27 Av Comercial apto 1qto c/sacada sala coz banh social. Excelente localização! CJ3504 3351-8000/ 99654-5748

3 QUARTOS

SOTERRA VENDE

QNM 42 excelente casa 3qts (1suite) churrasq. banheiro externo. Imóvel recém reformado. CJ3504 3351-8000

1.3 VICENTE PIRES

VICENTE PIRES

3 QUARTOS

MEU IMÓVEL IMOB

R 01 casa 240m², 3 quartos 3 suítes 4vagas piscina não financia Tr 99562-4472 cj25698

1.4 LOJAS E SALAS

SALAS

ASA NORTE

INVEST FLAT VENDE

ED FUSION WORK e Live - Sala 37m² 10º andar. Tr: 3033-3865/98581-0151 cj21229

ASA SUL

VIRTUAL IMOB. VENDE

ED ASSIS CHATEUBRIAND 4 salas em uma, com divisórias e blindex 3322-6644 cj12135

J RIBEIRO VENDE

SAUS QD 03 Ed Business Point sala 24m² útil andar alto CJ 5211. Tratar: 3322-3443

VIRTUAL IMOB. VENDE

ED ASSIS CHATEUBRIAND 4 salas em uma, com divisórias e blindex 3322-6644 cj12135

1.5 LOTES, ÁREAS E GALPÕES

CEILÂNDIA

QNM 04 Vendo lote próx Feira da Ceilândia. Tr: 99317-8333

1.5 GAMA

GAMA

EXCELENTE LOCALIZAÇÃO

QI 06 Terreno à venda no Setor Leste Industrial do Gama. Área com 10.500m². Tratar: (62) 98112-0219

1.6 SÍTIOS, CHÁCARAS E FAZENDAS

DISTRITO FEDERAL E ENTORNO

AGROVILA

Cavas de Baixo - BR 251, (São Sebastião) Sítio 20 hecta. casa água nascente documento Ok, cercada etc Tr. (61) 99370-8002

CHÁCARA 3,5 ALQS

Santo Ant. Desc. GO terra plana, ót propriedade (62)99104-1161 zap

CHÁCARAS 20.000M2

Santo Ant. Desc. entrada + parc. todas beira rio. (62)99104-1161 zap

2

IMÓVEIS ALUGUEL

2.1 Apart Hotel

2.2 Apartamentos

2.3 Casas

2.4 Lojas e Salas

2.5 Lotes, Áreas e Galpões

2.6 Quartos e Pensões

2.7 Sítios, Chácaras e Fazendas

2.2 APARTAMENTOS

ÁGUAS CLARAS

1 QUARTO

CONVICTA IMÓVES ALUGA

CRS 513 fundos W3 loja aprox 200m² c/ banheiro interno 99112-3703

2 QUARTOS

SORAYA SCARINCI ALUGA

R 28 Apto 68m² 2 qtos sendo 1 suite sl varanda gourmet 3351-4991

2.2 ÁGUAS CLARAS

3 QUARTOS

ACONTECE IMOBILIÁRIA

AV FLAMBOYANT 3 qtos 1 vaga 1 suite sem fiador sem burocracia e sem taxa de adesão 3344-4112

ASA NORTE

QUITINETES

B.R. ANDRÉ ALUGA

312 QUITINETE 33m² 1 qto R4 750,00. 3321-4824 98409-4824

3 QUARTOS

STN SOF Norte Qd 02 Bl B It 13 ap 101 al ap 3q ref a.emb sl cz wc \$ 1.400 991577766 c9495

4 OU MAIS QUARTOS

VIRTUAL IMOB. VENDE

312 SQS 221m² 4qts com armários e 02 suítes DCE 61 3322-6644

GUARÁ

1 QUARTO

B.R. ANDRÉ ALUGA

QE 46 Apto 30m² 1 qto sala cozinha banheiro, garagem no subsolo 3321-4824 98409-4824

NÚCLEO BANDEIRANTE

2 QUARTOS

CONVICTA IMÓVES ALUGA

AV CONTORNO 2qts sl coz ár.serv. e gar Tr: 3386-9000 cj22002

SUDOESTE

2 QUARTOS

ACONTECE IMOBILIÁRIA

CCSW 03 Alugo Apto 2 qtos 1 vaga 1 suite sem fiador sem burocracia e sem taxa de adesão 3344-4112

TAGUATINGA

2 QUARTOS

SORAYA SCARINCI ALUGA

CSA 03 ótimo apto vista livre com armários piso porcelanato 3351-4991

GOSTOU DESSE ESPAÇO?

ANUNCIE AQUI!

DEIXE SUA EMPRESA OU SERVIÇO MAIS VISÍVEL E FÁCIL DE ENCONTRAR

ENTRE EM CONTATO CONOSCO
61 3342-1000 - OPÇÃO 4

CORREIO BRAZILIENSE
CLASSIFICADOS



🔍 Imóvel dos Sonhos ✕

O imóvel dos seus sonhos você encontra aqui

Acesse: www.correiobraziliense.lugarcerto.com.br

Quer anunciar a sua imobiliária?

61 3214-1245

Fale conosco

Aponte a câmera do seu celular para o QR-Code e confira as ofertas

2.3 NÚCLEO BANDEIRANTE

2.3 CASAS

NÚCLEO BANDEIRANTE

3 QUARTOS

CONVICTA IMÓVEL ALUGA
AV CENTRAL 3qts sendo
do 1ste sala coz banh.
Tr: 3386-9000 cj22002

PARK WAY

4 OU MAIS QUARTOS

RITA LANDIM ALUGA
QD 05 4qtos área total
2.400m² cosntr. 400m².
3552-4358 c/12179

2.4 LOJAS E SALAS

LOJAS

CEILÂNDIA

EQNN 01/03 Bl A Lj 4 c
/s.solo wc 100m \$ 1.500
ap 2q a.emb sl cz wc
800 99157-7766 c9495

SALAS

ASA NORTE

J RIBEIRO ALUGA
SGAN 608 Ed Life Centro
Médico Integrado a
Saúde sala c/aprox.
41m² úteis. CJ 5211. Tr:
3322-3443

J RIBEIRO ALUGA
SGAN 608 Ed Life Centro
Médico Integrado a
Saúde sala c/aprox.
41m² úteis. CJ 5211. Tr:
3322-3443

ASA SUL

J RIBEIRO ALUGA
SCS QD 01 Ed Ceará
Sala c/banh. 30m² CJ
5211. Tratar: 3322-3443

J RIBEIRO ALUGA
SGAS 910 Ed Summer
Park sala térrea 35m².
CJ 5211. T: 3322-3443

B.R. ANDRÉ ALUGA
SRTVS 701 sala dividi-
da em 2 ambientes próx
shopping Pátio Brasil
3321 - 4824 98409-4824

2.4 SAAN/SIA/SIG/SOF

SAAN/SIA/SIG/SOF

ACONTECE IMOBILIÁRIA
SAAN QD 02 aluguel
de sala sem fiador sem
burocracia 3344-4112

TAGUATINGA

SOTERRA ALUGA
JK SHOPPING Excel sala
comercial c/26,98m².
CJ3504 3351-8000

3

VEÍCULOS

3.1 Automóveis

3.2 Caminhonetes e Utilitários

3.3 Caminhões

3.4 Motos

3.5 Outros Veículos

3.6 Peças e Serviços

3.1 AUTOMÓVEIS

FABRICANTES

BMW

AUTOCRED
320IA 19/20 Modern/
Sport Tb 2.0 flex/Gp 4p
excelente, único dono re-
visada 99288-9231

HONDA

AUTOCRED
CIVIC 13/14 Sedan Lxr
2.0 Flexone 16v autom.
4pts 99288-9231

HONDA

AUTOCRED
CIVIC 13/14 Sedan Lxr
2.0 Flexone 16v autom.
4pts 99288-9231

HONDA

AUTOCRED
CIVIC 13/14 Sedan Lxr
2.0 Flexone 16v autom.
4pts 99288-9231

HONDA

AUTOCRED
CIVIC 13/14 Sedan Lxr
2.0 Flexone 16v autom.
4pts 99288-9231

HONDA

AUTOCRED
CIVIC 13/14 Sedan Lxr
2.0 Flexone 16v autom.
4pts 99288-9231

HONDA

AUTOCRED
CIVIC 13/14 Sedan Lxr
2.0 Flexone 16v autom.
4pts 99288-9231

HONDA

AUTOCRED
CIVIC 13/14 Sedan Lxr
2.0 Flexone 16v autom.
4pts 99288-9231

HONDA

AUTOCRED
CIVIC 13/14 Sedan Lxr
2.0 Flexone 16v autom.
4pts 99288-9231

HONDA

AUTOCRED
CIVIC 13/14 Sedan Lxr
2.0 Flexone 16v autom.
4pts 99288-9231

HONDA

AUTOCRED
CIVIC 13/14 Sedan Lxr
2.0 Flexone 16v autom.
4pts 99288-9231

HONDA

AUTOCRED
CIVIC 13/14 Sedan Lxr
2.0 Flexone 16v autom.
4pts 99288-9231

HONDA

3.1 HYUNDAI

HYUNDAI

GLOBO MULTIMARCAS
IX35 15/16 GLS 2.0
16V 2wc Flex autom.
3363-9242 98409-9198

TOYOTA

GLOBO MULTIMARCAS
COROLLA 18/19 GLi
Upper 1.8 Flex 16V Aut.
3363-9242 98409-9198

VOLKS

AUTOCRED

GOLF 13/14 Highline
1.4 Tsi 140cv Aut.
99288-9231

GLOBO MULTIMARCAS

VIRTUS 20/21 Comfort
200 Tsi 1.0 Flex 12v au-
tomático. 3363-9242
98409-9198

4

CASA & SERVIÇOS

4.1 Construção e Reforma

4.2 Moda, Vestuário e Beleza

4.3 Saúde

4.2 Comemorações, e Eventos

4.5 Serviços Profissionais

4.6 Som e Imagem

4.7 Diversos

4.3 SAÚDE

MASSAGEM TERAPÉUTICA

MASSAGEM anti-stress
p/ dor e cansaço físico
R\$60, 98248-8399 Lú

MASSAGEM anti-stress
p/ dor e cansaço físico
R\$60, 98248-8399 Lú

MASSAGEM anti-stress
p/ dor e cansaço físico
R\$60, 98248-8399 Lú

MASSAGEM anti-stress
p/ dor e cansaço físico
R\$60, 98248-8399 Lú

MASSAGEM anti-stress
p/ dor e cansaço físico
R\$60, 98248-8399 Lú

MASSAGEM anti-stress
p/ dor e cansaço físico
R\$60, 98248-8399 Lú

MASSAGEM anti-stress
p/ dor e cansaço físico
R\$60, 98248-8399 Lú

MASSAGEM anti-stress
p/ dor e cansaço físico
R\$60, 98248-8399 Lú

MASSAGEM anti-stress
p/ dor e cansaço físico
R\$60, 98248-8399 Lú

MASSAGEM anti-stress
p/ dor e cansaço físico
R\$60, 98248-8399 Lú

MASSAGEM anti-stress
p/ dor e cansaço físico
R\$60, 98248-8399 Lú

MASSAGEM anti-stress
p/ dor e cansaço físico
R\$60, 98248-8399 Lú

MASSAGEM anti-stress
p/ dor e cansaço físico
R\$60, 98248-8399 Lú

MASSAGEM anti-stress
p/ dor e cansaço físico
R\$60, 98248-8399 Lú

MASSAGEM anti-stress
p/ dor e cansaço físico
R\$60, 98248-8399 Lú

MASSAGEM anti-stress
p/ dor e cansaço físico
R\$60, 98248-8399 Lú

MASSAGEM anti-stress
p/ dor e cansaço físico
R\$60, 98248-8399 Lú

MASSAGEM anti-stress
p/ dor e cansaço físico
R\$60, 98248-8399 Lú

MASSAGEM anti-stress
p/ dor e cansaço físico
R\$60, 98248-8399 Lú

MASSAGEM anti-stress
p/ dor e cansaço físico
R\$60, 98248-8399 Lú

4.3 MASSAGEM TERAPÉUTICA

TERAPEUTICAS, rela-
xante e outras, c/ finaliza-
ção (61) 3544-3055

4.5 SERVIÇOS PROFISSIONAIS

SERVIÇOS DE INVESTIGAÇÃO

DETETIVE ALESSANDRA

A N° 1 Em fotos, filma-
gens, flagrantes. Sigi-
lo e descrição total.
Whatsapp / Gps / Mo-
nitoro 24h. Todas as
áreas 61 99607-1398

DETETIVE ALESSANDRA

A N° 1 Em fotos, filma-
gens, flagrantes. Sigi-
lo e descrição total.
Whatsapp / Gps / Mo-
nitoro 24h. Todas as
áreas 61 99607-1398

DETETIVE ALESSANDRA

A N° 1 Em fotos, filma-
gens, flagrantes. Sigi-
lo e descrição total.
Whatsapp / Gps / Mo-
nitoro 24h. Todas as
áreas 61 99607-1398

5

NEGÓCIOS & OPORTUNIDADES

5.1 Agricultura e Pecuária

5.2 Comunicados, Mensagens e Editais

5.3 Informática

5.4 Oportunidades

5.5 Pontos Comerciais

5.6 Telecomunicações

5.7 Turismo e Lazer

5.1 AGRICULTURA E PECUÁRIA

INSTALAÇÕES E MATERIAIS

LOJA DE UTILIDADES, brinquedos e pape-
laria 61-991984834

LOJA DE UTILIDADES, brinquedos e pape-
laria 61-991984834

LOJA DE UTILIDADES, brinquedos e pape-
laria 61-991984834

LOJA DE UTILIDADES, brinquedos e pape-
laria 61-991984834

LOJA DE UTILIDADES, brinquedos e pape-
laria 61-991984834

LOJA DE UTILIDADES, brinquedos e pape-
laria 61-991984834

LOJA DE UTILIDADES, brinquedos e pape-
laria 61-991984834

LOJA DE UTILIDADES, brinquedos e pape-
laria 61-991984834

LOJA DE UTILIDADES, brinquedos e pape-
laria 61-991984834

LOJA DE UTILIDADES, brinquedos e pape-
laria 61-991984834

LOJA DE UTILIDADES, brinquedos e pape-
laria 61-991984834

LOJA DE UTILIDADES, brinquedos e pape-
laria 61-991984834

LOJA DE UTILIDADES, brinquedos e pape-
laria 61-991984834

LOJA DE UTILIDADES, brinquedos e pape-
laria 61-991984834

LOJA DE UTILIDADES, brinquedos e pape-
laria 61-991984834

LOJA DE UTILIDADES, brinquedos e pape-
laria 61-991984834

LOJA DE UTILIDADES, brinquedos e pape-
laria 61-991984834

LOJA DE UTILIDADES, brinquedos e pape-
laria 61-991984834

LOJA DE UTILIDADES, brinquedos e pape-
laria 61-991984834

LOJA DE UTILIDADES, brinquedos e pape-
laria 61-991984834

2º
OFÍCIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS
DO DISTRITO FEDERAL
LÉA EMÍLIA BRAUNE PORTUGAL
REGISTRADORA
RAFAEL ARAUJO HORTA COSTA
HELDER PEREIRA DE CARVALHO
DEMerval SILVA CAIXETA JUNIOR
SUBSTITUTOS

EDITAL DE INTIMAÇÃO

FAZ SABER aos que o presente edital virem, ou dele tiverem conhecimento que, o CAIXA ECONÔMICA FEDERAL- CEF, na qualidade de CREDORA FIDUCIÁRIA, pelo ofício n° 503/2024- CESAV/BU de 03/01/2024, requereu a este Serviço Registral as intimações de TIAGO GONCALVES ALEXANDRE, servidor público estadual, e sua mulher LILIAN DA SILVA RODRIGUES GONCALVES, do lar, brasileiros, inscritos no CPF sob os n°s 008.594.901-90 e 032.935.891-03, respectivamente, residentes e domiciliados nesta cidade, nos seguintes endereços: a) Casa n° 144, situada na Rua "I", da Quadra Condominial QCIL - Avenida Mangueiral, do SHMA; e, b) Quadra 23, Conjunto "D" casa n° 24, Paranoá, na qualidade de DEVEDORES FIDUCIANTES nos termos da Lei n° 9.514/1997, para que satisfaça o pagamento da importância de R\$ 5.422,44 (cinco mil e quatrocentos e vinte e dois reais e quarenta e quatro centavos), atualizada até o dia 03/03/2024, correspondente as prestações vencidas e mais as que se vencerem até o dia do pagamento, bem como, encargos legais e contratuais, além das despesas de cobrança e intimação. Tal dívida é originária da cédula de crédito bancário com alienação fiduciária da Casa n° 144, situada na Rua "I", da Quadra Condominial QC11 - Avenida Mangueiral, do SHMA, nesta cidade, registrada sob os n°s R.9 e R.10, na matrícula n° 118.561. Os Devedores Fiduciários não foram localizados nos endereços fornecidos, encontrando-se em local ignorado, de acordo com as certidões do Cartório 3º Ofício de Registro Civil, Títulos e Documentos e Pessoas Jurídicas do Distrito Federal. Desta forma, fica os DEVEDORES FIDUCIANTES, acima qualificado, CONSTITUÍDO EM MORAE E INTIMADOS, para que satisfaça o pagamento da importância acima referida, dentro do prazo de quinze (15) dias, a contar da última publicação do presente Edital, neste Serviço Registral, situado no SCS- QUADRA 08- BLOCO "B" n° 60 - SALA 140C - "VENÂNCIO SHOPPING" anteriormente denominado "Venâncio 2000", nesta cidade. Decorrido o prazo legal para a purgação da mora, sem o devido pagamento, será promovida a consolidação da propriedade da Casa: n° 144, situada na Rua "I", da Quadra Condominial QCIL - Avenida Mangueiral, do SHMA, desta cidade, em nome da CREDORA FIDUCIÁRIA. - Dado e passado nesta cidade de Brasília, aos 26 (vinte e seis) dias do mês de fevereiro de 2024.

LÉA EMÍLIA - BRAUNE PORTUGAL- OFICIAL.

TJDF PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL
E DOS TERRITÓRIOS

3º Vara de Família de Brasília
SMAS Trecho 3, Lotes 04/06, Bloco 5, 2º Andar, Setores
Complementares, BRASÍLIA - DF - CEP: 70610-906
Telefones: (61) 3103-1974 e (61) 3103-1975; E-mail:
03vfamilia.bsb@tjdf.jus.br Horário de atendimento: 12:00 às 19:00

MANDADO DE REGISTRO DE INTERDIÇÃO
(Nos termos do artigo 92 da Lei 6.015/1973)

NÚMERO DO PROCESSO: 0740311-69.2023.8.07.0016
CLASSE JUDICIAL: INTERDIÇÃO/CURATELA (58)
REQUERENTE: ANA MARIA ESTABILE ALIOTTI, JOSE ALIOTTI
REQUERIDO: ALESSANDRO JOSE ESTABILE ALIOTTI

A Dra. **MARIA ISABEL DA SILVA**, Juíza de Direito da 3ª Vara de Família de Brasília, **DETERMINA** ao Oficial do Cartório do 1º Ofício de Registro Civil de Brasília que, à vista deste, devidamente assinado, expedido nos autos da Ação de INTERDIÇÃO/CURATELA (58) - Processo 0740311-69.2023.8.07.0016, requerida por ANA MARIA ESTABILE ALIOTTI e JOSÉ ALIOTTI em face de ALESSANDRO JOSÉ ESTABILE ALIOTTI, em curso nesta Vara, proceda à necessária inscrição, à margem do Livro "E", conforme estabelecido no artigo 92 da Lei 6015/73, e à **AVERBAÇÃO**, à margem do assento de nascimento, ou promova as devidas comunicações aos cartórios competentes, conforme disposto no artigo 106, parágrafo único, da referida Lei, para que do mesmo conste que foi submetido à curatela **ALESSANDRO JOSÉ ESTABILE ALIOTTI** (brasileiro, solteiro, CI N°112653924-4 EX/MD, CPF: 035.253.151-71, nascido em 23.11.1974, filho de Ana Maria Estabile Aliotti e José Aliotti), sendo-lhe nomeados curadores **ANA MARIA ESTABILE ALIOTTI** (brasileira, casada, do lar, CI N°098468171-8 EX/MD, CPF: 306.095.268-04) e **JOSÉ ALIOTTI** (brasileiro, casado, médico, CI N°098468161-9 EX/MD, CPF: 233.389.038-04), em virtude de sentença proferida por este Juízo em 12.12.2023, transitada em julgado. Integram o presente mandado as cópias das peças em anexo: inicial, emenda(s), se houver, sentença e certidão de trânsito em julgado.

Dado e Passado nesta cidade de BRASÍLIA-DF,
16 de fevereiro de 2024, 14:35:09.

Cartório: Registro Civil de Três Corações/MG
Matrícula n°: 058446 01 55 1974 1 00055 174 00045384 69

MARIA ISABEL DA SILVA
Juíza de Direito

Este documento foi gerado pelo usuário 033 ***-74 em 26/02/2024 17:42:30
Número do documento: 2402201631586480000170949367
https://pje.tjdf.jus.br/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam
?x=2402201631586480000170949367
Assinado eletronicamente por: MARIA ISABEL DA SILVA - 20/02/2024 16:31:59

Disque-Denúncia
Secretaria de Segurança Pública.
Uma nova arma contra a criminalidade Sigilo absoluto.

197

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
Secretaria de Orçamento, Finanças e Contratações
AVISO DE SUSPENSÃO
Pregão Eletrônico n. 90006/2024

Comunicamos a suspensão da licitação supracitada, publicada no Correio Braziliense de 22/02/2024. Objeto: Contratação de empresa para a prestação de serviços de administração e gerenciamento de manutenção preventiva, corretiva e de higienização de veículos por meio de rede própria de estabelecimentos credenciados e mediante a utilização de sistema informatizado.

Brasília, 1º de março de 2024
Cezar Augusto Barros Gadelha
Agente de contratação/Pregoeiro

ATN
Associação Telectro de Informação e Negócios

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Convocam-se todos os associados da Associação Telectro de Informação e Negócios - ATN, para a Assembleia Geral Ordinária, a realizar-se no dia 22 de março de 2024, às 09 horas, em 1ª convocação, às 10 horas, em 2ª e última convocação, conforme estabelece o art. 23, incisos I, II e III, obedecendo ao quórum determinado no Estatuto da ATN. A assembleia acontecerá na modalidade ONLINE, com os seguintes assuntos:

- 1- Análise e aprovação das contas da ATN do exercício de 2023.
- 2- Análise e aprovação do Relatório Anual da Diretoria de 2023.
- 3- Análise e aprovação da Programação Anual da Diretoria da ATN para 2024.
- 4- Assuntos Gerais.

Brasília, 01 de março de 2024
José Avando Souza Sales
Diretor Geral da ATN

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
2º OFÍCIO DO REGISTRO DE IMÓVEIS DO D. F.

EDITAL PARA CONHECIMENTO DE TERCEIROS

LÉA EMÍLIA BRAUNE PORTUGAL, Titular do 2º Ofício do Registro de Imóveis do Distrito Federal, na forma da Lei, etc...
FAZ SABER aos que o presente edital virem, ou dele tiverem conhecimento, que por parte da **SPE JB1 EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA**, com sede nesta Capital, inscrita no CNPJ sob o n° 41.399.449/0001-51, na qualidade de proprietária de uma área de terras de 10ha.48a.83ca., desmembrada de área maior no Quinhão n° 6, lugar denominado "PALMEIRAS", na fazenda "TABOQUINHA", objeto da matrícula n° 14.892, desta Serventia, localizada no perímetro do Distrito Federal, conforme croqui abaixo, foi aqui depositado, para os fins da Lei n° 6.766, de 19/12/1979, a documentação exigida pelo artigo 18, da referida lei e legislações aplicáveis à espécie, relativo ao **MEMORIAL DE PARCELAMENTO, por LOTEAMENTO, denominado PARQUE DOS PINHEIROS, localizado no Setor Habitacional Estrada do Sol, na Região Administrativa do Jardim Botânico - RA XXVII**,



1ª ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DE 2024

Em Assembleia Geral Extraordinária, Ocorrida no Dia 10 de Janeiro de 2024, Foram Aprovadas as Propostas de Reforma do Estatuto Social do SERPRO com os Objetivos de Alterar o Capital Social, conforme Deliberação em Assembleia Geral Ordinária do SERPRO de 2023, e de Adequá-lo às Disposições da Lei nº 14.600, de 19 de Junho de 2023, e do Decreto nº 11.401, de 23 de Janeiro de 2023

Ata da 1ª Assembleia Geral Extraordinária de 2024 do Serviço Federal de Processamento de Dados – Serpro, realizada em 10 de janeiro de 2024, às 10h.

Às 10h do dia 10 de janeiro de 2024, em sua sede, localizada na SGAN Quadra 601 Módulo "V", Edifício Sede - Asa Norte, 3º andar, Brasília – DF, presente a totalidade do Capital Social, de titularidade da União, neste ato representada pelo Procurador da Fazenda Nacional, senhor Humberto Manoel Alves Afonso, nos termos da Portaria PGFN nº 64, de 9 de março de 2023, publicada no Diário Oficial da União em 14 de março de 2023, realizou-se em primeira convocação a 1ª Assembleia Geral Extraordinária de 2024 do Serviço Federal de Processamento de Dados – Serpro, empresa pública, CNPJ 33.683.111/0001-07, NIRE 5350000094-1, vinculada ao Ministério da Fazenda, mediante Edital de Convocação datado de 27 de dezembro de 2023, com encaminçamento no dia 28 de dezembro de 2023 à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional – PGFN, para: (I) **Aprovação das alterações estatutárias propostas pelo Serviço Federal de Processamento de Dados – SERPRO, conforme anexo (SEI nº 39387535) e (II) Eleição de LEONARDO ANDRÉ PAIXÃO (OFÍCIO SEI Nº 65654/2023/MF, de 11/12/2023), para compor o Conselho de Administração, na qualidade de membro independente, já nomeado pelo Colegiado, conforme Lei 6.404/76, Art. 150 (ATA DA 58ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DE 18 DE DEZEMBRO DE 2023)**. Presidiu a reunião o senhor Fernando Ferreira, designado substituto pelo Presidente do Conselho de Administração do Serpro, conforme ofício nº 014032/2023/SERPRO/CA, de 19 de dezembro de 2023. Estiveram, ainda, presentes o senhor Alexandre Rebêlo Ferreira, Conselheiro Fiscal, e a senhora Sara Franco Lustosa da Costa, Assessora na função de Secretária da Assembleia. A acionista única, por intermédio de seu representante, dispensou a leitura dos documentos relativos aos assuntos constantes da ordem do dia, que se encontravam sobre a mesa, por já serem esses do conhecimento de todos. O Presidente da mesa informou, também, que a ata seria lavrada na forma de sumário dos fatos ocorridos, de acordo com o §1º do Art. 130 da Lei 6.404/1976. Em seguida, tendo em vista que o voto da União foi antecipado, sendo do conhecimento de todos, foi dispensada a leitura do texto do edital de convocação. Com base no Parecer da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional e na Nota Técnica SEI nº 47067/2023/MGI da Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais – SEST, a União votou pela: (I) **APROVAÇÃO DAS ALTERAÇÕES ESTATUTÁRIAS PROPOSTAS PELO SERVIÇO FEDERAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS – SERPRO, conforme o anexo (SEI nº 39387535) (II) - ELEIÇÃO DE LEONARDO ANDRÉ PAIXÃO (OFÍCIO SEI Nº 65654/2023/MF, de 11 de dezembro de 2023), para compor o Conselho de Administração, na qualidade de membro independente, já nomeado pelo Colegiado, conforme Lei 6.404/76, Art. 150 e, nos termos do Art. 17, § 2º, do Estatuto Social do Serpro (ATA DA 58ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DE 18 DE DEZEMBRO DE 2023)**,

, para cumprir prazo de gestão a iniciar-se na data da assinatura do Termo de Posse, dia 02 de janeiro de 2024, e a encerrar-se no dia 25 de abril de 2024, conforme o Art. 16, §2º, do Estatuto Social do Serpro. Nada mais havendo a tratar, às 10h11 foi encerrada a Assembleia, sendo lavrada a ata que, após lida e aprovada, foi assinada digitalmente pelo Procurador da Fazenda Nacional designado, pelo Presidente da Assembleia Geral Substituto, pelo Conselheiro Fiscal e pela Secretária. A referida ata é cópia fiel da constante no livro respectivo livro de atas, conforme disposto da IN/DREI 81/20, Anexo V, Capítulo, II, Seção III, item 4, notas, inciso II.

HUMBERTO MANOEL ALVES AFONSO Procurador da Fazenda Nacional	FERNANDO FERREIRA Presidente Substituto da Assembleia Geral
ALEXANDRE REBÊLO FERREIRA Conselheiro Fiscal	SARA FRANCO LUSTOSA DA COSTA Secretária da Assembleia Geral

ANEXO

ESTATUTO SOCIAL DO SERVIÇO FEDERAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS – SERPRO

CAPÍTULO I

DA NATUREZA JURÍDICA, DA SEDE E DO FORO

Art. 1º O Serviço Federal de Processamento de Dados – Serpro, empresa pública, sob a forma de sociedade anônima de capital fechado, vinculada ao Ministério da Fazenda, criado pela Lei nº 4.516, de 1º de dezembro de 1964, é regido pela Lei nº 5.615, de 13 de outubro de 1970, pela Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, pela Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, regulamentada pelo Decreto nº 8.945, de 27 de dezembro de 2016, pelo presente Estatuto Social e pelas demais normas legais que lhe forem aplicáveis.

Parágrafo único. A empresa utiliza o nome fantasia Serpro.

Art. 2º O Serpro tem sede e foro em Brasília, Distrito Federal, atua em todo o território nacional e no exterior, e poderá criar regionais, escritórios, representações ou quaisquer outros estabelecimentos no país.

Parágrafo único. O prazo de duração do Serpro é indeterminado.

CAPÍTULO II DO OBJETO SOCIAL

Art. 3º O Serpro tem por objeto social:

- I - desenvolver, prover, integrar, comercializar e licenciar soluções em tecnologia da informação;
- II - prestar assessoramento, consultoria e assistência técnica no campo de sua especialidade; e
- III - executar serviços de tratamento de dados e informações, inclusive mediante a disponibilização de acesso a estes e a terceiros, desde que assim autorizado pelo proprietário.

Parágrafo único. Os serviços prestados pelo Serpro envolvem matérias afetas a imperativos de segurança nacional, essenciais à manutenção da soberania estatal, em especial no tocante à garantia da inviolabilidade dos dados da administração pública federal direta e indireta, bem como aquelas relacionadas a relevante interesse coletivo, orientadas ao desenvolvimento e ao emprego de tecnologia brasileira para produção e oferta de produtos e serviços de maneira economicamente justificada.

Art. 4º São finalidades do Serpro:

- I - contribuir para o êxito da gestão e da governança do Estado, em benefício da sociedade;
- II - atender, prioritariamente, aos órgãos dos Ministérios:
 - a) da Fazenda;
 - b) do Planejamento e Orçamento; e
 - c) da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos.
- III - aplicar as disponibilidades de sua capacidade técnica e operacional na execução dos serviços de sua especialidade que venham a ser contratados com outros órgãos e entidades;
- IV - viabilizar soluções digitais para modernização e apoio à tomada de decisão, no âmbito da administração pública;
- V - atuar no sentido de racionalizar, simplificar e viabilizar a acessibilidade às informações e soluções em tecnologia da informação destinadas ao setor público e à sociedade; e

VI - incentivar o desenvolvimento do setor de informática e de transformação digital em benefício do setor público e da sociedade.

§ 1º Para o alcance das finalidades previstas na *caput* deste artigo, o Serpro poderá importar e exportar soluções, celebrar contratos, convênios e parcerias com empresas nacionais e estrangeiras, órgãos e entidades de pesquisa e ensino e agências de fomento na área de tecnologia da informação, constituir consórcios ou *joint ventures* de natureza contratual, bem como contratar representantes comerciais para a divulgação e venda das soluções, na forma da lei.

§ 2º O Serpro poderá ter suas atividades, sempre que consentâneas com seu objeto social, orientadas pela União de modo a contribuir para o interesse público que justificou a sua criação.

§ 3º No exercício da prerrogativa de que trata o *caput*, a União somente poderá orientar a Companhia a assumir obrigações ou responsabilidades, incluindo a realização de projetos de investimento e assunção de custos/resultados operacionais específicos, em condições diversas às de qualquer outra sociedade do setor privado que atue no mesmo mercado, quando:

- I - estiver definida em lei ou regulamento, bem como prevista em contrato, convênio ou ajuste celebrado com o ente público competente para estabelecê-la, observada a ampla publicidade desses instrumentos; e
- II - tiver seu custo e receitas discriminados e divulgados de forma transparente, inclusive no plano contábil.

§ 4º Para fins de atendimento ao inciso II do § 3º, os administradores da Companhia deverão:

- I - evidenciar as obrigações ou responsabilidades assumidas em notas explicativas específicas das demonstrações contábeis de encerramento do exercício; e
- II - descrevê-las em tópico específico do Relatório da Administração.

§ 5º O exercício das prerrogativas de que tratam os §§ 1º e 2º será objeto da Carta Anual, subscrita pelos membros do Conselho de Administração, prevista no art. 13, inciso I, do Decreto nº 8.945, de 27 de dezembro de 2016.

CAPÍTULO III DO CAPITAL SOCIAL

Art. 5º O capital social do Serpro é de R\$ 1.786.196.057,07 (um bilhão, setecentos e oitenta e seis milhões, cento e noventa e seis mil, cinquenta e sete reais e sete centavos), totalmente subscrito e integralizado, dividido em 1.786.196.057 (um bilhão, setecentos e oitenta e seis milhões, cento e noventa e seis mil, cinquenta e sete) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.

§ 1º Os recursos que vierem a ser transferidos pela União para fins de aumento do capital deverão ser capitalizados até a data limite da aprovação das contas do exercício em que ocorrer a transferência.

§ 2º O Livro de Registro de Ações Nominativas será lavrado, inicialmente, em atenção ao art. 4º da Lei nº 5.615, de 13 de outubro de 1970, com a totalidade das ações de propriedade da União.

§ 3º Cada ação ordinária confere ao seu titular o direito a 1 (um) voto nas Assembleias Gerais.

CAPÍTULO IV DOS RECURSOS FINANCEIROS

Art. 6º Constituem recursos financeiros do Serpro, destinados ao cumprimento de seus objetivos e à sua administração:

- I - dotações que lhe forem consignadas no Orçamento da União;
- II - receitas de qualquer natureza, provenientes do exercício de suas atividades;
- III - créditos de qualquer natureza, abertos em seu favor;
- IV - recursos de capital, inclusive os resultantes da conversão, em espécie, de bens e direitos;
- V - rendas de bens patrimoniais;
- VI - recursos derivados de operações de crédito, inclusive os provenientes de empréstimos e financiamentos de origem interna ou externa, observadas as disposições legais específicas;
- VII - doações de qualquer origem ou natureza;
- VIII - outras receitas eventuais; e
- IX - quaisquer outras rendas.

CAPÍTULO V DA ADMINISTRAÇÃO E DA ORGANIZAÇÃO

Seção I

Dos Órgãos Sociais e Estatutários

Art. 7º O Serpro terá os seguintes órgãos:

- I - sociais:
 - a) Assembleia Geral;
 - b) Conselho de Administração;
 - c) Diretoria Executiva; e
 - d) Conselho Fiscal;
- II - estatutários:
 - a) Comitê de Auditoria; e
 - b) Comitê de Pessoas, Elegibilidade, Sucessão e Remuneração.

§ 1º A Companhia poderá prever, no Regimento Interno do Conselho de Administração, outros comitês de assessoramento ao Conselho de Administração, não remunerados.

§ 2º Sem prejuízo do disposto neste Estatuto Social, os administradores, os Conselheiros Fiscais e os membros dos comitês estatutários mencionados neste artigo são submetidos às normas previstas na Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, inclusive aquelas relativas a seus poderes, deveres, responsabilidades, requisitos e impedimentos para investidura e remuneração, e na Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, regulamentada pelo Decreto nº 8.945, de 27 de dezembro de 2016.

§ 3º Os membros do Conselho de Administração, da Diretoria Executiva e dos demais órgãos mencionados neste artigo respondem, nos termos da lei, pelos danos resultantes de omissão no cumprimento de seus deveres e de atos praticados com culpa ou dolo, ou com violação da lei ou do Estatuto Social do Serpro.

§ 4º Consideram-se administradores os membros do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva.

§ 5º Os requisitos e as vedações exigíveis para os administradores e os membros do Conselho Fiscal e dos comitês estatutários deverão ser respeitados nas eleições e nas reconduções, inclusive nos casos de nomeações.

§ 6º Os requisitos deverão ser comprovados documentalmente, na forma exigida pelo formulário padronizado, aprovado pela Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (SEST) e disponibilizado em seu sítio eletrônico.

§ 7º A ausência dos documentos referidos no § 6º deste artigo importará em rejeição do formulário pelo Comitê de Pessoas, Elegibilidade, Sucessão e Remuneração da Companhia.



§ 8º O Comitê de Pessoas, Elegibilidade, Sucessão e Remuneração deverá verificar o atendimento aos requisitos e a ausência de vedações para os administradores e membros do Conselho Fiscal e dos comitês estatutários.

Art. 8º A remuneração dos membros estatutários e, quando aplicável, dos demais comitês de assessoramento, será fixada anualmente em Assembleia Geral, nos termos da legislação vigente, sendo vedado o pagamento de qualquer forma de remuneração não prevista em Assembleia Geral.

§1º Os membros dos Conselhos de Administração e Fiscal, Comitê de Auditoria e demais órgãos estatutários terão ressarcidas suas despesas de locomoção e estada necessárias ao desempenho da função, sempre que residentes fora da cidade em que for realizada a reunião. Caso o membro resida na mesma cidade da sede da Companhia, essa custeará as despesas de locomoção e alimentação.

§2º A remuneração mensal dos membros dos Conselhos de Administração e Fiscal não excederá, em nenhuma hipótese, a 10% (dez por cento) da remuneração mensal média dos membros da Diretoria Executiva, excluídos os valores relativos a eventuais adicionais e benefícios, sendo vedado o pagamento de participação, de qualquer espécie, nos lucros do Serpro.

§3º É vedado o pagamento de remuneração aos Conselheiros Fiscais em montante superior ao pago para os Conselheiros de Administração.

§4º A remuneração dos membros do Comitê de Auditoria será fixada em montante não inferior à remuneração dos Conselheiros Fiscais.

Art. 9º Os membros dos órgãos especificados no art. 7º deste Estatuto Social serão submetidos à avaliação de desempenho, individual e coletiva, de periodicidade anual, observadas as disposições da Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, regulamentada pelo Decreto nº 8.945, de 27 de dezembro de 2016.

§ 1º Serão observados, na avaliação anual de desempenho, os seguintes quesitos mínimos para os administradores:

I - exposição dos atos de gestão praticados quanto à licitude e à eficácia da ação administrativa;

II - contribuição para o resultado do exercício; e

III - consecução dos objetivos estabelecidos no plano de negócios e atendimento à estratégia de longo prazo.

§2º A avaliação de desempenho dos administradores, dos membros dos comitês estatutários e dos demais comitês técnicos e de assessoramento ao colegiado será realizada conforme critérios e procedimentos definidos pelo Conselho de Administração, que poderá contar com o apoio metodológico e procedimental do Comitê de Pessoas, Elegibilidade, Sucessão e Remuneração.

§3º A avaliação de desempenho dos membros do Conselho Fiscal será realizada conforme critérios e procedimentos definidos pelo Conselho Fiscal, que poderá contar com o apoio metodológico e procedimental do Comitê de Pessoas, Elegibilidade, Sucessão e Remuneração.

Art. 10. O Serpro, por intermédio de sua consultoria jurídica ou mediante advogado especialmente contratado, deverá assegurar aos integrantes e ex-integrantes da Diretoria Executiva e dos Conselhos de Administração e Fiscal a defesa em processos judiciais e administrativos contra eles instaurados, pela prática de atos no exercício do cargo ou função, nos casos em que não houver incompatibilidade com os interesses do Serpro.

§1º O benefício previsto no *caput* aplica-se, no que couber e a critério do Conselho de Administração, aos membros do Comitê de Auditoria e àqueles que figuram no polo passivo de processo judicial ou administrativo, em decorrência de atos que tenham praticado no exercício de competência delegada pelos administradores.

§2º A forma da defesa em processos judiciais e administrativos será definida pelo Conselho de Administração.

§3º O Serpro poderá manter contrato de seguro de responsabilidade civil permanente em favor das pessoas mencionadas no *caput* e no § 1º deste artigo, na forma e extensão definidas pelo Conselho de Administração, para cobertura das despesas processuais e honorários advocatícios de processos judiciais e administrativos instaurados em face deles, relativos às suas atribuições junto ao Serpro.

§4º Na defesa em processos judiciais e administrativos, se o beneficiário da defesa for condenado, em decisão judicial transitada em julgado, com fundamento em violação da lei, deste Estatuto ou decorrente de ato culposo ou doloso, ele deverá ressarcir ao Serpro todos os custos e despesas decorrentes da defesa feita pela empresa, além de eventuais prejuízos causados.

§ 5º Fica assegurado às pessoas mencionadas no *caput* e no § 1º deste artigo o conhecimento de informações e documentos constantes de registros ou de banco de dados do Serpro, indispensáveis à defesa administrativa ou judicial, em ações propostas por terceiros, de atos praticados durante seu prazo de gestão, atuação ou mandato.

Seção II Da Assembleia Geral

Art. 11. A Assembleia Geral, órgão máximo do Serpro, realizar-se-á, ordinariamente, 1 (uma) vez por ano, nos 4 (quatro) primeiros meses seguintes ao encerramento do exercício social, para deliberação das matérias previstas em lei e, extraordinariamente, sempre que necessário ou que a legislação e as disposições deste Estatuto Social exigirem.

§ 1º A Assembleia Geral será convocada:

I - pelo Presidente do Conselho de Administração, pelo substituto que esse vier a designar ou pela Diretoria Executiva; ou

II - pelo Conselho Fiscal ou pelo acionista, nos termos do parágrafo único do art. 123 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976.

§2º Os prazos para convocação da Assembleia Geral respeitarão o disposto na Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976.

§3º A Assembleia Geral deliberará, exclusivamente, sobre o objeto previsto no instrumento de convocação, não se admitindo a inclusão de assuntos gerais na pauta.

§4º As deliberações da Assembleia Geral serão registradas em atas, que podem ser lavradas de forma sumária.

§5º A Assembleia Geral será instalada com a presença do representante da União, detentora da totalidade do capital social com direito a voto, e presidida pelo Presidente do Conselho de Administração, ou pelo substituto que esse vier a designar, que escolherá secretário para auxiliá-lo.

§6º Independentemente de qualquer formalidade prevista neste Estatuto Social e na Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, será considerada regularmente instalada qualquer Assembleia Geral a que comparecer o representante da União.

§ 7º A União será representada na Assembleia Geral nos termos do Decreto-Lei nº 147, de 3 de fevereiro de 1967.

§ 8º Os membros do Conselho Fiscal, ou ao menos 1 (um) deles, deverão comparecer às reuniões da Assembleia Geral e responder, conforme o caso, aos pedidos de informações formulados pelo acionista.

Art. 12. Sem prejuízo das demais competências previstas na legislação, compete à Assembleia Geral deliberar sobre:

I - tomada anual das contas dos administradores e deliberação sobre as demonstrações financeiras;

II - aprovação da destinação do resultado do exercício e da distribuição de dividendos;

III - alteração do capital social e do Estatuto Social;

IV - transformação, incorporação, fusão ou cisão do Serpro;

V - avaliação dos bens com que a União concorrer para o capital social;

VI - fixação da remuneração anual dos membros estatutários e, quando aplicável, dos demais comitês de assessoramento ao Conselho de Administração nos termos da legislação vigente e deste Estatuto Social;

VII - autorização para o Serpro mover ação de responsabilidade civil contra os administradores, pelos danos causados à sua imagem, ao seu segredo de negócio, às suas informações estratégicas e quaisquer outros que causem prejuízos ao seu patrimônio material e imaterial;

VIII - alienação de bens imóveis diretamente vinculados à prestação de serviços e à constituição de ônus reais sobre eles;

IX - eleição e destituição, a qualquer tempo, de liquidantes, julgando-lhes as contas; e

X - eleição, recondução e destituição, a qualquer tempo, dos membros dos Conselhos de Administração e Fiscal do Serpro.

Seção III

Da Administração

Art. 13. O Serpro será administrado pelo Conselho de Administração e pela Diretoria Executiva, de acordo com as atribuições e poderes conferidos pela legislação aplicável e pelo presente Estatuto Social.

Parágrafo único. Observadas as normas legais relativas à administração pública indireta, os administradores deverão orientar a execução das atividades do Serpro com observância dos princípios e das melhores práticas adotados e formulados por instituições e fóruns nacionais e internacionais que sejam referência no tema da governança corporativa.

Art. 14. Os administradores do Serpro, inclusive o Conselheiro representante dos empregados, deverão atender aos requisitos obrigatórios e observar as vedações para o exercício de suas atividades previstas na Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e na Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016.

§1º Além dos requisitos legais obrigatórios aplicáveis aos administradores do Serpro, aos membros da Diretoria Executiva será exigida, em qualquer hipótese, a comprovação do exercício, pelo prazo mínimo de 4 (quatro) anos, de cargo de Diretor, de Conselheiro de Administração ou de chefia superior, no primeiro nível hierárquico não estatutário, e observar os demais requisitos estabelecidos na Política de Indicação de Administradores do Serpro.

§2º O Conselho de Administração fará recomendação não vinculante de novos membros desse colegiado e perfis para aprovação da assembleia, sempre relacionadas aos resultados do processo de avaliação e às diretrizes da política de indicação e do plano de sucessão.

Art. 15. Os membros do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva serão investidos em seus cargos mediante assinatura de Termo de Posse, com registro em ata do respectivo colegiado, no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados a partir da eleição ou nomeação, conforme o caso.

Parágrafo único. O Termo de Posse, que será registrado em ata, deverá conter, sob pena de nulidade, a qualificação, o prazo de gestão e a indicação de, pelo menos, um domicílio no qual o administrador receberá citações e intimações em processos administrativos e judiciais relativos a atos de sua gestão, as quais se reputarão cumpridas mediante entrega no domicílio indicado, o qual somente poderá ser alterado mediante comunicação por escrito ao Serpro, além da sujeição dos administradores ao Código de Ética, Conduta e Integridade e às políticas da empresa.

Subseção I

Do Conselho de Administração

Art. 16. O Conselho de Administração, órgão de deliberação estratégica e colegiado do Serpro, é integrado por:

I - 5 (cinco) membros indicados pelo Ministro de Estado da Fazenda, sendo, no mínimo, 2 (dois) membros independentes;

II - 1 (um) membro indicado pelo Ministro de Estado da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos; e

III - 1 (um) membro representante dos empregados, na forma da Lei nº 12.353, de 28 de dezembro de 2010, escolhido dentre os empregados ativos, pelo voto direto de seus pares, em eleição organizada pelo Serpro em conjunto com a representação dos trabalhadores.

§1º O Presidente do Conselho de Administração e seu substituto serão escolhidos, na primeira reunião do colegiado que ocorrer após a eleição de seus membros, dentre os indicados pelo Ministro de Estado da Fazenda.

§2º O prazo de gestão dos membros do Conselho de Administração será unificado e de 2 (dois) anos, sendo permitidas, no máximo, 3 (três) reconduções consecutivas, considerados os períodos anteriores de gestão ocorridos há menos de 2 (dois) anos.

§ 3º Atingido o limite a que se refere o § 2º deste artigo, o retorno como membro do Conselho de Administração do Serpro só poderá ocorrer após decorrido período equivalente a 1 (um) prazo de gestão.

§ 4º O prazo de gestão dos membros do Conselho de Administração prorrogar-se-á até a efetiva investidura dos novos membros.

§ 5º Caracteriza-se Conselheiro independente aquele que se enquadrar nas hipóteses previstas no § 1º do art. 22 da Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016.

§ 6º O cargo de Conselheiro de Administração é pessoal e não admite substituto temporário ou suplente, inclusive para o representante dos empregados.

§ 7º O Comitê de Pessoas, Elegibilidade, Sucessão e Remuneração deverá verificar o enquadramento dos indicados a conselheiros independentes por meio da análise da autodeclaração apresentada e respectivos documentos (nos moldes do formulário padronizado).

Art. 17. A vacância do cargo de Conselheiro de Administração dar-se-á por destituição, renúncia, impedimento comprovado, perda do cargo, além de outros casos previstos em lei.

§ 1º O membro do Conselho de Administração que deixar de comparecer, sem justificativa, a 2 (duas) reuniões consecutivas ou a 3 (três) intercaladas, nas últimas 12 (doze) reuniões, perderá o cargo.

§ 2º Nos casos de vacância do cargo de Conselheiro de Administração, o substituto será nomeado pelos Conselheiros remanescentes e servirá até a primeira Assembleia Geral subsequente, ocasião em que será eleito para completar o prazo de gestão do Conselheiro anterior.

§ 3º Caso ocorra a vacância da maioria dos cargos, será convocada Assembleia Geral para proceder à nova eleição.

§ 4º No caso de ausências ou impedimentos eventuais de qualquer membro do Conselho de Administração, o colegiado deliberará com os remanescentes.

§ 5º Para o Conselho de Administração proceder à nomeação de membros para o colegiado, na forma do § 2º deste artigo, deverão ser verificados pelo Comitê Pessoas, Elegibilidade, Sucessão e Remuneração os mesmos requisitos de elegibilidade e vedações exigidos para eleição em Assembleia Geral.

Art. 18. O Conselho de Administração reunir-se-á, com a presença da maioria dos seus membros, ordinariamente, 1 (uma) vez por mês e, extraordinariamente, sempre que necessário.

§ 1º As reuniões serão convocadas pelo Presidente do colegiado, pelo seu substituto ou pela maioria dos membros do Conselho de Administração.

§ 2º As deliberações do Conselho de Administração serão tomadas pelo voto da maioria dos membros presentes, com registro em ata, podendo ser lavradas de forma sumária, cabendo ao Presidente o voto de desempate, além do voto pessoal.

§ 3º As atas de reunião do Conselho de Administração devem ser redigidas de forma clara e objetiva e registrar os participantes, as deliberações, os votos divergentes e as abstenções.

§ 4º Em caso de decisão não-unânime, a justificativa do voto divergente será registrada, a critério do respectivo membro, observado que se exime de responsabilidade o conselheiro dissidente que faça consignar sua divergência em ata de reunião ou, não sendo possível, dela dê ciência imediata e por escrito ao Conselho de Administração.



MINISTÉRIO DA
FAZENDA

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
UNIÃO E RECONSTRUÇÃO

§ 5º As reuniões do Conselho de Administração devem, em regra, ser presenciais, admitindo, excepcionalmente, a reunião virtual ou a participação de membro por audioconferência ou videoconferência, mediante justificativa aprovada pelo colegiado.

§ 6º A pauta da reunião e a respectiva documentação serão distribuídas com antecedência mínima de 5 (cinco) dias úteis, salvo nas hipóteses devidamente justificadas, acatadas pelo colegiado e disciplinadas no seu Regimento Interno.

§ 7º A ausência à reunião deverá ser justificada por escrito, em tempo hábil, cabendo aos demais membros acatarem ou não os motivos alegados, mediante registro em ata.

§ 8º Nas reuniões do colegiado, anteriormente à deliberação, o membro que não seja independente em relação à matéria em discussão deve manifestar seu conflito de interesses ou interesse particular, retirando-se da reunião.

§ 9º Caso não o faça, qualquer outra pessoa poderá manifestar o conflito, caso dele tenha ciência, devendo o colegiado deliberar sobre o conflito, conforme o seu Regimento Interno e a legislação aplicável.

§ 10. Fica assegurada a participação do Diretor-Presidente, ou do seu substituto, nas reuniões do Conselho de Administração como convidado, sem direito a voto.

Art. 19. Sem prejuízo das demais competências previstas na legislação, compete ao Conselho de Administração:

I - fixar a orientação geral dos negócios do Serpro e estabelecer as metas de sustentabilidade;

II - aprovar políticas gerais do Serpro, inclusive de:

a) governança corporativa e de gestão de pessoas;

b) patrocínios de eventos técnicos, científicos, culturais e sociais;

c) transações com partes relacionadas e de divulgação de informações;

d) conformidade, de gestão de riscos e de dividendos;

e) porta-vozes;

f) seleção e de indicação dos titulares das áreas de Auditoria Interna, de Ouvidoria, de Corregedoria e de Integridade, Conformidade, Gestão de Riscos e Controles Internos;

g) seleção e de indicação dos membros do Comitê de Auditoria do Serpro; e

h) indicação de administradores;

III - aprovar o Código de Ética, Conduta e Integridade;

IV - aprovar o Regulamento de Licitações;

V - fiscalizar a gestão dos membros da Diretoria Executiva, examinar, a qualquer tempo, os livros e papéis do Serpro, e solicitar informações sobre contratos celebrados ou em via de celebração, e quaisquer outros atos;

VI - convocar a Assembleia Geral, aprovando a inclusão de matérias no instrumento de convocação, não se admitindo a rubrica "assuntos gerais";

VII - manifestar-se sobre o Relatório da Administração e as contas da Diretoria Executiva;

VIII - autorizar a alienação de bens do ativo não circulante, a constituição de ônus reais e a prestação de garantias a obrigações de terceiros;

IX - avaliar a necessidade de manter ativos de uso não próprio do Serpro;

X - autorizar e homologar a contratação de auditores independentes, bem como a rescisão dos respectivos contratos;

XI - aprovar o plano estratégico, o plano de negócios, o plano de investimentos e as metas de desempenho, que deverão ser apresentados pela Diretoria Executiva, e acompanhá-los periodicamente;

XII - aprovar e acompanhar:

a) os programas de dispêndios e de investimentos;

b) os orçamentos de custeio e de investimentos;

c) a avaliação do resultado do desempenho econômico-financeiro do Serpro; e

d) o plano de gestão de riscos empresariais;

XIII - promover, anualmente, a análise quanto ao atendimento das metas e dos resultados na execução do plano de negócios e da estratégia de longo prazo, sob pena de seus integrantes responderem por omissão, devendo publicar suas conclusões e informá-las ao Congresso Nacional e ao Tribunal de Contas da União (TCU);

XIV - analisar, ao menos trimestralmente, o balancete e demais demonstrações financeiras elaboradas periodicamente pelo Serpro, sem prejuízo da atuação do Conselho Fiscal;

XV - manifestar-se previamente sobre as propostas a serem submetidas à deliberação da Assembleia Geral;

XVI - supervisionar os sistemas de gerenciamento de riscos e de controles internos;

XVII - definir os assuntos e valores para sua alçada decisória e da Diretoria Executiva, autorizando o Diretor-Presidente a delegar poderes;

XVIII - delegar quaisquer outras atribuições específicas ao Diretor-Presidente;

XIX - aprovar e divulgar a Carta Anual com explicação dos compromissos de consecução de objetivos de políticas públicas, na forma prevista na Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016;

XX - aprovar e divulgar o Relatório Integrado;

XXI - deliberar sobre os assuntos de competência do Conselho de Administração que lhe forem submetidos pelo Diretor-Presidente;

XXII - aprovar a estrutura organizacional do Serpro e a criação de unidades vinculadas diretamente à Diretoria Executiva, permitida a delegação;

XXIII - deliberar sobre a indicação dos representantes do Serpro na Diretoria Executiva e nos Conselhos Deliberativo e Fiscal do Serpros - Fundo Multipatrocinado;

XXIV - solicitar auditoria interna periódica sobre as atividades do Serpros - Fundo Multipatrocinado;

XXV - manifestar-se sobre:

a) o relatório apresentado pela Diretoria Executiva, resultante da auditoria interna sobre as atividades do Serpros - Fundo Multipatrocinado; e

b) o relatório semestral de gestão do Serpros - Fundo Multipatrocinado;

XXVI - aprovar o Plano Anual de Auditoria Interna (PAINT) e o Relatório Anual de Atividades de Auditoria Interna (RAINT), sem a presença do Diretor-Presidente do Serpro;

XXVII - criar comitês técnicos e de assessoramento ao Conselho de Administração, para aprofundamento dos estudos de assuntos estratégicos, de forma a garantir que a decisão a ser tomada pelo colegiado seja tecnicamente bem fundamentada;

XXVIII - atribuir formalmente a responsabilidade pela área de Integridade, Conformidade e Gestão de Riscos a Diretor estatutário;

XXIX - realizar a sua avaliação de desempenho anual, individual e coletiva;

XXX - avaliar os diretores e membros de comitês estatutários da Companhia, nos termos do inciso III do art. 13 da Lei 13.303, de 30 de junho de 2016, com o apoio metodológico e procedimental do Comitê de Pessoas, Elegibilidade, Sucessão e Remuneração;

XXXI - conceder afastamentos e licenças ao Diretor-Presidente, inclusive a título de licença remunerada;

XXXII - aprovar a prática de atos que importem em renúncia, transação ou compromisso arbitral, observada a política de delegação de competências e alçadas do Serpro;

XXXIII - aprovar:

a) o Regimento Interno do Conselho de Administração;

b) o Regimento Interno do Comitê de Auditoria;

c) o Regimento Interno do Comitê de Pessoas, Elegibilidade, Sucessão e Remuneração; e

d) o Regimento Interno dos comitês técnicos e de assessoramento ao Conselho de Administração;

XXXIV - nomear, reconduzir e destituir os titulares das áreas de Auditoria Interna, de Ouvidoria, de Corregedoria e de Integridade, Conformidade e Gestão de Riscos, observada a política estabelecida pelo colegiado;

XXXV - propor à Assembleia Geral a remuneração dos administradores e, quando aplicável, dos demais membros mencionados no art. 7º deste Estatuto;

XXXVI - executar e monitorar a remuneração de que trata o inciso XXXV deste artigo, inclusive a participação nos lucros e resultados, dentro dos limites aprovados pela Assembleia Geral;

XXXVII - aprovar:

a) o Regulamento de Pessoal;

b) o quantitativo de pessoal próprio;

c) o quantitativo de cargos em comissão;

d) os acordos coletivos de trabalho;

e) o programa de participação dos empregados nos lucros ou resultados;

f) o plano de cargos e salários;

g) o plano de funções;

h) os benefícios de empregados; e

i) o programa de desligamento de empregados;

XXXVIII - eleger, reconduzir e destituir os membros da Diretoria Executiva, inclusive o Diretor-Presidente, e fixar-lhes as atribuições;

XXXIX - aprovar as atribuições dos membros da Diretoria Executiva não previstas no Estatuto Social;

XL - eleger e destituir os membros de comitês de assessoramento ao Conselho de Administração, bem como do Comitê de Pessoas, Elegibilidade, Sucessão e Remuneração;

XLI - cobrar a implementação e a efetividade do plano de ação submetido pela Diretoria Executiva, caso esta detecte o descumprimento das exigências regulatórias sobre os benefícios de assistência à saúde na modalidade de autogestão, fixadas pela Lei nº 9.656, de 03 de junho de 1998;

XLII - examinar, até o mês de junho de cada ano, o relatório consolidado sobre o custeio do benefício de assistência à saúde na modalidade autogestão, acompanhado da avaliação do Comitê de Auditoria, e sobre ele deliberar;

XLIII - acompanhar o plano de metas para o benefício de assistência à saúde, que será apresentado em cada exercício pela Diretoria Executiva;

XLIV - deliberar sobre os casos omissos do Estatuto Social do Serpro, em conformidade com o disposto na Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976;

XLV - manifestar-se previamente sobre atos ou contratos relativos à sua alçada decisória;

XLVI - discutir, deliberar e monitorar práticas de governança corporativa e relacionamento com partes interessadas;

XLVII - aprovar e fiscalizar o cumprimento das metas e resultados específicos a serem alcançados pelos membros da Diretoria Executiva;

XLVIII - aprovar o patrocínio a plano de benefícios e a adesão a entidade fechada de previdência complementar;

XLIX - manter, sob sua supervisão, as atividades de ouvidoria; e

L - aprovar e manter atualizado um plano de sucessão não-vinculante dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva, cuja elaboração deve ser coordenada pelo Presidente do Conselho de Administração.

Parágrafo único. Excluem-se da obrigação de publicação a que se refere o inciso XIII deste artigo as informações de natureza estratégica cuja divulgação possa ser comprovadamente prejudicial ao interesse da empresa.

Art. 20. Compete ao Presidente do Conselho de Administração:

I - presidir as reuniões do órgão, observando o cumprimento do Estatuto Social do Serpro e do Regimento Interno do colegiado;

II - interagir com o Ministério da Fazenda, e demais representantes do acionista, no sentido de esclarecer a orientação geral dos negócios, assim como questões relacionadas ao interesse público a ser perseguido pelo Serpro, observado o disposto no art. 89 da Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016; e

III - estabelecer os canais e processos para interação entre o acionista e o Conselho de Administração, especialmente no que tange às questões de estratégia, governança, remuneração, sucessão e formação do Conselho de Administração, observado o disposto no art. 89 da Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016.

Subseção II

Da Diretoria Executiva

Art. 21. A Diretoria Executiva é o órgão executivo de administração e representação, cabendo-lhe assegurar o funcionamento regular do Serpro em conformidade com a orientação geral traçada pelo Conselho de Administração, sendo composta por:

I - 1 (um) Diretor-Presidente; e

II - 6 (seis) Diretores Executivos.

§1º Pelo menos 2 (dois) membros da Diretoria Executiva serão eleitos dentre os empregados do Serpro.

§2º O prazo de gestão dos membros da Diretoria Executiva é unificado e de 2 (dois) anos, sendo permitidas, no máximo, 3 (três) reconduções consecutivas.

§3º No prazo previsto no § 2º deste artigo, serão considerados os períodos anteriores de gestão ocorridos há menos de 2 (dois) anos e a transferência de Diretor para outra Diretoria do Serpro.

§4º Atingido o limite a que se refere o § 2º deste artigo, o retorno como membro da Diretoria Executiva do Serpro só poderá ocorrer após decorrido período equivalente a 1 (um) prazo de gestão.

§5º Durante o prazo de gestão, o empregado ocupante de cargo de Diretor terá o respectivo contrato de trabalho suspenso, afastada, nesse período, a subordinação jurídica inerente à relação de emprego.

§6º O prazo de gestão dos membros da Diretoria Executiva prorrogar-se-á até a efetiva investidura dos novos membros.

§7º Após o término da gestão, o membro da Diretoria Executiva fará jus às verbas devidas durante o exercício do cargo e que ainda não tenham sido pagas, proporcionalmente ao tempo efetivo de trabalho.

§8º É condição para investidura em cargo da Diretoria Executiva a assunção de compromisso com metas e resultados específicos a serem alcançados, que deverá ser aprovado pelo Conselho de Administração.

§9º O atendimento das metas e dos resultados na execução do plano de negócios e da estratégia de longo prazo deverá gerar reflexo financeiro para os membros da Diretoria Executiva, sob a forma de remuneração variável, nos termos estabelecidos pela Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (SEST) do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos.



§10. A recondução ou a troca de Diretoria enseja nova eleição e novo ato de posse, devendo ser considerados os requisitos vigentes no momento da nova eleição.

Art. 22. Os membros da Diretoria Executiva não poderão se afastar do exercício do cargo por mais de 30 (trinta) dias consecutivos, sob pena de perda do cargo, salvo em caso de licença, inclusive licença remunerada, ou nos casos autorizados pelo Conselho de Administração.

§ 1º Os membros da Diretoria Executiva farão jus, anualmente, a 30 (trinta) dias de licença remunerada, que podem ser acumulados até o máximo de 2 (dois) períodos, sendo vedada a sua conversão em espécie e indenização.

§ 2º É facultado aos membros da Diretoria Executiva a concessão de licença remunerada proporcional ao período trabalhado no respectivo ano, não cumulativas com o eventual recebimento desse benefício em seus órgãos de origem e observado o disposto no § 1º deste artigo.

§ 3º A vacância do cargo de Diretor-Presidente ou de Diretor Executivo dar-se-á por destituição, renúncia, impedimento comprovado, perda do cargo ou outras hipóteses previstas em lei.

§ 4º Em caso de vacância, ausências ou impedimentos eventuais dos Diretores Executivos, o Diretor-Presidente designará o substituto dentre os membros da Diretoria Executiva.

§ 5º Em caso de vacância, ausência ou impedimentos eventuais do Diretor-Presidente, o Conselho de Administração designará o seu substituto.

§ 6º Em caso de vacância, o novo membro eleito pelo Conselho de Administração para a Diretoria Executiva completará o prazo de gestão do membro anterior.

§ 7º O substituto do Diretor-Presidente fará jus a complemento remuneratório a ser pago de forma proporcional aos dias de substituição.

§ 8º A renúncia ao cargo de Diretor-Presidente ou de Diretor Executivo tona-se eficaz, em relação ao Serpro, desde o momento em que lhe for entregue a comunicação escrita do renunciante, e em relação a terceiros de boa-fé, após arquivamento no registro de comércio e publicação.

Art. 23. A Diretoria Executiva reunir-se-á, ordinariamente, pelo menos 1 (uma) vez por semana e, extraordinariamente, sempre que necessário.

§ 1º As reuniões serão convocadas pelo Diretor-Presidente ou pelo seu substituto ou pela maioria dos membros da Diretoria Executiva.

§ 2º A Diretoria Executiva reunir-se-á com a presença de, no mínimo, 4 (quatro) de seus membros, entre eles o Diretor-Presidente ou o seu substituto.

§ 3º As decisões da Diretoria Executiva serão tomadas pelo voto da maioria dos membros presentes, com registro em ata, podendo ser lavradas de forma sumária, cabendo ao Diretor-Presidente o voto de desempate, além do voto pessoal.

§ 4º As atas de reunião da Diretoria Executiva devem ser redigidas de forma clara e objetiva e registrar os participantes, as deliberações, os votos divergentes e as abstenções.

§ 5º Em caso de decisão não-unânime, a justificativa do voto divergente será registrada, a critério do respectivo membro, observado que se exime de responsabilidade o diretor dissidente que faça consignar sua divergência em ata de reunião ou, não sendo possível, dela dê ciência imediata e por escrito à Diretoria Executiva.

§ 6º As reuniões da Diretoria Executiva devem, em regra, ser presenciais, admitindo, excepcionalmente, a reunião virtual ou a participação de membro por audioconferência ou videoconferência, mediante justificativa aprovada pelo colegiado.

§ 7º A pauta da reunião e a respectiva documentação serão distribuídas com antecedência mínima de 3 (três) dias úteis, salvo nas hipóteses devidamente justificadas, acatadas pelo colegiado e disciplinadas no seu Regimento Interno.

§ 8º Nas reuniões do colegiado, anteriormente à decisão, o membro que não seja independente em relação à matéria em discussão deve manifestar seu conflito de interesses ou interesse particular, retirando-se da reunião.

§ 9º Caso não o faça, qualquer outra pessoa poderá manifestar o conflito, caso dele tenha ciência, devendo o colegiado decidir sobre o conflito, conforme seu Regimento Interno e a legislação aplicável.

Art. 24. Compete à Diretoria Executiva, no exercício das suas atribuições decisórias concernentes às finalidades do Serpro e respeitadas as diretrizes fixadas pelo Conselho de Administração:

- I - estabelecer o direcionamento empresarial, gerir as atividades do Serpro e avaliar os seus resultados;
- II - aprovar as normas internas de funcionamento do Serpro;
- III - apresentar, até a última reunião ordinária do Conselho de Administração do ano anterior, a quem compete a sua aprovação:

- a) o plano de negócios para o exercício anual seguinte; e
- b) a estratégia de longo prazo atualizada com a análise de riscos e oportunidades para, no mínimo, os próximos 5 (cinco) anos;
- IV - submeter à aprovação do Conselho de Administração e acompanhar o plano estratégico, o plano de negócios, o plano de investimentos e as metas de desempenho, observado o disposto no inciso III deste artigo;
- V - acompanhar e submeter à aprovação do Conselho de Administração:
 - a) os programas de dispêndios e de investimentos;
 - b) os orçamentos de custeio e de investimentos;
 - c) a avaliação do resultado do desempenho econômico-financeiro do Serpro; e
 - d) o plano de gestão de riscos empresariais;
- VI - monitorar as metas de desempenho do Serpro, elaborando relatórios gerenciais com indicadores de gestão e avaliando, no mínimo:
 - a) a sustentabilidade econômico-financeira dos negócios;
 - b) o nível de suficiência da capacidade de produção e desenvolvimento e de prestação de serviços compatíveis com as demandas e expectativas dos clientes;
 - c) o grau de satisfação dos clientes;
 - d) a evolução dos níveis de serviços prestados; e
 - e) os riscos estratégicos e as respectivas medidas de mitigação;

VII - submeter para aprovação do Conselho de Administração proposta de atribuições e competências específicas da Diretoria Executiva e as de seus membros;

VIII - definir a estrutura organizacional dos órgãos sob subordinação de cada Diretoria e as respectivas atribuições e competências, conforme delegação e diretrizes fixadas pelo Conselho de Administração;

IX - aprovar as normas disciplinadoras de concursos para admissão de pessoal;

X - submeter para aprovação do Conselho de Administração as propostas de alterações estatutárias a serem encaminhadas à Assembleia Geral;

XI - encaminhar ao conhecimento do Conselho de Administração as adjudicações de obras, serviços e aquisições realizados sem prévia licitação, com as respectivas justificativas, excetuados os casos previstos no art. 2º da Lei nº 5.615, de 13 de outubro de 1970, e nas dispensas de licitação em razão do valor;

XII - promover a elaboração, em cada exercício, do Relatório da Administração e das demonstrações financeiras, submetendo-os à Auditoria Independente, ao Comitê de Auditoria e aos Conselhos de Administração e Fiscal para exame e parecer;

XIII - submeter a proposta de distribuição de dividendos e de aplicação dos valores excedentes à apreciação dos Conselhos de Administração e Fiscal e ao exame e deliberação da Assembleia Geral;

XIV - promover a elaboração, em cada exercício, do Relatório Integrado e da Carta Anual, submetendo-os ao Comitê de Auditoria e aos Conselhos de Administração e Fiscal;

XV - exercer a supervisão e a fiscalização sistemática das atividades do Serpro – Fundo Multipatrocinado;

XVI - solicitar ao Serpro – Fundo Multipatrocinado a apresentação de plano de ação para correção de eventuais irregularidades encontradas quando da realização de auditorias, bem como fazer o acompanhamento da execução do plano de ação e dar conhecimento, no mínimo, trimestralmente, aos Conselhos Deliberativo e Fiscal do Serpro, ao Comitê de Auditoria e ao Conselho de Administração do Serpro, ficando a cargo da Diretoria Executiva a responsabilidade por cobrar a efetividade do plano de ação;

XVII - fornecer orientação e assessoramento técnico aos membros indicados pelo Serpro aos Conselhos Deliberativo e Fiscal do Serpro – Fundo Multipatrocinado;

XVIII - apresentar ao Conselho de Administração, com a manifestação prévia do Comitê de Auditoria, o Relatório Semestral de Gestão do Patrocínio de Planos de Benefícios Previdenciários, que contenha análise sobre:

- a) a aderência dos cálculos atuariais;
- b) a gestão dos investimentos;
- c) a solvência, a liquidez e o equilíbrio econômico, financeiro e atuarial dos planos;
- d) o gerenciamento dos riscos; e
- e) a efetividade dos controles internos;

XIX - apresentar ao Conselho de Administração, ao Conselho Fiscal e ao Comitê de Auditoria, até o mês de junho de cada ano, relatório consolidado, referente ao exercício anterior, sobre o custeio do benefício de assistência à saúde na modalidade autogestão, na forma prevista na legislação pertinente;

XX - aprovar, supervisionar e apresentar o plano de metas para o benefício de assistência à saúde para acompanhamento do Conselho de Administração e do Comitê de Auditoria;

XXI - zelar pelo cumprimento das exigências regulatórias sobre os benefícios de assistência à saúde na modalidade autogestão, fixados pela Lei nº 9.656, de 03 de junho de 1998, devendo, a partir de rotinas de avaliação e monitoramento, submeter plano de ação com relatório da situação, no caso de descumprimento das exigências regulatórias, e a respectiva proposta de regularização ao Conselho de Administração, que será responsável por cobrar a implementação e a efetividade do plano;

XXII - autorizar previamente os atos e contratos relativos à sua alçada decisória;

XXIII - submeter, instruir e preparar adequadamente os assuntos que dependam de deliberação do Conselho de Administração, manifestando-se previamente quando não houver conflito de interesses;

XXIV - colocar à disposição dos órgãos sociais e estatutários pessoal qualificado para secretariá-los e prestar o apoio técnico e administrativo necessários;

XXV - aprovar, cumprir e fazer cumprir o seu Regimento Interno;

XXVI - deliberar sobre os assuntos que lhe submeta qualquer Diretor; e

XXVII - cumprir e fazer cumprir este Estatuto, as deliberações da Assembleia Geral e do Conselho de Administração, e avaliar as recomendações do Conselho Fiscal, da Auditoria Interna e do Comitê de Auditoria.

Parágrafo único. As informações geradas e o relatório de que trata o inciso XVIII deste artigo deverão ser encaminhados à Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (SEST), para conhecimento, e à Superintendência Nacional de Previdência Complementar (PREVIC), nos termos do parágrafo único do art. 25 da Lei Complementar nº 108, de 29 de maio de 2001, em até 30 (trinta) dias depois de sua apreciação pelo Conselho de Administração.

Art. 25. Os membros da Diretoria Executiva ficam impedidos do exercício de atividades que configurem conflito de interesses, observados a forma e o prazo estabelecidos na legislação pertinente.

§ 1º Após o exercício da gestão, o ex-membro da Diretoria Executiva, que estiver em situação de impedimento, poderá receber remuneração compensatória equivalente apenas ao honorário mensal da função que ocupava observados os §§ 2º e 3º deste artigo.

§ 2º Não terá direito à remuneração compensatória o ex-membro da Diretoria Executiva que retornar, antes do término do período de impedimento, ao desempenho da função que ocupava na administração pública ou privada anteriormente à sua investidura, desde que não caracterize conflito de interesses.

§ 3º A configuração da situação de impedimento dependerá de prévia manifestação da Comissão de Ética Pública da Presidência da República (CEP/PR).

Art. 26. Sem prejuízo das demais atribuições da Diretoria Executiva, compete especificamente ao Diretor-Presidente:

- I - representar o Serpro em juízo e fora dele, podendo, para tanto, constituir procuradores *ad judicium* e *ad negotia*, neste último caso especificando os atos que poderão praticar nos respectivos instrumentos do mandato;
- II - dirigir, supervisionar, coordenar e controlar as atividades e a política administrativa do Serpro;
- III - convocar e presidir as reuniões da Diretoria Executiva;
- IV - conceder afastamento e licenças aos demais membros da Diretoria Executiva, inclusive a título de licença remunerada;
- V - designar os substitutos dos Diretores Executivos;
- VI - admitir, dispensar, promover, designar para o exercício de cargo em comissão e de função de confiança, transferir, licenciar e punir empregados, na forma da lei e normativos do Serpro;
- VII - autorizar a cessão de empregados, observada a legislação pertinente;
- VIII - propor à Diretoria Executiva o aumento do quadro de empregados e a fixação de salários e vantagens, bem assim a contratação, por prazo determinado, de pessoal técnico especializado, observada a legislação pertinente;
- IX - dar imóveis em garantia judiciária, *ad referendum* do Conselho de Administração;
- X - manter, sob sua supervisão direta, as atividades de integridade, de gestão de riscos e controles internos e de conformidade;
- XI - cumprir e fazer cumprir as normas de governança corporativa;
- XII - exercer outras atribuições que lhe forem fixadas pelo Conselho de Administração;
- XIII - coordenar as atividades dos membros da Diretoria Executiva;
- XIV - criar e homologar os processos de licitação, podendo delegar tais atribuições;
- XV - manter os Conselhos de Administração e Fiscal informados das atividades do Serpro;
- XVI - assinar, com um Diretor, os atos que constituam ou alterem direitos ou obrigações do Serpro, bem como aqueles que exonerem terceiros de obrigações para com a empresa, podendo, para tanto, delegar atribuições ou constituir procurador para esse fim; e
- XVII - baixar as resoluções da Diretoria Executiva.

§ 1º Os instrumentos de constituição de procuradores deverão conter:

I - na hipótese de procuração *ad negotia*, a especificação dos atos ou operações que estes poderão praticar, a duração determinada do mandato e a definição sobre se os procuradores atuarão em conjunto com qualquer membro da Diretoria Executiva, com outro procurador ou individualmente; e

II - na hipótese de procuração *ad judicium*, a duração do mandato judicial, que poderá ser por prazo indeterminado e deverá definir se os procuradores atuarão em conjunto ou individualmente.



§ 2º Não podem ser procuradores *ad negotia* e *ad judicium* os que incidirem em quaisquer das hipóteses de impedimento e vedações impostas pela legislação aos administradores.

Art. 27. São atribuições dos Diretores Executivos:

- I - dirigir, promover e assegurar os resultados da sua área de atuação e dos órgãos sob sua subordinação;
- II - participar ativa e diligentemente das reuniões da Diretoria Executiva;
- III - responder por sua Diretoria nas decisões colegiadas da Diretoria Executiva, relatando os assuntos da sua área de atuação; e
- IV - cumprir e fazer cumprir as diretrizes estabelecidas pelo Conselho de Administração, no seu âmbito de atuação e competência.

Parágrafo único. As demais atribuições, competências e poderes de cada Diretor Executivo devem ser detalhadas no Regimento Interno da Diretoria Executiva, observada a competência do Conselho de Administração de fixá-las e aprová-las previamente.

Seção IV Do Conselho Fiscal

Art. 28. O Conselho Fiscal, órgão permanente de fiscalização, de atuação colegiada e individual, é composto por 3 (três) membros efetivos e respectivos suplentes, sendo:

- I - 2 (dois) indicados pelo Ministério da Fazenda; e
- II - 1 (um) indicado pelo Ministério da Fazenda, como representante do Tesouro Nacional, que deverá ser servidor público com vínculo permanente com a administração pública federal.

§ 1º O prazo de atuação dos membros do Conselho Fiscal será de 2 (dois) anos, permitidas, no máximo, 2 (duas) reconduções consecutivas, sendo considerados os períodos anteriores de atuação ocorridos há menos de 2 (dois) anos.

§ 2º Attingido o limite a que se refere o § 1º deste artigo, o retorno como membro do Conselho Fiscal do Serpro só poderá ocorrer após decorrido período equivalente a 1 (um) prazo de atuação.

§ 3º Findo o prazo de atuação, o membro do Conselho Fiscal permanecerá no exercício da função até a eleição do novo titular.

§ 4º Os membros do Conselho Fiscal serão investidos em seus cargos independentemente da assinatura de termo de posse, desde a data da respectiva eleição.

§ 5º Na primeira reunião após a eleição, os membros do Conselho Fiscal:

- I - assinarão o termo de adesão ao Código de Ética, Conduta e Integridade e às políticas do Serpro; e
- II - escolherão o seu Presidente, ao qual caberá dar cumprimento às deliberações do órgão, com registro em ata do Conselho Fiscal.

Art. 29. Os membros do Conselho Fiscal deverão atender aos requisitos obrigatórios e observar as vedações para exercício das suas atividades determinados pela Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, pela Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, regulamentada pelo Decreto nº 8.945, de 27 de dezembro de 2016.

§ 1º Não podem ser eleitos para o Conselho Fiscal, além das pessoas enumeradas nos parágrafos do art. 147 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, membros de órgãos de administração e empregados do Serpro ou de sociedade controlada ou do mesmo grupo, e o cônjuge ou parente, até terceiro grau, de administrador da empresa.

§ 2º O Comitê de Pessoas, Elegibilidade, Sucessão e Remuneração deverá opinar sobre a observância dos requisitos e vedações para investidura dos membros.

Art. 30. A vacância do cargo de Conselheiro Fiscal dar-se-á por destituição, renúncia, impedimento comprovado, perda do cargo ou outras hipóteses previstas em lei.

§ 1º O membro do Conselho Fiscal que deixar de comparecer, sem justificativa, a 2 (duas) reuniões consecutivas ou a 3 (três) intercaladas, nas últimas 12 (doze) reuniões, perderá o cargo.

§ 2º Os membros do Conselho Fiscal serão substituídos em suas ausências ou impedimentos eventuais pelos respectivos suplentes.

§ 3º Na hipótese de vacância, o suplente assume até a eleição do novo titular pela Assembleia Geral.

Art. 31. O Conselho Fiscal reunir-se-á, ordinariamente, 1 (uma) vez por mês e, extraordinariamente, sempre que necessário.

§ 1º As reuniões serão convocadas pelo Presidente ou pela maioria dos membros do colegiado.

§ 2º As deliberações do Conselho Fiscal serão tomadas pelo voto da maioria dos membros presentes, com registro em ata, podendo ser lavradas de forma sumária.

§ 3º As atas de reunião do Conselho Fiscal devem ser redigidas de forma clara e objetiva e registrar os participantes, as deliberações, os votos divergentes e as abstenções.

§ 4º Em caso de decisão não-unânime, a justificativa do voto divergente será registrada, a critério do respectivo membro, observado que se exime de responsabilidade o conselheiro fiscal dissidente que faça consignar sua divergência em ata de reunião ou, não sendo possível, dela dê ciência imediata e por escrito ao Conselho Fiscal.

§ 5º As reuniões do Conselho Fiscal devem, em regra, ser presenciais, admitindo, excepcionalmente, a reunião virtual ou a participação de membro por audioconferência ou videoconferência, mediante justificativa aprovada pelo colegiado.

§ 6º A pauta da reunião e a respectiva documentação serão distribuídas com antecedência mínima de 5 (cinco) dias úteis, salvo nas hipóteses devidamente justificadas, acatadas pelo colegiado e disciplinadas no seu Regimento Interno.

§ 7º A ausência à reunião deverá ser justificada por escrito, em tempo hábil, cabendo aos demais membros acatar ou não os motivos alegados, mediante registro em ata.

§ 8º Nas reuniões do colegiado, anteriormente à deliberação, o membro que não seja independente em relação à matéria em discussão deve manifestar seu conflito de interesses ou interesse particular, retirando-se da reunião.

§ 9º Caso não o faça, qualquer outra pessoa poderá manifestar o conflito, caso dele tenha ciência, devendo o colegiado deliberar sobre o conflito, conforme o seu Regimento Interno e a legislação aplicável.

Art. 32. Sem prejuízo das demais competências previstas na legislação, compete ao Conselho Fiscal:

- I - fiscalizar, por qualquer de seus membros, os atos dos administradores e verificar o cumprimento de seus deveres legais e estatutários;
- II - opinar sobre as demonstrações financeiras do exercício social e o Relatório da Administração, fazendo constar do seu parecer as informações complementares que julgar necessárias ou úteis à deliberação da Assembleia Geral;
- III - examinar o Relatório Integrado quanto ao seu conteúdo e forma;
- IV - examinar a Carta Anual quanto ao seu conteúdo e forma;
- V - opinar sobre as propostas dos órgãos de administração a serem submetidas à Assembleia Geral, relativas à modificação do capital social, aos planos de investimentos ou ao orçamento de capital, à destinação dos resultados e à distribuição de dividendos, assim como sobre transformação, incorporação, fusão ou cisão;
- VI - denunciar, por qualquer de seus membros, aos órgãos de administração e, se estes não adotarem as providências necessárias para a proteção dos interesses do Serpro, à Assembleia Geral, os erros, fraudes ou crimes que descobrirem, e sugerir providências;

VII - analisar, ao menos trimestralmente, o balancete e as demais demonstrações financeiras elaboradas periodicamente pelo Serpro;

VIII - pronunciar-se sobre assuntos de sua atribuição que lhe forem submetidos pelo Conselho de Administração ou pela Diretoria Executiva;

IX - acompanhar a execução patrimonial, financeira e orçamentária, podendo examinar livros e quaisquer outros documentos e requisitar informações;

X - assistir às reuniões do Conselho de Administração ou da Diretoria Executiva em que se deliberar sobre assuntos que ensejam parecer do Conselho Fiscal;

XI - convocar a Assembleia Geral Ordinária, se os órgãos de administração retardarem por mais de um mês essa convocação, e a Extraordinária, sempre que ocorrerem motivos graves ou urgentes;

XII - examinar o RAIINT e o PAINT;

XIII - aprovar o seu Regimento Interno e o seu plano de trabalho anual;

XIV - realizar a sua avaliação de desempenho anual, individual e coletiva;

XV - fiscalizar o cumprimento do limite de participação do Serpro no custeio dos benefícios de assistência à saúde e de previdência complementar;

XVI - examinar o relatório consolidado sobre o custeio do benefício de assistência à saúde na modalidade autogestão e, quando for o caso, acompanhar a execução das medidas corretivas aprovadas pelo Conselho de Administração;

XVII - fornecer, sempre que solicitado, informações sobre matéria de sua competência ao acionista; e

XVIII - exercer essas atribuições durante a eventual liquidação do Serpro.

Parágrafo único. Os órgãos de administração são obrigados, por meio de comunicação formal, a colocar à disposição dos membros em exercício do Conselho Fiscal, dentro de 10 (dez) dias, cópias das atas de suas reuniões e, dentro de 15 (quinze) dias de sua elaboração, cópias dos balancetes e das demais demonstrações financeiras elaboradas periodicamente, bem como dos relatórios de execução do orçamento.

Seção V

Do Comitê de Pessoas, Elegibilidade, Sucessão e Remuneração

Art. 33. O Comitê de Pessoas, Elegibilidade, Sucessão e Remuneração, órgão estatutário de caráter permanente, visa assessorar a Assembleia Geral e o Conselho de Administração nos processos de indicação, de avaliação, de sucessão e de remuneração dos administradores, conselheiros fiscais e demais membros de órgãos estatutários.

Art. 34. O Comitê de Pessoas, Elegibilidade, Sucessão e Remuneração será constituído por 5 (cinco) membros integrantes do Conselho de Administração e/ou do Comitê de Auditoria, sem remuneração adicional, observando-se os artigos 156 e 165 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976.

Art. 35. Sem prejuízo das demais competências previstas na legislação, compete ao Comitê de Pessoas, Elegibilidade, Sucessão e Remuneração:

I - opinar, de modo a auxiliar a Assembleia Geral, na indicação de membros dos Conselhos de Administração e Fiscal quanto ao preenchimento dos requisitos e à ausência de vedações para as respectivas eleições e reconduções;

II - opinar, de modo a auxiliar o Conselho de Administração, na indicação de membros da Diretoria Executiva e do Comitê de Auditoria quanto ao preenchimento dos requisitos e à ausência de vedações para as respectivas eleições e reconduções;

III - verificar a conformidade do processo de avaliação e dos treinamentos dos administradores e Conselheiros Fiscais;

IV - auxiliar o Conselho de Administração no cumprimento da política de seleção e de indicação dos titulares das áreas de Auditoria Interna, de Ouvidoria, de Corregedoria e de Integridade, Conformidade, Gestão de Riscos e Controles Internos;

V - auxiliar o Conselho de Administração na elaboração e no acompanhamento do plano de sucessão de administradores;

VI - auxiliar o Conselho de Administração na avaliação das propostas relativas à política de pessoal e no seu acompanhamento; e

VII - auxiliar o Conselho de Administração na elaboração da proposta de remuneração dos administradores para submissão à Assembleia Geral.

§ 1º O Comitê deverá se manifestar no prazo máximo de 8 (oito) dias úteis, a partir do recebimento de formulário padronizado da entidade da Administração Pública responsável pelas indicações, sob pena de aprovação tácita e responsabilização de seus membros, caso se comprove o descumprimento de algum requisito.

§ 2º As manifestações do Comitê, que serão deliberadas por maioria de votos com registro em ata, deverão ser lavradas na forma de sumário dos fatos ocorridos, inclusive dissidências e protestos, e conter a transcrição apenas das deliberações tomadas.

§ 3º A manifestação do Comitê será encaminhada ao Conselho de Administração, que deverá incluir, na proposta da administração para a realização da Assembleia Geral que tenha na ordem do dia a eleição ou a recondução de membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal, sua manifestação acerca do enquadramento dos indicados nos requisitos e vedações legais, regulamentares e estatutários à luz da autodeclaração e dos documentos apresentados pelo indicado e da manifestação do Comitê.

§ 4º O procedimento descrito no § 3º deste artigo deverá ser observado na eleição e na recondução dos membros da Diretoria Executiva e do Comitê de Auditoria, sendo que a manifestação do Conselho de Administração deverá constar da ata da reunião que tiver como ordem do dia a eleição ou recondução dos membros desses órgãos.

§ 5º As atas das reuniões do Conselho de Administração em que houver deliberação sobre os assuntos mencionados nos §§ 3º e 4º deste artigo deverão ser divulgadas.

§ 6º Na hipótese de o Comitê considerar que a divulgação da ata possa pôr em risco interesse legítimo do Serpro, apenas o seu extrato será divulgado.

§ 7º A restrição de que trata o § 6º deste artigo não será oponível aos órgãos de controle, que terão total e irrestrito acesso ao conteúdo das atas do Comitê, observada a transferência de sigilo.

§ 8º Nas reuniões do colegiado, anteriormente à deliberação, o membro que não seja independente em relação à matéria em discussão deve manifestar seu conflito de interesses ou interesse particular, retirando-se da reunião.

§ 9º Caso não o faça, qualquer outra pessoa poderá manifestar o conflito, caso dele tenha ciência, devendo o colegiado deliberar sobre o conflito, conforme o seu Regimento Interno e a legislação aplicável.

Seção VI

Do Comitê de Auditoria

Art. 36. O Comitê de Auditoria, órgão estatutário de caráter permanente, é responsável por assessorar o Conselho de Administração no monitoramento da qualidade das demonstrações financeiras, dos controles internos, da conformidade, do gerenciamento de riscos e das auditorias interna e independente.

Parágrafo único. O Comitê de Auditoria terá autonomia operacional e dotação orçamentária, anual ou por projeto, dentro de limites aprovados pelo Conselho de Administração, para conduzir ou determinar a realização de consultas, avaliações e investigações dentro do escopo de suas atividades, inclusive com a contratação e utilização de especialistas externos independentes.



Art. 37. O Comitê de Auditoria, eleito e destituído pelo Conselho de Administração, será integrado por 3 (três) membros, em sua maioria independentes.

§ 1º É vedada a existência de membro suplente no Comitê de Auditoria.

§ 2º Pelo menos 1 (um) membro independente do Conselho de Administração ocupará cargo no Comitê de Auditoria do Serpro, desde que opte pela remuneração de membro do referido Comitê.

§ 3º O mandato dos membros do Comitê de Auditoria será de 3 (três) anos, não coincidente para cada membro, permitida 1 (uma) única reeleição.

§ 4º Atingido o limite a que se refere o § 3º deste artigo, o retorno como membro do Comitê de Auditoria do Serpro só poderá ocorrer após decorridos, no mínimo, 3 (três) anos do término do mandato.

§ 5º Finalizado o prazo do mandato do membro do Comitê de Auditoria, esse prorrogar-se-á até a efetiva investidura do novo membro.

§ 6º Os membros do Comitê de Auditoria serão investidos em seus cargos mediante assinatura do Termo de Posse, desde a data da respectiva eleição.

§ 7º Os membros do Comitê de Auditoria poderão ser destituídos pelo voto justificado da maioria absoluta do Conselho de Administração.

§ 8º Os membros do Comitê de Auditoria, em sua primeira reunião, elegerão o Presidente do colegiado, que deverá ser membro independente do Conselho de Administração, e o seu substituto, os quais deverão dar cumprimento às deliberações do órgão, com registro em ata.

§ 9º Na primeira reunião após a eleição, o membro eleito do Comitê de Auditoria assinará o termo de adesão ao Código de Ética, Conduta e Integridade e às políticas do Serpro.

Art. 38. Os membros do Comitê de Auditoria deverão ser pessoas naturais, brasileiros, residentes e domiciliados no país, ter idoneidade moral, ser cidadãos de reputação ilibada e observar as condições mínimas estabelecidas na Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, além das demais normas aplicáveis.

§ 1º Os membros do Comitê de Auditoria devem ter experiência profissional ou formação acadêmica compatível com o cargo, preferencialmente na área de contabilidade, auditoria ou no setor de atuação do Serpro, sendo que, pelo menos, 1 (um) membro deve ter reconhecida experiência profissional em assuntos de contabilidade societária e, ao menos, 1 (um) deve ser membro independente do Conselho de Administração.

§ 2º O Comitê de Pessoas, Elegibilidade, Sucessão e Remuneração deverá opinar sobre a observância dos requisitos e vedações para os membros do Comitê de Auditoria.

Art. 39. A vacância do cargo de membro do Comitê de Auditoria dar-se-á por destituição, renúncia, impedimento comprovado, perda do cargo ou outras hipóteses previstas em lei.

§ 1º O membro do Comitê de Auditoria que deixar de comparecer, sem justificativa, a 2 (duas) reuniões consecutivas ou a 3 (três) intercaladas, nas últimas 12 (doze) reuniões, perderá o cargo.

§ 2º No caso de vacância de membro do Comitê de Auditoria, o Conselho de Administração elegerá novo membro para completar o mandato do anterior.

§ 3º O cargo de membro do Comitê de Auditoria é pessoal e não admite substituto temporário.

§ 4º No caso de ausências ou impedimentos eventuais de qualquer membro, o Comitê de Auditoria deliberará com os remanescentes.

Art. 40. O Comitê de Auditoria reunir-se-á, ordinariamente, 2 (duas) vezes por mês e, extraordinariamente, sempre que necessário.

§ 1º As reuniões serão convocadas pelo Presidente do colegiado, por seu substituto ou pela maioria dos membros do Comitê de Auditoria.

§ 2º As atas das reuniões do Comitê de Auditoria deverão ser divulgadas.

§ 3º Caso o Conselho de Administração considere que a divulgação da ata possa pôr em risco interesse legítimo do Serpro, poderá ser divulgado apenas o extrato das atas, não sendo oponível esta exceção aos órgãos de controle, que terão total e irrestrito acesso ao conteúdo das atas, observada a transferência de sigilo.

§ 4º O Conselho de Administração poderá convidar membros do Comitê de Auditoria para assistir às suas reuniões, sem direito a voto.

§ 5º Ao menos 1 (um) dos membros do Comitê de Auditoria deverá participar das reuniões do Conselho de Administração que tratarem das demonstrações financeiras, da contratação do auditor independente e da aprovação do PAINT.

§ 6º O Comitê de Auditoria deverá apreciar as demonstrações financeiras antes de sua divulgação.

§ 7º Nas reuniões do colegiado, anteriormente à decisão, o membro que não seja independente em relação à matéria em discussão deve manifestar seu conflito de interesses ou interesse particular, retirando-se da reunião.

§ 8º Caso não o faça, qualquer outra pessoa poderá manifestar o conflito, caso dele tenha ciência, devendo o colegiado decidir sobre o conflito, conforme o seu Regimento Interno e a legislação aplicável.

Art. 41. Sem prejuízo das demais competências previstas na legislação, compete ao Comitê de Auditoria:

- I - opinar sobre a contratação e a destituição de auditor independente;
- II - supervisionar as atividades dos auditores independentes, avaliando sua independência, a qualidade dos serviços prestados e a adequação de tais serviços às necessidades do Serpro;
- III - supervisionar as atividades desenvolvidas nas áreas de gestão de riscos e controles internos, de auditoria interna e de elaboração das demonstrações financeiras do Serpro;
- IV - monitorar a qualidade e a integridade dos mecanismos de gestão de riscos e controles internos, das demonstrações financeiras e das informações e medições divulgadas pelo Serpro;
- V - avaliar e monitorar exposições de risco do Serpro, podendo requerer, entre outras, informações detalhadas sobre políticas e procedimentos referentes a:
 - a) remuneração da administração;
 - b) utilização de ativos do Serpro; e
 - c) gastos incorridos em nome do Serpro;
- VI - avaliar e monitorar, em conjunto com a administração e a Auditoria Interna, a adequação das transações com partes relacionadas;
- VII - elaborar relatório anual com informações sobre as atividades, os resultados, as conclusões e suas recomendações, registrando, se houver, as divergências significativas entre a administração, a auditoria independente e o Comitê de Auditoria em relação às demonstrações financeiras;
- VIII - avaliar a razoabilidade dos parâmetros em que se fundamentam os cálculos atuariais e o resultado atuarial dos planos de benefícios mantidos pelo Serpro – Fundo Multipatrocinado;
- IX - avaliar os relatórios trimestrais das atividades das áreas de Integridade e de Auditoria Interna;
- X - avaliar o relatório consolidado sobre o custeio do benefício de assistência à saúde na modalidade autogestão, inclusive quanto à exequibilidade e à suficiência das medidas corretivas propostas, e encaminhar ao Conselho de Administração em até 40 (quarenta) dias;
- XI - acompanhar o plano de metas para o benefício de assistência à saúde, que será apresentado em cada exercício pela Diretoria Executiva; e
- XII - examinar o Relatório da Administração, a Carta Anual e o Relatório Integrado quanto ao seu conteúdo e forma.

Parágrafo único. O Comitê de Auditoria deverá possuir meios para receber denúncias, inclusive sigilosas, internas e externas ao Serpro, em matérias relacionadas ao escopo de suas atividades.

CAPÍTULO VI DA AUDITORIA INTERNA

Art. 42. O Serpro disporá de Auditoria Interna, vinculada ao Conselho de Administração, com atribuições e competências fixadas pelo Conselho de Administração e pela legislação pertinente e se restringirá à execução de suas atividades típicas, preservando sua isenção e imparcialidade.

§ 1º Os critérios para seleção e indicação, assim como os requisitos e as vedações exigíveis para o cargo de Auditor Interno serão disciplinados em política estabelecida pelo Conselho de Administração.

§ 2º O planejamento das atividades de Auditoria Interna será consignado no Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna (PAINT) e os seus resultados serão apresentados no Relatório Anual de Atividades de Auditoria Interna (RAINT), observadas as normas da Controladoria-Geral da União (CGU).

§ 3º Os relatórios trimestrais das atividades da Auditoria Interna serão enviados ao Comitê de Auditoria e aos Conselhos de Administração e Fiscal.

Art. 43. Sem prejuízo das demais competências previstas em normas que lhe forem aplicáveis, compete à Auditoria Interna:

- I - executar as atividades de auditoria de natureza contábil, financeira, tributária, orçamentária, administrativa, patrimonial, assim como de tecnologia da informação, gestão de aquisições, contratos, logística, pessoas, riscos, governança, controles internos, operacional e entidade fechada de previdência complementar do Serpro;
- II - propor as medidas preventivas e corretivas dos desvios detectados;
- III - verificar o cumprimento e a implementação pelo Serpro das recomendações ou determinações da Controladoria-Geral da União (CGU), do Tribunal de Contas da União (TCU) e do Conselho Fiscal;
- IV - outras atividades correlatas definidas pelo Conselho de Administração; e

V - avaliar a adequação dos controles internos, a efetividade do gerenciamento dos riscos e dos processos de governança e a confiabilidade do processo de coleta, mensuração, classificação, acumulação, registro e divulgação de eventos e transações, visando ao preparo de demonstrações financeiras.

CAPÍTULO VII DA ÁREA DE INTEGRIDADE, CONFORMIDADE E GESTÃO DE RISCOS

Art. 44. A área de Integridade, Conformidade e Gestão de Riscos será vinculada ao Diretor-Presidente e conduzida por Diretor estatutário por ele designado, podendo este acumular outras competências, preservada a sua atuação independente.

§ 1º A área de Integridade, Conformidade e Gestão de Riscos poderá se reportar diretamente ao Conselho de Administração nas situações em que houver suspeita do envolvimento do Diretor-Presidente em irregularidades ou quando esse deixar de adotar as medidas necessárias em relação à situação a ele relatada.

§ 2º A área de Integridade encaminhará relatórios trimestrais de suas atividades ao Comitê de Auditoria e aos Conselhos de Administração e Fiscal.

§ 3º Os critérios para seleção e indicação, assim como os requisitos e as vedações exigíveis para o ocupante do cargo de titular da área de Integridade, Conformidade e Gestão de Riscos serão disciplinados em política estabelecida pelo Conselho de Administração.

Art. 45. Sem prejuízo das demais competências previstas em normas que lhe forem aplicáveis, compete à área de Integridade, Conformidade e Gestão de Riscos:

- I - propor e revisar periodicamente as políticas de Conformidade e de Gestão de Riscos, submetendo-as à aprovação do Conselho de Administração e posterior disseminação para toda a empresa;
- II - verificar a aderência da estrutura organizacional e dos processos, produtos e serviços do Serpro às leis, aos normativos, às políticas, às diretrizes internas e aos demais regulamentos aplicáveis;
- III - comunicar à Diretoria Executiva, aos Conselhos de Administração e Fiscal e ao Comitê de Auditoria a ocorrência de ato ou conduta em desacordo com as normas aplicáveis ao Serpro;
- IV - verificar a aplicação adequada do princípio da segregação de funções, de forma que seja evitada a ocorrência de conflito de interesses e fraudes;
- V - verificar o cumprimento do Código de Ética, Conduta e Integridade e promover treinamentos periódicos para os empregados e os membros estatutários do Serpro;
- VI - coordenar os processos de identificação, classificação e avaliação dos riscos a que está sujeito o Serpro;
- VII - coordenar a elaboração e monitorar os planos de ação para mitigação dos riscos identificados, verificando continuamente a adequação e a eficácia da gestão de riscos;
- VIII - estabelecer planos de contingência para os principais processos de trabalho da empresa;
- IX - elaborar relatórios periódicos de suas atividades, submetendo-os à Diretoria Executiva, aos Conselhos de Administração e Fiscal e ao Comitê de Auditoria;
- X - disseminar a importância da integridade, da conformidade e da gestão de riscos, e a responsabilidade de cada área do Serpro nestes aspectos; e
- XI - desempenhar outras atividades correlatas definidas pelo Diretor ao qual se vincula.

Art. 46. O Serpro deverá elaborar e divulgar Código de Ética, Conduta e Integridade, que irá dispor sobre:

- I - princípios, valores e missão do Serpro, bem como orientações sobre a prevenção de conflito de interesses e vedação de atos de corrupção e fraude;
- II - instâncias internas responsáveis pela atualização e aplicação do Código de Ética, Conduta e Integridade;
- III - canal de denúncias que possibilite o recebimento de denúncias internas e externas relativas ao descumprimento do Código de Ética, Conduta e Integridade e das demais normas internas de ética e normas obrigacionais;
- IV - mecanismos de proteção que impeçam qualquer espécie de retaliação a pessoa que utilize o canal de denúncias;
- V - sanções aplicáveis em caso de violação às regras do Código de Ética, Conduta e Integridade; e
- VI - previsão de treinamento periódico, no mínimo anual, sobre o Código de Ética, Conduta e Integridade, a empregados, administradores e Conselheiros Fiscais, e sobre a política de gestão de riscos, a administradores.

CAPÍTULO VIII DA OUVIDORIA

Art. 47. A Ouvidoria se vincula ao Conselho de Administração, ao qual deverá se reportar diretamente.

Parágrafo único. Os critérios para seleção e indicação, assim como os requisitos e as vedações exigíveis para o ocupante do cargo de titular da Ouvidoria serão disciplinados em política estabelecida pelo Conselho de Administração.

Art. 48. Sem prejuízo das demais competências previstas em normas que lhe forem aplicáveis, compete à Ouvidoria:

- I - receber, examinar e responder manifestações (reclamações, denúncias, sugestões, elogios e demais pronunciamentos) realizadas por empregados, fornecedores, clientes, usuários, sociedade em geral e demais partes interessadas;
- II - encaminhar as manifestações recebidas às áreas competentes, acompanhando o tratamento e a efetiva conclusão;
- III - elaborar relatório anual acerca das manifestações recebidas, apontando falhas e proposições de melhorias;
- IV - receber e examinar denúncias internas e externas, inclusive sigilosas, relativas às atividades do Serpro; e
- V - desempenhar outras atividades correlatas definidas pelo Conselho de Administração.

Parágrafo único. A Ouvidoria deverá dar encaminhamento aos procedimentos necessários para a solução dos problemas suscitados, e fornecer meios suficientes para os interessados acompanharem as providências adotadas.



CAPÍTULO IX

DO PROFISSIONAL ENCARGADO PELO TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS

Art. 49. O Diretor-Presidente indicará o profissional encarregado pelo tratamento de dados pessoais, observado o disposto na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, e suas alterações.

§ 1º A identidade e as informações de contato desse profissional deverão ser divulgadas publicamente, de forma clara e objetiva, no portal do Serpro.

§ 2º O profissional encarregado pelo tratamento de dados pessoais atuará como canal de comunicação entre o Serpro, os titulares dos dados e a Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD).

Art. 50. Compete ao profissional encarregado pelo tratamento de dados pessoais:

- I - receber reclamações e comunicações dos titulares, prestar esclarecimentos e adotar providências;
 - II - receber comunicações da Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD) e adotar providências, mantendo-a informada do andamento;
 - III - propor e revisar periodicamente a política de privacidade e proteção de dados pessoais, submetendo-a à aprovação do Conselho de Administração;
 - IV - propor e conduzir o programa de privacidade e proteção de dados pessoais, submetendo-o à aprovação da Diretoria Executiva;
 - V - zelar pela aderência da estrutura organizacional e dos processos, produtos e serviços do Serpro à Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais e à sua regulamentação e adotar providências cabíveis;
 - VI - orientar os empregados e os contratados do Serpro a respeito das práticas a serem tomadas em relação à proteção de dados pessoais; e
 - VII - executar as demais atribuições determinadas pelo Serpro ou estabelecidas em normas complementares.
- Parágrafo único. O Serpro, no âmbito de suas competências, poderá formular regras de boas práticas de governança que estabeleçam as condições para o adequado tratamento de dados pessoais, devendo publicá-las e atualizá-las periodicamente.

CAPÍTULO X

DO EXERCÍCIO SOCIAL E DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Art. 51. O exercício social do Serpro coincidirá com o ano civil e obedecerá, quanto às demonstrações financeiras, aos preceitos deste Estatuto Social e da legislação pertinente.

§ 1º O Serpro deverá elaborar as demonstrações financeiras e divulgá-las, observando as regras de divulgação, escrituração e elaboração das demonstrações financeiras contidas na Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, nas normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), inclusive quanto à obrigatoriedade de auditoria independente por auditor registrado naquela autarquia, e demais normas aplicáveis.

§ 2º O Serpro deverá elaborar as demonstrações financeiras trimestrais, divulgá-las no seu portal corporativo e, caso necessárias ou exigidas por legislação específica, serão preparadas outras demonstrações financeiras intermediárias, observadas as regras disciplinadas no § 1º deste artigo.

Art. 52. Ao final de cada exercício social, a Diretoria Executiva fará elaborar as seguintes demonstrações financeiras, que deverão exprimir com clareza a situação do patrimônio do Serpro e as mutações ocorridas no exercício:

- I - balanço patrimonial;
- II - demonstração do resultado do exercício;
- III - demonstrativo das mutações patrimoniais;
- IV - demonstração dos fluxos de caixa; e
- V - demonstração do valor adicionado.

§ 1º As demonstrações serão complementadas por notas explicativas e outros quadros analíticos ou demonstrações financeiras necessários para esclarecimento da situação patrimonial e dos resultados do exercício, nos termos da legislação e normas aplicáveis.

§ 2º As demonstrações financeiras acompanhadas dos pareceres de auditores independentes, do Conselho Fiscal e da manifestação do Conselho de Administração, após terem sido aprovadas pela Assembleia Geral, serão encaminhadas para apreciação dos órgãos de controle.

Art. 53. Observadas as disposições legais, o lucro líquido do exercício terá a seguinte destinação:

- I - absorção de prejuízos acumulados;
- II - 5% (cinco por cento) para constituição da reserva legal, que não poderá exceder 20% (vinte por cento) do capital social; e
- III - no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido ajustado para o pagamento de dividendos, em harmonia com a Política de Dividendos aprovada pelo Conselho de Administração.

Parágrafo único. O saldo remanescente será destinado para dividendo ou constituição de outras reservas de lucros nos termos da lei, devendo a constituição de reserva de retenção de lucros ser acompanhada de justificativa em orçamento de capital previamente aprovado pela Assembleia Geral, observado o disposto no art. 196 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976.

Art. 54. O dividendo deverá ser pago, salvo deliberação em contrário da Assembleia Geral, no prazo de 60 (sessenta) dias da data em que for declarado e, em qualquer caso, dentro do exercício social.

§ 1º O Serpro poderá levantar balanços trimestrais ou em períodos menores para declarar e distribuir, por deliberação do Conselho de Administração, dividendos ou juros sobre o capital próprio à conta de lucro apurado nesses balanços, desde que o total dos dividendos pagos em cada trimestre do exercício social não exceda o montante das reservas de capital de que trata o § 1º do art. 182 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, a serem convalidados pela Assembleia Geral Ordinária.

§ 2º Sobre os valores dos dividendos e dos juros, a título de remuneração sobre o capital próprio, devidos ao Tesouro Nacional e ao acionista, incidirão encargos financeiros equivalentes à taxa SELIC, a partir do encerramento do exercício social até o dia do efetivo recolhimento ou pagamento, sem prejuízo da incidência de juros moratórios quando esse recolhimento ou pagamento não se verificar na data fixada em lei ou Assembleia Geral, devendo ser considerada como a taxa diária, para a atualização desse valor durante os 5 (cinco) dias úteis anteriores à data do pagamento ou recolhimento, a mesma taxa SELIC divulgada no 5º (quinto) dia útil que antecede o dia da efetiva quitação da obrigação.

§ 3º Poderá ser imputado ao valor destinado aos dividendos, apurados na forma prevista neste artigo, integrando a respectiva importância, para todos os efeitos legais, o valor da remuneração, paga ou creditada, a título de juros sobre o capital próprio, nos termos da legislação pertinente.

§ 4º Os prejuízos acumulados poderão ser deduzidos do capital social por deliberação da Assembleia Geral, após parecer do Conselho Fiscal.

CAPÍTULO XI

DA ORGANIZAÇÃO INTERNA E DO PESSOAL

Art. 55. Os empregados do Serpro estão sujeitos ao regime jurídico da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), à legislação complementar e aos normativos internos da empresa.

§ 1º A admissão de empregados será realizada mediante prévia aprovação em concurso público de provas ou de provas e títulos, observadas as normas específicas do Serpro e a legislação pertinente.

§ 2º O exercício de Função de Confiança no Serpro é privativo de empregados integrantes do seu quadro de pessoal, ressalvadas as indicações dos titulares:

- I - da Auditoria Interna, da Ouvidoria e da Corregedoria, regidas por política estabelecida pelo Conselho de Administração; e
- II - das unidades organizacionais subordinadas diretamente ao Diretor-Presidente.

§ 3º Os requisitos para o provimento de cargos, exercício de funções e respectivos salários, serão fixados em Plano de Cargos e Salários e Plano de Funções.

§ 4º Os cargos em comissão de livre nomeação e exoneração, aprovados pelo Conselho de Administração nos termos do inciso XXXVII do art. 19 deste Estatuto Social, serão submetidos, nos termos da lei, à aprovação da Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (SEST), que fixará, também, o limite de seu quantitativo.

CAPÍTULO XII

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 56. Antes de entrar no exercício da função e ao deixar o cargo, cada membro estatutário deverá apresentar à Companhia, que zelará pelo sigilo legal, Declaração de Ajuste Anual do Imposto de Renda Pessoa Física e das respectivas retificações apresentadas à Receita Federal do Brasil ou autorização de acesso às informações nela contidas.

Parágrafo único. No caso dos Diretores, a declaração anual de bens e rendas também deve ser apresentada à Comissão de Ética Pública da Presidência da República (CEP/PR).

Art. 57. É vedado ao Serpro conceder financiamento ou prestar fiança a terceiros, sob qualquer modalidade, praticar negócios estranhos às suas finalidades, além de realizar contribuições ou conceder auxílios não consignados no orçamento.

Art. 58. Os atos da administração deverão observar os princípios de integridade inerentes à administração pública.

Art. 59. O Conselho Diretor a que alude o art. 6º da Lei nº 5.615, de 13 de outubro de 1970, passa a ser denominado Conselho de Administração, equiparando-se, para todos os efeitos, aos Conselhos de Administração referidos nos dispositivos legais pertinentes à composição dos órgãos diretivos das empresas estatais.

Art. 60. O Diretor Superintendente a que alude o art. 6º da Lei nº 5.615, de 13 de outubro de 1970, passa a ser denominado Diretor Executivo, equiparando-se, para todos os efeitos, aos Diretores referidos nos dispositivos legais pertinentes à composição dos órgãos diretivos das empresas estatais, já constando no quantitativo do inciso II do art. 21 deste Estatuto.

Art. 61. Os administradores e Conselheiros Fiscais, inclusive o representante dos empregados no Conselho de Administração, devem participar, na posse e anualmente, de treinamentos específicos disponibilizados direta ou indiretamente pelo Serpro sobre:

- I - legislação societária;
- II - divulgação de informações;
- III - gestão de riscos e controles internos;
- IV - Código de Ética, Conduta e Integridade;
- V - Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013; e
- VI - demais temas relacionados às atividades do Serpro.

Parágrafo único. É vedada a recondução do administrador ou do Conselheiro Fiscal que não participar de nenhum treinamento anual disponibilizado pelo Serpro nos últimos 2 (dois) anos.

Art. 62. O atendimento às disposições deste Estatuto Social e da legislação pertinente, especialmente aquelas voltadas ao cumprimento de requisitos e de vedações, deverá ser comprovado por meio de documentação mantida na sede do Serpro pelo prazo de, no mínimo, 5 (cinco) anos contados a partir da destituição do membro.

Art. 63. O Comitê de Auditoria funcionará regularmente com a atual composição até o término do mandato mais próximo ou eventual ocorrência de vacância, ocasião em que será eleito o membro independente do Conselho de Administração, nos termos do § 2º do art. 37, sem prejuízo das disposições do art. 38 deste Estatuto Social.



PARA CADA MOMENTO DA VIDA, EXISTE UM LUGAR CERTO.

Acesse e encontre o seu.

LUGERCERTO.COM.BR

O portal de imóveis para quem quer comprar ou alugar.

CONFIRA TAMBÉM OFERTAS NO JORNAL CORREIO BRAZILIENSE.

lugercerto.com.br
CORREIO BRAZILIENSE
Você à frente de tudo

5.2 MÍSTICOS

5.2 COMUNICADOS, MENSAGENS E EDITAIS

MÍSTICOS

AMOR EM 6 HORAS
A **MÃE SARA** traz o amor de volta em 6 horas, cura impotência sexual, ejaculação precoce, faz pacto de riqueza, fornece números da sorte para jogos de loteria. Não cobro consulta. (61) 9.9149-8430

AMARRAÇÃO AMOROSA TARÔ DOS ANJOS
Faço união de casal, avastamento de rivais, limpeza de corpo, aberturas de caminho com rezas e passes espiritual, trato impotência e cura vícios. Trabalhos p/todos fins. Consulta 01 cesta básica. Fazemos consulta presencial/ online 98224-9880 - SIA. Mãe Heloisa

5.4 OPORTUNIDADES

CRÉDITO

DINHEIRO E FINANÇAS

DINHEIRO NA HORA
para funcionário público em geral com cheque desc. em folha, déb. em conta sem consulta spc/serasa Tel. 4101-6727 98449-3461

5.7 TURISMO E LAZER

NEGÓCIOS

CLUBE

CLASSIFICADOS

GOSTOU DESSE ESPAÇO?

PATROCINE UMA RETRANCA!!!

DEIXE SUA EMPRESA OU SERVIÇO MAIS VISÍVEL E FÁCIL DE ENCONTRAR POR 30 DIAS

PREÇO ESPECIAL

ANUNCIE AQUI!

ENTRE EM CONTATO CONOSCO
61 3342-1000 - OPÇÃO 4

CLUBE DE TURISMO
continental sócio usuário remido 98462-8197

CLUBE DE TURISMO
continental sócio usuário remido 98462-8197

SERVIÇOS

TEMPORADA

HOTEL HOT SPRINGS CALDAS NOVAS (GO) Apto 7 piscina, sauna, frigobar, ar, banheira 4 pessoas. Whats 61 99987-9698

5.7 ACOMPANHANTE

OUTROS

ACOMPANHANTE

Todos os números desta **Seção** são do DF DDD 61, excetuando-se os que forem precedidos de DDD diverso expresso

ANDRESSA PLAYBOY
113CM DE BUMBUM 104cm de quadril 99 de busto! Lindíssima! Nua no zap 61 99856-0258

MELODY LOIRINHA BOCA DE VELUDO gemo gostoso. Estou nua no zap: 61 99643-5033

MASSAGEM RELAX

AS+TOPS DAS GALÁXIAS BEMESTAR MASSAGENS.COM .br as 20 todas lindas 61 985621273/ 3340-8627

GATA DE LUXO JADE EXTREMAMENTE Linda e Carinhosa amb c/garag 18 anos zap 61 99884-5770 Zap

JULIA LINDA massagista, a.norte c/ relax, final feliz (61) 99404-2667

MASSOTERAPIA MASCULINA Bem estar masculino. Relaxante, Terapêutica, Tântrica, Nuru e outras 61 99558-8003

6

TRABALHO & FORMAÇÃO PROFISSIONAL

6.1 Oferta de Emprego

6.2 Procura por Emprego

6.3 Ensino e Treinamento

6.1 OFERTA DE EMPREGO

NÍVEL BÁSICO

MANICURE COM EXPERIÊNCIA e referência. Asa Sul Tr: 98244-1672

MASSAGISTA PRECISA-SE COM OU SEM Experiência p/Semana ou Fim Semana 61 98474-3116

TRABALHADOR RURAL p/ Samambaia 99614-3003

NÍVEL MÉDIO

ASB CLÍNICA ODONTOLÓGICA Contrata com experiência. Salário e gratificação. Enviar CV p/: dr.marcoscunha@yahoo.com.br

6.1 NÍVEL MÉDIO

CAFETERIA CONTRATA

ATENDENTE COM EXPERIÊNCIA comprovada em Cafeteria, Padaria ou Lanchonete. Para Aguas Claras. CV p/: cafeteriacontrata61@gmail.com

SOLUÇÃO PARABRISAS CONTRATA
AUXILIAR / INSTALADOR/ e Atendente Ver vagas: www.solucao-parabrisas.com.br/vagas Enviar currículo p/ Whatsapp (61) 99882-2256

AUXILIAR MANUTENÇÃO elétrica e hidr. cv: rh.adm.bsb@gmail.com

CONTRATA-SE MANICURES Inicialmediato. Salão na Asa Norte. Tr: 61 98173-1168

MASSAGISTA PRECISA-SE c/ ou s/exper c/comissão. Asa Norte (61) 98214-4880 Elen

ÓTIMOS GANHOS!
MASSAGISTA PRECISA-SE com ou sem exper.99414-1086 zap

TÉCNICO (A) EM ELETRÔNICA com experiência: alarme, CFTV, interfonia. 3344-7722 Enviar CV: tulio@tsas.com.br

PRECISO URGENTE! TELEFONISTA PARA Valparaíso e Massagista para o Guará 2. Tr c/ Renata (61) 98193-0975

NÍVEL SUPERIOR

MUNDIAL MIX CONTRATA
AUXILIAR ADMINISTRATIVO com experiência p/ Luziânia. Enviar currículo: mundialmixconcreto@gmail.com

CONTADOR (A) CONTRATAMOS ENVIAR Currículo confis2023@gmail.com

6.2 PROCURA POR EMPREGO

NÍVEL BÁSICO

AGÊNCIA CONFIANÇA há mais de 30 anos, tem também: Secretária do Lar, Arrumadeira, Diarista, Cozinheira de forno e fogão, Babá, Passadeira, Aux Serviços Gerais, Caseiro, cuidadora de idosos e motorista. Tel.: 356-3351 ou 98609-0574

DIARISTA PASSADEIRA Doméstica Ofereço meus serv tenho ótimas refer. 61 99887-7787

DIARISTA Ofereço-me. Tenho exper. e refer.. (61) 99373-1763

DIARISTA, FAXINEIRA Doméstica. Ofereço os meus serviços. Tenho experiência e referência. (89) 99986-5584



CUIDADO COM AS FALSAS VAGAS DE EMPREGO

Listamos alguns cuidados que você pode tomar para se proteger dos golpes que podem ocorrer na sua busca por uma vaga de emprego

- ✗ Não pague para obter um diploma para determinada vaga;
- ✗ Não transfira dinheiro e nem forneça dados bancários;
- ✗ Atente-se para as vagas que não exigem experiência e oferecem um bom salário;
- ✗ Não compre cartões, nem coloque créditos para terceiros;
- ✗ Desconfie se você precisa pagar por um curso necessário para sua contratação ou para participar do processo seletivo;
- ✗ Não forneça informações pessoais ou profissionais, seja por telefone ou Whatsapp;
- ✗ Pesquise a agência ou empresa que oferece o emprego;
- ✗ Fique em alerta com histórias longas e improváveis.

DISQUE-DENÚNCIA 181

Se alguma vaga foi publicada em nossas edições nos sinalize através do e-mail: classificados@correioweb.com.br. Não hesite em procurar uma delegacia de polícia.

CLASSIFICADOS
CORREIO BRAZILIENSE

CLASSIFICADOS

CORREIO BRAZILIENSE

Saiba como entrar em contato com o
Classificados do Correio Braziliense

Pequenos anúncios

61 3342-1000 opção 04 ou
61 3214-1215

Editais, Avisos e Comunicados

61 3214-1245

Whatsapp

61 98167-9999

Central

61 3342-1000

E-mail

classificados.df@cbnet.com.br

Endereço:

Sig QD 02 Bl 02 lote 340
ao lado da Câmara Legislativa



Siga-nos nas redes sociais e acompanhe todas as novidades e promoções



Instagram:
[@classificadoscb](https://www.instagram.com/classificadoscb)



Facebook
[@classificadoscb](https://www.facebook.com/classificadoscb)